



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



DIOGIVÂNIA MARIA DA SILVA

Lá e Cá - NARRATIVAS *SOBRE* MILITÂNCIAS NEGRAS FEMINISTAS
EM SEUS RESPECTIVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: RECIFE E MAPUTO

RECIFE
2017

DIOGIVÂNIA MARIA DA SILVA

LÁ E CÁ ñ NARRATIVAS SOBRE MILITÂNCIAS NEGRAS
FEMINISTAS EM SEUS RESPECTIVOS PROCESSOS DE
SUBJETIVAÇÃO: RECIFE E MAPUTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

RECIFE
2017

Catálogo na fonte

Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586l Silva, Diogivânia Maria da.
Lá e cá ã Narrativas sobre militâncias negras feministas em seus respectivos processos de subjetivação : Recife e Maputo / Diogivânia Maria da Silva. ã 2017.
200 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2017.
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Feminismo. 3. Feministas negras. 4. . 5. I. Cordeiro, Rosineide de Lourdes Meira (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-018)

DIOGIVÂNIA MARIA DA SILVA

***LÁ E CÁ ñ NARRATIVAS SOBRE MILITÂNCIAS NEGRAS FEMINISTAS
EM SEUS RESPECTIVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: RECIFE E
MAPUTO***

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 13/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drª. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro(Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Drª Patrícia Alexandra Godinho Gomes (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Bahia

Profº. Drª. Denise Maria Botelho (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profº. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca (Examinador Interno)
Universidade Estadual de Campinas

Profº. Drª. Liana Lewis (Examinadora Interno)
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

A vida segue, a meu ver, como vivem os rios, seguindo seu fluxo... maleável e obstinado. Acredita que seguir caminho é garantia de encontrar algo mais grandioso que ele próprio. Crê na força do coletivo e não satisfeito em ser a água que é, busca outras águas para manter-se vivo.

Foi um tempo de renúncias, medos e fracasso e sucesso. As intensidades todas mais pareciam tempestades. Não fosse os inúmeros encontros e ajuda que obtive, não teria sobrevivido a travessia. Agradeço por inteiro e solenemente a cada uma das pessoas que se fizeram rio junto a mim, e me auxiliariam na jornada rumo a realização de um sonho muito antigo.

Antonio e Luzinete, os meus pais, pelo suporte afetivo e material. Avancei nessa jornada para ver a alegria brotar dos olhos e corações de vocês.

Aos meus irmãos, Diogenes, Dane e Deyvison. Amar uns aos outros sempre foi nossa maior garantia para enfrentar os desafios do mundo.

Aos amigos conquistados no ciclo doutorado, aos colegas da óturma do Atumô e aqueles pertencentes ao grupo de pesquisa NaGeS-MG. A competência e o afeto transbordam na academia, e que sorte a minha encontrar vocês!

À orientadora Rose, que me estimulou autonomia e liberdade, nas horas que achei que não havia mais força. Apostou, com seu rigor habitual, e me inspirou a criar e ousar nesse processo de pesquisa. Uma fonte de inspiração, dedicação e beleza.

Ao João da secretaria de pós-graduação. Os trâmites burocráticos teriam sido insuperáveis não fosse a dedicação e presteza com o qual ele trabalha.

À Minha amor, Lívia. A quem da forma mais natural possível chegou, teve paciência e fez minha vida muito melhor. O que a vida nos concedeu, já me basta pra ser feliz.

Às mulheres participantes desse estudo em Recife e Maputo. O contato com elas e as aprendizagens da militância, me trouxeram transformações radicais. Nunca mais fui, nem serei a mesma. Aprendi com elas que a vida oferece sempre, múltiplas possibilidades, de existência er(e)xistência.

À minha orientadora no período de estágio sanduíche em Moçambique, a Prof^a Dr^a Isabel Casimiro. Do zelo, ao compromisso com a ciência e o ativismo, minha fonte inesgotável de inspiração. Kanimambo! (obrigada)

Às contribuições inestimáveis na banca de qualificação e final, que continua a colocar em ebulição esse trabalho de pesquisa. Aos prof^{os}, Dr^{os}, Jorge Lyra, Jaileila Menezes, Liana

Lewis, Denise Botelho, Valdenice Oliveira, Patrícia Gomes e Vívian Matias, meu muito obrigada.

À inspiradora Prof^a Luciana Kind. Os tempos de pesquisa NaGes me fizeram perceber que pesquisa se faz com rigor, mas também, com muita criatividade e ousadia, sensibilidade e respeito.

Agradeço a agência Central de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior - CAPES, que me deu concedeu bolsa. Com este auxílio pude me dedicar exclusivamente a essa tarefa ao longo dos últimos quatroanos.

Por fim, e super importante, agradeço ao modo como o governo do PT, nas gestões Lula e Dilma, vinham conduzindo o ensino superior gratuito nesse país. Foi neste governo comprometido minimamente com as questões sociais e de reparação histórica de dívidas impagáveis, que o Brasil saiu do mapa da miséria que levava quase 35 milhões de brasileiros à extrema pobreza. Pude nesse governo, pela primeira vez, realizar um estágio de estudos no exterior e em um país africano. Na companhia de três estudantes: Carol, Taís e Talita, com elas, aprendi sobre diferentes perspectivas de gênero, classe, raça e sexualidade e levarei isso para minha vida profissional, com certeza. Foi na gestão de um governo popular que pude perceber que uma sociedade mais justa deve governar para todos e não apenas para umaelite.

À todas as mulheres africanas e mulheres negras
que vieram antes de nós!

RESUMO

O objetivo geral dessa investigação foi compreender e analisar as narrativas das militâncias negras com feministas africanas no contexto moçambicano, e feministas negras, no contexto recifense em seus respectivos processos de subjetivação política. Especificamente: (i) Observei nos dois contextos as especificidades e aproximações com o feminismo; (ii) identifiquei as pautas, agendas políticas e estratégias de atuação; (iii) Identifiquei as especificidades, consonância e assimetrias nos diferentes contextos; (iv) Perscrutei a maneira pela qual as feministas se constituem, seus modos de intersecção e subjetivação política. Para isso, inseri-me no campo da psicologia social e ciências humanas e, à luz teórico-epistemológica das leituras sobre feminismo negro interseccional, gênero e feminismo africano, analiso as narrativas. A pesquisa de campo, desenvolvida em dois países, Moçambique e Brasil, teve duração de 4 e 18 meses, respectivamente. Conteí com diferentes instrumentos de pesquisa qualitativa, dentre os quais: inspirações etnográficas, observações participantes, anotações no diário de campo, entrevistas narrativas e fontes secundárias. Feministas africanas e feministas negras, apesar de suas dinâmicas diferenciadas em termos de militância, não foram pensadas aqui de modo separado e dicotômico, mas sim simultaneamente. As análises demonstram que a experiência colonial portuguesa compartilhada, bem como, a defesa intransigente da vida de mulheres negras e africanas, apresentam-se entre as muitas variantes e similitudes da militância, com aspectos convergentes e divergentes entre si. Percebemos também, que apesar das especificidades de cada contexto, demonstram um compartilhamento da luta contra as múltiplas opressões das vidas negras, óque menos importamô. As feministas africanas e negras, utilizam-se, portanto, de diferentes estratégias de enfrentamento ao sistema patriarcal, machista, classista e racista, tendo na organização de marchas e coletivos, um dos pontos relevantes e culminantes desse subjetivar-se feminista.

Palavras-chave: Militância negra. Feminismos Negros. Epistemologias Contra-hegemônicas.

ABSTRACT

The general objective of this research was to understand and analyze the narratives of militancy with African feminists in the Mozambican context, and black feminists, in the context Recife in their respective processes of political subjectivation. Specifically: (i) I observed in both contexts the specificities and approximations with feminism; (Ii) I have identified guidelines, policy agendas and strategies for action; (Iii) Identified the specificities, consonance and asymmetries in the different contexts; (Iv) I looked at the way in which feminists are constituted, their modes of intersection, and political subjectivation. For this, I have been involved in the field of social psychology and human sciences and in the theoretical-epistemological light of the readings on intersectional black feminism, gender and African feminism analyze the narratives. Field research, developed in two countries, Mozambique and Brazil, lasted 4 and 18 months, respectively. I counted on different instruments of qualitative research, among which: Ethnographic inspirations, participant observations, notes in the field diary, narrative interviews and secondary sources. African feminists and black feminists, in spite of their differentiated dynamics in terms of militancy, were not thought of here in a separate and dichotomous manner, but simultaneously. The analyzes show that the Portuguese colonial experience shared, as well as the intransigent defense of the life of black and African women, are among the many variants and similarities of militancy, with converging and divergent aspects. We also perceive that, despite the specificities of each context, they demonstrate a sharing of the struggle against the multiple oppressions of the "less important" black lives. African and African feminists, therefore, use different coping strategies to the patriarchal, chauvinist, classist and racist system, having in the organization of marches and collectives one of the relevant and culminating points of this feminist subjectivation.

Keywords: black militance. Black Feminisms. Anti-hegemonic epistemologies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Sobre a capa	16
1.2 Mapas para orientar-se	17
1.3 Os contextos político-sociais como pedra angular	23
1.4 Interlúdio I	26
2 FLUXO 1: INTRÓITO AOS CAMINHOS PERCORRIDOS	27
2.1 A pesquisa qualitativa como artesanato intelectual	30
2.2 A construção e negociação mulheres e feminismo- o surgimento do quesito racial ë	33
2.3 óPor que você vai para África podendo escolher outro lugar?ô	38
2.4 óIr a Moçambique não me obrigava a incorporar a experiência de estágio à teseô.....	40
2.5 Maputo- óa pesquisadora não-africana e a interlocutora-chaveô.....	41
2.6 A disciplina Gênero e Poder público	45
2.7 O convívio mais visceral e sistemático: a mudança de endereço para a casa de isabel.....	50
2.8 Do cenário 2: Recife: ódo deslumbre inicial à pesquisadora não- negraô.....	54
2.9 óAcho que ir de ônibus será uma excelente oportunidade para vocêô	61
2.10 A caixa de ferramentas da pesquisadora	65
2.11 Inspirações Etnográficas	66
2.12 A observação participante	69
2.13 O diário de campo	70
2.14 A entrevista em métodos narrativos	72
2.15 Das entrevistadas	77
2.16 Considerações éticas	90
2.17 Interlúdio II	92
3 FLUXO 2: POLIGRAFIAS DE UMA METANARRATIVA ENGAJADA - EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS NOS FEMINISMOS	94

3.1 Paisagem 1: Do princípio da formação da onda feminista negra - Sojourner Truth e Ida Wells	97
3.1.1 Sojourner Truth: A inscrição original e insubmissa	99
3.1.2 Da peregrinação da verdade aos modos de dizer verdadeiro: Ida B. Wells Barnett	102
3.1.3 Das bases conceituais ao fundamento	102
3.2 Paisagem 2: De quais substâncias são feitas essas matérias?	104
3.2.1 Os diferentes lugares epistêmicos	112
3.3 Paisagem 3: O estatuto da interseccionalidade	115
3.4 Paisagem 4: A interseccionalidade como caminho do pensamento complexo	120
3.5 Paisagem 5: O feminismo negro no palco da história: direcionamentos basilares do contexto brasileiro	124
3.6 Paisagem 6: Gênero em Moçambique: entre teorias e experiências	130
3.7 Paisagem 7: As Epistemologias Feministas no contexto Africano - é o Feminismo da África?	141
3.8 Paisagem 8: O estatuto da interseccionalidade poderia servir aos feminismos negro e africano?	146
3.9 Interlúdio III	147
4 FLUXO 3: DISPOSITIVOS DE ANÁLISE - TECENDO O FIO DAS NARRATIVAS E MILITÂNCIAS	148
4.1 Ainda sobre escolhas que fiz e como devo proceder nesse percurso	152
4.2 Pontes entre Lá e Cá ã Recife e Maputo	155
4.3 Os cenários políticos e econômicos como pedra de toque	160
4.4 Vidas negras importam? Para quem importam?	164
4.5 Os lugares da heterotopia: Feminismos e invenções da subjetividade	174
4.6 Interlúdio IV: Temer ou não temer, eis a questão!	180
5 FLUXO 4: FUTUROS FEMINISTAS, APOSTAS E CONVITES	181
REFERÊNCIAS	185
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista	199
ANEXO A - Termo de consentimento livre e esclarecido	200
ANEXO B - Termo de consentimento de participação voluntária	202

1 INTRODUÇÃO

1.1 Sobre a capa

O trabalho de composição da capa para essa tese trata de um objeto, nomeado pelas artes visuais, de propositos: propõe, convoca ao debate desde o princípio. Busquei desenvolver uma intervenção que provocasse e fosse capaz de oferecer visualmente um panorama dessa trajetória de pesquisa.

Uma trilha, uma passagem, a partir de tecidos tradicionais. Nesse objeto, duas tramas, óestampasô são entrelaçadas, costuradas e bordadas à mão. Tal qual uma pesquisa qualitativa em que a abertura ao imprevisível e imponderável se apresenta no caminho durante o tempo de uma pesquisa, do mesmo modo o tecido nasceu. Sem querer me explicar muito, para dar maior liberdade de pensamento a quem o vê, considero que os tecidos abordam duas cenas relacionais distintas. E contarei uma breve história sobre a construção da manta.

A primeira etapa dessa pesquisa foi realizada em Moçambique, local onde comprei o tecido na região da óBaixa da Cidadeô. óVais levar uma *Capulana*?ô, perguntava-me o vendedor atento à minha óestrangeiridadeô.

Era assim que ele nomeava o tal tecido. As cores eram fortes, idênticas ao sol daquele dia. Uma combinação de linhas geométricas e desenhos abstratos. Desde as mulheres em seus mais belos vestidos feitos na ómodistaô às vendedoras de espiga de milho assado - as *maçarocas* -, todas elas, em Moçambique, usavam *Capulanas* de alguma maneira. Seja ostentando e demarcando uma posição social privilegiada, seja o uso tradicional pelas classes populares, todas/os as usavam. Havia ainda, para as mulheres, grande utilidade: bastava que se amarrasse com dois nós bem fortes o tecido, das costas à frente do corpo e naquele ósaco ocoô deixado na parte de trás depositava-se os bebês que ficavam apenas com as cabeças para o lado de fora, observando tudo a partir do movimento do corpo das mães nas famosas *nenecas*. Desse modo, crianças de colo eram conduzidas por todos os lados da cidade e sempre pelas mulheres. Jamais vi um homem fazendo *nenecas* naquela cidade. De toda forma, tecidos, crianças e mulheres faziam parte da cena cotidiana e cosmopolita do lugar.

**

O segundo tecido foi comprado num importante centro comercial da cidade do Recife. Entro numa loja popular e pergunto pelo tecido que melhor descreveria a cultura da cidade, das mulheres da região. óAschitas!Éclaroô, avendedor de pronto respondeu, me

conduzindo ao lote, onde havia muitas opções diferentes. Sempre coloridas. Escolhi umas três ou quatro estamparias e chegando em casa, de modo lúdico, apresentei-as à *Capulana*. Juntas, como um corpo vivo, elas poderiam conversar sobre tudo, especialmente, sobre a paisagem dessa pesquisa: os lugares por onde transitei até chegar ao produto final.

Maputo, capital de Moçambique, e Recife, capital de Pernambuco: dois campos, duas histórias. E histórias não nos faltou. Pelo período de dois anos, ouvi narrativas de feministas africanas de Moçambique, *Lá*, e das feministas negras de Recife, *Cá*. Dois feminismos distintos, mas com abordagens semelhantes e experiências compartilhadas do colonialismo português.

Como anunciar as andanças sobre militância com essas mulheres tão próximas pelos ideais, mas tão diferentes entre si? Com agulha e linha, fui bordando à mão as flores de chita e redistribuindo-as por sobre a *Capulana*.

O processo manual durou o tempo exato da escrita da tese e foi assimilando as reflexões da pesquisa e conferindo a ela um corpo inteligível e não convencional. Através da imagem, dois campos de pesquisa se apresentam. Escrevendo e inscrevendo no tecido e no texto bordei e refleti sobre esses dois países e sobre seus feminismos africano e negro, melhor quando falados no plural, tal como as mulheres que escolhem a luta e a lida como espaços de expressão de suas agências e resistências. Há infinitas conexões para o objeto propositor. Além de dar abertura e diálogo ao trabalho de tese, há também a possibilidade de estendê-lo ao chão para que possamos repousar todas as mulheres - visíveis e invisíveis - que comigo teceram essa proposta.

Ainda em tempo, cada obra deve deixar para aquele que a assimila um espaço de jogo que é preciso preencher (GADAMER, 1985). Preencher como desejar. Plurisignificar. Tecer hibrismos. Fugir e repousar. Dessa forma, ofereço esse objeto-tese como um suporte em rizoma: aberto, múltiplo e conectável. Desejo que passe a ser um instrumento de mediação para provocar diálogos. Coloco-o no entre-lugar, na fronteira da discussão e da dissidência, onde cada uma das feministas negras e africanas me permitiram dialogar e se fizeram presentes.

Venham! Sentem-se todas. Sobre essa manta descansam nossas ancestrais.

Abaricá, abaricá, abaricá (coragem).

1.2 Mapas para orientar-se

Nesta investigação o **objetivo geral** trilhado foi compreender e analisar as narrativas de militância negra com feministas africanas (no contexto moçambicano) e feministas negras (no contexto Recifense) em seus respectivos processos de subjetivação política. **Especificamente:** (i) Observei nos dois contextos as especificidades e aproximações com o feminismo; (ii) Identifiquei as pautas, agendas políticas e estratégias de atuação; (iii) Identifiquei as especificidades, consonância e assimetrias nos diferentes contextos; e (iv) Perscrutei a maneira pela qual as feministas se constituem, seus modos de intersecção e subjetivação política.

De tal modo, o presente trabalho foi pensado à maneira dos rizomas e das zonas de intensidade, assim como Deleuze e Guattari (2004). Nessa obra, os autores lançam mão do conceito de inconsciente e inconsciente maquínico que nos foi útil, como metáfora, para pensar o devir desse trabalho. Apropriando-se, portanto, de diferentes campos disciplinares para nos fazer repensar, refazer, criticar e problematizar não apenas a ideia de um inconsciente tido como determinante e estrutural, ou seja, aquele em que as etapas de seu desenvolvimento são claramente definidas, como no sistema árvore-raiz. Uma das críticas levantadas por esses autores, de quem me sirvo agora de inspiração e que sustenta o desenho dessa tese, traz algumas ideias no seu bojo, que foram úteis a esse processo. Primeiro, porque opto por pensar a pesquisa como usina e não em etapas pré-determinadas e fixas (introdução, método e análise). Nesse sentido, retomo o conceito de zona de intensidade e a partir dessa perspectiva pode-se variar infinitamente. Mostrarei uma, entre as inúmeras possibilidades, de apresentar as/aos leitoras/es reflexões que construí em torno das narrativas sobre a militância de feministas africanas e feministas negras. Essa interação é fruto de um campo de forças, uma engrenagem de conexões transversais, complexas e contingenciais. Fugi durante todo o percurso das generalizações, neutralidade e lugar do supostosaber.

À exemplo dos autores que citei, este trabalho pode ser lido como uma engrenagem, uma peça desmontável (do ponto de vista estético, político e acadêmico), com capacidade de conexões variadas, disjunções e fluxos diversos. Pode também ser lida em diferentes direções. Sua composição foi de devires, o que permite uma mobilidade entre suas zonas de intensidade.

Outras noções foram importantes na construção dessa peça-engrenagem: as ideias de Bachelard (1937) com o jogo paradoxal dos feixes de luz diurno e noturno que ele jogava quando se prostrava diante de seus estudos e experimentos, realizando uma desconstrução das posições de saber. Desse modo, sua discussão dialoga com a ciência em seus aspectos contraditórios e paradoxais, levando-nos a perceber que a potência do conhecimento científico

reside na capacidade de olharmos os fenômenos em suas diferentes dimensões, sem separações nítidas.

A metáfora por ele trabalhada, do clarão do dia e da escuridão da noite como unidade e não como aspectos contraditórios, nos faz pensar que o espaço entre o que se permite enxergar determinados fenômenos e o que se preserva na escuridão, não são aspectos antagonistas, mas sim compositores de uma paisagem onde se permite contrair diferenças e ambiguidades. Sendo assim, o tempo das experiências isoladas já não serve mais (BACHELARD, 1937).

O pensamento complexo também foi um operador importante nesse processo de pesquisa. Tal como nomeado por Morin (1996), complexidade reflete sobre as questões que estamos em dificuldade de conceituar. Para ele, quando dizemos que algo é complexo, estamos diante de duas posições. A primeira, de não utilizarmos a certeza absoluta naquilo em que investimos nossos pensamentos e ações. Segundo, de nos comprometer com os óndícios esparsos, alguns fragmentos provenientes do ruído à qual estejamos dedicados e que no máximo, nos coloca diante da redução de algumas incertezas, ósem deixar de conceber a complexidade (MORIN, 1996a, 1996b, p.22).

Inspiro-me ainda, naqueles passos que óvieram antes de mim (WERNECK, 2010) e tomo como exemplo várias publicações em que foi possível, mesmo no ambiente acadêmico, - a brecha - e o uso de recursos variados. Esse caminho se ampara em outros trabalhos já publicados, que questionam os modos tradicionais de pensar/fazer ciência e nos oferecem alternativas a esse embate. Como exemplo, cito rapidamente, os trabalhos que inspiraram o modelo deste: Murilo Moscheta (2011), Milena Lisboa (2013), Maria Lúcia Lima (2013), Mercedes Jabardo (2012), Luciana Kind e Rosineide Cordeiro (2016a, 2016 b).

Em todas essas produções acadêmicas, a pulsão mais forte está, exatamente, no desenvolvimento e aprimoramento de um ofício como prática de pesquisa (MILLS, 2010). No primeiro exemplo que cito, Murilo Moscheta (2011) opta por escrever sua ótese-intervenção, utilizando-se de uma escrita que não separa os livros de literatura dos livros de ciência em sessões diferentes na prateleira. Sua narrativa está atravessada por diversas cenas, e com a presença de interlúdios (pequenos espaços de repouso e silêncio) ele apresenta crônicas da/para pesquisa e as utiliza como elemento crucial de entendimento ao seu trabalho.

Já na Antologia dos Feminismos Negros, organizada por Jabardo (2012), e publicada pela editora *Traficante del Sueños*, as autoras preparam, divulgam e imprimem textos de outras formas de vida, como parte de um projeto autônomo. Utilizam-se de recursos pouco usuais, como a fotografia e a poesia, para a construção teórica e de prática insurgente

questionadora, lembrando-nos, de que as ferramentas utilizadas pelo senhor não serão úteis para esse combate porque são instrumentos que visam a manutenção do *status quo* (LORD, 1983;1984).

Essas autoras apresentam, como resposta às ferramentas dominantes, epistemologias e escritas que se revelam como alternativas contra-hegemônicas e dissidentes, sendo a insurgência, rebeldia e dissidência seu principal horizonte do trabalho. A óCarta de Alforria manifestada por essas autoras, expressa textualmente, óa livre circulação e citação da obra, bem como, o uso do idioma não-hegemônico, o castelhano, como forma de subverter as ordens opressoras que elegem o inglês como língua mãe. A quem pertence e como devemos comunicar o conhecimento? A quem se destina? Faz parte de algumas das inquietações que as autoras trazem e que me serviram de guia.

Por último, o formato dessa tese, ampara-se, de modo particular, na minha experiência com um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq: o NaGes (Narrativas, Gênero e Saúde). Foi nesse espaço de trabalho e interlocução que construí e me encorajei cada vez mais à narrativa que aqui proponho. Entre os anos de 2013, desde que ingressei no Doutorado, até o final de 2016 fui integrante de uma pesquisa que objetivava analisar e compreender as narrativas sobre a morte de mulheres no Sertão Central de Pernambuco e mulheres vivendo com HIV/AIDS no jogo político dos enfrentamentos pela vida¹. Foi possível, ao longo desses anos de formação, exercer uma experimentação mais livre e criativa para lidar com os achados dessa pesquisa.

Além dos relatórios finais, publicação de artigos e organização de eventos científicos, o grupo realizava oficinas de escrita e publicamos, ao final da pesquisa, um livro em parceria com as interlocutoras da pesquisa, provocadas pela pergunta feita por Daphne Patai (2010): óquem vai ficar com o último pedaço de bolo?ô. Nesse trabalho, a autora aborda os ganhos materiais e simbólicos que nós, pesquisadoras/es, obtemos com as publicações e outros produtos fruto das pesquisas que realizamos.

No nosso caso, decidimos por construir junto com as interlocutoras da pesquisa contos relativos aos fragmentos das ricas entrevistas que elas nos concederam. O resultado desses encontros gerou um relato não-convencional de pesquisa e, no formato de um livro, publicamos em coautoria com as entrevistadas o óNotícias da Vidaô (KIND e CORDEIRO, 2016).

Esse exercício de retornar ao campo nessa pesquisa para construir um texto junto com mulheres com quem não tínhamos por hábito produzir e publicar, impactou-me de tal modo

¹ A pesquisa cadastrada no CNPq se desenvolveu sob coordenação das professoras Luciana Kind e Rosineide Cordeiro. Ver mais em: Kind e Cordeiro (2015).

que exerceu forte influência sobre a composição e o modo como me orientei ética e politicamente na trajetória da tese propriamente dita. Evitei, estimulada por essa experiência dinamizadora, deixar de um lado da prateleira, os livros de arte e literatura, e do outro lado, os artigos e livros de ciência. Dialoguei e refleti junto às duas prateleiras, e recorro a uma narrativa animada por diferentes elementos textuais.

No passo dessas alianças, amparei-me em filiações epistêmico-metodológicas que também confluíam no fluxo contra-hegemônico e alternativo. Me deparei ao longo das parcerias epistemológicas, com autoras como Sojourner Truth, bell hooks e Grada Kilomba. Nesses exemplos, as autoras mudam seus nomes de batismo e optam por grafias que questionam, entre outras coisas, um modelo hegemônico de escrita. Comprometem-se, portanto, com um posicionamento insurgente e revelador de uma outra ordem que pensa as regras em seus próprios termos e agência.

Forjar maneiras igualmente alternativas, criativas e não convencionais faz parte dos encontros epistemológicos e de campo que compartilhei com feministas africanas e feministas negras, que narraram suas existências como uma obra de arte e resistência. Forjei maneiras igualmente alternativas, criativas e não convencionais de apresentar o texto.

Em ambos os espaços que circulei, desde as teorias até às feministas, a subversão e dissidência operou como interessante interlocução: seja através das narrativas das epistemologias feministas, seja através das próprias feministas nos seus fazeres. Essas dinâmicas me conduziram a pensar tais questões à semelhança de um rizoma, que nas palavras de Deleuze e Guattari (2004), não cessam jamais desconectar.

Este conceito, o rizoma, fez-se importante para o fundamento desse trabalho. Ainda de acordo com Deleuze e Guattari (1995, p. 32) trata-se de um conceito que

procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. [...], o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. [...] unicamente definido por uma circulação de estados [...] todo tipo de ódeviresô.

Do modo de funcionamento à exemplo dos rizomas, esse trabalho se conectou a um outro de igual importância: os devires subjetivos. Empreendi um esforço não apenas de utilizá-los como uma lupa para os acontecimentos do campo de estudo, mas os situo também, ao modo como inscrevi o trabalho, que se especifica por meio de uma produção de subjetividade opondo-se à ideia de que:

é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de Aprocessos de singularização, uma maneira de recusar esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos

de manipulação e tele comando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.16-17).

Nesse intento, persigo a ideia da construção intelectual de um trabalho marcado pelo desenvolvimento de encontros e sensibilidades, de um modo de pensar o fazer pesquisa pensando nas relações com os outros e comigo mesmo; de um espaço aberto de criatividades que imprimam uma marca singular no mundo. E nesse aspecto, saliento que foi a partir do encontro com as feministas negras e as feministas africanas que esses contornos passaram a fazer parte de minhas preocupações. Porque a escrita de si das feministas que acompanhei pareciam coincidir, como nas palavras emprestadas de Guattari e Rolnik (1986, p. 16-17): ócom um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossosô.

E para citar alguns poucos exemplos, os valores que não incorporam uma prática feminista (africana e negra) são aqueles expressos e marcados pela crueldade de um cotidiano aliado aos Estados: racistas, Lgtfóbicos, genocidas de meninas, mulheres e jovens, e com economias cada vez mais ultraliberais que recaí sobre esses grupos com maior prejuízo.

Os processos de subjetivação das feministas africanas e das feministas negras foi uma das noções de que mais me aproximei nesse trabalho. Amparei-me, portanto, num conceito de subjetividade que se pensa através de engendramentos e agenciamentos de enunciação e que percorre:

toda a produção de sentido, de eficácia semiótica ã não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Estes processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos... Enfim sistemas que não são imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (Guattari e Rolnik, 1986, p. 31).

O esforço aqui empreendido é o de pensar as narrativas feministas no compasso da construção da tese a partir de um certo descentramento oriundo de diferentes fluxos. Ora, se as feministas forjam uma quebra do lugar comum e emergem estatutos civilizatórios outros, esse trabalho não poderia se apartar desse compromisso também. Qual seja: de construir uma relação complexa e imbricada com diferentes vetores do fenômeno que transpassam ese

expressam de maneira profunda com o micro e o macro e que se estende do pessoal ao coletivo, do econômico ao tecnológico, numa rede de múltiplas e infinitas conexões.

A seguir, organizo algumas das conexões desse trabalho em zonas de intensidade, precedidas sempre de fragmentos do diário de campo da pesquisa. Antes, explico o quanto os cenários políticos efervescentes nos dois países foram importantes para compreender as narrativas dos feminismos *Lá e Cá*.

1.3 Os contextos político-sociais como pedraangular

Emaranhada por diferentes cenas políticas. Esta foi a meu ver a grande surpresa do meu trabalho em campo e que organizou e reorganizou em diferentes fases as inscrições subjetivas de uma narrativa feminista nos dois países. Iniciei o trabalho de campo em 2014, na cidade de Maputo, capital de Moçambique e logo depois dei continuidade na cidade de Recife, capital de Pernambuco. O ano de 2014 foi *sui generis* para as eleições presidenciais nos dois países. Mas não só, os anos subsequentes foram igualmente decisivos para a agenda política desses feminismos.

Moçambique elegeu Filipe Nyusi, da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO), partido que governa o país há 20 anos. Apesar de Filipe Nyusi ter assumido a presidência do país, muitos conflitos estouraram depois da vitória. Moçambique também assistiu ao assassinato de um acadêmico da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), o advogado Gilles Cistac. Gilles defendia que a oposição ao atual governo, na figura do Afonso Dhlakama, poderia governar nas áreas em que recebeu a maioria de votos, nesse caso, no lado mais ao norte do país. O advogado foi assassinado por defender constitucionalmente essas ideias, o que trouxe um clima ainda mais conflituoso e de vulnerabilidades em Moçambique. Uma onda de incertezas junto a uma forte incidência dos fundamentalismos religiosos repercutiu mais tarde sobre o disciplinamento dos corpos das mulheres.

Já no caso do Brasil, assistimos no mesmo ano de 2014, a reeleição apertada da presidenta Dilma Rousseff. Em 2015, o Brasil assistiu a um mecanismo de forças externas e internas de desestabilização do governo eleito democraticamente, levando-a a uma séria crise governamental². O golpe, que recebeu apoio de instâncias parlamentares, jurídicas e da mídia hegemônica, veio a se confirmar no dia 31 de agosto de 2016.

² A crise se estendeu e, em 2016, a presidenta foi afastada por 180 dias do cargo sob o risco de sofrer impeachment, por acusação de crime de pedaladas fiscais. A pedalada fiscal foi utilizada pela oposição ao governo como artifício de legalizar o golpe. O ócrimeô da presidenta constituiu em uma prática comum e utilizada por todos os governos em níveis municipais, estaduais e federais que visam, num período de arrocho econômico, garantir que as metas de superávit sejam atingidas (SILVA, M. 2016).

Esses dois cenários políticos, tanto em Moçambique quanto no Brasil, foram atenuantes significativos à prática e narrativa da militância dos feminismos para os dois contextos pesquisados. Nenhuma das feministas que entrevistei estiveram imunes ou isentas de refletirem sobre os impactos desses acontecimentos. Inclusive, em cada um desses lugares, as feministas alertavam para os perigos de uma fragilização das democracias em seus respectivos países sob sério risco de recair maior prejuízo sobre os/as grupos a quem essas mulheres saem em defesa.

Um exemplo da repercussão política e social desses acontecimentos endossa um dos alertas dados pelas feministas moçambicanas de uma ónda reacionária no mundo, incidindo fortemente sobre os corpos, direitos e subjetividades das mulheres. Junto ao quadro de instabilidades políticas e sociais recai sobre os direitos das raparigas³ e mulheres o maior prejuízo. Cito aqui dois exemplos ilustrativos. No primeiro, o recente decreto do governo moçambicano obrigando o uso de maxissaias⁴ pelas secundaristas como um recurso do Estado para evitar que as jovens sofram assédio sexual. E no Brasil assistimos a retrocessos semelhantes, basta lembrar do Projeto de Lei que prevê a proibição do debate sobre as questões de gênero na escola. Além disso, a PEC-55, que visa o congelamento por 20 anos dos gastos públicos recairá, sobretudo, para as populações negras mais vulnerabilizadas, já que são elas, a maioria das usuárias dos serviços públicos de saúde e educação.

Os problemas da fragilização e desestabilização das democracias, tanto em Moçambique quanto no Brasil, atingem diretamente as pautas e as agendas políticas dos feminismos africanos e negros. Desse modo, utilizo-me, na abertura de cada capítulo (ou zona de intensidade), de fragmentos de meu diário de campo sobre os principais acontecimentos políticos e sociais nesses dois países. Foi impossível, a partir das narrativas sobre os feminismos que ouvi *Lá e Cá*, não dar um merecido destaque aos contextos políticos de recrudescimento e de políticas de austeridade, vivenciados em ambos países.

Desse modo, escolhi para introduzir cada fluxo passagens sobre o período de pesquisa de campo e que revelam o quanto as feministas estão atentas aos perigos de um Estado de exceção. Algumas das entrevistadas privilegiaram esses retrocessos como uma das pautas de atualização necessária de suas agendas de trabalho e fazeres políticos.

Sendo assim, o desenho da tese apresenta-se na forma de quatro platôs fundamentais antecidos por uma apresentação ou mapas para orientar-se, com crônicas ou fragmentos dos

³ No Brasil este termo rapariga é pejorativo, contudo em Moçambique é comumente utilizado e significa jovens com idade entre 12 e 18 anos.

⁴ É o termo que se utiliza em Moçambique para caracterizar as saias que tem comprimento até o calcanhar.

diários de campo acenando para uma evolução estremecedora dos contextos políticos e sociais em que as entrevistadas e eu estivemos inseridas naquele período de realização do campo até a finalização da tese (entre 2014 e 2017).

No **fluxo I**, apresento o Introito aos Caminhos Percorridos. Discuto o método; As filiações qualitativa e feminista negra e africana, os modos de fazer pesquisa nesse contexto, e minha pertença à artesanaria intelectual. Alimento ainda, numa segunda parte um devir do *como* e *onde* me vinculei aos dois campos de pesquisa. Em Moçambique, fui a pesquisadora não-africana e estrangeira. E em Recife, a pesquisadora não negra. Saliento nessa passagem os encontros, as marchas e os contatos mais significativos que construí nesse tempo.

Defendo no **fluxo II**, minhas filiações epistemológicas aliadas à discussão: a) do conhecimento científico, o que é dado como legítimo? b) da imersão às epistemologias abissais; dos feminismos negros e do estatuto da interseccionalidade; bem como, da discussão teórica de gênero e feminismos no contexto moçambicano.

No exercício analítico - **fluxo III** - capturo as narrativas e teço um fio sobre o feminismo com ativistas moçambicanas e feministas negras recifenses, feito à luz das epistemologias concernentes a cada campo. Em resumo, nesse devir não separo as narrativas das feministas de *lá* e de *cá*, mas recorro a ambas como dispositivo potente de análise e diálogo. Nesse caso, uso a discussão de gênero e das *epistemes* africanas para analisar a realidade dos feminismos moçambicanos. E utilizo as lentes das *epistemes* do feminismo negro, de base interseccional, para analisar as narrativas dos feminismos negros. Não separo as narrativas em devires distintos, mas lanço mão de um entendimento simultâneo e dialógico no trato com os dois campos.

Apresento óem Jeito de Conclusão - expressão tipicamente Moçambicana - o **fluxo IV**, forjando um trabalho de síntese e dos futuros feministas possíveis dessa proposta de trabalho. Elenco os principais achados da pesquisa, as aberturas e fissuras, os cenários que foram permitidas perceber no período de realização da mesma.

Antes de concluir essa Introdução, considero importante orientar os/as leitores/as sobre os usos que faço ao longo do texto em relação às convenções da escrita e modos de citação de algumas autoras. Utilizo de modo misto a primeira pessoa do singular e a terceira pessoa do plural. Quando as ideias do texto estiverem atravessadas pelo encontro que realizei entre as interlocutoras e eu; entre as conversas com o grupo de pesquisa e eu; e também, no diálogo construído com minha orientadora, usarei a terceira pessoa do plural. Nos momentos em que me coloco na primeira pessoa do singular é quando considero não só que o pessoal é político, mas também porque há momentos em que a gestação das ideias se

dá nos momentos mais solitários, a sós. Nesse sentido, mesmo considerando que nunca estamos sós porque os textos e as ideias se fazem presentes sempre no contato com os outros, preferi usar a primeira pessoa.

O uso do itálico sinaliza sempre as palavras estrangeiras. As aspas, quando cito frases e/ou diálogos literais. Já as palavras negritadas recorri como pescadores/as para destacar no início de cada capítulo uma síntese do que iria desenvolver; são os destaques dos pontos principais de cada capítulo.

Antes da abertura de cada capítulo narrarei episódios políticos encenados no Brasil e em Moçambique. Essa escolha teve a intenção de demarcar um fluxo narrativo um tanto distinto do corpo do texto (nomeados de interlúdios), ou seja, representam um respiro, uma pausa entre o final de cada fluxo e o devir do próximo⁵.

Por último, sinalizo ainda, que a pedido de algumas autoras do feminismo negro que mudaram seus nomes de batismo, como: Sojourner Truth, Grada Kilomba, June Jordan, bell hooks, e/ou solicitaram ainda, a grafia de seus nomes em letra minúscula, como é o caso de bell hooks⁶, neste texto serão escritos e grafados conforme o desejo e a posição política das mesmas. São autoras que contestam e contrariam inúmeras vezes, e em muitos aspectos, a formalidade e a hegemonia das normas acadêmicas, inserindo-se, portanto, num modo de fazer e pensar ciência de maneira contra-hegemônica e de r(e)xistências que se expressam, inclusive, pelo modo como escolheram ser nomeadas e citadas.

1.4 Interlúdio I

ôNão saiam de casa amanhã, não saiam. Pode ser perigosoô. Não entendíamos muito bem essa dinâmica das eleições gerais em Moçambique. Ontem, uma sensação de pânico social na universidade interrompeu as aulas. Por conta de uns conflitos estourados lá pelo lado da Matola. A promessa da oposição é que se estenderia revoltas por todo o país, pois diziam saber que possuem os votos necessários para vencer, mas isso não acontecerá. Disseram-nos que civis, utilizando o transporte coletivo, atearam pedras uns contra os outros. Isso deixou os

⁵ Naversão offísica, os interlúdios estão impressos numa folha de papel vegetal, mais espessa que o papel offício e translúcida, sugerindo um movimento de passagem. A fonte utilizada era Andaluz, com fonte 11 e espaçamento duplo. Em função das normas e adequações técnicas para esse trabalho. Não foi possível manter essa estética textual.

⁶ bell hooks é um exemplo peculiar, pois não só seu nome de batismo é alterado como também recomenda que a grafia de seu nome seja em letras minúsculas. Ela é uma das mais influentes intelectuais das epistemologias do feminismo negro e utiliza de estratégias múltiplas de confrontação com as epistemologias hegemônicas, suas estratégias divergem portanto, das normas ocultas de boapartido dos idiomas e de uma formatação acadêmica, tipo ABNT.

universitários/as que voltariam para casa utilizando esses transportes apreensivos/as. Na saída da universidade, uma última recomendação: amanhã são eleições gerais no país: óFiquem em casa, pode ser perigoso!ô. O atual presidente é o Armando Guebuzi, que apoia o Filipe Nyusi. Ambos são do atual partido da situação, FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) contra o lendário Afonso Dhlakama, do partido de oposição, RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana). Apesar de parecer haver uma disputa democrática, já faz 20 anos, desde as primeiras eleições diretas, que a FRELIMO ósegura o poder nas mãosô. Esses conflitos, dias antes das eleições gerais, são o prenúncio de que o partido RENAMO encontrará meios de disputar o poder. Mesmo que para isso, deflagre uma guerra armada. Esse nome óguerraô acende um clima de confusão e descontrole. É nítido ver o quanto essas ameaças mexem com a emoção dos/as moçambicanos/as (Diário de Campo, 15 de outubro de 2014).

Nyusi sucederá Guebuzi, mas Dhlakama, insatisfeito, veio à TV dizer que o processo não foi transparente e recorrerá da decisão. Em paralelo a Moçambique, o Brasil está em polvorosa. Sentimos aqui, de Moçambique, um frisson difícil de explicar. Mesmo à distância, estamos muito envolvidas com a disputa presidencial que levará Dilma Rousseff (PT) à reeleição ou que terá Aécio Neves (PSDB) como novo presidente do Brasil (Diário de Campo, 30 de outubro de 2014).

A diferença de fuso entre Brasil e Moçambique são de cinco horas. Já passa da meia-noite e acompanhamos ansiosas, pela internet, o resultado da eleição presidencial do Brasil. Com apitos e muitos gritos, acordamos todos os vizinhos do prédio onde moramos na Av. Eduardo Mondlane. Dilma se reelegeu. Segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a candidata alcançou 51,63% dos votos e por bem pouco não se reelegeu. Daqui do outro lado do Atlântico ficamos sem entender quais forças políticas da direita atuam nesse momento. Sentimos um alívio pelo resultado, mas tememos que esse resultado apertado nos leve a mares revoltosos também (Diário de Campo, 27 de outubro 2014).

2 FLUXO 1: INTRÓITO AOS CAMINHOSPERCORRIDOS

*Caminhante não há
caminhoO caminho se faz
aocaminhar...
(AntonioMachado)*

O conhecimento é construção de várias agências. Uma pesquisa de doutorado dura em média quatro anos e durante os 48 meses de trabalho de tese, uma série de metodologias são utilizadas. No *script* de cada curso de pós-graduação estarão presentes em sua tessitura, entre outras exigências, o curso de: disciplinas obrigatórias, estágios-docência, atividades de extensão, escrita de artigos e capítulos de livros, participações em congressos, grupos de pesquisa e orientações. São quase 360 horas de atividades complementares até chegar o momento da escrita da tese, ao qual se reserva em média, o último ano. Esse conjunto de atividades cumpridas habilita a nós estudantes o título de doutora.

Apesar das exigências serem as mesmas a todos/as os/as discentes matriculados/as, cada estudante, no processo de formação, lançará mão de algumas estratégias específicas e compatíveis conforme as necessidades e filiações de suas linhas e grupos de pesquisa⁷, bem como da natureza do trabalho qualitativo e social. Se por um lado, é necessário cumprir todo aquele arsenal proposto pelos programas de pós-graduação, por outro, esse caminhar na pesquisa sugere uma incursão pelo ócomoô, óondeô e o óqueô fizemos no decorrer do processo, que vai desde os recursos metodológicos até às negociações permanentes entre grupos de pesquisa, orientadora e interlocutoras diversas do trabalho. Menciono em especial os últimos, porque foram necessárias muitas negociações e adaptações ao texto para atender algumas exigências dos grupos de mulheres dos quais me aproximei: uma linguagem mais acessível, referências teóricas de preferência de intelectuais negras, entre outros acordos que detalharei mais adiante (SPINK,2003).

A epígrafe citada no começo do capítulo, poetizada nas palavras de Antonio Machado, sugere-nos algumas possibilidades de significação para o objetivo que sucedo. Por analogia, a pesquisa qualitativa, e seus métodos, nunca estão prontos, faz-se eles ao caminhar. Nesse aspecto, a produção qualitativa do conhecimento à qual recorro não ocorre de modo automático e previsível. Apesar de realizarmos um esforço intenso de projeção e reformulação continuada do trabalho, ela só se desenvolve ao caminhar. Embrionamos, gestamos e produzimos durante todo o tempo um produto nomeado tese. No entanto, uma série de acontecimentos, negociações e mesmo des-acontecimentos irrompem nesse processo como natureza desse manejo de pesquisa. As afetações são contínuas e reconstruídas o tempo inteiro.

⁷ Filiada à linha de Pesquisa Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas. Me inseri também em dois grupos no CNPq: o primeiro, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas ã GEPCOL (UFPE). O segundo, Narrativas, Gênero e Saúde ã NaGes (UFPE/PUC-MG).

Para Umberto Eco (1977), em *ÓComo se faz uma tese*, nos é proposto algumas pistas do que significa e representa desenvolver um trabalho como esse. Para este momento cabe assinalar:

A tese é, em primeira mão, uma descoberta da arquitetura reflexiva presente em toda investigação; logo, a ciência como atividade transforma-se na faina artística que inventa para revelar as dimensões invisíveis, incógnitas, submersas, recônditas, múltiplas, sensíveis e complexas (ECO, 1977, p. 12).

Imbuídas dessas premissas, na sessão seguinte circunscrevo as considerações sobre os enalços e percursos metodológicos que realizamos nesse trajeto de pesquisa. Apoiaremos-nos sob quatro eixos fundamentais, colunas de sustentação para a composição dessa arquitetura. Primeiro, reconhecemos a infinidade de perspectivas de trabalho em uma pesquisa qualitativa e partilhamos de alguns princípios norteadores: suas linhas de montagem, os esforços de coerência e algumas contradições da artesanaria do processo, ou, nas palavras de Haraway (1995), é preciso pensarmos atentamente no uso que fazemos de nossas tecnologias de visualização, ou seja, *quais* recursos utilizamos, *por que* o utilizamos e *com quais* finalidades? No segundo ponto, apresento o surgimento do quesito racial para esse trabalho de tese. Sua importância decorre do fato de somente ter sido despertada e me sentido provocada para a presente questão no doutorado. Em seguida, como terceiro ponto, apresento alguns dos dispositivos atuantes nessa pesquisa e como compreendemos esses circuitos integrados. Nesse percurso, trabalhamos na presença das inspirações etnográficas, a observação participante, os cadernos e diários de campo, bem como, as entrevistas narrativas. Essas tecnologias de geração de narrativas sobre a militância auxiliaram-me na organização, observação e tratamento da coprodução dedados.

Na sequência, desenvolvo um quarto e último ponto especialmente importante, dedicando-me ao *como* e *desde onde* construí meus vínculos com os campos e interlocutoras da pesquisa, que estava intitulada até o momento como: *Narrativas sobre a militância com mulheres negras recifenses e mulheres africanas em Moçambique*. Invisto uma atenção especial ao modo como ocorreu minhas inserções, interações, deslocamentos e afetações nos dois campos. Como me situei, observei e consegui descrever os dois campos? Eles sempre fizeram parte de minhas aspirações de pesquisa? Quais compromissos éticos e políticos que os campos me despertavam a pensar para além da submissão do projeto aos comitês de ética e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)? Foi suficiente às mulheres participantes da pesquisa a assinatura do termo? De que modo fui construindo uma relação com as interlocutoras mulheres?

Estando em Recife, percebiam-me, e eu percebia a mim mesma como a ópesquisadora não-negraô, uma espécie de óforasteiraô. Assim, foi-me necessário percorrer nesse processo um caminho do pertencimento racial branco e das possíveis implicações disso na relação com as mulheres de Recife e de Moçambique. Em Maputo, mais uma vez, minha cor foi percebida. Somado a essa parte, o fato de ser jovem, solteira e de outra nacionalidade - de novo óforasteiraô - evocava algumas desconfianças e fui sendo percebida como a óinvestigadora não-africana que estava sempre em companhia de uma mulher mais velhaô. Essas e outras questões figuram na última etapa desse texto, e dará uma tônica do como fui concebendo um campo-tema a partir das ideias propostas por Peter Spink (2003, 2007, 2008) e tomando o cotidiano como lócus privilegiado de observação.

2.1 A pesquisa qualitativa como artesanato intelectual

Com efeito, a pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais reflete um amplo leque de opções específicas de investimentos, habilidades, envolvimento e técnicas utilizadas pelo pesquisador/a. O que (es)colher mediante tantas possibilidades? Conforme destaca Deslandes (2007, p. 31), é necessário caminhar em direção à construção de uma sensibilidade, movendo-se na articulação de:

Múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstração teórico-conceitual e de conexões com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes, e sobretudo, de rigor e criatividade. (DESLANDES, 2007, p. 31)

A imagem do pesquisador como artesão intelectual conferiu-me um indicativo importante nesse processo de pesquisa, não apenas ao partir de uma ideia de construção ómanualô de um produto, mas porque posso admitir nesse processo o desenvolvimento de um trabalho-ofício a exemplo dos artesãos, que se aprimoram ante seu ofício e lidam com uma superação permanente de suas técnicas e manejos. O sociólogo Wright Mills (2010) sustenta um argumento de que o artesão intelectual se contrapõe ao pesquisador convencional que do laboratório testa hipóteses neutras e distanciadas de suas interlocutoras. O artesão-intelectual, diante de sua prática, refina-a continuamente. Esse modo de fazer artesanal, mais do que uma busca por estabilidade, provoca uma salutar ambivalência e instabilidade com relação à ciência, aos campos que pesquisamos e aos modos como nos relacionamos com as teorias. Nesse sentido, apoiamos-nos em aportes teóricos como o de Sandra Harding (1993), Sardenberg (2002) e Schienbinger (2001), que compactuam que não existirá em nenhuma ciência um ato desinteressado.

Para o/a artesão/a, no caso, as pesquisadoras, partilha-se uma maneira autêntica de construir seu trabalho, realizando-se num ritual que vai desde a construção do tema/objeto de pesquisa, até o manejo de técnicas ã atuantes - mais adequadas para aproximar-se do campo, bem como, das tecnologias de registro desses dados. Todas as escolhas se enviesam por uma perspectiva situada e posicionada, compactuando de alguns princípios locais e situados, conforme Haraway (1995). Não acreditamos na possibilidade de um fazer ciência ou escrita neutras. Dizer-se neutra, diz, para nós, de uma posição política (bell hooks, 2013).

A escolha de determinadas tecnologias de aproximação e adensamento nos serviram em determinados momentos como lamparina: em algumas situações iluminando a paisagem, mas em outras, admitimos, desfocando o alvo e tornando a imagem ao longe difusa, forçando-nos a traçar ao longo do trajeto novas estratégias. Admitimos a importância, no entanto, de uma cuidadosa anotação dos afetos e afetações do/a pesquisador/a na sua relação com a pesquisa e com as interlocutoras - do campo -, o que envolveu, para dar conta dessa trama relacional, desde a composição de uma rede teórico-epistêmica até a construção subjetiva e alteritária, decorrente dos encontros que sedesenvolveu.

O desafio da pesquisa *quali* não diminui mediante as inúmeras tecnologias disponíveis, ao contrário, exige-nos um exercício de reflexão e crítica constantes quanto aos filtros das possibilidades oferecidas. Cabe um desafio de reunir as peças desse complexo quebra-cabeças de variadas possibilidades, de acordo com a harmonia das cores, formatos e tamanhos. Recomenda-se ao estudioso/a, uma boa dose de negociações, criatividade e reiventividades para os inúmeros acontecimentos que se acumulam no decorrer do processo - imprevisível e precário -, sempre. Assumimos, pesquisadoras e pesquisadores, um compromisso de, ao final do tempo previsto para conclusão do trabalho, formar um corpo inteligível. A esse aspecto, denominamos, segundo Laville e Dione (1999) *debricoulagem*.

A montagem é como um confeccionador de colchas ou um improvisador no jazz. Esse confeccionador costura, edita e reúne pedaços da realidade, um processo que gera e traz uma unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 19).

Uma teia com múltiplos elementos, compostos por diferentes ritmos, texturas e cores. Uma arte de tecer, colar e remontar fragmentos discursivos, linguísticos, críticos e analíticos. Um sistema que se organiza mediante a reunião de um quadro inteligível, capaz de oferecer aos leitores uma compreensão teórica, reflexiva e analítica do processamento dado as informações recebidas e analisadas.

A pesquisa aos moldes de um *bricoleur* organiza-se de modo processual, em variados níveis: estéticos, imagéticos, linguísticos, discursivos e políticos. Zanella (2013) contribui com alguns fundamentos para pensarmos esses arranjos e nos convida a refletir sob esse sistema processual como parte de um trajeto, em busca de criatividade e inteligibilidade, tanto para aquilo que se vê, escreve e/ou analisa.

A referida autora empreende uma busca por:

Outros ângulos, outros aspectos, outros sentidos, enfim, possibilidades outras a serem reinventadas para os encontros que se apresentam no processo de pesquisa. Esses encontros, por sua vez, podem levar a direções imprevistas no que se refere à constituição das pessoas em relação (ZANELLA, 2013, p.147).

Os esforços de compreensão são múltiplos, e as imprevisibilidades também. De antemão, é possível colocar-se, conforme as pistas da autora, numa abertura e sintonia ao que se demonstra no percurso de uma pesquisa. Proponho, de tal modo, dar um passo em direção à explanação do como cheguei aos atuais debates desse trabalho: o que me ótomou de assalto e revelou potências para um trabalho de tese? É difícil assinalar um começo exato, contudo, a produção de informações na pesquisa social compartilha suas ferramentas a partir de diversos campos disciplinares, e a antropologia é um desses campos (SPINK et al, 2014). Conforme orientações advindas do campo etnográfico, o exercício de situar, observar e descrever da maneira mais óclara possível é um passo fundamental para o desenvolvimento da pesquisa com os compromissos que aqui propomos: de ser local e situada, de compartilhar ética e política com suas interlocutoras⁸. Não é escrever sobre óas outras, mas com óas outras numa composição de sentidos múltiplos que tolera a tensão dos lugares híbridos (BOSSI, [1979], 2008).

Como primeiro passo desse caráter processual e dialógico, discorro, inspirada por semelhante trabalho desenvolvido por Jabardo (2012), sobre o *como* e *desde onde* a vinculação ao tema e à construção do conhecimento sucedeu. Essa estratégia parte ainda do reconhecimento que o modo como construímos um campo-tema é feito a partir de um trabalho de ordenamento e não de hiegienização (VIÉGAS e TSALLIS, 2011; SILVA H, 2009).

O encontro da pesquisadora com seu campo de pesquisa depende de uma série de fatores e acontecimentos. Compartilhamos ainda com Spink (2003), a noção de ócampo-tema no qual o campo não é um lugar específico, mas uma processualidade em curso de temas,

⁸ Interlocutores/as aqui representa todos aqueles/as que se interessem pelo trabalho e possam desse, se beneficiar de algum modo. E não apenas se refere às participantes da pesquisa.

situações e acontecimentos situados. Nessa visão, o ócampoô se refere ao como observamos e interagimos com as pessoas da pesquisa. Dadas as orientações de Peter Spink é recomendado a nós, psicólogos sociais, a seguinte pergunta: óo que é que estamos fazendo, como e onde?ô E para dar conta dessa tarefa, apresento o nascedouro de um campo-tema: quando os formatos de uma aula e cooptação de uma questão até então não observadas por mim, passaram a ter uma relevância a ponto de me fazer mudar de tema de pesquisa e enveredar por um caminho quase por inteiro desconhecido. Sigo perseguindo as pistas das matrizes de um campo-tema como um ócomplexo de redes e sentidos que se interconectam [...] campo, portanto, é o argumento onde estamos inseridos; argumento este que tem múltiplas faces e materialidadesô (SPINK, 2003, p.28).

Elegi alguns pontos que considero importantes para a minha vinculação à temática atual e sua posterior negociação e construção de um campo-tema com mulheres negras na cidade do Recife (primeira imersão). Invisto na trajetória da minha cooptação por um campo, os principais acontecimentos que a definiram, bem como os seguintes e subsequentes reposicionamentos que esse campo me permitiu, incluindo mais tarde no decorrer do processo da pesquisa, o desenvolvimento de um estágio que realizei em Moçambique onde pude incorporar ao campo-tema as narrativas com ativistas africanas sobre seus modos de militância (segunda imersão).

2.2 A construção e negociação mulheres e feminismo - o surgimento do quesitoracial

Quando falo em co-construir e negociar o campo, no entendimento de Peter Spink (2003), refiro-me aos processos multidirecionais da escolha e formação por uma determinada temática. Segundo ele, esses processos podem ser iniciados

Em qualquer momento e por qualquer parte, pessoa ou acontecimento. Muitos de nós tivemos a experiência de iniciar uma investigação no ponto A e terminar no ponto J, com uma questão diferente ou um outro ângulo que foi sugerido de alguma maneira por aquilo que aconteceu durante a investigação (SPINK, 2003, p.30).

Foi assim comigo. No decorrer de uma disciplina de Política, Movimentos Sociais e Processos de Subjetivação, com o Prof.^o Jorge Lyra⁹, senti-me provocada para o que viria a ser meu atual interesse de pesquisa. Passei a um nível de compreensão mais aguçado e interseccionalizado entre os fenômenos entrecruzados de desigualdade social, movimentos sociais e subjetivação política discutidos nessa disciplina. Entre as muitas atividades

⁹ Disciplina ofertada no 2º semestre de 2013, pelo Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

propostas, preparávamos seminários e assistíamos palestras de militantes envolvidos em diferentes movimentos sociais: do LGBT ao Hip Hop, dos movimentos negros às práticas de saúde, etc. A disciplina visava além de aprofundamentos teóricos a realização de interlocuções com representantes dos movimentos sociais que estariam na universidade colocando seus pontos de vista e visões de mundo e coletividades.

Havia outro cruzamento óinterseccionalô nessa disciplina: academia e militância encontravam-se, e esses diálogos suscitaram em mim inquietantes desdobramentos. Entre eles uma percepção mais aguçada da vida social e dos entraves com que os/as militantes constituíam suas existências, com mais resistência e agência tanto a níveis pessoais quanto coletivos. Dos/as muitos/as convidados/as para essa disciplina, uma presença em particular tocou-me mais profundamente. Precisamente, no dia 28 de junho de 2013, contamos com a presença da advogada, militante, feminista negra e Íyà Basé¹⁰, Vera Regina Baroni. A aula daquele dia a tinha como convidada e na medida em que ela falava, percebia-se ali a presença forte de uma Ialodê (mulher de grande valor e sabedoria, nas representações de matriz africana).

Versava-se naquele encontro sobre:

- a) A pauta urgente de enegrecermos os feminismos, a militância e as lentes sobre as questões das desigualdades sociais;
- b) Focar e combater o genocídio da juventude negra;
- c) Sensibilizar para a aniquilação subjetiva feita especialmente às meninas negras.

Como meu campo de intersecção é o da Psicologia, aquele encontro-aula fez-me pensar de que forma esta se comprometia com o enegrecimento de suas práticas e discursos? De que maneira nos situamos, e quais são nossos posicionamentos diante dessas pautas? Vera assumia uma posição enquanto feminista negra e essa passagem também me provocou estranhamentos.

O feminismo já era um assunto familiar em meu ambiente pessoal, político e acadêmico. Contudo, a partir daquela aula, passei a me perguntar onde estava a pauta racial que não vi na psicologia, nem no feminismo onde atuava (que hoje nomino como branco e hegemônico)?¹¹. O recorte racializado figurava para mim, como um elemento inédito e alarmante. A partir dos dados apresentados por Vera com os recortes de raça, gênero e classe,

¹⁰ Atribuição outorgada apenas a mulheres de grande sabedoria e valor na cosmogonia de matriz africana. Cabe a elas, em especial, o preparo da comida sagrada ofertada aos Orixás.

¹¹ Desenvolvi no ano de 2016, junto a Liana Lewis e Alyne Nunes, um capítulo de livro que versou sobre a perspectiva do feminismo negro: óA contestação da hegemonia brancaô (LEWIS; SILVA; NUNES, 2016).

uma clareira postou-se à minha frente como psicóloga e pesquisadora. Nunca vislumbrei o quesito racial como questão importante para compreensão de problemas e dinâmicas sociais no Brasil e dos nossos processos de subjetivação política, tampouco como tema de pesquisa. A semente plantada nessa aula marcaria profundamente todas as minhas buscas e escolhas posteriores, inclusive a de abandonar um projeto de tese com o qual vinha trabalhando há alguns meses¹² desde o início do doutorado e a realização do estágio sanduíche numa universidade africana.

As inquietações daquele encontro reverberaram e apontavam outras direções e dimensões. Alguns questionamentos surgiram com o passar dos dias após aquela aula. Vasculhei internamente e, numa retrospectiva óraio-xô, continuava a buscar a presença do quesito racial nas últimas pesquisas por mim realizadas¹³ e não encontrava absolutamente nada, nem mesmo um fragmento, discreto que fosse, dessa categoria, que se constituiria no futuro como importante vetor para este trabalho de tese. É evidente que daquele momento inicial como pesquisadora, entre 2003 e 2009, não me cobro a exigência dessas categorias articuladas serem um aspecto obrigatório, contudo, não posso deixar de sinalizar um estranhamento quando olhava para meu passado de pesquisas e percebia uma total ausência.

Reconheço ainda, que essa percepção de óculos com lentes racializadas para nós, pesquisadoras/es psicólogas/os em especial, como nos adverte Lia Vainer Schucman; Eliane Costa e Lourenço Cardoso (2012), só é aguçada a partir do momento em que nos deparamos com grupos que questionam o embranquecimento desse campo disciplinar, que é formado em sua maioria por mulheres, brancas, classe média e heterossexuais e que, talvez por essa origem social, não consigam perceber as questões de raça. Encontrei na aula com Vera Baroni¹⁴ o elemento de gênero e raça como categoria política e central, que colocava em

¹² Iniciei o doutorado com um projeto de tese situado no campo das Políticas Públicas de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, na perspectiva dos usuários.

¹³ Entre 2003 e 2009, realizei pesquisas de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso e mestrado, com recortes nas categorias de: gênero e classe. Aspectos de raça, etnia, território, geração e sexualidade, ainda não faziam parte dos meus esforços de compreensão.

¹⁴ Vera Regina Paula Baroni, nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1945 e onde permaneceu até 1967. Militante insubmissa e defensora intransigente dos direitos das mulheres. Em entrevista realizada por Ferreira e Silva (2012), apresenta aspectos significativos de sua longa jornada como militante. Inseriu-se em movimentos sociais desde a tenra juventude, iniciando sua trajetória junto às Organizações Católicas onde realizava dentro inúmeras ações a alfabetização de adultos/as. Viveu os terríveis momentos de repressão da ditadura chegando a ser presa pelo DOPS acusada de subversiva. Do início de sua trajetória a ativista no movimento popular católico, este veio também atuando no movimento sindical e no movimento de mulheres, posteriormente dedicou-se ao movimento de mulheres de terreiro em 2003, ao movimento de mulheres negras, fortemente aliadas aos elementos da religiosidade, ao feminismo e ao antirracista negro.

xeque alguns dos compromissos éticos e políticos da pesquisa em Psicologia, ou melhor, da minha maneira de desenvolver pesquisas.

Ainda sobre os impactos subjetivos dessa conversa, Foucault em diálogo com Deleuze (1992, p. 231) dimensionavam que cabia aos verdadeiros encontros guardar uma potência criativa e dinamizadora. Para eles, momentos assim, deflagram uma irrupção nas formas de ver, ouvir e sentir o mundo, tocando aquele que observa por uma profunda transformação.

Ainda sob essa perspectiva, *acontecimentos* são as próprias leis da vida, e a pesquisa, aqui, é tramada e refletida como elemento que permeia a minha vida e obedece a inúmeras vibrações e variações, fazendo de súbito, como no caso daquela aula, com que as coisas não me fossem ómais percebidas, descritas, caracterizadas, classificadas e sabidas do mesmo modoô (DELEUZE, 1992, p. 231).

Zanella (2013) endossa como esses encontros que forjam potências podem não só reverberar estranhamentos, mas fazer parte do processo de criação em uma pesquisa. Sobre tais aspectos, menciona a autora:

É estranho ver como nossos olhos são formatados, constrictos a ver determinados ângulos e aspectos da realidade, determinadas situações. Dificilmente nos damos conta dessa condição (de)limitadora de nossos olhos e olhares, de sua condição histórica e socialmente produzida. Estranho é também o estranhamento que possibilita reconhecer o quão pouco vemos e o muito que há para ver nas paisagens supostamente conhecidas, nos detalhes que se revelam a olhares atentos, a olhares com formatações diversas ou mesmo de desprentensiosas intenções (ZANELLA, 2013, p.25).

Como na orla do mar, rostos e desenhos compõem-se na areia e rapidamente se desfazem, eu estava ali, naquele movimento de desconstrução, desaprendizagens e reaprendizagens. As formas usuais do meu exercício de *olhar, dizer e escrever* foram radicalmente transformadas e ganharam novas formas e contornos. O reconhecimento do elemento raça e uma cotidiana atividade de pensar e repensar meus posicionamentos éticos e políticos se fez presente após aquela aula. De modo semelhante, os/as pesquisadoras/es Ana Claudia Marques e Jorge Villela (2005), dizem que apesar de encerrarmos as pesquisas e, às vezes, as relações que foram promovidas a partir delas, os efeitos que podem causar em nós e nos outros, são incalculáveis e nunca se encerram por inteiro.

Se em pesquisas anteriores nunca havia pensado a questão racial, era impossível não colocar em retrospectiva a cegueira do passado diante desse quesito, levando-me a pensar que o que vemos é na verdade o que nos foi permitido ver num determinado espaço, tempo, lugar e circunstância. Penso que faz parte do processo de amadurecimento desenvolver uma capacidade de rever o que já foi feito, para quem sabe assim, permitir que se complexifiquemos

passos seguintes. Sabemos que utilizamos para fundamentar nossas pesquisas uma filiação epistêmica e que esta, nos subsidia na relação e tratamento do que vemos, ouvimos e analisamos. A grande novidade para mim estava no fato de que apenas recentemente treinava minha capacidade de enxergar as questões de pesquisa para além do que gênero e classe me permitissem ver, mas que passei a considerar não só o elemento racial, mas também, o fluxo de relação e as trocas possíveis com o campo-tema. Ou seja, era assim que ia também, aos poucos, desfazendo-me de uma suposta neutralidade e distanciamento como pesquisadora.

Passei a interessar-me não só pelas questões raciais, como também, pelas narrativas de mulheres que a exemplo de Vera Baroni, diziam-se *feministas* ou *militantes negras*.

Uma vez que situei as primeiras transformações que a disciplina me permitiu, avancei para a construção de um novo projeto de tese que visibilizasse as narrativas de mulheres negras na cidade do Recife em seus modos de agência e resistência. Assim, abandonando antigas aspirações de pesquisa, qualifiquei um novo texto dois meses após aquela aula, em julho de 2014.

Comecei um campo, do ponto de vista teórico e vivencial, do ózeroô, que me traria ainda outras e necessárias aprendizagens. Qual seria, portanto, os compromissos políticos e éticos da pesquisa? Essa pergunta inusitada, a meu ver, foi uma das reflexões que me foi feita por uma das feministas negras em um dos primeiros contatos que realizei junto a elas no SOS Corpo¹⁵, porta de entrada para a pesquisa de campo em Recife.

A instituição recebia naquele momento - 20 de março de 2014 -, mulheres negras militantes para uma coletiva de imprensa que versava sobre o planejamento e execução da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, prevista acontecer no ano seguinte, em 2015.

Com agenda e compromisso político que pautavam o *Fim do Racismo, da Violência e pelo Direito ao Bem Viver*, as militantes estavam ali, no SOS Corpo, comunicandoque:

Somos 49 milhões de Mulheres Negras que constroem cotidianamente a riqueza desse país, e, no entanto, somos a parcela mais pobre e discriminada da população brasileira, com acesso limitado à educação, à saúde, à moradia digna, ao saneamento básico, ao trabalho e renda decente, à segurança para nós e nossas famílias. Somos as que mais morrem em vida pelo genocídio engendrado contra nossos familiaresô (CARTA PARA O LANÇAMENTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, 2014).

¹⁵ SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. É uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife ã Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Visando a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental. Maiores informação ver site: <<http://soscorpo.org>>

Esse momento do qual participei teria sido, portanto, a primeira aproximação depois da aula com Vera Baroni, que certamente estava presente na coletiva. Nesse espaço do SOS Corpo, foi possível trocar contatos, ouvir outras histórias de resistência, dançar e rezar em círculo, e, no centro dele, contemplar uma mandala que dispunha de signos e símbolos dos passos longos e antigos de onde vinham todas as mulheres negras ali presentes. Segundo elas, os tecidos e objetos de matriz africana significavam sua ancestralidade e passado africano, (WERNECK,2010).

Nesse ritual, a mulher mais velha presente foi chamada a fazer uma oração de abertura e, mais uma vez, uma reconexão com saberes africanos e com as Ialodês foi lembrado. Depois de concluída a coletiva de imprensa, a convite de uma das organizadoras, combinamos que eu poderia participar do processo de formação política da 1ª Marcha Nacional. Ir às reuniões seria, a meu ver, um espaço privilegiado de escuta e mapeamento social da militância de mulheres negras.

Entendia, naquele compromisso, um acordo tácito sobre o que seria necessário para iniciar um campo junto a elas. Não me dei conta de imediato, que as minhas pertencas de classe, idade e cor, diferentes daquele grupo, colocavam-se como obstáculo. Na sequência dos meses, outras descobertas e negociações se fizeram necessárias a partir dessas assimetrias destacadas.

Ainda não estava muito segura quando dirigiam a mim demandas diversas naqueles encontros iniciais, ora me integrando ao grupo, ora me repelindo e me enxergando como ameaça. Seguia atenta e me interessando, cada vez mais, por esse universo que terminou por engendrar outra conexão. Dessa vez, a escolha da realização de estágio sanduíche em Moçambique.

2.3 óPor que você vai para África podendo escolher outro lugar?ô

Em 2014, fui convidada pela minha orientadora a integrar o projeto óHIV/Aids no Brasil e em Moçambique: tendências atuais da epidemia, políticas de saúde e de assistência, estratégia de comunicaçãoô, coordenado pela professora Ana Vieira, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social¹⁶ e com a participação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Universidade de Cape Town (CAT), África do Sul. O projeto foi aprovado pela CAPES pelo edital 023/2013 de Pró-mobilidade Internacional/AULP (Associação das

¹⁶ Além do programa de Pós-Graduação em Serviço Social (professores/as Marco Antonio Mondaine; Mônica Rodrigues Costa e Ana Vieira) participavam do Projeto, o Programa de Pós-graduação em Psicologia (minha orientadora e o prof. Jorge Lyra) e o Programa de Pós-graduação em Comunicação (Isaltina Maria de Azevedo).

Universidades de Língua Portuguesa), que previa a mobilidade de docentes, graduandos/as e doutorandos/as em Moçambique e no Brasil

Os períodos entre abril e maio de 2014 enquanto amadurecia a ideia, a UFPE contava com a presença da coordenadora do projeto em Moçambique, a prof.^a Isabel Casimiro. Conseguimos o contato (minha orientadora e eu), e solicitamos uma conversa com a finalidade de compreender melhor o que mais ela pesquisava em Moçambique e, no meu caso em especial, interessei-me no como pensavam e viviam as militantes africanas. Tentava desde o Brasil articular pontes com o recente interesse de pesquisa pelas militantes negras em Recife.

Desse modo, no dia 14 de maio de 2014, tivemos uma conversa com Isabel. Impressionei-me por vários motivos. O primeiro deles: Isabel era uma mulher branca e esperávamos encontrar uma intelectual negra. óFaço parte daquele 1% da população Moçambicana branca, dizia-nos ela. A outra surpresa ficou por conta do tempo que completara de militância naquela data: quatro décadas de ativismos. E nos últimos 10 anos, em especial, o feminismo ã africano -, ferramenta importante, segundo ela, para o enfrentamento que fazia como Defensora dos Direitos das Mulheres e Raparigas¹⁷ em Moçambique. Contou brevemente, ainda nessa conversa, das inúmeras organizações feministas espalhadas pelo país e o modo como se organizavam.

Essa conversa promoveu inquietantes trocas e ela encaminhou ao nosso e-mail seus trabalhos de:

- ✓ Conclusão de curso: óA transformação nas relações homem/mulher em Moçambique 1960-74 (CASIMIRO, 1986).
- ✓ Dissertação de mestrado óPaz na Terra, Guerra em Casa ã feminismo e organizações de mulheres em Moçambique (CASIMIRO, 1999). Seu trabalho realizou um cuidadoso levantamento dos movimentos feministas e dos movimentos sociais no país, bem como interessava-se por narrativas de mulheres que haviam ido ao *front* de guerra nas lutas por libertação do governo colonial português, na década de 1960 e 1970, em Moçambique.

A par dessas referências bibliográficas, um universo de feminismo e militância se descortinou para nós. Demos prosseguimento aos contatos e outras reuniões de trocas de experiência aconteceram, não apenas com a presença de Isabel, mas com pesquisadores

¹⁷ Como dito anteriormente, este termo não é pejorativo e se refere a jovens mulheres em Moçambique. Normalmente, moças que estão cursando o ensino secundário.

brasileiros que vinham desde o início do projeto desenvolvendo pesquisas entre Brasil e África¹⁸.

Solange Guerra Rocha, Marco Antônio Mondaini e Ana Cristina Vieira¹⁹, todos eles/as, já haviam ido à Moçambique e estavam entusiasmadas/os com a riqueza de trocas que o Programa de Pró-mobilidade Capes/AULP estava gerando. Além deles, estava presente o primeiro grupo de discentes que haviam acabado de retornar de seus estágios em graduação e doutorado sanduíche. Os dois encontros foram a mola propulsora para me encorajar a encaminhar um projeto de estágio sanduíche em Moçambique, para a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), local onde Isabel era a coordenadora do projeto. Construí uma proposta de pesquisa que objetivava me aproximar das *narrativas das ativistas africanas e seus modos de subjetivar-se*. Acreditava, que além da compatibilidade com os meus novos eixos de pesquisa, aproximar-me de outras narrativas poderia ser um exercício importante de reflexão para mim. Nessa época, divertia-me com as histórias contadas por Isabel sobre seu orientador de mestrado e doutorado, o Boaventura de Souza Santos, e aproveitava para atualizar essas leituras (SOUZA SANTOS, 2007)²⁰.

Além de curiosa, imaginava naquela altura que um dos compromissos que a pesquisa poderia firmar com as mulheres negras de Recife seria a estratégia de promover um trânsito de ativismos transnacionais com uma África que essas mulheres negras em Recife recorriam com tanto afeto e como sendo uma África mítica, ancestral e necessária aos seus modos de fazer militância. Mas não só por isso. Reunir ativistas do eixo *Sul-Sul* poderia me dar um ângulo de visão especial.

2.4 ÓIr à Moçambique não me obrigava a incorporar a experiência de estágio àteseô

Minha ida para Moçambique focaria nas narrativas da militância de mulheres moçambicanas e no enfrentamento, por parte delas, da epidemia e feminização do HIV/Aids. Qual foi a maior surpresa desse processo? Não havia a obrigatoriedade, de minha parte, ao retornar ao Brasil de incorporar esses dados à tese. Inclusive entre meu retorno, em dezembro de 2014 até maio de 2015, não estava segura se deveria incluí-lo ao campo-tema da tese ou

¹⁹ A primeira missão desse edital contou não só com a ida à Moçambique dos docentes Ana Cristina Vieira e Marco Antônio Mondaini, mas também dos discentes: Débora Souza de Brito; Cíntia Regina de Assis Oliveira; Renata Lopes de Souza e Paulo Fernando Mafra de Souza Junior. Nesse ínterim, a UFPE, recebeu a docente: Isabel Casimiro e as discentes: Géssica Manias dos Anjos Macamo; Roda Andrade Wilson Mondlane e Ana Paula Xavier Matusse. Foi do trânsito dessas trocas que meu desejo de ir à Moçambiquesurgiu.

²⁰ ÓPara além do Pensamento Abissalô foi também um texto decisivo nesse período. Nele, Boaventura de Souza Santos (2007), sugere que deveríamos estar mais atentos às produções do conhecimento que buscassem um diálogo para além do óEixo Norteô do globo e que promovessem, portanto, alianças Sul-Sul global.

não. Pareciam-me novidades demais para dar conta no período de dois anos, tempo que me restava para concluir a pesquisa. Além do que, em Recife, comecei ódo zeroô e não desejava repetir o mesmo processo com outro campo. Contudo, outros acontecimentos voltaram a se repetir e me convenceram por incluir a imersão realizada em Maputo com as ativistas africanas.

Em 28 de maio de 2015, aproveitando uma nova passagem de Isabel Casimiro de volta à Recife promovemos uma roda de diálogos. Nessa ocasião, intencionamos promover uma conversa entre militantes negras de Recife junto a Isabel. Ela apresentaria sua perspectiva sobre os ativismos/feminismos em Moçambique e as recifenses fariam o mesmo em relação às suas militâncias. Quem fosse feminista negra aproveitava para se colocar e ouvir umas às outras. Intitulamos o evento e o nomeamos do seguinte modo: óNosso verbo será tecer... uma roda de conversa sobre feminismos negros e moçambicanoô.

O verbo *tecer* operou de forma incisiva sobre minhas intenções de pesquisa. Nos dias seguintes a esse evento, fomos, minha orientadora e eu, dando-nos conta de que possuíamos um material relativamente extenso do meu período de estágio em Maputo sobre narrativas da militância e que mediante as riquezas e intensidades promovidas daquele intercâmbio, poderia então tecer os dois campos a partir das suas perspectivas específicas e diferentes de militância. O imprevisível surge mais uma vez nesse processo de pesquisa. A matriz processual fora realocada mais uma vez, reconfigurei o campo-tema e incorporei a ele a experiência obtida em Moçambique, bem como, o daquela roda de conversa. Guardando sempre a preocupação de não compará-los, mas de observar as agências heterogêneas e multifacetadas que cada uma das militantes evocava, promovendo circuitos ativistas entre Lá e Cá²¹.

Uma vez decididas por incorporar o cenário de ativismos em Maputo. Apresento a seguir algumas cenas e situações que ajudarão as leitoras/es a perceberem o modo como avancei junto a esses dois campos.

2.5 Maputo - óa pesquisadora não-africana e ainterlocutora-chaveô

²¹ ÓLá e Cáô: título do I Ciclo de Debates Brasil-Moçambique, fez parte de um dos momentos mais significativos no período do estágio em Maputo, no dia 21 de novembro de 2014, no Centro Cultural Brasil-Moçambique. Nele, estavam presentes Isabel Casimiro e Maira Domingos. Ambas discorreram sobre suas perspectivas de ativismos e suas trocas com os movimentos feministas no Brasil. As duas faziam esse trânsito Brasil-África há alguns anos. Foi um momento muito importante que agremiou num único espaço quase todas as mulheres ativistas com quem tive maior aproximação durante minha estadia por lá: Nzira Wath, Mwema Uaciquete, Maira Domingos, Graça Samo e Graça Júlio, eram algumas das participantes desse evento. Com o tempo a metáfora promovida por esse encontro, o *óLá e Cáô*, deu título à tese como uma possibilidade de anunciar as conexões entre feministas.

Figura 1: Mapa de Moçambique

Fonte: Google Maps

Moçambique faz parte de um dos 54 países do continente africano. Fica localizado no lado sudeste e é banhado pelo Oceano Índico. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), (2010), o país tem aproximadamente 25 milhões de habitantes e divide-se em 10 províncias. Sua capital, Maputo, fica no lado sul do país e concentra uma população de 1.205.553 habitantes (INE, 2010).

Ao desembarcar em Moçambique no dia 2 de agosto de 2014, fui recebida no aeroporto por Isabel Casimiro, seu esposo Carlos Trindade e o seu irmão. Além deles, estavam Talita Rodrigues, Carolina Alvez e Thaís Cecília, pesquisadoras de Recife que faziam parte do mesmo programa de estágio que eu e já estavam na cidade há um mês. A viagem não tinha sido das mais fáceis e estava há mais de 24 horas entre um voo e outro. Atravessei o Atlântico no dia do meu aniversário e sozinha. Digo, apesar do avião estar cheio, a cadeira ao meu lado era a única vazia, o que me colocou insegura e solitária durante todo o percurso. Mas ao aterrissar em Maputo, um sentimento de familiaridade me ocorreu: tinha a sensação de que Isabel havia deslocado seu esposo e seu cunhado em dois carros, para assim, caber toda a comitiva que fora me recepcionar e nos oferecer uma boleia²².

Bastou chegar em solo moçambicano, que as orientações logo surgiram: os cuidados com os horários entre chegar e sair de casa. O cenário político instável ameaçava irromper guerras pelo centro e norte do país, e as pesquisadoras que já estavam lá há um mês contavam-me as novidades da militância das quais elas também se aproximavam. Havia ocorrido uma fogueira feminista no Fórum Mulher na semana que antecedeu minha chegada,

²² Como são chamadas as caronas em Moçambique.

da qual elas participaram. Além disso, uma marcha em defesa da Palestina também fez parte da agenda das pesquisadoras, o que me fazia crer que o cenário era favorável aos objetivos que haviam me levado até aquele lugar. Esses dois eventos - fogueira feminista e marcha pela Palestina - talvez tenham sido a primeira aproximação que fazia com um campo de ativistas em solo moçambicano. Algo anunciava marcadores interessantes para mim: uma marcha em que homens e mulheres estavam fisicamente separados, cada sexo de um lado, e dispostos em fila.

Passada uma semana estava me situando melhor no campo. Havia ido à universidade pela primeira vez sozinha e apesar de uma distância curta de trinta minutos a pé, entre minha casa e a universidade, resolvi pegar um *Chapa*²³ - opção ótimas confortável de transporte coletivo disponível no país -, conhecemos esse veículo no Brasil como minivan. Quinze passageiros é o limite confortável, mas cheguei a entrar em uma, naquele sábado, com mais de trinta pessoas recebendo a ajuda do cobrador que argumentava sempre ôê pá! Sempre cabe mais um aqui, como o coração das Mamanas²⁴ô. Além dos *Machimbombos*²⁵ e *Chapas*, que me ajudavam a me deslocar pela cidade, havia também, os *My lovers*: uma caminhonete, menos confortável, com a carroceria aberta em que as pessoas sobem e seguram umas às outras em pé, talvez daí o nome. Apesar de ser uma opção mais barata que a *Chapa*, nunca recorri aos *My lovers*, embora tenha me divertido com as histórias das brasileiras que haviam utilizado o transporte.

Falar do transporte é algo que me pareceu de singular importância porque foi a partir deles que comecei a entender a dinâmica social local. Ao entrar neles, sempre me deparei com pessoas falando em outras línguas, e foi nele que me dei conta mais radicalmente que estava fora do Brasil. Chegava à universidade, na maior parte das vezes, com a ajuda da *chapa*, e no dia 9 de agosto, uma semana depois de instalada na cidade, é que comecei a me dar conta de que era uma *mulungo* (estrangeira)²⁶ e, na cabeça de boa parte deles, para meu estranhamento, apesar de não me reconhecer como tal, era vista como uma *Mulungo Muzungo* (estrangeira branca). Isso tudo apreendi, primeiro, frequentando os *Chapas*. Sobre a importância de andar

²³ Transporte coletivo mais comum na capital. São inúmeras linhas que costuram toda a capital de um bairro a outro. Mais adiante, conto como foi importante o uso desses veículos para o mapeamento social da cidade.

²⁴ Como se chama as mulheres mais velhas.

²⁵ Transporte coletivo tipo micro-ônibus, mas com linhas e horários bastante limitados.

²⁶ Dentro das *chapas* e em conversas informais percebia que o português era uma língua oficial no país, mas que muitas pessoas tinham recebido uma primeira inscrição linguística numa língua africana. Penso que não só por resistência falavam em suas línguas maternas, mas também porque sabemos que o raciocínio fica mais fluido quando pensamos na primeira língua que aprendemos. Desse modo, sempre que estabelecia algum contato perguntava em que língua, além do português, se falava. Encontrei pessoas que falavam em óRongaô, óMacuaô, óXistusuaô e, o idioma mais comum falado no Sul do país e que conseguia identificar imediatamente, óChanganaô.

em transportes públicos pela cidade óé preciso andar de *Chapa* para entender a alma moçambicanaô, disse Moraes Filho (2007, p. 60) em seu diário de campo publicado quando esteve por um ano em Maputo.

Além das conversas nos *Chapas*, foi no Festival Cultural Universitário na Universidade Eduardo Mondlane, que me dei conta um pouco mais do significado de estar em Maputo, não ser africana e não falar as inúmeras línguas maternas. Esse festival, realizado nos dias 9 e 10 de agosto de 2014, contava com a participação dos/as estudantes de cada uma das províncias de Moçambique: Maputo, Tete, Gaza, Manica, Zambézia, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa, e Cabo Delgado, como no mapa a seguir:

Figura 2: Províncias de Moçambique



Fonte: Google Maps

Os/as alunas de todas as províncias traziam as referências culturais de cada região e fui dando conta dos sons, saberes e sabores de cada região. Experimentei a *Mucapata da Zambézia* (arroz cozido no leite de coco com feijão Oloco). Comi a *Upshwa*, ou *xima* como dito no popular (prato típico do Sul e preparado com leite de coco, farinha de milho, água e sal), além das tradicionais *Bjdias* (deliciosos bolinhos fritos à base do feijão *Nhemba*). As folhas desse mesmo feijão podem ser cozidas no leite de coco e amendoim, o que origina um delicioso e nutritivo alimento, chamado *Nhagana*. Tudo regado sempre, sempre que possível a muito *PiriPiri*²⁷.

A cada prova, animadamente, perguntava *quanto custava?* Parecia que mais importante que cobrar pelos aperitivos era me ensinar uma das frases em Changana: *I malè muni*, era assim que deveria solicitar os preços de agora em diante. Sempre seguido de um *Kanimambo*(obrigada).

²⁷ Nome dado a pimenta.

A sensação que me dava inicialmente diante dessa generosa gastronomia moçambicana e das cuidadosas explicações que cada provinciano me dava à respeito da composição dos pratos é que eram abertos, simpáticos e genuinamente gostavam de óbater papoô. Isso me deixou otimista quanto às aproximações que faria com o movimento de mulheres e feminista, achava que encontraria a mesma facilidade que naquele festival, onde estavam todos orgulhosos de suas referências culturais. Contudo, esquecia-me de um detalhe fundamental: aquele momento era na verdade, festivo. E que no dia-a-dia, o ritmo, a rotina e as línguas maternadas, seriam determinantes para uma percepção mais aguçada das dinâmicas locais de convivência, e impressas, nos ativismos dessas mulheres.

2.6 A disciplina Gênero e Poder Público

Matriculada na disciplina de Isabel Casimiro, óGênero, Política e Poder Público, ela trazia sempre à sala de aula os debates de gênero no país. Na segunda etapa da disciplina, contaríamos com a presença de ativistas narrando sobre suas experiências e enfrentamento às questões de gênero e direitos humanos das mulheres, como comumente se falava por lá. Estava desconfiada que sem a presença de Isabel tudo por ali se tornaria mais difícil. Ela era muito hospitaleira e solícita, fez vários contatos com organizações feministas em que atuava. Seu objetivo era me ajudar a escolher algum movimento de mulheres onde pudesse compartilhar com elas sobre suas experiências de militância efeminismo.

Dei-me conta, a partir de alguns contatos, que o fato de ser estrangeira evocaria algumas desconfianças e pesaria nas aproximações com o campo. Passei a ouvir com frequência palavras que revelavam o dia-a-dia dessas ativistas, tais como:

- ✓ *Lobolo*: Dotes simbólicos oferecidos à família danoiva,
- ✓ *Kupitakufas*: Ritos de purificação sexual quando os cunhados devem realizar sexo com a viúva para evitar a morte deles. Atribui-se, nesse caso, a morte do parente à feitiçaria praticado por essas mulheres.
- ✓ Casamentos eram várias modalidades: dos monogâmicos aos poligâmicos, dos forçados e precoces aos herdados (situação que pode levar meninas ainda na gestação ao compromisso de casamentos com homens mais velhos em acordos familiares).
- ✓ *Machamba*: Lugar onde mulheres plantam. Pequeno terreno agrícola.

Além de ouvir com frequências essas palavras e rituais, era comum também, ouvir frases inteiras das quais não conseguia acompanhar uma palavra sequer. As conversas sobre todos esses temas desenvolviam-se em muitos lugares informais: na nossa casa, nos bares, na

casa de Isabel, nas *Chapas* e nos centros culturais - locais onde se encontram frequentemente feministas moçambicanas.

Sempre que encontrava mulheres ativistas, sinalizava meu interesse pelas narrativas de ativismo delas. As dúvidas sempre surgiam. Às vezes contavam-me sobre suas experiências no Brasil; muitas delas já haviam estado em solo brasileiro. Havia um clima ambíguo de distanciamento e solidariedade.

Certo dia uma ativista que Isabel havia me apresentado, perguntou-me, se eu me preocupava com o que escrevia sobre África, porque a África era vista como grande bloco e às vezes, as pessoas apenas repetem os estigmas. Mais uma vez, indicou-me a leitura de Chimamanda Ngozi Adiche (2015). Disse-lhe, que Isabel já havia me indicado o livro e o vídeo com a palestra sob o mesmo título *Sejamos Todos Feministas*. Ela sorriu, mas não a convenci por completo naquele momento das minhas boas intenções em não repetir estigmas e estereótipos quanto à África e, por conseguinte, a ela (DC, 17.09.14).

Seria esse um primeiro questionamento ético provocado por uma das interlocutoras? Nesse rápido instante de trocas, perguntei-lhe ainda, com vistas a evitar a reprodução de estigmas, se poderia ir à organização feminista onde ela trabalhava, e ela disparou: sim, poderia ir, mas o que haveria de especial ali naquele lugar? Expliquei vagamente os objetivos de pesquisa e ela devolveu dizendo que tudo bem, mas no fundo, não me pareceu muito à vontade com meu pedido (DC, 17.09.14). Fez-me ainda outras perguntas: se era casada, que região do Brasil vivia, porque pesquisar em Moçambique, entre outras dúvidas. Respondia às perguntas e percebia uma certa desconfiança no olhar. Essa não era a primeira vez que me sentia desconfortável. O que poderia querer de nós, uma estrangeira? Era uma pergunta que ressoava muitas vezes. Mesmo sabendo que esse intercâmbio entre pesquisadoras de Brasil e Moçambique não era algo incomum, a pergunta me remetia a uma legitimidade da minha posição como pesquisadora e doutoranda estrangeira, jovem, solteira e que não tinha filhos.

Na busca do Outro é que se encontra a si mesmo (GROSSI, 1992). À medida que levava tais impressões para Isabel, que a essa altura acumulava muitas funções: orientadora, conselheira e guardiã, ela me tranquilizava dizendo: ô Dio! não te preocupes, levarás um tempo, mas as meninas são muito solícitas. E prosseguia: Vais ver, quando elas vierem aqui em casa já estarás próximas a elas²⁸. Contudo, essa aproximação se resguardava mais aos espaços em que nos encontrávamos fora da militância, do que nos momentos de visitas às organizações em si. Sentia que quando era para falar do Brasil, sobre políticas públicas,

²⁸ Isabel organizava muitos encontros em sua casa. De almoços nos finais de semana aos lanches no final da tarde. Sempre promovendo os intercâmbios entre nós, pesquisadoras brasileiras e as feministas locais.

imperialismos e neo-colonialismos a conversa fluía bem, mas quando era sobre militância havia algumas reservas e até mesmo entraves. Pensei se não seria o caso de fazer algumas entrevistas porque assim o anonimato poderia permitir-nos falar sobre questões ambivalentes e que não estavam sendo possíveis de observar em outros espaços de convivência, ou no coletivo. Recebi algumas recusas nas primeiras semanas de outubro. E uma ativista disparou-me: Ólh... pah... não sei... vou pensar depois te digo... ando tão cheia de coisasô, mais uma vez, a desconfiança pairava no ar. Mesmo com o aval simbólico da interlocutora-chave a *mamana* Isabel, não me era possível ir muitoalém.

E assim passaram-se dois meses de campo e diante de mais algumas recusas, decidi mudar de estratégia. Se não havia conseguido o que esperava, cabia a mim um redimensionamento: é o campo que diz o que é possível (SILVA, 2009). Redimensionei então a imersão a partir de outros lugares. Passei a pedir uma ajuda mais direta de Isabel. Sem ela, acho que teria sido impossível dar prosseguimento ao processo de óandar, ver e escreverô na pesquisa (SILVA, 2009). Acredito que ter escolhido duas organizações feministas, o Fórum Mulher e a WLSA (Women and Law in Southern África), foi importante nesse processo de situar-se²⁹.

Durante meu período de investigação junto a essas duas organizações, com frequência deparei-me com um entrave da língua. Sim, o português é uma língua oficial, mas em diversos momentos o *Changana* (idioma materno falado antes da presença colonizadora portuguesa, e que apesar das leis coloniais proibirem seu uso, as famílias continuaram a ensiná-las a seus filhos/as) é, entre os mais velhos, o idioma deeloquência.

Percebia que ser estrangeira era, entre outras coisas, não poder compartilhar desse idioma. Era vista com certa desconfiança, óa descolonização é um processo longoô, enunciava uma das ativistas do Fórum mulher. E eu, retrucava sem muito apoio dela, ómas nós brasileiros passamos por processos semelhante de colonizaçãôô, ao qual, levei um tempo para perceber que a relação de algumas mulheres com Brasil era de parceria, mas também, de ressalvas. E que isso revelava complexas relações de políticas internacionais e de processos antigos, que se atualizavam a partir dessas novasdinâmicas.

Regina Benevides (PASSOS; BENEVIDES, 2015) esteve em Maputo realizando uma consultoria junto à rede de saúde de conselheiros em SIDA, como se chama comumente HIV/Aids por lá, que eram profissionais que trabalhavam em centros de Testagem e Aconselhamento em SIDA. Ela publica fragmentos de um diário de campo que é feito em

²⁹ Já em Recife me inseri no grupo do Comitê Impulsor da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras.

diálogo com um amigo que fica no Brasil, o Eduardo Passos. Em trocas de e-mails com ele, observa quando chega à Maputo esse mesmo clima/dilema de desconfiança pelo qual suspeitava passar. Conforme ela diz: óFizemos bom contato. Eu estava, no início, apreensiva. Acho que eles também. Há toda uma desconfiança com os estrangeiros. Afinal, seríamos novos colonizadores? Talvez essa ainda seja uma pergunta que deva ser feitaô (PASSOS; BENEVIDES, 2015, p.179).

Ivan Moraes Filho (2007) voluntariou-se e passou um ano em Moçambique em trabalho com Cooperação Internacional Americana na área de HIV/Sida. De forma parecida à minha experiência (e semelhante a Benevides), ele também percebeu no cotidiano de suas relações com os moçambicanos/as uma ligação, por vezes, ambivalente. E ,apesar de ter se dedicado um pouco a aprender *Chagana*, vez ou outra, lhe era recordada sua origem *Mulungo* ou *Muzungo* (estrangeiro e branco, respectivamente), idêntica ao que eu vivia.

Essa lembrança da presença dos óbrancos/as estrangeiros/asô, no entanto, falava de uma memória comum e naquele lugar estava associado:

aos antigos colonizadores portugueses ou aos vizinhos sul-africanos (ou aos cooperantes): ser branco significa estar de um lado de uma linha divisória que define os vulneráveis e os imunes ao feitiço. E os brancos, lá, são imunes ao feitiço, ao mau-olhado. O colonialismo deixou marcas que se expressam hoje, três décadas após a independência nacional. E se expressam no cotidiano, nas pequenas coisas ã não apenas na miséria com toda a certeza devedora do tipo de exploração das terras e das gentes erigida durante o colonialismo. É nas múltiplas afirmações de superioridade dos brancos que encontramos a continuidade do colonialismo nos dias que correm. E isso angustia. Pois somos lembrados continuamente disso em Moçambique, onde somos *mulungos*, por mais que desejemos restar importância à cor da pele, ou esquecê-la. Lá, a nossa cor, a cor do Ivan, é plena de significado. Nos situa, nos coloca num lugar nem sempre escolhidos por nós, e do qual nem sempre somos conscientes. (MORAES, 2007).

De igual modo, assim me sentia. Ora, ómmmm ... o neo-colonialismo, está a fazer o desenho do Brasil por aquiô, confidenciava-me uma ativista em relação à chegada de grandes empresas brasileiras com vistas à extração em larga escala de reservas naturais. A empresa Vale do Rio Doce³⁰ era um bom exemplo dessa lembrança, bem como, o apoio do governo

³⁰Desde 2011 instalada em Moçambique, explora uma das maiores reservas de gás mineral do continente. Envolveu-se em 2013 num sério conflito com as mais de 1.300 famílias removidas para que a construção da mina fosse possível. O total de pessoas deslocadas chega a mais de 5 mil, transferidas para regiões onde as condições de vida e sobrevivência são mais precárias. Há ainda outro aspecto relevante e de violações que geraram inúmeros protestos na região: para essas populações, os deuses são os mortos da família, enterrados, nos mesmos terrenos onde viviam as atuais gerações. Só de ossadas foram encontradas cerca de 1.600, transferidas através de rituais feitos pelos Chefes de Tradição das comunidades (F. DE SÃO PAULO, 2014).

brasileiro ao Prosavana³¹. Em todos esses projetos, havia uma forte aliança com o governo brasileiro e tive que lidar, além do idioma materno que não dominava, com essa relação ora amistosa, ora conflituosa, nas relações estabelecidas com o Brasil e brasileiros/as. Para minha ignorância, de um lado, as singularidades me aproximavam dos ativismos de mulheres, mas por outro, me afastava.

Precisei aprender o que significava os óMoçambiquesô, como me dizia Nzira Wath, uma das ativistas com quem tive maior aproximação. Com ela, fui buscar entender o que significava as moçambicanas que vinham do norte do país, dos povos e regiões tão diferentes entre si, tal como os *Makhwuas*, *Makondes*, *Senas*, *Ndau* e *Zulu*. A poligamia, a representação da matrilinearidade ao lado norte do rio Save³², os ritos de iniciação³³. Tudo isso ia aparecendo conforme meus laços estreitavam. Mas a sensação era sempre a de que teria muito pouco tempo para saber isso tudo, e o desejo de desistir e não alcançar os objetivos da pesquisa habitava frequentemente meus devaneios.

A presença de Isabel nos lugares onde circulei, considero como fundamental para o posterior desenrolar de uma confiança, dentro do possível, entre as ativistas e eu. Houve algumas reservas, mas com alguns avanços ao longo do tempo. Cito também a presença da pesquisadora Solange Guerra Rocha. Suas indicações facilitaram alguns fluxos nesse processo, pois ela oferecia consultorias há alguns anos ao Fórum Mulher e isso facilitava um pouco minha circulação. ÓPrecisas de tempo Dio, e quatro meses é muito pouco, mas faz o que é possível, dizia-me Solange, em relação àquilo que ela percebia como sendo necessário para uma percepção mais aprofundada da sociabilidade moçambicana e, por consequência, dos feminismos moçambicanos, porque essas mulheres estavam inseridas numa dinâmica relacional distinta da minha e tinham, portanto, suas particularidades. ÓO tempo maior, ea

³¹ Projeto agrícola realizado a partir de um acordo trilateral entre os governos do Brasil, Japão e Moçambique, com intenção de implantar monoculturas em mais de 11 milhões de hectares de terra ao Norte do país. A população local composta majoritariamente de camponeses, bem como, a União dos Camponeses Moçambicanos e mais de 60 movimentos sociais dos três países rejeitam categoricamente essa iniciativa e sua implementação (UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES, 2013).

³² O rio Save tem quase 800 km de comprimento e é muito citado na literatura e na metáfora do óMargens do rio. Sendo um dos lados mais ao Sul de cultura patrilinear e, do outro lado, mais ao Norte, matrilinear (CHIZIANE, 2014).

³³ Nesse período em que estive em Moçambique um livro estava sendo muito comentado entre as feministas. Tratava-se de uma pesquisa realizada por todo o país sobre os ritos de iniciação sexual no contexto atual de Moçambique. Apresentava dados interessantes sobre essa questão, bem como, tencionava os ajustamentos, rupturas e confrontos que os jovens têm realizado na relação com a tradição dos ritos. O livro dá a entender as atualidades das relações de gênero no país, sendo uma leitura indispensável a quem deseje maior aprofundamento dessa questão. Ver mais em: OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, Ernesto. Os ritos de iniciação sexual no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos ã construindo identidades de gênero. Maputo: Editora Maria José Artur, 2013.

paciência, como elementos para uma convivência mais próxima, foi um dos aspectos mais fortes salientados na conversa que tive hoje com Solangeô (Diário de Campo, 21.09.2014).

Quais sensibilidades acessava com óé preciso tempoô? As relações moçambicanas custavam um tempo mais prologando para acontecer, era isso? Ela, como estrangeira e brasileira, colocava-se no meu caminho e aconselhava-me como quem diz: ójá passei por esse processo antesô. Desse modo, fui acolhendo os encaminhamentos dela e considerando a dinâmica própria das relações prosseguirem.

A presença de Solange Guerra Rocha era sem dúvida um aval, além daquele concedido por Isabel³⁴, que mais uma vez, foi estratégica para aproximar-me das narrativas da militância em Maputo. Acabamos por acumular mais funções do que estavam previstas para acontecer. Explico-me.

Além de Isabel ter me apresentado a todas as mulheres com quem dialoguei e poderia realizar entrevistas, foi ela também que me encaminhou ao Fórum Mulher e WLSA, bem como, mediou alguns encontros de aproximação. Na casa dela, em almoços e lanches de fim de tarde e, posteriormente, nas ONGs, sempre me sentia na presença de uma óavalista simbólicaô. Não bastasse essas funções todas, foi também com ela que resolvi um impasse em relação ao lugar onde moraria no último mês de permanência em Maputo. Não fosse pelos enquadramentos posteriores que essa mudança me daria, talvez, não elege-se esse assunto como um fator importante a ser discutido na formação do campo em Moçambique.

2.7 O convívio mais visceral e sistemático: a mudança de endereço para a casa de Isabel

Como cheguei um mês antes do previsto, o apartamento que estava alugado acabou o contrato um mês antes de minha partida. O valor total do aluguel para o grupo que ali estava alojado, se eu decidisse ficar sozinha, representava quase o valor total da minha bolsa, o que me obrigou a buscar um outro lugar em que alugasse apenas um quarto, ou que fosse em um bairro mais distante do centro. Essa busca, no entanto, não foi nada fácil. Nesse cenário, não

³⁴ Experiências anteriores à minha, de inúmeras pesquisas brasileiras com enfoque etnográfico, salientam a questão do ótempoô e as estratégias de aproximação do campo como aspectos relevantes do processo de pesquisa. Podemos ver em trabalhos como o de Rosineide Cordeiro (2004) o quanto a associação dela à presença da liderança sindical, Vanete Almeida, foi importante no processo de aluguel de uma casa sem necessidade de contratos formais, bem como de sua circulação pelo campo. Passou também a andar em companhia de crianças como um recurso de ónão estar nunca sóô, em resposta à comunidade que lhe recomendava cuidado nos deslocamentos geográficos. Débora Cavalcanti dos Santos (2015) e Fernanda Sardelich Nascimento Gomes (2016) desenvolveram pesquisas no Sertão Central de Pernambuco. Conseguiram hospedar-se em casa de amigas/os a partir do estabelecimento de amizades conquistadas em pesquisas anteriores. Em ambos os casos, o estranhamento dos moradores/as do município e região onde elas desenvolveram suas pesquisas foram atenuados pelo fato delas estarem em casa de pessoas antigas/os e respeitadas/os na região. A assinatura do Termo de Compromisso configurou-se como aspecto menos importante se comparado à óCarta de Anuênciaô dada por seus hóspedes.

foi fácil nem rápido encontrar um lugar, e à medida que o prazo para sair do apartamento vencia, minha dificuldade só aumentava. Mobilizava cada vez mais amigos em Maputo a fim de resolver tal situação. Um fato muito estranho ocorreu-me quando, nas vésperas de vencer o contrato, uma amiga estrangeira e um amigo local me deram o mesmo número de um corretor de imóveis. Liguei para ele pela manhã, que me ofereceu um quarto no valor de 700 euros, o que me fez desistir rapidamente em função do alto preço.

Durante todo o dia visitei outros espaços, mas nenhum adequado: uns por serem muito caros, outros por serem em bairros muito distantes. Foi, quando exausta, na noite do dia 3 de novembro de 2015, liguei para o número que meu amigo moçambicano, o Boas Monjane, havia me oferecido. Disse quem era e em nome de quem estava ligando, o corretor não me reconheceu de imediato e nem eu a ele. Ele disse que meu amigo havia pedido uma força e, por sorte, ele tinha um quarto desocupado em poucos dias. Fecharia comigo por 400 euros e deu-me o endereço para visitar a casa. Nesse momento, percebi que era o mesmo endereço e o mesmo dormitório que havia visitado pela manhã. Decidi, por segurança ou intuição, não comentar nada com o corretor. Na manhã seguinte, desmarquei a visita.

Fui à universidade e comentei com Isabel o acontecido, e toda a dificuldade envolvida nesse processo de conseguir um lugar para ficar no último mês. Ela mesma, havia tentado uns contatos, mas sem sucesso. Ocorreu também de ter-me oferecido um quarto na casa dela. Suas duas filhas estavam morando fora da capital e havia disponível um quarto com banheiro, num anexo à casa. De início, senti-me constrangida pelo convite e disse que só o aceitaria em última instância quando tentasse outras vias. Na iminência de devolver as chaves do apartamento, e com o convite reafirmado por ela, aceitei.

Os desdobramentos de ir morar na casa da orientadora, conselheira e guardiã, ainda que por um curto espaço de tempo - um mês -, redesenhou a minha permanência na cidade e as relações de pesquisa e amizade com Isabel e as mulheres ativistas. Considero que esse tempo de permanência em sua residência, favoreceu um tipo de estreitamento de laços entre ela e eu, que em hipótese alguma, poderia ter dimensionado antes da decisão e ir morar na casa dela. Esse fato, permitiu-me, repensar sobre as minhas dificuldades iniciais em participar de eventos da vida afetiva e familiar dos moçambicanos, bem como, de uma aproximação mais orgânica com as ativistas.

E mais uma vez, Isabel colocou-se como figura-chave (e anfitriã) no trânsito pelo campo de estudo. Boa parte de suas narrativas serviram como terreno para compreender o ativismo de mulheres em Moçambique, sendo ela uma ativista com mais de 40 anos de experiência e atuação. Mas não só. A estadia de um mês em sua casa permitiu-me

compreender de modo mais visceral o que significava para aquela família ter militado nas décadas de 1960 e 1970 na expulsão do governo colonial português e, na sequência do pós-independência, o país ter passado por uma guerra civil armada.

A independência foi alcançada com um saldo de cinco milhões de refugiados e 1 milhão de mortos. Mais uma vez, esse tempo de permanência, fez-me repensar o significado que o estrangeiro ocupava no imaginário social. Fez-me meditar que não era necessariamente uma questão de tempo mais prolongado, mas as memórias em relação aos estrangeiros traziam lembranças muito dolorosas de um passado recente e de um povo que ainda elabora o saldo de mortos nas lutas armadas por libertação e independência. As memórias dessa guerra é também uma guerra de memórias e paira sobre as cabeças dos/as moçambicanos/as.

O Brasil agia no atual cenário político moçambicano com entradas ditas neocolonialistas. Passei a considerar minha presença como sendo uma edição atualizada do colonizador e a reedição que essa presença evocava, sobretudo, nos mais velhos. Não por acaso, algumas ativistas sempre reagiam com alguma desconfiança à minha presença e faziam questão de explicar o que significava África e Moçambique nos ótempos de hoje. Mas penso também que todo o circuito até chegar à casa de Isabel e poder me relacionar com as mulheres, dizia de um tempo outro ódas coisas, marcado pela necessidade de estabelecer relações mais prologadas que minha ansiedade pelo tempo que escorria pelas mãos, provavelmente, atrapalhava nesse processo e me colocava em atropelo.

Ir morar no anexo da casa de Isabel, endossava ainda mais que minha presença talvez não tivesse finalidade óimperialista, ou nas palavras de Bonneti e Fleischer (2006) dos perigos de uma pesquisa extrativista, que não questiona a si mesmo permanentemente. Uma forma que arranjei para resolver a desconfiança em relação à minha presença *Mulungo* e, provavelmente opressora, foi a estratégia de me filiar à *Mamama*³⁵ Isabel. O acesso às mulheres da pesquisa só se deu, com dificuldades, pelo esforço dela. Morar em sua casa, redefinia todo o processo e me dava uma espécie de óselo do qual eu precisava naquele curto espaço de tempo que me restava, apenas mais um mês de pesquisa, para me aproximar das narrativas da militância.

Essa decisão poderia até guardar problemas outros: que histórias me seriam permitidas escutar das ativistas que agradaria ou não a Isabel? Dado a proximidade de nossas relações e o fato de estarmos sempre em sua companhia eram aspectos a serem pensados. Pois ela como

³⁵ *Mamanas* ou *Matronas* - mulheres de reconhecido valor em sociedades africanas, normalmente, se não são idosas possuem um acúmulo de saberes.

consultora e presidente do Fórum Mulher, provavelmente, implicava-se nessa história com relações de poder, e as narrativas que ouvi, imagino terem sido fruto daquilo que também poderia ser dito à Isabel.

Salvo essas questões, morar em sua casa configurou-se um espaço privilegiado de *narrações sobre a militância*. Ouvi detalhes do período das guerras por independência e da luta armada (entre 1964 e 1975), bem como, da assinatura do Acordo de Paz em 1992, em Roma, pelos partidos FRELIMO e RENAMO, além de conversas sobre militância nas décadas subsequentes à independência e a posterior cooptação ao feminismo africano nas últimas décadas³⁶. Essas histórias sempre me eram contadas durante as refeições ou no trajeto entre uma consultoria e outra. Costumava-se em sua casa reunir todos, seu esposo, sua sogra e eu, pelo menos três vezes por dia para o café da manhã, almoço e jantar, refeições que duravam uma média de trinta minutos a uma hora. Ao final do dia, na sala de estar, também se compartilhava de momentos em família.

Esse período de convivência facilitou-me não somente a circulação pelo campo com as demais mulheres ativistas, mas a experiência em si de estar hospedada em sua casa fazia parte e história do que viria chamar mais tarde de *Campo das ativistas em Moçambique*. Acompanhava-a em suas atividades de rotina-ativista e testemunhava no dia-a-dia dela o que significava ser *ativista* e *feminista* naquele lugar: As pautas, a agenda do movimento feminista, as marchas para liberdade da mulher, os ritos de iniciação sexual, as conferências nacionais da Rapariga, os casamentos forçados, e as dinâmicas sociais em *óÁfricasô*, tudo isso, mapeava o campo.

Essa relação indissolúvel de *óacadêmica-militanteô* me fez perceber o quanto Isabel representava para essa pesquisa, numa versão africana, aquilo que Vera Baroni simbolizava no início desse trabalho. Se, por um lado, foi a partir de Vera que a pesquisa engendrou, quando cheguei à Maputo foi o apoio de Isabel que definiu os cursos do campo nacidade.

Retornei de Moçambique em 2 de dezembro de 2015. Na mala, bastante material, livros, histórias, entrevistas e lembranças. Era necessário depois da viagem, retomar o campo Recife, pois havia realizado nele uma entrada de curta duração antes da viagem à Moçambique. Adentrei no espaço que somente mais tarde fui perceber como sendo meu processo de pesquisa *óacadêmica-militanteô*, mas essa é uma história que contarei mais adiante nas experiências do campo em Recife, culminando com a 1ª Marcha Nacional das Mulheres das Negras *ñ pelo fim da violência, pelo fim do racismo e pelo bemviver*.

³⁶ Ver mais em Casimiro (1986; 2001; 2004; 2014).

Em seguida, apresento o modo como fui me constituindo e me transformando a partir dos fluxos dessas experiências dos trânsitos Recife- Maputo- Recife.

2.8 Do cenário 2: Recife: ódo deslumbre inicial à pesquisadorã-negrã

Figura 3: Mapa de Pernambuco



Fonte: Google Maps

Recife fez parte do cenário inicial que compôs essa pesquisa. Já falei da presença em sala de aula de Vera Baroni como ponto fundamental para o meu interesse por esse campo. A cidade do Recife, com 477 anos de história, faz parte da Região Metropolitana do Estado de Pernambuco, que possui 11 milhões de habitantes, dos quais, 1.617.183 vivem na capital, Recife (IBGE, 2012). Apesar de pequena quando comparada a outras capitais brasileiras, Recife é uma cidade que fez e faz história no campo de lutas sociais e antirraciais. E foi no interior de Alagoas, Estado vizinho à Pernambuco, que um dos mais importantes quilombos existiu: o Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares. Apesar de atualmente pertencer ao território geográfico de Alagoas, no período colonial vinculava-se à Capitania de Pernambuco.

Com seu legado histórico de lutas e resistências, a cidade é palco de uma efervescência cultural e mantém acesa, conforme me dizia Cecília Godói, uma militante negra de Recife, o quilombismo, que atualiza velhos combates desde o período escravagista e pós-escravagista, até o atual extermínio da juventude negra que é um dos reflexos do legado colonial. Foi nesse cenário cosmopolita e político, que amadureci ao que chamo de retorno à primeira ópera de pesquisa: mulheres negras ativistas da cidade de Recife.

Estar em campo num segundo turno e deixar-se mergulhar por águas já navegadas, mas nem tanto, de si e do Outro, foi meu maior desafio. Sobretudo no tocante a muitos aspectos que não estavam amadurecidos no princípio da pesquisa. Havia apenas decidido por migrar para o campo das ativistas negras estimulada pela falada de Vera Baroni e pela posterior

constatação do vácuo das produções em Psicologia dedicadas a essa temática. E como é comum a toda pesquisa, não sabia de antemão como o meu retorno ao campo se desenvolveria após o regresso de Moçambique. Anotava inicialmente minhas ambiguidades, inseguranças, dissensos, incertezas e incompreensões, os impactos das conversas informais, das chegadas e saídas para a reunião da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, em que desde o princípio de seu desenvolvimento me comprometi em acompanhar e participar de sua preparação e formação política.

Do deslumbre inicial, sentia apenas os impactos e ouvia, dentre outras observações e de maneira repetida, frases do tipo: óa marcha é das mulheres negras e para as mulheres negrasô, ómulheres brancas são bem-vindas, mas nunca serão protagonistas nesse processoô, óaqui serás uma aliada, nunca protagonista, ouviu bem, moça?ô. Maturar essa posição como acadêmica, pensar como me vejo e sou vista racialmente, levou um tempo e foi penoso. Mas era preciso entrar em contato com a questão: Teria sido a segunda prova para permanecer no grupo?³⁷. Acolher essa perspectiva fez parte do processo e, apesar de já vir de uma experiência com militância em outras áreas, do movimento estudantil ao feminismo, que hoje nomino como hegemônico e branco, nunca havia participado de grupos em que as diferenças entre a minha cor e a condição social eram tão visíveis, pelo menos a mim, ou melhor, tão percebidas e anunciadas pelo grupo do qual me aproximava. O que gerou, algumas vezes e de início, um certo sofrimento e desconforto, mas, em outras vezes, acolhimento e abertura.

A presença de uma pesquisadora não negra³⁸ naquele contexto de campo agenciava-me de diferentes maneiras: aprendia, por exemplo, que meu papel no espaço da militância de mulheres negras, e como investigadora, era de aliada, e que este era o único caminho possível para estar entre elas: a política de alianças como via de acesso. Só no encontro com esse grupo é que pude refletir sobre os inúmeros espaços de protagonismo em que sempre, e ónaturalmenteô, me foi concedido atuar (e subjetivar-me) : na universidade como professora e

³⁷ A primeira considero quando me perguntaram quais os ganhos que o grupo obteria com a pesquisa.

³⁸ Apesar de ter tomado essa provocação como uma ólição de casaô importante, ainda hoje, interpele se minha identificação é mesmo branca. Sei à exemplo do que diz Varnier Schucman; Eliane Costa e Lourenço Cardoso (2012) que o benefício da dúvida é permitido apenas aos brancos num contexto brasileiro, bem como, os únicos que precisam afirmar-se racialmente são os negros. Brancos partiriam, na perspectiva de Vainer Schucman; Eliane Costa e Lourenço Cardoso (2012), do suposto sujeito universal. Sei também que fui ólidaô como mulher branca em diferentes momentos da pesquisa, entretanto, por diferentes razões (de cor e fenótipos) não me identifico como sendo branca ou negra. Contudo, cabe salientar que essa identificação-pertença racial foi sendo construída como elemento importante ao longo da pesquisa. Essas categorias identitárias foram igualmente importantes na construção de uma identidade feminista negra e africana. Raça, classe e gênero aparecem nas narrativas feministas como elementos centrais tanto do processo de uma elaboração subjetiva individual, quanto de uma força política e coletiva dessa militância. Não sendo possível apartar tais questões nem a mim, nem as mulheres envolvidas, desvelou-se uma importante aprendizagem desse estudo.

estudante, como pesquisadora, em congressos, nos contextos religiosos. Essas questões da diferença e das alianças tornavam-se mais visíveis no transcorrer dos encontros com as mulheres negras e militantes.

Caminhei, como já disse, para um lugar na militância, não do protagonismo, como estava habituada atuar, mas de uma aliada, isso se eu fosse capaz de cumprir alguns órituaisô para permanecer e dialogar em campo, sobretudo no tocante à minha presença não ser/ter necessariamente importância afetiva e/ou estratégica para aquele grupo (BONNETI e FLEISCHER, 2006). Foi quando me envolvi numa situação bastante embaraçosa nesse processo de reaproximação em Recife e, quando muitas das mulheres ali presentes numa reunião da Marcha não me conheciam e nem eu as conhecia.

Antes de viajar à Moçambique, comuniquei para algumas militantes, com quem tinha maior aproximação, que me ausentaria pelo período de quatro meses para realizar o estágio, mas que no meu retorno gostaria de continuar a ouvi-las. Acordo feito entre duas das coordenadoras e eu. Meus contatos iniciais foram muito facilitados pela presença de ambas e havia partido de uma delas, o convite para participar da formação política rumo à Marcha, quando regressei de Moçambique.

No meu retorno e na ausência dela, cometi um lapso de não ter rememorado às mulheres presentes porque estava ali e quais os motivos me haviam levado até aquele encontro. Não disse dos meses anteriores em que estive com o grupo, e não bastasse essa coleção de descuidos, cometi um outro ainda mais grave na minha opinião.

Na roda de apresentação não me posicionei como pesquisadora. Disse apenas meu nome e do convite que havia recebido de algumas militantes para participar da Marcha, porém sem dizer das referências que me trouxeram ali. Tampouco disse que fazia parte da minha estratégia de óreentradaô de campo com as mulheres negras militantes de Recife estar nas reuniões do Comitê Impulsor. Minutos depois de ter percebido essa falha, pedi novamente a fala, e expliquei esse outro lugar de pertencimento - a acadêmica -, os meus objetivos de pesquisa, e quando, achando que estava resolvendo óo furoô, iria prosseguir dizendo que esse trabalho era fruto do meu encontro com Vera Baroni numa aula na UFPE. Antes de concluir a fala, nesse momento, uma ativista pareceu incomodada e levantou a mão. Concederam-lhe de imediato a palavra e, de forma incisiva, ela mencionou que era necessário que se deixasse, naquele espaço, os motivos *claros* e *difusos* de cada uma das pessoas que ali estivessem presentes. Senti o recado dado especialmente para mim. Além dela, outras mulheres da reunião, se manifestavam acenando sim com a cabeça e que óera bom mais clareza na apresentaçãoô.

Óbvio que tinham razão em relação à queixa da minha presença óambíguã naquele lugar. Se, nas primeiras abordagens já me era questionado os benefícios que um estudo como o que propunha traria a elas, daquele momento em diante, sobrecarregara negativamente o ambiente. Sentia-me, como quem estivesse usando de um artifício duvidoso para conseguir o que queria. Com razão as mulheres presentes me cobravam maistransparênciã³⁹.

Quando retornei ao cenário de observação em Recife, encontrei um número muito maior de mulheres reunidas e, se antes de viajar já me perguntavam sobre quem lucraria com óos canudosô, fazendo menção aos benefícios gerados por um trabalho de pesquisa, imagine agora o que seria de mim nessa saia justa em que me coloquei. Eu era óa moçaô que chegava sem dizer óa verdadeô e sem as devidas transparências. Se, em Maputo, era vista como óa pesquisadora não-africana, *mulunguô*, aqui em Recife, me senti como óa pesquisadora não negraô. E minhas pertencas de classe, raça e idade apareceram mais de uma vez.

Essa cena me projetou para um lugar de contínuo teste. E por mais que me esforçasse em dizer que me comprometeria ético-politicamente com o grupo, começava a pensar que para estar ali, deveria realizar um esforço coletivo, e não apenas de ganhos individuais. Foi quando passei a aceitar o convite em organizar as relatorias dos encontros. Algo muito sutil havia acontecido quanto à legitimidade e honestidade, ou não, da minha presença. O meu reencontro atrapalhado com elas me colocava em desvantagem e a tatuagem da óforasteira não-negraô já havia sido impressa.

Os encontros subsequentes, sempre com desconfianças mútuas, encaminharam-me para transformações ainda mais profundas na relação com esse campo, que perdurou 18 meses. Re-situava-me através de várias agências: pessoais, políticas, éticas e epistêmicas para dar conta de alguns compromissos tácitos surgidos nesse período. Não fui a mesma pesquisadora depois de Maputo e passei, a partir daquela experiência emblemática, a entender melhor o que me diziam as mulheres negras de Recife em relação a uma presença quase desconhecida e deslocada que representava a academia, lugar que historicamente não se comprometeu com esse grupo e não faz o menor esforço de assim o fazer. Eram questões do ponto de vista ético que me provocavam naquele retorno, alguns posicionamentos quanto aos acordos tácitos que iam surgindo.

³⁹ Comentando sobre o episódio com Débora Cavalcanti, amiga da universidade, ela me recomendou a leitura de óSaías justas e jogos de cinturaô, um livro organizado por Bonetti e Fleicher (2006). Contam-se nesse livro, as histórias de jovens pesquisadoras que se envolveram na construção da rede de relações e o contexto nem sempre fluido com interlocutoras das pesquisas, e era bem esse o meu caso. O modo como nos integramos e dos processos decorrentes dessas trocas, são alguns dos elementos desse livro. Ora, entre o começo de um campo em Recife e minha ida a Moçambique havia um hiato, uma suspensão de tempo e espaço.

Certo dia, uma interlocutora de Recife me falou: ócuidado com quem vai citar, às vezes, sem querer querendo, reforçamos a história da Casa Grandeô. Numa outra conversa: óvocê deve tá ódevorandoô autoras negras, porque não faz sentido estudar mulheres negras no campo e citar homens brancos na teoriaô. Essas provocações me colocavam sempre num certo desconforto, mas numa perspectiva/compromisso constante, de me adequar a essas regras de reciprocidade que partiam de algumas delas, sobretudo aquelas que tinham formação de nível superior e tinham clareza dos trâmites de uma pesquisa. Eram dilemas éticos e políticos colocados e, à medida de minha capacidade, refletidos. Redefinia meus caminhos teóricos, epistêmicos e analíticos, a partir da identificação dessas demandas.

Se as interlocutoras de nossas pesquisas tivessem acesso ao modo como as descrevemos, isso deixaria a nós, pesquisadoras, tranquilas e satisfeitas com o que dizemos sobre elas em nossos textos? E quanto ao termo subalternas, quem é que pode denominar o Outro de subalterno? De que/quais espaços surge uma denominação como esta? Essas e outras questões foram feitas por uma pesquisadora estrangeira, a Daphne Patai (2010), em pesquisa sobre mulheres pobres no Brasil. Patai recupera uma história de quando foi à casa de uma das interlocutoras, descrevendo todo o cenário de pobreza na subida da favela onde a entrevistada morava. Daphne narra em detalhes o cheiro de esgoto que escorre por dentro da casa e que, quando a interlocutora abriu a geladeira, só havia dentro uma garrafa de água e um último pedaço de bolo oferecido à pesquisadora que, constrangida, aceitou. A partir dessa e de outras experiências semelhantes, Patai (2010) amadureceu, e dos desdobramentos dessa troca, ela passa a construir narrativas ócomô e não mais ósobreô mulheres. Nesse avançar passou a perguntar: óQuem é que fica com o último pedaço de bolo nas pesquisas que realizamos?ô. Esse é um questionamento que está para além das exigências do comitê de ética e que, em grande medida, passou a fazer parte de minhas preocupações de pesquisa, sobretudo, no encontro com o campo em Recife e das demandas advindas dele. Sei que somos lidos de determinada forma por nossos campos e é preciso estarmos atentos a esses movimentos: como vemos e como somos vistos, o que priorizamos mostrar, como nos relacionamos e experienciamos tudo isso?, eram algumas das questões que os encontros de campo me deixavam.

Mariza Peirano (1995) nos diz que o confronto com a experiência do Outro provoca, inevitavelmente, efeitos emocionais e intelectuais diversos. O resultado dos encontros de pesquisa e das reverberações que ele enseja é de suma importância ao tipo de pesquisa que proponho desenvolver. O modo como nos relacionamos e o que de importante podemos

gerado para além dos ganhos da pesquisadora, foi uma das metas de trabalho que precisei atingir.

Pensando nessas interpelações entre campo e pesquisadoras, inspirou-me o modo de relação e teve como efeito a produção de um livro sobre militância com trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids, organizado por Cordeiro e Kind (2016a). Nele, demos conta de atravessamentos diversos e que superavam as fronteiras da academia.

Entre os inúmeros trabalhos decorrentes do grupo de pesquisa⁴⁰ no qual estou inserida, escrevemos, junto a nossas interlocutoras, relatos não convencionais de pesquisa em formato de contos. A proposta de um trabalho como esse, surtiu efeitos que superavam a devolução dos resultados da pesquisa. A relação que se estabeleceu a partir de sucessivas negociações e escrita de um texto com as mulheres que entrevistamos reverberou efeitos subjetivos no meu modo de fazer a pesquisa e de me colocar na pesquisa.

Evidente que ter um trabalho escrito coletivamente não resolve os espinhosos problemas éticos quando estamos em campo e depois que dele nos retiramos, mas ajuda-nos a pensar uma relação mais humana, íntima e equitativa com os nossos campos. Influencia sobremaneira os modos como nos conduzimos e nos relacionamos com o *a posteriori*, pois foi preciso nesse livro, retornar várias vezes ao texto junto com essas mulheres para pensarmos os modos coletivos de construção de uma narrativa, os discursos e linguagens.

Precisei entender e aprender, de acordo com as mulheres com quem entrevistava e me aproximava em Recife, a me relacionar de uma forma ético-política compatível com elas: sujeitas e não objetos de estudo. Foi assim que, paulatinamente, assumi junto ao Comitê Impulsor da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, algumas atividades para além do que propunha meus objetivos de campo. Quando convocada a contribuir com algo sempre estive disposta. Conforme disse, fiz relatorias, organização de eventos preparatórios à marcha, mais relatorias. Como psicóloga, fui solicitada a fazer dinâmicas de grupo antes das reuniões, participei de vários atos públicos, feijoadas, bingos, e tudo o mais que me fosse pedido dentro das minhas capacidades de ritmo, esforço e tempo.

Porque militância, como me dizia Heide Marques (nome fictício) precisa de óconfronto físico, de força e de encarar o sol. Nesses aspectos, era sempre muito puxado fisicamente para mim as atividades de rua e, não raro era convocada. Penso que as relações nunca são gratuitas e plenas. Basta pensar que dentro dos acordos tácitos de pesquisa era

⁴⁰NaGeS: grupo de pesquisas em narrativas, gênero e saúde sob coordenação da Prof. Luciana Kind (UFPE-PUC/MG).

preciso que eu cumprisse com certos ópagamentosô e órituaisô. Eram as regras de reciprocidade que surgiam.

Lagrou (1992) se deparou no Rio Branco, Amazonas, onde ensejava pesquisar osíndios de uma comunidade ribeirinha, com alguns pedidos. Viu-se diante de pedidos de compra de gasolina para os barcos, único veículo usado para realizar grandes distâncias pelo rio adentro. Escrever um texto e aprender a falar o idioma dos índios, como propunha Lagrou, não foi suficiente para convencer o chefe da tribo que sua presença era mesmo necessária e funcional. Sei que o meu contexto de trabalho é muito diferente do empreendido por Lagrou, mas ele serve para pensarmos que não existe neutralidade nessas trocas e que, cada uma à sua maneira, negocia a permanência num determinado espaço. Sabia que havia por parte do grupo em que estava inserida uma preocupação com o modo como falaria e descreveria o que via.

Nesse aspecto, senti que o fato de estar fazendo as relatorias dos eventos e atividades endossava uma perspectiva, pois nesses documentos, não só descrevia os acontecimentos em detalhes, mas me esforçava em imprimir análises conjunturais dos encontros, de combinar o que ouvia e percebia. De tal modo, fui sendo eleita para esses momentos e sempre que as companheiras que faltavam reuniões ou mesmo as que estavam presentes liam os relatórios, diziam que gostavam de minhas articulações. Mas que apesar dessa competência não era justo deixar que eu fizesse todas as relatorias. O mais interessante desse processo, a meu ver, era que escrever o que óvia e ouviaô e construir uma versão da realidade me colocava mais próxima delas.

Depois desses óretornosô, minha preocupação com o que escolheria dizer, falar, escrever e analisar com as interlocutoras passou a fazer parte de uma das minhas principais preocupações éticas, e identifiquei como sendo uma das demandas geradas por esse grupo também. Preocupação semelhante à minha, intitulou-se um artigo de natureza etnográfica, de Ana Claudia e Villela (2005): óO que se diz o que se escreve?ô. Nesse trabalho, o/a autor/a se depararam com uma situação em que um dos interlocutores citados no livro não se sentiu contemplado com a descrição de uma pessoa que ajudou com uma pesquisa deles. Os interlocutores, que leram o livro com os resultados da pesquisa, mandaram, então, uma carta para os editores queixando-se do ocorrido e das injustiças pelas quais os pesquisadores foram responsáveis.

O artigo tenta pensar esse lugar que nós, pesquisadoras e pesquisadores, ocupamos em nossos trabalhos e vai na mesma linha de Patai: se eles fossem nossos leitores assíduos, como nos resolveríamos com os impasses, conflitos e ósaías justasô que somos colocados quando estamos em cena, no campo? Essa é uma questão de natureza retórica e emblemática. Nunca

saberemos ao certo o que encontraremos no campo, nem dos efeitos de nossos textos, mas essa era sem dúvida uma das questões com as quais mais me preocupei. Sabemos de antemão que negociaremos versões o tempo todo e o modo como testemunhamos e experienciamos o campo não representa o dizer a verdade, mas se trata de uma posição narrativa e discursiva de como percebemos esses lugares e pessoas, e nos afetamos pelos mesmos.

A lição geertziana me parece útil. Apesar de não estar fazendo uma etnografia, há um momento quando o autor fala que os antropólogos fazem interpretações das interpretações de segunda e terceira mão e que nossos textos são, na realidade, produtos ficcionais, sem pretensão de anunciar a verdade. Segundo Geertz (1989, p.11), são ficções no sentido de que são algo construído, algo modelado, não o sentido original de fictício, não que sejam falsas, não factuais ou apenas experimentos do pensamento.

A natureza de minhas interações em Recife estreitou e se complexificou desde a saída justa de meu retorno ao cenário. As tensões iniciais e a pesquisadora não negra já não eram assim tão perceptíveis e faziam parte de um campo. Após 18 meses de convivência, sentia-me num lugar familiar, embora soubesse das nossas diferenças e diferenciações como mulheres. E passados alguns meses, aquele lapso de esquecer de dizer da minha origem acadêmica revelava um desejo fantasioso de fazer parte do grupo como uma delas. O destaque dado àquela situação era por, obviamente, mesmo que não dissesse de onde vinha e o que fazia ali, ser percebida como estranha, portanto, estrangeira. Desse modo, cuidei para que ficasse sempre claro que apesar de querer ser uma igual sabia que era impossível e que minha finalidade, naquele percurso, era o desenvolvimento de uma pesquisa.

Contudo, com o passar do tempo, outras surpresas foram guardadas para esse percurso. Acredito que essa intenção de ser ou não uma igual pairava como dúvida e fora captada por algumas das ativistas que estranhavam o fato de eu dizer que não entrevistaria mais nenhuma ativista porque já estava suficiente o material que possuía.

“Você já poderia ter encerrado sua pesquisa?”, perguntou-me uma delas. Respondi que sim e ela questionou: “queres ficar mais um pouquinho, não é?”. A isso, respondi afirmativamente. Ao final desses 18 meses, sentia dificuldade de encerrar o processo quando me deparei com um inusitado convite para ir de ônibus com a delegação pernambucana para a Marcha Nacional.

2.9 Acho que ir de ônibus será uma excelente oportunidade para você

Como falei, passados os 18 meses, não contava mais com as dificuldades iniciais e sentia que um clima mais tranquilo entre muitas das ativistas negras e eu, era genuinamente

recíproco. O que me colocava diante da situação difícil de encerrar temporariamente aquela convivência e adentrar em outras etapas da pesquisa. As análises, por exemplo.

A ida da Marcha à Brasília se aproximava e ensejava concluir minha trajetória de campo com esse momento. O comitê nacional projetava que em Brasília conseguiria reunir-se cerca de 30 mil mulheres negras na Esplanada dos Ministérios. Depois de todas as atividades e preparações, o Comitê Impulsor Pernambuco estava tenso e animado com a viagem. Os recursos financeiros minguados colocava em dúvida se realmente seria possível sua realização. Minhas passagens aéreas estavam compradas com recursos pessoais, quando fui surpreendida por uma das componentes do Comitê de que haveria uma vaga para mim no ônibus, caso eu desejasse ir.

O convite me colocou em suspensão e atualizou algumas questões que me seriam fundamentais do ponto de vista analítico. Compreendi o convite como uma óprova de fogo final do meu período de campo. Dessa vez, não mais porque as fronteiras entre mim e elas estavam borradas, até porque meu lugar de pesquisadora já estava melhor delimitado e, não mais omitia essa posição ou era vista como um elemento que não permitia acessar determinados lugares. Do lado das militantes negras, a abertura para minha ida de ônibus me dava uma oportunidade, como dizia uma delas, de óviver 24 horas por dia o que é militar nas estradas desse país!ô (Diário de campo, 11.11.2015). No entanto, era mais do que isso. A sensibilidade de aceitar o convite ou não representava mais que uma simples resposta.

E do mesmo modo que Alinne Bonneti (2007) em sua pesquisa de doutorado: óNão basta ser mulher, tem de ter coragemô. Enquanto a pesquisadora não compreendesse a sociabilidade recifense em seu cotidiano de violência urbana, ela não se sentiria pertencida ao campo e, o grupo por quem ela tinha interesse de pesquisa também não a validava. Enquanto Alinne não vivenciasse esse aspecto da violência diretamente em sua experiência em Recife, tido como a óprova de fogoô de seu campo, ela ainda estaria de fora dos debates. óTer sangue no olhoô significava a força necessária às mulheres das classes populares inseridas na seara do feminismo local. O caso de Alinne é emblemático, porque no dia em que ela sofreu um assalto dentro de um ônibus a caminho de uma atividade de campo, sua pesquisa deu um salto qualitativo. Era como se ela tivesse, finalmente, percebido a força que era necessária para estar na luta políticafeminista.

Para o Comitê Impulsor da Marcha em Pernambuco, uma das regras para ir de ônibus era ter realizado boa parte da formação política. Pleitear uma vaga no veículo só era possível mediante o cumprimento desse processo. Aspecto que eu houvera cumprido com muito afinho e disciplina, por razões da pesquisa e também políticas. Contudo, era necessário também que

as mulheres viajantes de ônibus fossem negras, e eu não me encaixava nessa segunda exigência. No entanto, conforme explicações posteriores e até, não muito expressas, eu, como aliada poderia, sim, ir. Seria uma exceção à regra? Vejo-me de novo às voltas com a ilusão de ser uma igual, mas penso que não só isso: outros aspectos se revelavam naquele convite.

Penso que o convite foi, além disso, um novo teste. Admito que fazia cara de aterrorizada quando as mulheres contavam dos perigos e da dureza da viagem. Dentre as muitas histórias de terror, as mais comuns e que estavam presentes nesses enredos eram: os cinco longos dias de ônibus sem parar para dormir numa cama, assaltos na estrada, postos de gasolina que confundiam viajantes com prostitutas, pouco conforto, comer ou tomar banho nas paradas. Por um instante, quando colocava em perspectiva esses causos e contos pensava em desistir. Porém, àquela altura, sentia também que um novo teste se colocava diante de mim, vi-me desafiada e com medo. Dias depois de aceitar o convite, quando disse a uma colega feminista negra que iria de ônibus, com uma leve batidinha nas costas ela me disse: ólha aí que oportunidade massa! Vai ser história de militância o tempo todo pra tuouvirô.

Diante do desafio e da demanda implícita: és ou não és uma aliada?, assumi minha vaga no ônibus, além dos 110 reais a que cada uma das ativistas teriam direito, sendo que 50 reais foram entregues apenas quando chegamos à Brasília, o que fez a alegria de muitas de nós. E, entre os dias 17 e 22 de novembro de 2015, embarquei, a convite da Comissão Impulsora da Marcha, em um ônibus junto com outras 45 mulheres rumo à Brasília. Essa última semana de convivência integral, intensa, forte, impactante e ressubjetivante em níveis pessoais e políticos, reconfigurou, sem sombra de dúvidas, meu lugar como acadêmica, mas também como ativista.

Destaco essa semana como de suma importância para uma compreensão mais aprofundada de vários pontos de vista e de variadas narrativas sobre o ser militante negra em Recife. As tramas e subtramas desse processo, a variedade dos níveis educacionais e de renda compunham na viagem uma excepcional oportunidade de estar em contato com narrativas múltiplas e multifacetadas de militância e de feminismo.

Passar cinco dias em um ônibus, partilhando intimidades, travesseiros, lençóis foi, sem dúvida, um divisor de águas na minha circulação em campo. Não era mais apenas um cenário que observava, mas eu mesma fazia parte dele, vivendo da mesma forma e com os mesmos recursos que as militantes.

De todos esses dias, destaco as principais atividades da viagem:

- ✓ Rodas de conversas ao final de cada tarde sobre estética negra; a solidão da mulher negra, a hipersexualização, religiões de matriz africana e heterossexualidade compulsória.
- ✓ Oficinas de bonecasAbayomis⁴¹.
- ✓ Aplicação de um questionário socioeconômico com dados sobre renda, idade, profissão, orientação sexual, moradia, entre outros.
- ✓ Relaxamentos com Ioga e respiração. E pactuávamos, diariamente, alguns acordos de respeito, solidariedade e apoiosmútuos.

Admito que no princípio da pesquisa desejava fazer parte daquele grupo automaticamente, porém estar à caminho da Marcha, junto com todas elas conferiu um sentido especial e rico a essa pesquisa: o espaço privilegiado das narrativas do que é ser militante/feminista negra, apesar de nem todas da viagem se reconhecerem como tal. A arte de existir e resistir, como centralidade dessamilitância.

Pude, na semana dedicada à marcha, viver toda a agenda, partilhar histórias de vida e dos inúmeros desafios do ser mulher negra de um ponto de vista mais ampliado. Óbvio, não me tornei negra pela experiência, mas a comunhão daqueles dias me colocou de modo bastante diferenciado e mudou alguns dos rumos desse trabalho. Minha identidade de pesquisadora foi transformada nesse processo.

Foram muitos os riscos que corremos, muitas apreensões no percurso da viagem, além de muitos segredos partilhados, que em nenhum outro contexto imagino que teria acesso. Das trocas dessa viagem em diante, minha experiência de alteridade se deu de uma forma bastante especial. Os nós do campo e o campo em nós - implicações de uma pesquisadora-ativista foi um dos resultados dessas trocas na semana de viagem. E as trocas decorrentes foram parte do meu processo de subjetivação política e dos registros reservados para o processo de análise (SILVA; CORDEIRO, 2016).

Que alegria foi encontrar com D. Josefa no ônibus (nome fictício). Ela veio com mais uma companheira de Garanhuns da comunidade quilombola Castão. Estranho e percebo a falta a quem vou chamar de Rosana (única companheira trans que iria à Marcha Nacional do Comitê Pernambuco). D. Josefa me disse que ela vinha, mas desistiu em cima da hora. Fiquei triste e um pouco aflita. Sabia de todas as dificuldades que ela andava enfrentando com seu companheiro adicto, além das ameaças de morte que vinha recebendo do ex-marido que estava morando com ela numa mesma casa. D. Josefa me trouxe umas passas de caju, um doce muito apreciado por mim.

⁴¹ A história oral trazida na travessia dos ótumbeiros - navios negreiros -, conta que as mães escravizadas que pariam seus filhos/as na travessia ou, mesmo, que estavam com filhas/os crianças pequenas usavam-se de seus restos roupas e produziam pequenas bonecas em tecido e ofereciam a seus filhos/as como amuletos de proteção.

período em que estive no quilombo. Me disse que queria ter trazido para todas as companheiras do ônibus, mas o dinheiro não deu. Lhe respondi que não se preocupasse e que pegaria um pedaço e ofereceria o restante pra nossa ócozinha coletiva construída artesanalmente em dois dos bancos do ônibus. Nos abraçamos, sentamos, ao lado uma da outra, e passamos um tempo relembrando a pré-marcha que fizemos na cidade de Garanhuns, quatro meses antes desse reencontro. Lembramos de cenas desse período e dos dois dias que passei no quilombo acompanhando, participando e trabalhando nas ações do processo de interiorização da Marcha que reservou seis vagas no ônibus para as ativistas do interior do Estado de Pernambuco, três de Garanhuns, duas de Belo Jardim e mais duas de Petrolina (Diário de campo ã 18 de novembro- 2016 ã 18:00).

Nesse trabalho, em que trago o fragmento narrativo da minha experiência na Marcha, comunico o lugar limítrofe entre o eu que pesquisa, e o eu que milita. Apesar do desejo de ser mais que a pesquisadora, sabia que esse reconhecimento se dava em função das negociações possíveis entre mim e as ativistas. Fui solicitada algumas vezes a atuar como pesquisadora que ajuda ao longo do processo de formação da marcha: os atos, as sessões e semanas de formação, as relatorias, etc. Em todos esses lugares e pedidos nunca rejeitei os que me foram feitos e sabia que essas trocas eram fruto do fluxo das relações, e do meu lugar como pesquisadora naqueles momentos. Se no começo, comprometia-me a trazer os resultados do trabalho, ao final dele, imaginava que de modo muito aquém ao que eu recebia, eu estava sendo útil no momento presente. ÓVamos mulher! Aja!ô, me dizia uma ativista entregando cartolinas para colorir com dizeres que recepcionariam mulheres pela primeira vez nas reuniões.

Embora caminhasse nessa parceria, tinha a sensação de que os lugares entre elas e eu já não eram assim tão enegrecidamente delimitados, como no início quando me diziam óa marcha é das mulheres negras e para as mulheres negrasô. Passados 18 meses, já era possível genuinamente trocarmos experiências sobre a militância e compartilharmos de uma mesma comunidade de destino e de lutas, principalmente, no tocante à execução da 1ª Marcha Nacional do Comitê em Recife. Mas deixo essa etapa mais pormenorizada da experiência e das narrativas sobre a militância para as interfaces do capítulo analítico.

2.10 A caixa de ferramentas da pesquisadora

Proponho as/aos leitores/as apresentar os instrumentos que usei da minha caixa de ferramentas (FOUCAULT, 2005); vejo-os como atuantes nesse trabalho. São dispositivos que me ajudaram a dar corpo, produção e visibilidade à experiência sobre a militância e seus

processos de subjetivação por feministas negras da cidade de Recife e feministas africanas na cidade de Maputo, Moçambique.

As ferramentas por mim utilizadas revelam modos singulares de atuação e potência na geração das narrativas de campo. Nesse caminho de pesquisa borrado e impreciso, precisei dialogar com esses instrumentos e negociar a sua aplicabilidade e/ou viabilidade estratégica.

A seguir, com o objetivo de sequenciar o modo como construí o campo e as realidades provenientes dele, daremos ênfase ao nosso trabalho de instrumentos metodológicos para a referida pesquisa. Quais peças utilizamos? Assim como um *bricouler*, quais recortes e colagens foram feitas a partir das primeiras entradas no campo Recife e Maputo? Na sessão seguinte, falaremos do uso de estratégias que, a meu ver, foram dispositivos metodológicos importantes:

- a) as inspirações-aproximações etnográficas;
- b) a observação participante;
- c) o uso de diários de campo;
- d) as entrevistas narrativas.

Foi, a partir dessas tecnologias, que me foi possível dar sentido e inteligibilidade ao como e quando me constitui nos dois campos, com ênfase aos impactos subjetivos advindos deles. De tal modo, sinto-me convidada, na sequência, a narrar para as/os leitoras/es como compreendi cada um desses dispositivos me ajudaram a produzir, óálinhavarô inteligibilidades.

2.11 Inspirações Etnográficas

Fazer etnografia soa a um antropólogo de diferentes maneiras: é método, construção e estratégia fundamental para uma pesquisa (URIARTE, 2012). No entanto, de acordo com esta mesma autora, o entusiasmo do método tal como o pensado Malinowski (1997) convidava os antropólogos a saírem de seus gabinetes e irem vivenciar *in locus*, por um período de tempo, junto às interlocutoras, aprendendo seus idiomas, modos de relação, rituais e vida cotidiana.

O pioneirismo de Malinowski se deu justamente por isso: era preciso estar junto aos interlocutores, mas não só. Recomendava-nos, também, respeitar alguns passos desse trajeto:

- a) propunha aos antropólogos/pesquisadores que se situassem no campo; b) uma vez situados que observassem o que viam. E, na sequência, que selecionassem e descrevessem aquilo que lhes foi possível enxergar. Esse caminho foi fonte de inspiração para milhares de pesquisadores entusiasmados pela possibilidade de relações mais orgânicas, complexas e

duradouras com os campos de trabalho (BONNETI e FLEISCHER, 2006; ANA CLAUDIA e JORGE VILLELA, 2005; GROSSI, 1992)

Esse modo de fazer e atuar na pesquisa tem alcançado e estimulado diferentes saberes da ciência. Não só a antropologia, mas a filosofia, geografia, matemática e psicologia têm se ligado a esse instrumento como uma estratégia de aproximação com o campo. Reconheço que cabe nessa proposta metodológica de um *ófazer etnográfico*, uma espécie de encarnação da própria teoria por olhares, escutas, diálogos e trocas realizadas em campo. Ou seja, apresenta-se uma densidade de permutas capazes de abrir o olhar do pesquisador para os diferentes manejos que são possíveis a uma pesquisa científica.

Para Viégas e Tsallis (2011), imergir no campo não é descrever e realizar uma separação cristalina dos fatos, mas permitir engajar-se numa cena de complexidades, contradições, dissensos, apatias e simpatias que as relações podem evocar. Esse manejo perpassa pelo filtro do subsídio da teoria. Aos pesquisadores, deve-se pôr um ordenamento dos fatos.

O trabalho de campo acontece por vias iniciais de um emaranhado de linhas desordenadas e difusas, que desenhavam paisagens e acontecimentos. Numa inspiração de natureza etnográfica faz-se um esforço em desnovelar os fios emaranhados. O filtro da teoria configura um importante embasamento em desestabilizações e incertezas, nomeada por Uriarte Urpi (2012), como um esforço apurado pelo desenraizamento crônico à qual estamos imersos na complexa teia do campo. Esse estranhamento promove um inquieto e necessário mundo em desequilíbrio com o qual a pesquisa precisa adequar-se e, na medida do possível, entranhar.

Advertimos que esse texto, em si, não tem o cunho ou o compromisso com a produção de uma narrativa etnográfica, pois não me sinto devidamente instrumentalizada. No entanto, proponho uma inspiração de ordenamento etnográfico, uma construção textual que se inspire a partir das orientações do situar (andar, revelar o percurso), observar (ver, rastrear o que viu) e descrever (refinar, censurar, ordenar o caminho do mapeamento). Inspirada nas palavras de Hélio Santos (2009), pesquisadores/as, a exemplo dos poetas, somos colecionadores/as de miudezas.

De miudezas e sensibilidades desenha-se um campo, ou traduz-se. Evidente que traduzir um campo, como a etimologia da palavra sugere, significa trair (HOUAISS, 2014). Porém, há outras possibilidades para tradução, além dessa do dicionário. Podemos interpretar o que vemos não com o intuito de se colocar no lugar do Outro, para pensar como ele, ou transformar-se em um deles, como fantasia vanoprincípio. Por outro lado, o que está em

questão para Geertz (1989), por exemplo, é que não basta simplesmente óestarmos láô. É preciso implicar-se num trabalho de significação, representação e interpretação, mesmo sabendo que serão em segunda ou terceira mão.

Para Ricouer (2007, p. 289) esse tipo de trabalho designa óa expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que se constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentosô. Marcos Reigota (1999) vai pensar em termos das narrativas ficcionais como uma possibilidade de comprometer-se ética e criativamente com quem efetivamente contribuiu com a composição da pesquisa. Ele diz que é possível, através de uma narrativa ficcional e literária, não assumir uma descrição do real, mas que deveríamos empreender um esforço na criação de cenários, identidades e personagens que trouxessem ao debate reflexões importantes e fundamentais sobre as questões que nos debruçamos e que são caras à pesquisa. O desafio nesse sentido e, no qual me inspiro, é aquele em que posso performar espaços narrativos enquanto artefatos, compreendendo-os óem termos do que contém, das formas que oculta ou revela, do que está registrado nas ações de quem o testemunhaô (STRATHERN, 2014, p. 214).

Para Miriam Grossi (1992), o trabalho de campo e os aspectos subjetivos devem permanecer em relação imbricada. Segundo ela, na busca de compreensão do Outro encontramos a nós mesmos. Pensar a relação com os interlocutores, entre o eu e as mulheres que encontrei, são traços fundamentais. A interpretação realizada é marcada indelevelmente pelas relações subjetivas estabelecidas. Nesse ponto, adverte a autora, é importante estarmos atentos às nossas biografias. Deve-se observar nesse pulsar quais estratégias foram lançadas, os afetos, o modo como vê a si mesmo e ao Outro.

A experiência, a troca subjetiva, constitui uma das marcas insubstituíveis do campo. Segundo Peirano (1995), o confronto com a experiência do Outro provoca, inevitavelmente, efeitos emocionais e intelectuais. Trata-se de um jogo de efeito multicêntrico, negocia-se a favor de determinadas versões da realidade. Partilhamos ainda, de modo semelhante à Mônica Dias (2006, p. 54), que ótodo trajeto de pesquisa se constitui do conhecimento que possuímos do campo, os adquiridos nele e, conseqüentemente, as análises que seguem após o contato com o outroô. Para nós, esse último aspecto, o contato com os Outros na/da pesquisa, configurou entre os maiores desafios e níveis de complexidade. As entrevistas narrativas se configuram como um dos elementos que nos permitiu escutar, dialogar e tecer uma ócosturaô com os agentes participantes do estudo.

Reconhecemos as singularidades desse estilo de pesquisa e escrita, e admitimos a possibilidade de uma aproximação com a mesma. Nesse compromisso, utilizamos ainda ao

longo de todo o percurso e como suporte fundamental, a observação participante e os diários de campo.

2.12 A observação participante

A observação participante surgiu como um dos manejos escolhidos para entrada e permanência no campo e realiza variações importantes quando comparada aos diários. Se a esses últimos, caberá o registro das afetações e suas posteriores análises, a observação participante, por sua vez, foca no desenvolvimento das conversas espontâneas, nos fluxos e trocas situadas. São, conforme Cordona, Cordeiro e Brasilino (2014), pequenos momentos que marcam os microlugares da relação entre a pesquisa e seus envolvidos. De um outro modo, podemos dizer que se trata dos pequenos momentos do fluxo diário, da grandeza ínfima que está na abertura às possibilidades da convivência cotidiana que, nas palavras de Spink (2003;2008), gesta, regula e conforma os acasos diários, os encontros e desencontros. Das conversas cotidianas permeadas entre o dito e o ouvido, faz-se pesquisa. A autora propõe um processo de co-construções, entre o observado e interpretado, passíveis de inscrição por parte dos pesquisadores/as.

Na perspectiva de Cordona, Cordeiro e Brasilino (2014), é importante estarmos atentas à forma como entramos e permanecemos nos lugares de pesquisa. E mais: cuida-se nesse processo de observar o como entrar e sair, quanto tempo permanecer; como e com quem se relacionar, ou para que se relacionar. O que e como registrar o que acontece são elementos da observação participante no cotidiano das pesquisas. Aqui, reforçamos que os usos possíveis da observação representam sobretudo uma preocupação de observar no ódentroô do cotidiano e não o cotidiano das pessoas. No sentido proposto, é permear-se das interações possíveis e não adentrar como se fosse o outro um simples objeto passível de observação, controle e distinção. A riqueza de uma observação participante está nas conexões de uma produção de sentidos nas interaçõescotidianas.

Observar e participar são verbos que recuperam sentidos múltiplos quando conectados a outro: o conviver. O tempo da convivência insere-se como experiência fundante para a observação. Somente nesse entrecruzamento é possível dar sentidos variados ao vivido. Desenvolve-se, contudo, uma habilidade de perceber no plano do sensível, as tensões flutuantes dessas trocas. Tal como defendem Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014, p. 129): óexiste uma tensão constante quando convivemos com pessoas que não fazem parte de nosso cotidiano habitualô. Isso vale para os relacionados na pesquisa e, no meu caso, em especial, quando antes dos campos dos quais imergi, não faziam parte da minha convivência habitual.

óAlcançá-losô significou colocar-me diante de um desconhecido abismo no qual, com o tempo de convivência, algumas fendas foram sendo possíveis de enxergar, traçando na medida do possível, um mapa das impressões e conjugações.

Do avançar nesse caminho, as observações foram dedicadas a um número extenso de horas. No entanto, quando o tempo de permanência já me parecia suficiente para levantar algumas proposições em torno dos modos de ser militante, tracei uma outra estratégia. Selecionei, de acordo com as minhas redes de relações estabelecidas, uma militante de cada campo e, para elas, sugeri uma entrevista. Em Maputo, Isabel Casimiro foi meu ponto de partida privilegiado e, apesar de não a ter entrevistado, propus que ela me sugerisse alguém com quem pudesse realizar uma entrevista sobre ativismo. Como as circunstâncias e o tempo de pesquisa em Maputo foi mais curto que em Recife, decidi também incorporar outras entrevistas sobre ativismo de feministas moçambicanas, já que no período de estágio havia um projeto que contemplava ouvir narrativas sobre a militância de jovens feministas⁴². Pela compatibilidade, decidimos incorporar essas entrevistas também. Saliento que estive presente em algumas delas como interlocutora secundária, bem como conheci pessoalmente, no tempo de permanência na cidade, todas as mulheres entrevistadas.

No campo Recife, como o estabelecimento das relações com um tempo de Cronos foi mais prologando, escolhi uma interlocutora com quem construí uma relação mais aproximada, e a partir dela fui desenhando entrevistas com outras mulheres. Desse modo como parte da aproximação etnográfica, alio, ao uso da observação participante, o diário de campo.

2.13 O diário de campo

O diário de campo assume a faceta de descrever densamente um espaço geográfico, material, afetivo e/ou simbólico. Um mapa escrito e desenhado através dos elementos que compuseram as paisagens. Desempenha ainda, entre outras possibilidades, um instrumento útil para aqueles que saem a explorar zonas desconhecidas. Ora, todo objeto de pesquisa é, antes de sua investigação, um campo aberto e de conexões infinitas.

Nessa formação/formulação na elaboração de um campo nunca sabemos a força dos ventos que soprará (seus agenciamentos). Não se sabe a potência e perda de força gerada na tomada por cada decisão, nos rumos do trabalho e nos encontros que estabelecemos a partir deste. Lança-se, projeta-se, anota, descreve, observa, analisa pontos passíveis da

⁴² Talita Rodrigues, sob orientação do Prof. Jorge Lyra, estava em estágio em Moçambique no mesmo período em que desenvolvi meu estágio e sua pesquisa objetivava aproximar-se das narrativas locais do feminismo jovem em Maputo.

viagem/paisagem. A pesquisa e seus instrumentos de trabalho, por analogia, pode ser considerada uma viagem descrita através de diários/relatos de viagem a exemplo dos antigos viajantes.

Além dos desenhos feitos a partir das paisagens, outro aspecto bastante comum aos navegadores do desconhecido era o uso dos diários/relatos de bordo. A descrição pormenorizada do que se via e sentia, fazia parte do trajeto da viagem. Para Benedito Medrado, et al (2014, p.273), óos diários podem ser compreendidos como anotações pessoais sobre acontecimentos marcantes ou sobre experiências do dia-a-dia. Do conjunto de estratégias metodológicas utilizadas para adentrar e adensar o campo, o diário assume uma forma substancial que atua na pesquisa.

O óequipamento diário reivindica, por assim dizer, um status da/e para a pesquisa. Está a serviço como um guia. Por analogia, pode-se afirmar uma importância similar dos diários em relação ao uso dos óculos de grau para quem deles necessita. Com eles é permitido ver as imagens com maior nitidez. Destaco a mesma atribuição ao diário como uma das primeiras ferramentas utilizadas da minha ócaixa (FOUCAULT, 2005).

Um instrumento que passou por diferentes processos de escrita. Evoluí nesse processo, de uma narrativa mais confessional e testemunhal com uma menção quase exclusiva às emoções que vivia em relação à possível órejeição de minha presença como pesquisadora, para um registro, de observações, testemunhos, brigas, disputas e partilhas. Foi a partir desses exercícios iniciais que pude refinar e ampliar perspectivas que gostaria de investigar na escrita de si, militante, de mulheres negras, e seus possíveis efeitos subjetivantes de militância como óarte da existência (FOUCAULT, 2004).

Aquele movimento inicial passou de uma escrita de si analisando e identificando minhas emoções, para depois acessar e testemunhar emoções decorrentes de um exercício de militância das feministas negras e feministas africanas.

No curso de evolução desse processo, o diário foi configurado e reconfigurado como uma importante ferramenta de trabalho. Da mesma forma que num trabalho de campo amadurece-se não só o texto, mas o conjunto da pesquisa no todo. O diário amadureceu e foi eleito companheiro e participante do corpo vivo que é uma pesquisa.

No passo dessas reflexões, Medrado et al (2014) reflete sobre os variados usos que se pode ter desse instrumento.

O diário, como afirmamos, é um atuante: com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito objeto

tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa. Ao invés de atores contrapostos (pesquisador/pesquisado; técnicas/instrumentos; tema/objetivo) temos na pesquisa uma conjugação de fluxos em agenciamentos coletivos produzindo a própria ação do pesquisar. (BENEDITO ET AL, 2014, p. 278)

Compreendemos, ao assumir essa perspectiva, que os nossos olhares e reflexões presentes, fazem parte da leitura⁴³ sempre implicada de quem observa/ou uma paisagem: a construção de uma narrativa escrita sobre um determinado campo de estudo, minhas afetações, sentimentos e cegueiras. Dessas, algumas foram passíveis de análise, outras não. Nesse sentido, as entrevistas narrativas conferiram um fio condutor aos dois campos, as duas observações participantes e aos dois diários de campo. Como o tempo, duração, recursos e estratégias de campo foram muito diferenciados, a entrevista narrativa assumiu um aspecto de conexão importante entre os dois campos.

Centro-me nesse momento, na discussão e posicionamentos conceituais e analíticos da minha escolha pelo recurso que foi capaz de ódar ligaô aos dois campos de trabalho. As entrevistas narrativas, por sua vez, são mais que uma técnica de entrevista. Essa escolha fez parte dos manejos estratégicos da pesquisa, um dispositivo configurado para além de uma técnica e avançou como aporte, *status* fundamental da metodologia que óalinhavou e costurou toda a pesquisa.

2.14 A entrevista em métodos narrativos

Originária da palavra *narrare*, narrar significa relatar, contar uma história. Essa generalidade do narrar pode trazer além da proposição (abarcando tudo), uma série de problemas espinhosos (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2007). Segundo esses autores, se as narrativas estão em toda parte, e as encontramos em todos os lugares e formas, qual seria a especificidade, diferenciação e modo de manifestar próprio de seu uso enquanto método para entrevista e investigação qualitativa? Para os autores, óas narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2007, p.91).

As narrativas sejam elas de uma fala, texto, escrita, poema ou um conto possuem variadas modelagens, formas e modos de expressão. Apesar das especificidades, estão presentes em toda parte: na conversa cotidiana, no mito, na lenda, no conto, drama, na

⁴³ Do latim: escolher, rever (HOUAISS, 2014).

tragédia, romance e, inclusive nos textos acadêmicos. Estar em toda parte implica alguns embaraços.

Embora possamos admitir que a narrativa está presente em toda forma de comunicação humana agenciando e operando inteligibilidades, o manejo dela, numa abordagem acadêmica, assume especificidades, sobretudo, quando intencionamos pensá-la para além de um instrumento de coleta de dados, com uma potência que dá corpo e forma ao modo como nos conduzimos pelo campo. A construção de uma abordagem metodológica em narrativas empreende sempre um viés, um modo de olhar a realidade que o cerca e de buscar uma compreensão, organizando-se em uma rede articulada de conceitos. A escolha pelo método narrativo se deu pela possibilidade que a nosso ver possibilita endossar e convocar os outros instrumentos (observação, notas de campo, diários e inspirações etnográficas) a uma comunicação conectada e emrede.

Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa, uma contação de histórias. A narrativa assume uma faceta, uma chance viável para a manifestação e produção de conhecimento. Contudo, não é unicamente um procedimento metodológico. Para Schultz Wittizoreck et al (2006, p. 10), narramos ófatos, feitos, fenômenos. Narramos experiências, sentimentos, outras pessoas e nos narramosô. Narramos a vida cotidiana, como podemos perceber, todo o tempo.

Contudo, esse uso da abordagem narrativa para as ciências humanas é algo recente. Inaugurou-se a partir dos Estudos do Discurso na década de 1980, após a conhecida virada linguística, a conceituação de que formas de histórias, tanto orais quanto escritas, constituem um parâmetro léxico, linguístico, psicológico, cultural e filosófico dos grupos sociais e são, portanto, fundamentais para nossa tentativa de explicar a natureza e as condições de nossa existência na conformação dos fenômenos sociais. Portanto, a contribuição de uma pesquisa narrativa, encontra-se mais no âmbito de apresentar uma percepção de sentido e relevância acerca do tópico de pesquisa do que no de divulgar um conjunto de declarações teóricas formalistas⁴⁴ (CLANDININ; CONELLY, 2011).

Para esse modo de abordagem, manejo, em métodos narrativos quando a (re)contamos, prescindimos da presença de algumas dimensões, das quais destacamos dois elementos. O primeiro, chamado cronológico. Nele, as memórias, lembranças e fatos contados respeitam

⁴⁴ Para os formalistas não há nenhuma ação na experiência, mas somente na forma, a pessoa age de acordo com as hegemonias, políticas, culturais, de gênero e estruturais, ou seja, para os formalistas as pessoas são uma teoria, uma categoria social, diferentemente da perspectiva narrativa que iniciam suas pesquisas pela experiência e compreendendo as pessoas como a própria corporificação de histórias vividas (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

uma contação dentro de uma perspectiva evolutiva de tempo, a partir da observação sequencial e sucessiva. Uma segunda dimensão está presente na construção não-cronológica, conhecida como enredo, e neste, uma estrutura de narrativa é construída através de unidades individuais, quando, dentro de uma história maior, as micro histórias aparecem para dar densidade ao contexto global da narrativa. No conjunto dessas ferramentas, a análise narrativa se insere conforme pontuam Gubrium e Holstein (2007). As histórias, nossa fonte de interesse, possuem uma vida social própria. A entrevista, contudo, não é um simples falar sobre um assunto, revela-se, nessa perspectiva, como um produtosocial.

Como apontam Jovchelovitch e Bauer (2007), as narrativas não copiam a realidade do mundo fora delas. Ao contrário, propõem interpretações singulares do mundo. Já para Clandinin e Conelly (2011), as narrativas circunscrevem-se em um espaço tridimensional, no qual temporalidade, intersubjetividade e posicionamento⁴⁵ no sentido de *locus*, vão definindo o *corpus* das narrativas.

Gubrium e Holstein (2009, p.15) consideram a abordagem em métodos narrativos como produtoras de sujeitos, textos, conhecimentos e autoridade. Conceituam as histórias produzidas narrativamente como ójanelas textuais multifacetadas sobre o mundo, ainda que as janelas sejam enfeitadas pela visão daqueles que as contam. Em outras palavras, é um produto social mais que um mero recontar de eventos. Compreende-se como algo que se entrelaça na biografia do narrador e que é avaliado emocional e socialmente, transformando-se em experiência.

Através das narrativas, pesquisadoras e narradoras endereçam e compartilham suas experiências, elegendo fatos marcantes que lhes aconteceram. Fragmentos, memórias e impressões são colocadas em perspectiva e emaranham-se em possíveis explicações para os fluxos de trocas e reflexões (PORTELLI, 2010).

Um exemplo de como isso pode se expressar no nosso trabalho, segue num fragmento de uma das nossas interlocutoras

Então essa coisa de eu não tinha acesso a livros e eu só tinha acesso àqueles momentos das aulas. A igreja favoreceu muito isso no meu caso porque era o único caminho que eu tinha acesso a livros porque tinha uma biblioteca na igreja e aí eu podia acessar livros e pegar livros pra ler e tal porque na minha formação não é que meus pais não quisessem meus pais meu pai ele foi alfabetizado apenas e minha mãe sequer foi alfabetizada porque meu avô não permitia que as filhas fossem alfabetizadas pra não escrever bilhete pra macho (Dandara).

⁴⁵ Segundo Gubrium e Holstein (2009), o trabalho narrativo acontece em tempo real, em lugares concretos, geralmente em relação a demandas interpretativas especializadas, utilizando vocabulários e conhecimentos distintos.

Nessa narração, o modo que uma de nossas interlocutoras se utilizou para apresentar como se inseriu no universo da militância perpassa pelo *flashback* autobiográfico da sua relação direta com o universo de uma vida intelectual, desde as inserções na igreja evangélica quando criança, até a chegada ao seminário na adolescência. A narrativa em si nos dá uma imagem do como ela foi se construindo desde a infância até a vida adulta, na companhia sempre presente dos livros.

Sendo a narrativa um instrumento de aproximação, conforme Brocmeier e Harré (2003, p. 526), é possível entender a narrativa como óconjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente, delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo e pela combinação de técnicas sócio-comunicativas e habilidadeslinguísticasô.

Os enredos, como referido por Dandara, fluem através de funções específicas e contextualizadas, a demarcar ritmo, espaço e tempo em uma narrativa. O princípio, meio e fim de uma história. Apesar de sabermos que os fenômenos sociais e psicológicos seguem sem necessariamente respeitar uma ordem cronológica, no entanto, a fim de conferir sentido aos acontecimentos da vida e dar uma linha de sentido no enredo, define-se os aspectos de começo, meio e fim, respeitando-se o caráter transitório e aberto das narrativas e não um engessamento por se considerar uma estrutura (JOVCHELOVITCH e BAUER,2007).

O ponto chave da entrevista narrativa se ancora no estabelecimento de uma comunicação com as interlocutoras, motivando-as a contar uma história sobre algum acontecimento importante de sua vida, sua história, seu viés interpretativo de um contexto/situação social. Investe-se, portanto, em um tópico central, gerador e amplo que provoque nas interlocutoras o disparar de uma narração sobre determinado assunto que evoque situações iniciais, passando por acontecimentos passados e que leve às situações atuais, numa relação dialógica edinâmica.

A entrevista narrativa, no contexto de nossa pesquisa, como já sinalizei, representou uma possibilidade de conduzir com um mesmo fio metodológico os dois grupos distintos: militantes do feminismo negro e militantes do feminismo africano que viviam nas cidades de Recife e Maputo, respectivamente. Perguntei a elas como se apropriavam de suas experiências de militância e de modo resumido perguntava: ócomo é ser militante para você?ô.

Foi possível aproximar aos dois contextos, Recife e Maputo, a entrevista narrativa como meio de articular:

projetos onde variadas óversõesô estão em jogo. Grupos sociais diferentes constroem histórias diferentes, e as maneiras como elas diferem são cruciais

para se apreender a dinâmica plena dos acontecimentos. Diversas perspectivas podem realçar um eixo diferente, bem como uma outra sequência nos acontecimentos cronológicos. Além disso, diferença nas perspectivas pode estabelecer uma configuração diferente na seleção dos acontecimentos que devem ser incluídos no conjunto da narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2007, p. 104).

Reconhecemos dos dois campos de pesquisa, uma geopolítica radicalmente distinta. No entanto, foi possível formular uma pergunta disparadora para as narrativas das mulheres aos dois contextos: ócomo era/é ser militante (feminista) para vocêô?. O tópicó prescrito para nortear a entrevista respeitou uma orientação de ser ólongo e amploô. Essa estratégia visa potencializar aos interlocutores o desenvolvimento de uma história igualmente longa e ampla (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

Parece-nos de extrema importância ressaltar que os trabalhos desenvolvidos por Clandinin e Connelly (2011) advertem que o uso de narrativas, para além de uma técnica de entrevista, é um caminho teórico-metodológico para pesquisas em ciências humanas e sociais. É visto de uma maneira que contempla um *modus operandi* para além do lugar da entrevista narrativa, mas de um fazer pesquisa narrativamente. Ampliar a perspectiva com o uso das narrativas nos orientou na direção de um trabalho continuado à luz de um espaço tridimensional propiciado por elas e suas induções nas composições dos textos de campo, sobre o entrar e estar em campo.

Ainda de acordo com Riessman (2008), a partir do uso das entrevistas narrativas podemos optar por três eixos analíticos: estrutural, temático e dialógico. Com vistas a uma compatibilidade entre o que estudamos e os instrumentos utilizados para responder nossos objetivos, elegemos dois eixos como tom de controle das narrativas. Focamos, portanto, nas análises temática e dialógica. Para a análise temática, sobrepomos o óqueô da pesquisa, com o foco no conteúdo, naquilo que é dito, na estrutura do discurso e/ou o contexto que gerou a narrativa. Enquanto na dialógica imprimimos esforços de compreensão óao quem, quando e por queô, um enunciado foi direcionado e em que condições se deu as relações da entrevista, com ênfase numa abordagem interpretativa, ampla e variada da narrativa oral. Observa-se ainda nesse processo dialógico, as estruturas narrativas específicas impressas no formato de discursos, interlocuções e repetições, bem como sons expressivos (RIESSMAN, 2008).

Apresento a seguir o modo como desenvolvi a interação com os registros e fui conferindo exercícios analíticos ao trabalho (ALVES, 1981):

1. Leitura preliminar dos cadernos e diários decampo;
2. Escuta preliminar das entrevistas narrativas (10 em Recife, 3 em Maputo);

3. Transcrição literal das entrevistas;
4. Escuta do material secundário produzido por uma pesquisa sobre feminismos jovens no mesmo período em que estive de estágio em Moçambique (4 entrevistas);
5. Elaboração de mapas temáticos, identificando temas e questionamentos mais presentes nas narrativas sobre os feminismos em Maputo e em Recife;
6. Elaboração de um mapa dialógico mencionando os principais acontecimentos políticos ocorridos em Moçambique e Brasil. Depois selecionei e grifei fragmentos das narrativas no diário de campo;
7. Elaboração de um mapa temático sobre os principais acontecimentos do período de campo: oficinas de preparação à 1ª Marcha Nacional, aulas, congressos, jornadas Brasil-África, audiências públicas;
8. Elaboração de um mapa temático lançando foco sobre os momentos das pré-marchas e marchas das quais participei acompanhando os feminismos em Recife e em Maputo. Participei no período da pesquisa de quatro marchas. A primeira, realizada em Moçambique no dia 25.11.2014 em Defesa das Raparigas e pelo Fim do Assédio Sexual. A segunda, no interior de Pernambuco: a pré-marcha na cidade de Garanhuns (25.07.2015). A terceira, a 1ª Marcha Nacional em Brasília (18.11.2015); e a quarta, a pós-marcha Nacional realizada em Recife no dia 09.12.2015 entre a rua da Imperatriz e a Igreja do Carmo (importantes pontos de passagem no comércio de Recife). Todas as marchas demonstraram ser espaços privilegiados de escuta sobre os modos de ser feminista.

2.15 Das entrevistadas

Apresento a seguir informações relevantes a cerca das entrevistadas. Para cada uma delas menciono aspectos e situações que elegeram como fundamental para os seus processos de subjetivação militante. Cada uma delas escolheu livremente quais aspectos pontuar, se entre as raízes familiares ou nas passagens pelos diferentes movimentos sociais. De certa forma, elas apresentam em suas narrativas as principais influências para torná-las militantes negras. Organizo primeiro as três entrevistas de ativistas Moçambicanas e depois as Recifenses.

Nazra Shange, cidade de Maputo. Coordenadora do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres " Eu tinha minhas... minhas questões, mas não sabia exatamente qual era o espaço, como com quem partilhar isso tudo. Eu não aceitava violência

de ninguém. E também não gostava de presenciar violência da da principalmente contra as mulheres. Me incomodava. Incomodava muito. Quando eu vim pra cá cai em boas mãos, vamos dizer assim. Conheci a professora Ximena, então professora Ximena ela é aquela professora que quer estar atenta a tudo o que acontece no mundo, né. É diferente de outros professores, que estão fechados no tempo. O que estudaram é o que repetem ao longo de tooooooda docência. Quer dizer, é, na aula da professora Ximena tu tinhas que ler, tinhas queeee, mostrar um pouco mais de interesse, criatividade, e ela trazia coisas novas e ela conseguia...eu consegui ter boas notas e eu recebi o convite de trabalhar com ela e fui... então todas as minhas perguntas começaram a ter respostas, essas da infância, começaram a ter respostas e ela me sugeriu ir pro Brasil, no começo eu não queria ir, ia ser 8 meses. Mas como era uma pequena especialização eu não queria ir por que estava atrás de um mestrado, uma coisa mais sólida, entãoooo ela acabou me convencendo que não, que é parte de um processo de aprendizagem, então, quando fui pra lá também não tive dificuldades de inserção nenhuma nas disciplinas, apesar de ser quase tudo fora do que eu fiz, mas me sentia bem né? Muito bem, muito bem a falar de direitos humanos, a falar de direitos humanos das mulheres, sentia-me muito, então não tive nenhuma dificuldade e fui fazendo alguns trabalhos no conecta Direitos Humanos não é? Que foi um trabalho que eu colaborei pra uma pesquisa sobre saúde da mulher negra, que estavam a trabalhar com Geledés, que és aquela associação da Suely Carneiro. Depois também estive a fazer estágio no coletivo feminista de sexualidade e saúde no em...São Paulo em Pinheiros, acho que isso que chamam. Se, uma das professoras a Diniz, ela dá aulas na USP, (...) de saúde materna, tive muita convivência com essas duas organizações da conecta e do coletivo sexualidade e saúde, então, no coletivo teve algumas dificuldades, já estavam com dificuldades de financiamento, mas também deu pra aprender pelo menos daquilo que foi ... é, eles tem uma medicina voltada pras mulheres, porque a Simone e a Lígia, a Lígia é psicóloga e a Simone é médica, tinham uma proposta diferente de tratar a saúde das mulheres. Tentam romper um pouco aquelas manobras muito invasivas que os hospitais fazem.

Entrevista: 24.11.2014, Maputo.

Duração: 45:38

Muhipiti Alima, Maputo. Ativista, administradora pós-graduada pela UNB, coordenadora do Fórum mulher (organizações que contempla mais de 80 organizações feministas em Moçambique). Yah, o feminismo africano...

Queeee, de alguma maneira pode não ser super-representativo por que muito da questão que você tava falando do feminismo africano ahhh você encontrar em quem, quem mais se apresenta como feminista aqui em Moçambique são as brancas <eu: é?> é. ** você teve sorte de vir a uma altura dessas aqui no fórum e encontrar já, já existimos uma geração mais jovem, estamos entrando nesse campo e coiso, você não tem, não tem mais de cinco anos. Foi um processo construído quando nós começamos a interagir com a Solange, a Solange entrou aqui as pessoas ainda diziam ** óahhh, nós trabalhamos pelo direito das mulheres, trabalhamos pela igualdade de gênero, mas nunca se dizia feminista. Conforme o processo de trabalhar, processos educativos de aula, o que que é uma, e não outra coisa? por que é, um processo consciente, então até chegarmos a uma conclusão, não é tão antagônico, não é tão contraditório, afinal o feminismo mas, agora, a gente sempre sente esta questão de quando a gente vai, por exemplo no começo do ano, agente trouxe a Miriam da marcha e * da da Soft? Era ela que trabalhava na marcha internacional no Brasil vieram cá pra fazer uma formação política de educação popular com a gente é e ** que foi uma formação muito boa, duas semanas, a caminhada do feminismo e a lutas de ontem, de hoje, tentando colocar isso num mesmo espaço e ver como essas lutas acontecem eee, houve sempre o sentimento de que háa mais, nós precisamos mais, nós precisamos mesmo de um feminismo africano, tá certo? *eu: Com características* isso exatamente, exatamente. <eu: *então qual é a especificidade então?* , essa é a questão que eu pergunto, essa é a questão que eu pergunto por que... e as vezes tenho medo por que encontro mulheres que assumem feministas, é como que a gente define o tal feminismo, é por ser o feminismo africano é o feminismo * pelas negras? Ou pelas mulheres africanas, africanas num sentido de ter nascido em Africa, por que pra mim a Isabel é africana, é Moçambicana. Mas o que eu ouço aqui, é ah queremos é ouvir o feminismo das africanas, estão querendo dizer das negras, das negras com essa diferença de classe, as pessoas não conseguem definir assim, por que muita das sessões que nós tivemos nas imagens das crianças nos ritos de iniciação, mas uma das coisas que temos ouvidos é, que queremos ouvir a história, o feminismo das africanas, quem são as africanas? Por que muitos dos lugares que nós estivemos aqui a Isabel é que vem pra fazer parceria, né? Pra fazer um diálogo com a gente a partir da caminhada, de uma diálogo com as pesquisas dela, com o trazer de fora, o matriarcado, mesmo pensando no processo de * muitas vezes a Isabel tem sido , trazido mesmo a nossas raízes.

Entrevista: 26.11.2014

Duração: 57:30

Ama Ata Aidoo, Maputo. Foi entre seu descanso de almoço que me concedeu uma entrevista sobre seu modo de ser e ver-se militante. Sentadas no espaço externo da organização onde trabalha. Último dia de observação no Fórum Mulher. De certa forma, sinto-me afeiçoada ao grupo e me bate uma certa nostalgia por saber que vamos ter que nos afastar, pelo menos provisoriamente. A recepção calorosa de Ximena, Isabel Casimiro, Conceição Osório, Terezinha, Unait, Mwema, Marilú, Nzira, ercília, Graça Samó, Graça Júlio, e tantas outras que não consegui decorar os nomes, deixarão saudades. São partes vivas e intensas desse trabalho que chega ao final de sua primeira etapa de realização: o campo.

Cada olhar que encontro hoje faço esforço de registrar com mais calma. Experimento literalmente cada conversa, os detalhes do lugar e das pessoas. A parada para conversas informais acompanhadas de Roybos e pão francês com badias, bebida e comida tradicionais, respectivamente. Tudo assumia uma tonalidade ómulticolorida. Isabel está na sala ao lado realizando as entrevistas para seleção de cargo de diretorias. A Nzira acabou de sair da entrevista, estava nervosa e otimista. Sei que ela é uma forte candidata ao cargo.

Hoje agendei as duas últimas entrevistas que provavelmente farei. Nzira e Graça Júlio. Mas sinto que os calores aqueceram por aqui. E ambas, estão sendo especialmente solicitadas hoje. Uma correria danada.

Nzira me ofereceu dois documentos pra ler. O primeiro, óelementos para o debate da definição da 4ª ação internacional da marcha mundial das mulheres. O segundo, sobre a onda de raptos que tem acontecido em Maputo.

Entrevista: 28.11.2014,

Duração: 1:01:08

Neidinha, 35 anos, comerciante, cursou Geografia trabalha na rede de educação básica no município de Recife, especializando em...

Neidinha, nome pelo qual escolheu ser nomeada na pesquisa homenageia a sua avó por quem foi criada até os nove anos de idade. Me recebeu no final do expediente de seu comércio localizado nas proximidades da Universidade Federal de Pernambuco. Aceitou o convite em participar da entrevista e de modo tímido questionou-se se saberia falar de sua militância negra e do modo como suas estratégias de enfrentamento tem surgido através da inserção em diferentes movimentos sociais e culturais, toca Xequerê Abê em um maracatu do Recife, etemessesímbolotatuadoemseupulso. Enquanto ela atendia os últimos clientes do

dia, observava o movimento de entra e sai, bem como um interessante mural cultural que ocupava uma parede de seu comércio, nele, se podia acompanhar a agenda das principais atividades culturais da cidade, bem como, se podia passar também um tempo lendo livros de Ioga. Após saída do último cliente, ela propôs baixar as portas e falar sobre suas experiências de militâncias.

Contou um pouco sobre sua configuração familiar e como chegou a cidade de Recife, vinda de Paulo Afonso onde viveu os primeiros anos de vida. Filha de uma família de com quatro irmãs, sendo ela, a de pele mais negra. Sua mãe apaixonou-se por um artista de circo quando suas irmãs já eram crescidas, dessa relação, ela nasceu. Nunca conheceu seu pai, um homem negro, que abandonou sua mãe ainda gestante que faleceu assim que ela nasceu. Desse episódio, resultou que a avó a criou. A avó lavadeira e assim ganhava o sustento da casa e ajudava a cuidar não apenas dela, e das irmãs mais velhas, mas de outros primos. A lembrança de Neidinha da infância é de uma casa com uma família extensa e vários parentes vivendo juntos. E que as irmãs mais velhas da casa da avó e viviam com o apoio do pai delas. Ela por sua vez, ficou com a avó porque não filha desse homem e também tinha forte vínculo com a avó. Aos nove anos, a avó faleceu. E as irmãs mais velhas tomaram a decisão de viverem todas juntas, num mesmo lar. Conta que este período foi marcado por muitas vulnerabilidades, porque a avó representava um pilar na vida de todas elas e com sua morte a vida tornou-se mais difícil a ponto de precisar arranjar trabalho muito cedo e abandonar os estudos. Nesse período, por volta dos treze anos, sua estatura alta e beleza chamaram a atenção de uma agência de modelo, e foi lá que conquistou uma vaga como modelo. De algumas influências da rua participou de movimentos na igreja Católica, se crismou e filiou-se ao movimento dos Focolares na própria igreja perdurando esse compromisso por quase trinta, e muitas idas e vindas. A percepção de que a maioria das pessoas ali presentes eram brancas e de boa condição social, lhe causavam certo desconforto e dessas experiências foi percebendo que o trabalho de faxina sempre era reservado às meninas mais pobres e negras, apesar do sistema não reconhecer essa estrutura de desigualdades sociais, ela por sua vez, já observava, mesmo sendo liderança dentro do movimento. O ponto de viragem em sua militância aconteceu quando abandonou o Focolares e se inseriu em outros movimentos, sobretudo do coletivo LGBT Além do arco-íris e do qual terminou se engajado no movimento feminista e no encontro de coletivos do SOS Corpo. Atualmente, reflete sobre seu percurso de militante e se questiona se estar envolvida em grupos mistos não poderia estar deixando de pautar e centralizar a questão de acréscimo de opressões: ser mulher, negra e lésbica. Apesar de achar que poderia ser uma boa estratégia de estar inserida em grupos mistos, também a coloca na

posição de quem sempre precisa tencionar e levantar o debate do acúmulo de opressões. A sua construção como militante parece não parar por aqui, e a cada dia Neidinha revela uma faceta nova do seu modo de existir militante.

Entrevista: 07.07.15, Recife.

Duração: 1:20:34

Ana Lúcia, num café calmo e bucólico, localizado no centro da cidade de Recife, Ana me concedeu entrevista sobre seu modo de compreender e constituir-se militante negra. De modo mais introspectivo ela intervalava entre silêncios e suspiros à medida que falava. Ela é a filha caçula de cinco irmãos por parte de pai, e a segunda por parte de mãe. Das memórias sobre questões raciais, relembra-se o quanto seu pai utilizava-se da estratégia de fazê-la sentir-se inteligente. Sua irmã mais velha com fenótipos maternos tinha traços mais afinados do que ela, e sua beleza chamava atenção. Ela, como tinha traços negroides, sentia que era menos elogiada. Ser inteligente portanto, para ela, foi uma saída de escapar daquele cenário. Foi aos treze anos que começou sua inserção em movimentos sociais, a começar pelo hip-hop, que se tornou uma seara de formação política para ela e os demais participantes. Daí migraram para um coletivo nomeado de expressão negra, conheceu na mesma época um ícone da militância negras, Malcom X. A partir sua consciência negra alavancou e isso a impulsionou a inserir-se em demais movimentos com a causa da justiça racial. Foi membra da articulação e do observatório negro, onde considera lá, uma verdadeira escola, sobretudo no tocante às questões de gênero, juventude e raça. Passando a contribuir por três em processos de formação e de descoberta da mulher negra. Foi interessante o momento da entrevista porque a fala de Joana revelava que enquanto ela dava formação à jovens negras, ela própria revisitava, as dores vividas em decorrência do racismo. Depressão, solidão tristeza e cansaço faziam parte da subjetividade das jovens negras e ela se incluía. Segunda ela, é possível enfrentar as dores do racismo, a partir do encontro com mulheres em igual situação. A sua sensibilidade parece promover conexões facilitadas para falar das dores psíquicas. A luta nos movimentos é super importante, mas o cuidado de si e olhar para relações afetivas se apresentou de forma contundente em sua entrevista.

Entrevista: 09.07.2015, Recife.

Duração: 0:35:59

Itanacy, 43 anos, assistente social, especialista em cooperativismo e associativismo, coordenadora da casa da mulher do nordeste.

O convite a participar dessa entrevista surgiu depois de uma roda de conversa sobre feminismos negros e feminismos africanos. A eloquência de Itanacy, ao falar em público, chamava atenção de todos/as. Ao final dessa roda, agendamos um horário em seu local de trabalho, na Casa da mulher do Nordeste. Ao chegar no local combinado, Itanacy me recebe em sua sala de trabalho e sem dificuldade alguma inicia sua narrativa, dizendo que aos 12 anos seu pai faleceu ela ajudou a irmã a criar quatro filhos, o foco desde cedo nos estudos, numa vida cultural de afirmação negra (escutando boas músicas e boa literatura), era uma estratégia de sobrevivência que ela utilizava para não repetir a história de danos e dificuldades múltiplas que observava entre alguns de seus familiares, mas era um recurso sobretudo, de estímulo e autoestima aos sobrinhos onde exercia uma dupla função de mãe e tia. O ano 2000 foi bastante significativo para sua trajetória como ativista (prefere uso desse termo), pois nesse ano, que começou a trabalhar na Casa da mulher do Nordeste e quando se aproximou do movimento negro, sua identidade e modo de existir se fortalecem a partir da participação nesses grupos e daí surgem suas primeiras reflexões entre gênero e raça e uma incrível efervescência. Fala com muito entusiasmo sobre as parcerias mais importantes vindas de pensadores, intelectuais, militantes, ativistas, pessoas populares. Destaca entre esses encontros que teve: Vera Baroni e Inaldete Pinheiro, Lélia Gonzalez, Jurema Werneck, Suely Carneiro, Aparecida Bento, Mônica Oliveira, Cristina Vital. E foi com a companhia dessas mulheres que conheceu o Movimento Negro Unificado- MNU, e mais recentemente, o feminismo negro como sendo um vetor de matriz diversa e multifacetada, e segundo ela, um espaço que conjuga diferentes saberes, um lugar para partilha e enfrentamento de desafios de vida em comum, segundo ela, foi raro a mulher negra que não teve sua autoestima enfraquecida pela concepção racista que a textura do cabelo negro traz, óé feioô ou ónão é bomô segundo o racismo. Foi no ativismo que muitas mulheres negras encontraram espaço de escuta e continente. Dessa perspectiva, surge um importante elemento na fala de Itanacy, sua conexão com o sagrado, o autoconhecimento, passam pela dimensão da espiritualidade e do cuidado de si que se revelam como essenciais a sua vida.

Entrevista: 13.07.2015, Recife.

Duração: 0:59:33 (1ª parte); 0:04:16 (2ª parte)

Isaar Quilombo, 25 anos, graduada em ciências sociais e mestranda em ciências sociais.

A entrevista foi concedida na cidade de Garanhuns, na casa onde estava hospedada num momento que estava sozinha. Tentamos inicialmente um famoso café da cidade, mas como

um importante festival acontecia naquele momento, o barulho da rua inviabilizou nossa conversa. Falou primeiro sobre sua formação familiar, nascida em Recife mas morou a primeira infância em Garanhuns, filha de pai funcionário público e mãe enfermeira, frequentou escola particular construtivista e depois em colégio evangélico, onde era a única criança negra da sala de aula. E foi de experiências cotidianas de discriminação racial (principalmente na escola) que ela foi construindo uma consciência de estar no mundo como negra. Seus pais, por outro lado, sempre lhe salvaguardaram o orgulho de serem negros. A convivência com tios/as e a descendência de comunidade Quilombola, foi dessa herança que atribui a importância de nunca ter sido pedida por algum familiar para alisar seus cabelos, fruto de sua identidade negra. Acredita fortemente, que a assunção e fortalecimento de sua identidade tem haver com sua história familiar e com as influências culturais que recebeu deles. Considera que muitas de suas escolhas como militante e jovem negra tem haver com esse passado, que segundo ela o Quilombo é espaço de resistência, trata-se de um território simbólico que se manifesta na rua, na academia, em todo lugar, um grande quilomboô(SIC). Fala com afeto dos momentos que seus familiares lhe apresentaram cantores como Gilberto Gil e Milton Nascimento, fonte de orgulho por todos. Além de também conhecer estilos musicais, reconhecidamente negro, como o *Jazz*. Apesar de sua família ser Cristã, e ela ter recebido essa influencia conta que o maracatu esteve em sua vida, desde pequena também. Dessas duas primeiras décadas ela considera que foi fundamental para uma vida mais ativista e politizado e hoje, ela se situa numa perspectiva socialista libertária. Como universitária sempre pautou as questões nos Diretórios Centrais e Diretórios Acadêmicos onde atuou por um tempo. Foi na Universidade que ela levantou uma importante bandeira de luta quando desde os programas de iniciação científica ao mestrado escolheu como tema de pesquisa a questão das relações étnico-raciais. Mais realiza contudo, críticas ao modo de políticas institucionais, e pensa que é mais importante trazer a política para a vida, nesse ponto, o socialismo libertário é sua guia. Além de integrante da 1ª marcha nacional das mulheres negras, está envolvida com projetos de educação popular do campo; práticas integrativas e complementares de saúde; e com iniciativas de mídiasautônomas.

Entrevista: 23.07.15, Garanhuns.

Duração: 0:57:29

Maria Filipa, Filósofa, pós-graduada em políticas culturais. Além de pós-graduada em associativismo e cooperativismo. Mestre em estudos africanos.

Muito bem humorada, Roberta é a caçula de uma família de sete irmãos. Considera-se por essa posição de nascimento, manhosa e chorona. Fala com afeto sobre infância e relação com seus pais, sobretudo o pai que por ter trabalho próximo de casa pode oferecer aos filhos mais tempo. A militância social e política começou segundo ela, desde a adolescência em movimentos da Pastoral da igreja onde exerceu desde cedo, liderança. Foi desse espaço que conheceu outras lideranças que depois passaram a atuar nos sindicatos, governos municipais, estaduais e federais. Aos dezessete anos já reconhecia a importância da pauta das questões raciais o que a fez migrar no início da década de noventa para o movimento negro unificado ã MNU. Lembra com uma certa dose de ironia que a questão racial e da mulher se apresentava desde a juventude quando a mesma tinha seu couro cabeludo ferido pelo uso de cremes alisantes à base de soda caustica. Acompanho-a à pré-marcha nacional das mulheres negras em Garanhuns. Ela executa uma função estratégica de interiorização da marcha nacional e de articuladora política. Fala ainda de sua forte ligação com a religiosidade de matriz africana. Em função das atividades da marcha, sentia-se em débito com essa dimensão mas esperava retomar suas atividades e participações no terreiro. Com agenda de militância intensa, realiza oficinas, rodas de conversa, entrevistas, comunica-se com diferentes setores da sociedade civil e organizada. Sua entrevista é permeada por muitas histórias. Foi membra do comitê nacional de igualdade racial e militou junto ao MNU e Partido dos trabalhadores- PT. De personalidade flexível, acredita que o fato de ter circulado por diferentes movimentos da igreja e sociais lhe deu uma capacidade de leveza e otimista para encarar os percalços dessa luta.

Entrevista: 24.07.15, Garanhuns.

Duração: 1:21:02 (1ª parte); 0:14:26 (2ª parte)

Mônica Oliveira, 47 anos, Bacharel em Relações Públicas.

Fui recebida para entrevista num final de tarde, na sede de uma das mais importantes organizações feminista do Recife, o SOS corpo. Mônica estava realizando um trabalho temporário lá e preferiu conversar comigo em sua sala provisória. Seus pais tiveram seis filhos, sendo ela a terceira em ordem de nascimento, e a única mulher. Dos irmãos mais velhos revela-se uma forte ligação e foi sob influencia deles que chegou ao grupo de jovens da igreja católica, aos 15 anos, onde posteriormente tornou-se coordenadora e conheceu a Teologia da Libertação. Desse ponto inicial, atuou no Conselho de moradores do Alto do Pascoal e por volta dos dezessete anos passou no vestibular e por esse mesmo período integrou-se ao Partido dos Trabalhadores. Ainda na universidade participou do movimentode

cristãos universitários- MCU. Foi aos dezenove anos de idade, na companhia desses dois irmãos mais velhos, que um certo dia ela foi levada a uma festa anual do Movimento Negro Unificado (a noite do cafuné), nessa festa a afirmação de uma cultura negra, com afoxés, maracutus, grupos musicais e das vestimentas com roupas africanas, foi a mola propulsora de sua descoberta como mulher negra. Essa imersão na cultura negra não ocorreu apenas em situações pontuais, pelo contrário, ela relembra o quanto fazia parte do cotidiano da família o encantamento com a arte negra.

Foi dessa ligação entre arte e MNU, que ela passou a integrar grupos de trabalho que destacasse a questão do gênero e da situação da mulher. E da trajetória de participação em grupos mistos passou a pensar sobre qual o lugar da mulher nesse espaço? Sendo assim, encontros de militância significativos foram acontecendo em sua vida. Lélia Gonzalez e Luiza Bairros surgem como forte liderança em sua vida. Desses processos a militância de mulheres negras foi conquistando um espaço de maior autonomia frente aos partidos e movimentos mistos. Fala com muito orgulho do processo de preparação da marcha nacional Zumbi dos Palmares. Em 2003, esteve como integrante da direção nacional da Associação Abong, nesse mesmo ano, O ex-presidente Lula cria Seppir (secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial, e a Abong a indica como representante da CNPIR (conselho nacional de políticas de igualdade racial) junto ao Seppir. Dos trânsitos entre consultoria e militância conta com um acréscimo de orgulho e honra que foi convidada à época pela ministra das relações raciais Luiza Bairros para compor quadro no Programa das nações unidas para o desenvolvimento ñPNUD.

Mônica permanece ativa e militante, e dos do início de uma trajetória nos movimentos da igreja católica, passou por ONG's, Governo Federal, Movimento Negro Unificado, partido dos trabalhadores. Dessa vasta experiência acabou pleiteando e vencendo uma seleção para trabalhar na OXFAM. Atualmente está envolvida na comissão Pernambuco para a realização da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras.

Entrevista: 29.07.15

Duração: 1:47:44

Dandara, assistente social, professora universitária.]

A professora Dandara (nome por ela escolhido, por revelar a força de uma liderança negra) me recebe em sua sala na Universidade católica de Pernambuco, onde leciona e desenvolve grupos de extensão e pesquisa. Sua fala mansa cativa desde os primeiros momentos. E no horário pontualmente marcado concedeu entrevista.

Na sua entrevista ela revela desde o princípio que na sua trajetória como militante negra, o descobrir-se negra foi o ponta pé inicial nessa longa jornada. Sua descoberta passou verificação de que uma série de acontecimentos em sua vida que colocavam à prova sua inteligência e beleza, não eram frutos de uma verdade, mas sim do racismo. A percepção que não se tratava de uma questão pessoal e sim de uma questão social a levou a militar por justiça e igualdade racial. Sua curiosidade pela vida a levou a buscar a academia e a produção de conhecimento como uma via de acesso onde verdades profundas podem se revelar. Sua trajetória iniciou-se de modo muito árduo, como é a vida da maioria das mulheres negras que ela conhece. De Vitória de Santo Antão veio para Recife estudar no seminário Batista ainda jovem, foi somente durante a graduação em Serviço Social, que ela passou a descortinar um entendimento mais aprofundado da questão racial. Certo dia, passava pela Avenida Conde da Boa Vista, na cidade do Recife e viu-se impactada por um acontecimento, era a marcha Zumbi dos Palmares. Aquele grupo expressivo de pessoas negras num dia 20 de Novembro, dia da consciência negra, foi suficiente para fazê-la em frente e pesquisar quem era Zumbi e por que tanta gente ali presente tinha a mesma cor que a sua. Como estudante de serviço social começou a questionar-se o porque da ausência dessa discussão, exceto por três professoras, esse assunto nunca foi discutido ao longo do curso. E partindo dessa exclusão temática na academia que ela desde cedo exerceu sua militância. seu trabalho de conclusão de curso já se interessava pelas condições de vida de mulheres negras e moradora de favela. No mestrado e doutorado prosseguiu dando continuidade ao tema e ao rebatimentos possíveis da experiência da negritude, seja da mulher seja da juventudenegra.

O exercício da militância negra de Dandara não se dá apenas por via acadêmica, mas é através de seu trabalho que muitos aspectos de sua trajetória se revelam, conta com tranquilidade como foi ter sido a primeira professora negra substituta na Universidade Federal de Pernambuco no curso de serviço social, e depois, a primeira professora negra e única a demarcar o eixo das relações raciais no curso onde leciona. Como sua militância não se limita à academia, foi integrante do Movimento Negro Unificado. Mas seu percurso acadêmico se apresenta como um espaço de militância, sobretudo pela escolha de seus temas de pesquisas, quase inexistentes até hoje.

A trajetória de Dandara perpassa as experiências vividas em sua vida atravessadas pela descoberta/percepção que era negra à uma consciencitização política de aquilo era injustiça. Relembra, com voz embargada dos inúmeros empregos que teve na infância e adolescência. Para garantir e custear seu maior sonho de estudar, ela trabalhou na feira aos treze anos, foi babá e empregada doméstica. Ocupou durante alguns anos postos de subemprego. Mas

orgulha-se da trilha que conseguiu percorrer e do que conseguiu alcançar via estudos. Atualmente é professora universitária e refugia-se na poesia para superar as dores das injustiças promovidas pelo racismo.

Entrevista:

Duração: 0:50:32

Luiza Mahin, formada em

De modo bastante intenso e acolhedor concedeu entrevista na Sede da ONG onde trabalha. Ficamos por quase uma hora na porta de entrada valsando entre as agendas do movimento negro, os compromissos com a marcha de mulheres negras e a inserção no feminismo negro e no ativismo pelo direito das meninas, foco da ONG onde atualmente desenvolve um trabalho. Sua participação política é voltada para a eliminação do racismo, mas não só. Ela percebe um crescimento a nível local e global dos enfrentamentos e combate ao racismo, contudo, essa luta precisa estar conjugada a questão de gênero o que por diversas vezes, esse último eixo de opressão não é observado. E isso força as mulheres negras a se reunirem por pertença e compreensão de que se trata de um sistema com múltiplas opressões. Sua primeira escola de formação política e de militante foi no centro das mulheres do cabo. Antes dessa inserção já realizava ações de ativismo e direitos das mulheres na Pastoral da criança e movimentos eclesiais de base, na cidade de Palmares onde nasceu e viveu lá até a juventude. A vivência do campo e os avós agricultores com forte presença das mulheres lhe deu desde cedo um entendimento da força das mulheres e que é do DNA dela também. Além disso, ter vindo de região rural lhe concedeu compreensões diferentes e aprofundadas a acerca do direito à terra, apaixonada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MTRST, diz ela ócom eles aprendi muitoô. Essa aprendizagem lhe abriu os olhos nos espaços que ocupava e sua presença era lida como estranha, na Universidade por exemplo, no curso de Educação Física fazia a leitura de que parecia uma óMTRSTô, pois a viam como uma invasora. Como uma mulher que estava ocupando um espaço indevido, impróprio para sua pertença de classe, território e raça. Lembra-se na entrevista, da ativista mundialmente conhecida Malala, que levou um tiro na cabeça porque defendia seu direito de estudar. Para ela sua vivência como militante negra é semelhante Malala: ótodo dia se levabalaô.

A questão racial surge mesmo como agenda de ativismo quando veio morar em Recife, para cursar educação física e se integrou ao movimento de Mulheres do Cabo de Santo Agostinho, lá, ela iniciou um processo de descobrimento do ser-se negra. O que isso significava?Quais os rebatimentos disso para a existência dela?Reconhecia-se na imagem das

mulheres negras e a partir dessas ressonâncias percebeu-se bela, inteligente, que seus cabelos naturais significavam a herança ancestral deixada por muitas antes dela. A sua subjetivação negra na convivência com outras mulheres negras politizou suas práticas e discursos cada vez mais. A mobilização atual, a exemplo de sua participação no comitê de formação da primeira marcha nacional das mulheres negras é somente uma continuação, de todo o histórico de luta deixado por suas ancestrais. É seu jeito de fazer Quilombo. Um Quilombo que dá continuidade... e que tem nas barrigudas (árvore sagrada vinda do continente africano e protegida por lei no Brasil, também conhecida como Baobá). E dessa imagem mítica e física, que Luiza retira toda a a força necessária para seguir na luta, sempre em frente... até que todas sejam livres de qualquer preconceito, discriminação e racismo.

Entrevista: 13.08.2015, Recife.

Duração: 1:10:59

Aqaltune, escolheu me conceder entrevista na sala onde trabalha como Consultora de Políticas para mulheres. Inicia falando que ser militante negra não é algo dado, essencial. Não se nasce militante, mas se torna, como um fruto de longo processo político que no seu caso teve início desde cedo numa comunidade pobre onde nasceu em Camaragibe, de uma vida difícil junto aos seus pais. Aos dezessete anos se inseriu nos movimentos da Teologia da Libertação da igreja Católica, que objetivava construir junto aos/as jovens autonomia e liberdade, onde ela deu os primeiros passos rumo a uma consciência maior de si mesma e do coletivo. A questão de gênero e racial ainda não representavam o cerne de suas lutas a transição para uma descoberta e identidade negra ocorreu após a recusa de continuar alisando os cabelos, sua decisão trouxe inúmeras resistências e questionamentos por parte de alguns parentes, contudo, entrar em contato com a textura natural de seus de cabelo a fez tomar uma consciência maior para a sua identidade negra. Integrou-se ainda com essa idade a um grupo de estudo sobre identidade negra, não era ainda o Movimento Negro Unificado, mas a ajudava a entender as malhas do racismo do qual desde sempre estivera envolvida, e assim, o afoxé do qual passou a participou só reforçou e fortaleceu seu movimento rumo à identidade. Daí estendeu seu protagonismo para outros movimentos e criou junto com outras mulheres negras de Camaragibe, O MUNECA, juntas discutiam as questões produzidas pela dupla opressão entre gênero e raça. Juntas criavam espaços de resistência em que era possível conversar sobre as dores do racismo e a solidão. Para ela a construção identitária é um importante vetor de aprofundamento e proteção, mas não necessariamente de cura. As feridas abertas deixadas pelo racismo são cotidianamente lembradas, por isso que os embates são sempre tão duros

para alcançar reparação como as cotas e as políticas afirmativas, nenhum desses direitos foram alcançados sem luta e sangue. A reparação material é para ela de fundamental importância, mas se deveria também sensibilizar para as reparações simbólicas que ninguém consegue pensar, dos sofrimentos emocionais causados pelo racismo. Deseja que um dia, todo o conjunto de prejuízos sejam reparados.

Entrevista: 21.08. 2015, Recife.

Duração:

2.16 Considerações éticas

Sabemos que os compromissos de uma pesquisa qualitativa se firmam numa perspectiva permanente de crítica e reflexividade (SPINK; MENEGON, 2004; LAVILLE; DIONE, 1999; ZANELLA, 2013). A submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, recomendado pelas universidades, bem como, a Assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), apesar de fazer parte das exigências para obter autorização formal para a pesquisa, não são aspectos suficientes para dar conta das inúmeras questões éticas que se colocam no trajeto da pesquisa. Por exemplo, como fazer o retorno do trabalho? Além disso, os ganhos materiais e simbólicos que um trabalho como esse poderiam gerar aos envolvidos foram aspectos salientados por algumas das entrevistadas e repercutem nos cuidados éticos com as participantes da pesquisa.

Nas aproximações de campo em Recife, fortemente influenciadas pela ativista e intelectual negra Lélia González, a mulher negra deveria sempre, ter nome e sobrenome. E, por muitas vezes, esse estatuto do nome, sobrenome e em primeira pessoa, questionou o anonimato previsto pelos comitês de ética.

Dessa forma, atribuirei nomes fictícios sempre que as situações dos encontros que tive em Recife e em Maputo a partir dos contextos de conversas informais, marchas, aulas e audiências. Apesar de que, em algumas dessas situações, quando os contatos foram mais prolongados, como no caso das preparações e idas às marchas, achava oportuno perguntar o nome que gostariam de ter no texto caso eu viesse citar alguma situação. Mas nem sempre essa pergunta foi possível.

No caso das Entrevistas Narrativas, em especial, momento em que pude ter uma conversa mais reservada com as feministas, perguntava-lhes, logo no começo o nome pelo qual gostariam de ser citadas. Das entrevistadas em Maputo e Recife, algumas delas resolveram dar o próprio nome. Já outras, escolheram nomes de mártires da luta negra e/ou

africana e houve também quem não escolheu um nome e foi atribuído nesse caso, nomes de lideranças negras históricas e ancestrais.

Quanto ao retorno dos resultados do trabalho em Recife, foi possível ir dialogando gradualmente à medida que os encontros com as mulheres negras aconteciam e o próprio grupo perguntava sobre o andamento do trabalho.

Já em Moçambique, pela distância geográfica, ainda não foi possível apresentar os resultados parciais do trabalho, porém pude ir dialogando sobre os achados com as feministas com quem tive maior aproximação. Escrevemos também, Isabel Casimiro, Rosineide Cordeiro e eu, um trabalho para a IX Conferência Científica na Universidade Eduardo Mondlane ã UEM, local em que Isabel leciona em Moçambique⁴⁶.

Além do evento e apresentação de trabalho, aguardamos que os órgãos de fomento à pesquisa no Brasil, permitam-me, ao final do processo, realizar rodas de conversa sobre os resultados do trabalho: *Lá e cá ã narrativas sobre militâncias negras feministas em seus respectivos processos de subjetivação: Recife e Maputo.*

⁴⁶ Realizado entre os dias 26 e 27 de Setembro de 2016, a IX Conferência Científica foi um espaço privilegiado de debates em torno de temas sociais. Apresentamos um trabalho com o título: *Moçambique e Brasil, trânsitos trans-atlânticos - as interfaces de um diálogo em gênero e feminismos*. Nessa apresentação, colocamos em perspectiva o campo do gênero e dos feminismos negro e feminismos africanos para os dois países, suas assimetrias e paridades.

2.17 Interlúdio II

Havia uma tese no meio do impeachment ou um impeachment no meio da tese?

ÓSente e escrevaô, repetia Lucinha, uma grande amiga.

Depois de horas navegando no mar revoltoso da rede social, tento atônita entender o processo que pede o afastamento de nossa presidenta Dilma. Lia já concluiu seu doutorado e me diz categórica: óesqueça esse lance e à revelia dessa arbitrariedade você precisa sentar e escreverô.

óNão procrastineô, entoava ela, como um mantra.

Ao contrário do curso do impeachment, aquietar e concentrar-me dentro do meu quarto é a coisa mais improvável de acontecer.

óDesafio não aceitoô, replico.

Abro um livro ao acaso e me deparo com uma fotografia de Sartre com um megafone em punho. Foucault e Deleuze também estavam presentes em alguma passeata. A foto é preto & branco e, curiosamente, é maio de 68. O mundo passava por algum tipo de estado febril de uma efervescente resistência. Os movimentos sociais, intelectuais e as classes populares no mundo inteiro moviam-se contra as formas mais brutais de violência e opressões múltiplas.

Século 21, Brasil. Onze de maio. Estado de choque ou de exceção?, pergunto-me.

O clima na universidade não é dos melhores. A aula de feminismo negro, a contragosto de nossos ânimos alterados, precisou focar nos textos. Logo hoje? Os textos do IPEA contam sobre a situação de vida das mulheres negras. A óeficácia ineficienteô das políticas universalistas se comprovam com a leitura do material. Volta e meia retomamos ao assunto óo golpe em cursoô em um país com uma presidenta eleita democraticamente. Resolvemos, ao final da aula, em pequeno grupo, sair para tomar umacerveja.

O pedido dos drinks sucessivos: afoguemos as mágoas, garçom!

Aquela noite prometia um porre. Bebíamos de costas para a televisão negando o ó l que tratava ali. A bebida naquele momento cumpria a função de aliviar a carga histórica desse pesado testemunho. Estávamos todas desoladas, inconformadas de nossos destinos estarem em mãos tão sujas de um Congresso que mais parece abutres arquitetando em redenacional.

São 22h, retornamos cada um à sua casa. Foi rápido pegar no sono, apesar de ter acordado de um sonho intranquilo, às 3h da manhã. Despertei ao som de fogos de artifício. Alguém comemora, mas o quê? 5h. Por pura inquietação mental, levantei. Não resisti e liguei o computador, as notícias indicavam o pior: óDilma afastada do cargo por 180 diasô. Na

sequência, foi difícil pensar em mais alguma coisa. De repente, vi-me envolvida num sinistro sentimento que só quem já perdeu algum objeto muito significativo pode entender. Vejo-me numa cena em que não acreditava ser possível, e me questionei: estaria ainda dentro de um sonho ruim? Fui ao banho e à medida que a água fria escorria pelo meu corpo me dava conta que não, não estava sonhando. Então o que seria aquela sensação estranha pairando sob meu corpo? Amigos em Brasília, tantos parceirxs de luta em Recife e de Maputo também; começam a chegar mensagens em solidariedade. “Estamos todos de luto”, dizia Nzira e isso me ajudava a entender o luto simbólico: a sensação coletiva de perda e dor indizível. 11h. Dilma se pronuncia e dispara: “A luta pela democracia não vai ter fim”. A cena é incontestavelmente triste, rebelde e simbólica. Diante da tela, ela estava vestida de um vermelho intenso (cor de sangue e de luta?), no seu entorno, muitas mulheres vestidas igualmente de vermelho. A cena só não lembrava os velórios pela ausência do preto. Contudo, no discurso da presidente, assim como em alguns lugares nunca deixamos os parentes do morto sozinhos, ela estava rodeada de mulheres. Misto de dor e raiva. Etapas do luto? Orgulho. No fundo me dizia: só uma mulher assim para ter a força e a coragem suficiente de enfrentar as injustiças que lhe ocorrem. “A democracia não está morta, apenas gravemente ferida”, repetiu Dilma.

Pós Scriptum

Ali atrás uma companheira segurava uma lágrima, vez em quando, não conseguia e a lágrima brotava e lhe escorria a face. Talvez não tenha sido a única lágrima daquele dia.

3 FLUXO 2: POLIGRAFIAS DE UMA METANARRATIVA ENGAJADA - EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS NOS FEMINISMOS

Não há brecha entre a teoria feminista e a
prática feminista
(bellhooks)

Circunscrevemos no capítulo anterior o *como* e o *desde onde* construí as estratégias de método para compor a presente pesquisa. A partir desta etapa, evoluo para o adensamento das perspectivas conceituais e analíticas que endossaram a arquitetura desse estudo.

Busquei um apoio que fosse coerente e compatível com as demandas geradas pelo trabalho. Era preciso construir uma ponte passível de diálogo com as diferentes zonas de intensidade política, afetiva e epistêmica com as quais me deparei nos campos. Co-criar narrativas sobre a militância de feministas negras e feministas africanas colocava-me num caminho teórico que tivesse compromisso e coerência com essa aposta.

Tais escolhas e direcionamentos portavam ainda uma preocupação e compromisso em ser coerente e compatível com as narrativas sobre a militância de feministas africanas em Moçambique⁴⁷ e negras em Recife, nos seus respectivos contextos de luta e atuação. Recuperar nessa interface um campo conceitual significava estar atenta aos movimentos e negociações que me indicavam uma posição de aliada à luta dessas mulheres⁴⁸ e que minhas escolhas deveriam estar baseadas nesse compromisso.

Para composição dessa ó jornada-capítulo, aponto para o modo como teci as redes de conexão epistêmico-afetiva⁴⁹. Num esforço de coerência e coesão, sugiro caminhar e apresentar a formação de **oito** paisagens que compuseram os aspectos mais significativos desse capítulo.

Na paisagem **um**, caminho na companhia dos elementos primordiais tecedores de um campo epistêmico negro. Situo o contexto de um fundamento e discussão epistemológico com

⁴⁸ Retomo aqui brevemente um aspecto já trabalhado no capítulo anterior. Meus fenótipos não-negros sempre foram ponto de impasse entre o grupo de mulheres negras que pesquisei na cidade de Recife e eu. Minha entrada em campo foi negociada a partir da minha presença e circulação como uma aliada. Para isso, fiquei atenta aos movimentos dessas mulheres e das indicações teóricas que elas gostariam de ver nesse texto, bem como vivenciei um processo de desconstrução contínua dos meus lugares de privilégio, da minha pertença social privilegiada e fui tecendo, a partir de certos posicionamentos, as minhas diversas posições, sem neutralizar as vantagens estruturais às quais estou posicionada e eram referidas por muitas das entrevistadas desse estudo.

⁴⁹ Alusão à epistemologia da complexidade. Não é possível separar e enquadrar os diferentes modos de pensar a vida, a teoria, os objetos. Há uma conexão inerente e indissolúvel às diferentes formas de expressão da vida (MORIN, 2006).

seus vieses, modos de pensar e produzir conhecimento. Nesse momento, atendo-me às ideias das ativistas e intelectuais responsáveis por operar uma primeira onda do feminismo negro: Sojourner Truth e Ida Wells.

Como refletido nas palavras de Werneck (2010), os passos das mulheres negras vêm de longe e é preciso reconhecer essa longa caminhada e como se constituiu. Seguiremos a pista das pioneiras daquelas que inauguraram a epistemologia negra. À exemplo do movimento feminista branco, ondas aparecem no feminismo negro em fluxos e refluxos. Os movimentos das ondas não são fixos e forjam um movimento de identificação de fontes, aspectos e autoria. Não seguem, portanto, uma linearidade ou fixidez, ao contrário, as ondulações indicarão algumas possibilidades de articulação das principais ideias dessa epistemologia.

Investimos, primeiro, nos fundamentos dessa matriz, Sojourner Truth e Ida Wells. E do desenvolvimento desse fundamento, dou seguimento rápido à inscrição das bases conceituais. Nelas, as epistemologias negras amadurecem seu campo e agenciam suas regras conforme suas demandas.

Na paisagem **dois**, apresento uma problematização desenvolvida por algumas intelectuais negras e não-negras no tocante aos aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos de produção científica. De quais substâncias são feitos os regimes de verdade e inteligibilidade na ciência hegemônica? As epistemologias aqui evocadas questionam elementos centrais contidos na epistemologia feminista negra. Indaga-se o que é dado como legítimo na aquisição do conhecimento científico e nessa lógica contrai um campo epistêmico alternativo, pensado pela epistemologia negra em que insere e desloca diferentes mecanismos de inserção e legitimidade.

A paisagem **três** fica por conta da saída epistemológica, via estatuto das interseccionalidades, campo teorizado desde o princípio como compromisso e saída analítica dos feminismos negros para atender as multiplicidades e interconexões dos eixos opressivos que se cruzam na vida das mulheres negras (COLLINS, 2016, 2000). Estas, por sua vez, não conseguiam inserir suas específicas dificuldades nas agendas, nem do movimento negro, que inicialmente lutava pelo fim da escravidão, nem do movimento feminista dominante de primeira onda; o sufrágio feminista lutava pelo direito ao voto. Em ambos os movimentos, acreditava-se que era preciso focar numa pauta soberana: a abolição, no caso dos movimentos negros, e o direito ao voto e ao trabalho, no caso do feminismo.

Apesar do movimento de mulheres negras conseguir estabelecer alianças nesses dois movimentos, coube a elas pensar e se inscrever a partir de si mesmas e em seus próprios

termos. Ou seja, dessa experiência do não-lugar nesses espaços, agenciaram uma interessante teorização epistêmica negra e dessa maturação aprimorou-se para eixos de análise e perspectivas alternativas as suas condições e necessidades. Foi um trabalho de escrever-se e pensar-se sem, contudo, romper com as alianças tanto do movimento negro quanto do movimento feminista hegemônico (COLLINS, 2016).

De tal modo, as herdeiras desse campo - teóricas e feministas negras -, defendem como posição política um status de multiplicidade polimorfa de experiências que a vida nas margens lhes propicia. bell hooks (1984, p.7) aponta que essa perspectiva de óviver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamosambosô.

Dessa perspectiva, Patrícia Hill Collins (2016) defende que as demandas das mulheres negras espelham realidades distintas e exigem, portanto, teorizações e práticas também distintas. Uma vida das/nas margens, apontará Collins como horizonte analítico. A autora persegue esse estatuto e prossegue seu argumento a partir da compreensão de fronteiras *insider* e *outsiders with*. Ou seja, o status dessa condição da mulher negra de ver o ódentroô e o óforaô lhe confere um ponto de vista especial. Ao/à estrangeiro/a *outsider with*, conforme sinaliza, há uma habilidade de pensar as proximidades e distâncias dos aspectos que tangenciam a vida. Por essa condição, mulheres negras, quando no uso de suas habilidades políticas, possuiriam uma maior capacidade de observação e olhar ampliado de condutas e padrões sociais que não são percebidos pela maioria dos sujeitos/as⁵⁰.

Percebo que através dessa perspectiva de olhar ampliado, podemos apostar numa epistemologia da poligrafia⁵¹ e da escrevivência⁵². Há, nesse escrever, um inscrever-se, um fazer existir publicamente, uma subversão e percepção dos fenômenos capazes de dar origem a uma teoria insurgente compromissada em elucidar pontos de vistas eficazes de e paraas

⁵⁰ Não pretendo gerar universalizações ou essencializações com a afirmação de que ómulheres negras têm olhar ampliadoô. Sinalizo, contudo, a partir de estudos da Patrícia Hill Collins (2016) que essa posição reside numa possibilidade de reflexão e compreensão dos mecanismos relativos ao desenvolvimento de um feminismo praticado por mulheres e intelectuais negras.

⁵¹ Aquelas que escrevem sob diferentes pontos de vista.

⁵² Termo muito importante ao movimento feminista negro. Defende-se que as mulheres negras, historicamente, circularam entre diferentes lugares sociais no Brasil, da Casa Grande, da família e da sociedade. Isto lhes concedeu uma capacidade de explorar diferentes pontos de vista e, dessa forma, foram acoplando subjetivamente um *modus operandi* mais complexo na apreensão do próprio mundo e do mundo que as rodeia. Esse termo foi recentemente utilizado por Constância Lima Duarte (2016) fazendo menção a aspectos da literatura da renomada escritora negra brasileira, Conceição Evaristo, vencedora de um importante prêmio de literatura ã Jabuti, 2015. Em seus escritos escreviventes há uma forte presença da crítica social (uma literatura política) e de uma narrativa baseada nas experiências pessoais (implicada como propõe uma epistemologia feminista) ao longo da vida. De seus contos e romances decorrem sua relação com a escrita numa família de origem pobre, os cuidados da casa e dos irmãos mais velhos, depois dos vizinhos; a vida como professora, esse contexto inscrito e escrito, faz parte de alguns dos elementos de enunciação de seu trabalho.

mulheres negras, à sua própria maneira, concebendo uma virada epistemológica sustentada numa matriz de vozes dissonantes, plurais e insubmissas.

Para Philippe Lejeune (2008, p. 128), descrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes. As teóricas negras vêm tecendo um esforço de transformar as experiências e palavras ouvidas, em escrituras.

A paisagem **quatro** propõe conexões entre o estatuto da interseccionalidade e as noções de complexidade propostas por Morin (1996, 2002).

Na paisagem **quinta**, historicizo o feminismo negro no palco da história e tenciono os direcionamentos basilares do contexto brasileiro e suas especificidades.

Já nas paisagens **seis** e **sete**, invisto sobre aspectos que tangenciam as discussões de gênero e feminismo em Moçambique. Na paisagem **seis**, debruço-me sobre os meus atravessamentos entre as teorias e as experiências que tive no tempo de meu estágio em Maputo, e dos contatos subsequentes. E na paisagem **sete**, realizo uma síntese de problematizações que foca o feminismo como aparato que serve ou não às mulheres africanas. É o feminismo da África? É uma das perguntas que persigo nessa paisagem. Para isso, caminho em companhia das epistemologias feministas africanas e das suas principais características.

Na última paisagem, a **oitava**, retomo o estatuto da interseccionalidade como um aporte que a meu ver pode ser útil às duas epistemologias e aos dois ativismos aqui analisados, tanto a do feminismo negro quanto a do feminismo africano. Numa linha de argumento que não pretende generalizar ou afirmar ser esta a única saída possível, mas que sinaliza como um caminho de diálogo e conexão potente entre ambas.

3.1 Paisagem 1: Do princípio da formação da onda feminista negra - Sojourner Truth e Ida Wells

Para Foucault (2007), a história não nos diz o que somos, mas o que estamos em vias de diferir. O autor estabelece em seus trabalhos uma oposição genealógica de seus esforços de compreensão: ora suscitou interesse nas prisões, na loucura, na sexualidade, entretanto, em cada uma dessas ocupações, ele defendeu a importância da contextualização histórica, ainda que admita que não há um desenvolvimento exato e linear. Segundo Foucault, a importância de se investir nas bases genealógicas é porque o legado do passado é capaz de responder a muitas das dúvidas, anseios e paradoxos da atualidade.

Admitimos a presença de diferentes vozes e conceitos no território do feminismo negro. Poderíamos citar alguns legados deixados por negras ativistas, tais como: Harriet Tubman, Frances Harper, Mary Church Terrel, sem falar nos corpos que combateram e resistiram sem terem, necessariamente, alcançado um reconhecimento público. Nas palavras das mulheres negras da Coletiva do Rio Combahee (1977)⁵³, no documento *óherstóricoô*⁵⁴ da primeira Declaração Negra Feminista:

nos primórdios do feminismo negro há um número enorme de desconhecidas mulheres que em seus cotidianos travaram uma batalha de corpos e que contestam mesmo que em ósuas manifestações físicas, uma postura adversária ao homem branco e na resistência antirracista de modo direto ou sutil, nas comunidades onde viviam. (Coletiva do Rio Combahee, 1977, p. 2)

Inspiradas pelas ideias propostas em hooks (2004, 2016) e Mercedes Jabardo et al (2012), na gênese do pensamento feminista negro, podemos refletir sobre as observações de Sojourner Truth e Ida Wells, autoras responsáveis pelo pensamento embrionário do feminismo negro em escala mundial. Ambas foram mulheres que dialogaram com uma sociedade que lhes imputava simultaneamente diferentes e múltiplas opressões de sexo, raça, gênero, sexualidade entre outras. As reflexões advindas delas serão suficientes para basilar um mapa conceitual desse campo, datado nos finais do século XIX nas lutas anti e pós-abolicionistas.

Sojourner Thuth viveu entre 1797 e 1883. Foi uma ativista abolicionista estadunidense. Ex-escrava e empregada doméstica, pregava em igrejas pentecostais e militou pela emancipação política e econômica das mulheres. Destaco, principalmente, o discurso que ela realizou na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Estados Unidos, em 1850, intitulado *Ainô I woman?* (E não sou uma mulher?). Essa manifestação orienta-nos para um marco genealógico das epistemologias feministas negras. A denúncia contundente e expressiva de Truth sobre a violência do racismo e do machismo na vida das mulheres negras, engendrou mecanismos discursivos e subjetivos quanto ao surgimento desse pensamento.

A segunda ativista, jornalista, intelectual, conferencista e liderança dos direitos civis nos Estados Unidos, Ida B. Wells Barnett (1862-1931), realizou, através de sua militância e inserção acadêmica, a denúncia do grave problema dos linchamentos por motivação racial feitos por grupos racistas como o Ku Klux Klan. Foi trabalho de Ida, como intelectual e jornalista, recolher provas documentais e exigir junto à justiça, o cumprimento da lei.

⁵³ Como se referem.

⁵⁴ Como discutido na carta do coletivo, His, é pronome masculino no inglês. Optam por grafar óHerô em alusão que esta foi uma herstória feita de mulheres para mulheres (her, elas), (COLETIVA DO RIO COMBAHEE, 1977).

3.1.1 *Sojourner Truth: A inscrição original e insubmissa*

Figura 3: Aquarela de Sojourner Truth



Fonte: Google

Uma mulher afro-americana, batizada por Isabella Van Wagenen, que substitui seu nome por Sojourner Truthe, que pode ser traduzido como óperegrina da verdadeô, ou ainda óaquela que reside temporariamente em algum lugarô (JABARDO ET AL, 2012, p. 61). Sojourner foi uma renomada ativista nas esferas antiabolicionistas e em defesa dos Direitos Humanos e das mulheres negras. Uma eficaz pregadora pentecostal, manteve em seus discursos uma posição ativa e crítica com uma potência desestabilizadora sempre que estava à frente de um microfone e uma plateia.

Para Pinho (2014), a ausência de instrução formal de Sojourner não a impedia de impactar os públicos com seus manifestos. Utilizava-se, segundo ele, da habilidade de pregadora pentecostal, o que lhe conferiu recursos verbais e argumentativos suficientes para polinizar em sua comunidade efeitos subjetivos na reflexão dos modos de vida de uma mulher como ela: ex-escrava, mãe de oito filhos, sendo quatro vendidos para a escravidão, analfabeta e trabalhadora doméstica. As palavras a seguir, foram traduzidas de um dos seus mais conhecidos discursos, realizado em Nova York, no ano de 1851, em que ela, imperiosa, denuncia as encruzilhadas de uma mulher negra numa sociedade pós-escravagista:

Bem crianças, sou suficientemente velha para ser a mãe de todos os que estão aqui [gargalhadas] vereis, o homem de cor tem conseguido seus direitos. Mas, o que tem feito as mulheres de cor? [gargalhadas] os homens de cor tem conseguido seus direitos, [...] mas não se preocupam pelos direitos das mulheres de cor. [aplausos] veja, o homem de cor será dono da mulher e simplesmente estaremos tão mal como antes (TRUTH, 1850, s/p, tradução nossa).

A lucidez de Truth é extrema e inaugura de forma pública um tipo de discurso e argumento que retroalimentaria uma posição epistemológica e seu posterior adensamento no avançar de quase um século depois. Nasceu escravizada e assim permaneceu por 40 anos na

cidade de Nova Iorque. No ano de 1787 foi alforriada, contudo, o regime de escravidão nos Estados Unidos só foi abolido por completo em 1865. Depois de liberta viveu por mais 40 anos. Percebe-se nos seus discursos que o foco de sua problematização se situa na liberdade da mulher negra por inteiro. Recém-saídas da escravidão, mas entregues ao sistema patriarcal, machista e segregacional que as mantinha em cárcere material e subjetivo (JABARDO ET AL, 2012; PINHO, 2014). Do ponto de vista material, o acesso a uma vida digna ainda não era direito de todas. E do subjetivo, porque além das profundas marcas da escravização, o alimento óespitualô ainda era escasso. Conforme suas reflexões: ónão via onde a liberdade realmente transcendeu a todosô (TRUTH, 1850,s/p).

O esforço empreendido por Truth, desde o seu princípio, insurgente, caracteriza um aspecto fundante de sua obra: o desmascaramento das fronteiras binárias entre o público e o privado, íntimo e não-íntimo. Ela vai deslocar por meio de suas reflexões orais os ditames hegemônicos de um tempo que conferia aos homens, exclusivamente, o espaço dos púlpitos, quando, com muito esforço e disputa, era permitido às mulheres brancas o direito à fala, seguida de homens negros. O espaço conferido à mulher negra, era o ónão-lugarô do qual Thuth se apodera e problematiza a partir da oralidade dos seus discursos: onde a liberdade transcendeu a todos? Que todo e universal é esse a quem ela percebeu e questionava?

As narrativas de Sojourner Truth alicerçam-se numa posição baseada no confronto do *status quo* e, além das já citadas fontes de seu combate, outras estratégias foram empreendidas. A mudança do nome de batismo não é um mero detalhe, mas uma afirmação política do seu lugar de fala, daquela que vai dizer a verdade ainda que fosse acusada de indigesta por seu público-alvo. O recurso verbal utilizado por ela recorria às narrativas pessoais e conversas do cotidiano. Com esse apoio, confrontava e denunciava as duras desvantagens sociais da mulher negra numa sociedade americana recentemente vivendo no pós-abolição.

Desde a condição de ex-escrava, que a lançava a postos de trabalho mal remunerados ao ofício da maternidade, marcada duramente pela experiência de ver alguns de seus filhos vendidos ao comércio de escravos, toda a sorte de maus tratos e de violação sexual era alvo-denúncia das problematizações da Sojourner.

Em todos esses eixos de opressão de sua experiência de vida, estiveram alinhados o trabalho escravo, a maternidade, o trabalho mal remunerado e, a partir de suas análises, as questões de raça, gênero e ocupação surgiram como um agravante à sua experiência e de milhares em igual situação a dela. Vejamos, a seguir, como aborda a intersecção dessas questões:

Amigos meus, estou cheia de alegria. E venho com uma nova esperança. Durante muitos anos tenho dirigido petições públicas por parte do pobre escravo e agora que se conseguiu sua liberdade, todavia, ainda há coisas por conseguir nessa terra. Eu creio que as mulheres devem ter seus direitos. Temos sido muito afortunadas de haver acabado com a escravidão, parcialmente, não de forma completa. Quero destruí-la da raiz. Então sentiremos de verdade que somos livres; que podemos ocupar qualquer lugar acessível aquele que tem conseguido seus direitos. Creio que se tenho de responder pelos pecados de meu corpo exatamente do mesmo jeito que um homem, tenho o direito de ter exatamente o que tem um homem. (TRUTH, 1850, s/p, tradução nossa)

A colocação de Sojourner (1850) põe em questão as supostas cristalizações da categoria óhomem universalô. A sua fala questionava os inúmeros acessos facilitados que uma sociedade como aquela oferecia aos homens brancos e às mulheres brancas. Ela organiza e problematiza seus argumentos através de uma voz-denúncia, expressa uma narra-vivência na qual se pode incorrer na insurgência de algumas possibilidades de discussão teórico epistêmico. A descrição de si mesmo e das experiências cotidianas partem da ideia da vida como arcabouço para a teoria e formarão parte crucial para esta epistemologia.

Sojourner sinaliza que a falta de acolhimento da denúncia realizada por ela e outras mulheres negras, excluía-nas, por um lado, do movimento negro, e de outro, do feminismo branco e sufragista. Forjou um *locus* de pertencimento peculiar e construído a partir do interior das demandas das mulheres negras por elas mesmas, e com base de sustentação nas próprias demandas.

Na sintonia desses discursos, Mercedes Jabardo et al (2012, p.33) recupera o discurso de Audre Lorde no qual lança, como uma clareira, as questões outrora levantadas por Truth. Assim diz Lord: óAs ferramentas do senhor nunca desmontarão a casa do senhor. Quiçá nos permitiram obter uma vitória passageira seguindo suas regras do jogo, mas nunca nos valerão para efetuar uma autêntica trocaô. Na sequência a autora dirá que pelos inúmeros motivos já apresentados, as mulheres negras exigiram o direito de serem vistas e constituídas como sujeitos e não como objetos. Foi preciso nesse processo histórico de lutas ótomar a palavra, recuperar a voz e gerar um novo discurso. Em definitivo, criar uma nova epistemologiaô (LORD apud JABARDO et al, 2012, p. 33).

Sojourner é sem dúvida uma das bases conceituais para pensar uma epistemologia negra. Na sequência, destacamos a importância da intelectual também de uma primeira onda: a Ida Wells, reputada intelectual, jornalista, ativista negra. Embaixadora da Justiça Racial, perseguiu com afinco e adaptou-se às regras sociais e acadêmicas, inscreveu-se a partir e através desses mecanismos de produção da verdade.

3.1.2 *Da peregrinação da verdade aos modos de dizer verdadeiro: Ida B. Wells Barnett*

Ida Wells foi uma das fundadoras do clube de mulheres negras nos Estados Unidos. Expulsas do movimento abolicionista e do sufrágio feminino, elas viram-se forçadas a criar suas próprias estratégias de luta e reivindicação. Wells, por exemplo, denunciava incansavelmente o número absurdo de linchamentos e violações que observava na sua comunidade. Ela se utilizou das únicas fontes disponíveis à época, aquelas do opressor. Partiu para um levantamento estatístico dos relatos de linchamentos publicados em periódicos brancos, além de realizar um trabalho de campo onde estes aconteciam. Seus levantamentos eram apresentados na forma de documentos e petições públicas. Comprovou, a partir de suas fontes de pesquisa, que entre 1880 a 1891 em torno de cem negros foram linchados. E no ano de 1892, 160 homens sofreram ataques dessa natureza. A denúncia de Ida Wells baseava-se no argumento que o elevado número de violações era um mecanismo racista de evitar a ascensão social de homens negros.

Ida Wells introduziu o que passaria a ser central no feminismo negro: a forma em que a intersecção entre raça e gênero constrói de forma desigual a sexualidade da população branca e negra. (JABARDO ET AL, 2012, p. 32). Ida viu três de seus melhores amigos serem linchados e essa experiência demarca um campo de luta e atuação para ela, representando, a partir de suas experiências vitais, uma consciência sistemática da sociedade e das relações sociais. Incorpora aos seus discursos as narrativas pessoais desde a experiência do vivido. O investigador e a investigadora não estão separadas e distanciados da verdade. O conhecimento deveria ser testado a partir da presença da empatia e das emoções. Nessa seara, o pensamento feminista negro vai estruturando suas bases e arquitetando seu modo específico de construir o saber.

3.1.3 *Das bases conceituais ao fundamento*

Inscriver-se em suas próprias demandas e agenciar as próprias regras foi, digamos, a fonte geradora da epistemologia negra. Esta surgirá, portanto, de uma interrogativa, a acusação de uma não-categoria, de um não-lugar. Em *Ó Acaso não sou uma mulher? Ó, representantes da não-mulheridade*, as mulheres negras manifestam-se contrárias às várias práticas de opressão em que estão inseridas. Questiona-se uma infinidade de inadequações às quais estiveram expostas e avançaram agenciando novas e outras categorias, denunciando o lugar social terrível destinado à mulher negra, afro-americana e da diáspora, ediligenciando,

ao mesmo tempo, estratégias de enfrentamento e combate. A exposição das mulheres a negação de direitos fundamentais à vida plena e digna gerou ferramentas discursivas que inauguraram e sedimentaram esse modo de pensar e atuar no mundo e sob ele.

Como falado antes, o feminismo negro ampara-se numa epistemologia de traços distintivos de si para si e na relação de si com os outros. Coloca-se assim, desde sua primeira onda⁵⁵, numa posição de fala e argumentação que escapou aos mecanismos e dispositivos dominantes e normativos, das ideologias científicas baseadas em neutralidades e relativismos. Inscreveu-se longe dos meios científicos usuais e hegemônicos, desterritorializou-se⁵⁶ desse arcabouço. O território construído baseia-se no protagonismo de si mesmo e conecta-se a ideais movidos simultaneamente entre conhecimento, conscientização e políticas de empoderamento (JABARDO ET AL, 2012; bell hooks, 1981, 1989, 2005).

Desterritorializou-se e re-territorializou em três perspectivas distintas:

- ✓ Primeiro, apoiando-se na experiência do vivido e na contramão de uma posição teórica objetiva. A dialogicidade do conhecimento é aspecto importante para o feminismo negro, o pessoal é político. Dessa insígnia emergem posições de fala e escrita no singular e no pessoal. As autoras colocam-se num plano de visibilidade central na escritura do texto, defendendo, desse modo, uma acomodação não-homogênea e não-monolítica para pensar as mulheres negras. Nela, rejeita-se as generalidades.
- ✓ Segundo, a questão da ética, pois nela se realiza um exercício de analisar os valores e crenças que interferem na produção do conhecimento. Mais uma vez, as fronteiras da objetividade e subjetividade são subvertidas e vistas, como uma unidade e não como unidades separadas. Cabe salientar ainda, nesse segundo mecanismo, que afeto, empatia e envolvimento fazem parte dessa construção.
- ✓ Por terceiro aspecto, requerem-se dessa epistemologia uma rendição de contas pessoal. O investigador está envolvido com o seu campo da base ao topo. Revisita-se nele de modo permanente.

⁵⁵ Como propõe o movimento da onda, antes mesmo de uma se desfazer por completo outra já se constitui num movimento infinito de refazer-se continuamente. Do mesmo modo que o feminismo não-negro utiliza dessas metáforas para destacar que a onda funciona num mecanismo de fluxos e refluxos e que essa denominação faz jus à complexidade de disputas políticas socialmente situadas e que seu movimento não está baseado em estruturas elementares e fixas, mas em uma fluidez. No movimento do mar uma onda não exclui a outra. Indica-se, então, uma força política de determinada pauta em um contexto social que é datado historicamente. De igual modo, o feminismo negro se utiliza dessa simbologia. Dentro do feminismo negro, haverá três ondas em que se pode observar a navegação de ideias e conceitos. Sem, contudo, estabelecer pontos de acessos ócleros e ódistintos (PINTO, 2003).

Para bell hooks (2004), o que se encontra latente na forma de pensamento dessa teoria é a intersecção entre as várias agências que oprimem a mulher negra. No plano teórico vai incorporar e redefinir os conceitos de opressão em termos de interseccionalidade, enfatizando a matriz de dominação para caracterizar as bases do pensamento feminista negro. Enquanto o feminismo moderno desenvolveu-se com base na afirmação *“não se nasce mulher, torna-se”* de Simone Beauvoir (1980) em *“O Segundo Sexo”*, tal premissa supõe a todas as mulheres uma mesma estrutura de desigualdade e opressão. Contudo, para mulheres negras excluídas daquela primeira onda do feminismo, do sufrágio e de suas respectivas realidades, essa ideia não se aplicava. O agenciamento subjetivo poroso das mulheres negras e suas variadas demandas colocava-as à margem tanto do movimento negro quanto do movimento feminista.

Desse não-lugar, o feminismo negro provoca uma realocação e surge da seguinte interrogação: *“o caso, não sou uma mulher?”*, perguntava Sojourner em seus discursos. A pergunta dela é, sem dúvida retórica e paradoxal, mas apresenta a amplitude e questionamento característicos desse campo conceitual.

3.2 Paisagem 2: De quais substâncias são feitas essas matérias?

Grada Kilomba (2016), em *“Descolonizando e Conhecimento”*, faz uma espécie de trabalho-performance em que nos provoca e nos propõe a fluir de fronteiras entre o ético, estético, científico, político e artístico. Ela é escritora e professora e aproveita seus espaços em sala de aula para realizar o que denomina de intervenções-aula. Nesses espaços, a autora questiona o *status quo* da demanda científica, em sua grande maioria feita por pessoas brancas, cis e masculinas, logo, com demandas advindas dessas respectivas configurações ou representativas de um discurso que em sua grande maioria, está a serviço da manutenção desse *status*.

Em *“Plantation of Memories”*, Kilomba (2010) escreve um interessante capítulo que versa sobre a legitimidade de quem pode falar o quê e o que se pode falar. Para ela, os modos de produção do conhecimento estão sempre mediados pelos mecanismos andróginos que se estruturam na negação da diferença. No entanto não é apenas entre os homens que essa questão é percebida. Como dito antes, o feminismo branco, hegemônico e ocidental também rejeitou a diferença.

Tais mecanismos, misóginos de um lado e racistas de outro, reverberam ações e modos de atuação bem específicos, engessando um modo de fazer ciência:

Essas questões precisam ser feitas porque a academia não é um espaço neutro. É sim um espaço branco onde o privilégio de falar tem sido negado

às pessoas negras e não-brancas. Historicamente, esse espaço vem construindo teorias cujos discursos tem nos construído como inferiores, ou seja: "outros" - localizando africanos/as em subordinação absoluta ao sujeito branco. Aqui nós temos sido descritas, explicadas, categorizadas, relatadas, expostas e desumanizadas (KILOMBA, 2010, s/p).

Jogar as regras do jogo científico, de padrão masculino, branco e heteronormativo é curvar-se a um modo de conhecimento que nunca contemplou a experiência de mulheres negras ou africanas como sujeitas políticas e históricas. E não é apenas o africano que é localizado como inferior ou subordinado, mas como podemos ver, as mulheres negras, as indígenas, as do terceiro mundo também foram localizadas de igual modo.

Essa negação de valores, ideias e subjetividades forja uma espécie de narrativa acobertada pelo suposto sujeito universal masculino e branco. Porém quando adentramos as epistemes feministas hegemônicas, verifico uma defesa da suposta sujeita universal feminina. Ou seja, de um lado, a neutralidade, do outro, a incapacidade de enxergar as diferenças. O projeto de ciência moderna foi pensado a partir de uma conjuntura e estrutura masculina. Entretanto, se a intenção do feminismo branco era questionar essa estrutura, não deu conta das próprias cegueiras que também existiam no cerne de suas produções científicas (ANZALDÚA; 1987; 2004; JABARDO, 2012).

Diante desse cenário, o que intelectuais negras têm realizado para compor as próprias paisagens? bell hooks (2013) vai de encontro a essas condições e tece reflexões sobre esse *modus operandi*, que está disposto a manter um grupo sempre privilegiado dentro de suas confortáveis posições de legitimidade, ora de neutralidade, verificabilidade e objetividade, de tudo o que um modelo cartesiano foi capaz de incorporar, ora, no feminismo branco, de um suposto sujeito universal desse feminismo: brancas, escolarizadas e sem consciência da opressão econômica.

Há problemas para ambos. Tanto para a ciência moderna ocidental (BACHELARD, 1937) porque essa perspectiva não incorpora realidades e subjetividade radicalmente opostas a ela, como para o próprio feminismo que não consegue incorporar as diferenças que há entre as mulheres. Para ambas, os fundamentos são frágeis. Mas por que esse modelo, pensado por quem ocupa o lado dominante, não serve nem mesmo a quem os pensou? Por que este modelo revela enormes fragilidades no seu cerne, ainda que se considere de ponta?

Quem comprovou de forma mais contundente a fragilidade dessa herança da ciência moderna e de sua renomada tríade baseada em princípios de neutralidade, objetividade e verificabilidade, bem como da fragilidade impressa no modo como divulgamos nossas pesquisas, foi justamente um experimento feito por dois físicos: Sokal e Bricmont (1999).

Adeptos da escola francesa e dos círculos intelectuais americanos, eles escreveram um livro chamado *ÓImposturas Intelectuais*. A obra resultou de um sério conflito provocado por eles próprios e evocado como sendo uma experiência ónão-científica, mas original.

Os físicos decidiram escrever um artigo para uma importante revista americana, a *Social Text*. Tiveram aprovados pela comissão editorial, um trabalho que jogava com recortes e colagens de autores renomados em âmbito mundial e muito apreciados pelo corpo editorial da própria revista. Ou seja, abusaram da citação de nomes do panteão da teoria francesa: Foucault, Deleuze, Guattari, Derrida, Latour, Lyotard, entre outros. No entanto, as citações não correspondiam à realidade e não passavam de uma paródia em que se refutava o pensamento óclaro e lógico de um lado, e o pensamento óobscuro e confuso de outro.

Eles construíram um discurso e providenciaram como cimento para o artigo, a forte presença de intelectuais de renome. No entanto, de forma proposital, aquelas citações estavam esvaziadas de sentido e coerência. A estratégia de abusar desses autores e de conceitos e terminologias advindas da Filosofia, Matemática e Física tinham como finalidade comprovar as fragilidades sobre as quais se estruturam não só as redes de produção científica, mas a ciência tradicional e hegemônica em si.

Utilizando-se dessa estratégia de citação abusiva de intelectuais reconhecidos em âmbito mundial e ainda de uma semiótica de refinada elucubração, eles não só obtiveram aprovação para publicar na revista, mas tamanho foi o sucesso do texto que a comissão editorial propôs que eles incorporassem o artigo a um número especial da revista. Como tudo isso fazia parte do plano, eles aceitaram a proposta. O escândalo que se segue abalou os círculos intelectuais e surgiu quando os autores, após terem seus artigos publicados, encaminharam uma carta à revista e contaram a farsa que haviam acabado de empreender. Mais tarde esse embate gerou a escrita do livro *ÓImposturas Intelectuais* e a explicação do sentido daquela experiência.

No livro, detalham o modo como foram arquitetando o ógolpe:

A história deste livro começa com uma farsa. Durante anos, fomos ficando escandalizados e angustiados com a tendência intelectual de certos círculos da academia americana. Vastos setores das ciências sociais e das humanidades parecem ter adotado uma filosofia que chamaremos, à falta de melhor termo, de "pós-modernismo": uma corrente intelectual caracterizada pela rejeição mais ou menos explícita da tradição racionalista do Iluminismo, por discursos teóricos desconectados de qualquer teste empírico, e por um relativismo cognitivo e cultural que encara a ciência como nada mais que uma "narração", um "mito" ou uma construção social entre muitas outras (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 15).

Para alguns intelectuais, essa publicação impactou sobremaneira ao apontar de maneira tão escancarada que não há neutralidade da escrita científica e que o modo como essas regras foram se estabelecendo são de longe, claras e honestas. Muitos intelectuais, inclusive anteriores a Sokal e Bricmont, já sinalizavam para os riscos dos quais as regras do jogo científico estavam firmando raízes. Não somente pelo posicionamento óneutro e objetivo, mas também pela construção de um rede de cientistas, que criando as próprias regras serviam apenas para fortalecer seu próprio grupo.

Para Bachelard (1937), era fruto de seu interesse os inúmeros aspectos subjetivos que levam a uma vida intelectual. Desde as escolhas de seus temas de pesquisa até as opções teóricas que se elege, nenhuma opção é inocente, dizia ele. Aspectos de implicação, de não-neutralidade, bem como da incorporação subjetiva e poética compunham alguns dos eixos por ele partilhados na comunidade científica. Suas investidas sempre questionaram as estruturas científicas tradicionais. Bachelard fez um esforço de comunicação, a filosofia da noite e do dia, o não e o sim, o científico e o poético, como reflexos de dois espelhos, um de frente para o outro.

O experimento de Sokal e Bricmont feito nos finais do século passado, bem com as ideias defendidas pelo próprio Bachelard foram ousadas, mas tiveram o direito a um reconhecimento de seus valores. Fosse uma dupla de intelectuais negras latino-americanas ou africanas a fazer um experimento semelhante, ou defender ideias semelhantes, teriam sido validadas pela comunidade científica? Não podemos ser ingênuos a ponto de achar o quanto de rechaço essas mulheres teriam enfrentado, caso empreendessem algo semelhante e, no quanto a defesa de ideias de não separabilidade, às acusações de não científico seriam recorrentes.

Como bem sinaliza Kilomba (2010), a prática científica ocidental e moderna se estruturou na base da construção de muros reais e imaginários,

Em meio a essas salas, nós temos sido construídas/os como objetos, mas nós raramente temos sido sujeitos. Nesse sentido, a academia não é nem um espaço neutro nem simplesmente um espaço de conhecimento e inteligência, de ciência e compreensão; a academia é também um espaço de V-I-O-L-E-N-C-I-A. [...] A posição de objetificação, que é normalmente ocupado por nós, o lugar de Outridade, não indica uma falta de resistência ou de interesse, como geralmente acreditam, é muito mais falta de acesso à representação de negrxs e não-brancxs por si mesmxxs. Não é que nós não temos falado, mas as nossas vozes - graças ao racismo como sistema - temos sido sistematicamente desqualificadxs pelo que a academia entende como conhecimento *válido*. E mais: nós temos sido representadxs por brancos, que, ironicamente, se tornam "especialistas" em [nossa cultura] e nós mesmxxs. De ambas as formas, estamos encarceradxs numa hierarquia colonial violentíssima. (KILOMBA, 2010,p.48)

É possível perceber o processo de aniquilação do Outro promovido pelos sistemas racista, classista e sexista da produção acadêmica. Nesse aspecto, sem objetivar trabalhar esses outros eixos de opressão, o escândalo gerado pela publicação do artigo de Sokal e Bricmont termina por levantar uma série de discussões sobre o esteio em que está montada a validade científica. Contudo, não representa surpresa alguma para um elevado número de intelectuais negras, muito menos para aquelas que se afinam a partir de uma teoria e prática feminista, que a violência imposta nos círculos acadêmicos mina as chances de acesso, cria barreiras aos grupos contra-hegemônicos e/ou alternativas. Inclui-se aqui, não apenas mulheres negras, mas todos aqueles que fazem parte do sistema capitalista e patriarcal que as desautoriza de seus saberes (KILOMBA, 2010; hooks, 2004,2013).

As perspectivas óalternativasô ou ócontra-hegemônicasô⁵⁷, por sua vez, posicionam-se e firmam-se a partir de alguns eixos. Primeiro, afirmando suas diretrizes interseccionadas pelo sistema de raça, classe e gênero (CRENSHAW, 2001). Situar-se interseccionalmente sempre foi sinal contingente de contestação e produção de conhecimento para intelectuais negras. Segundo, questionando o *modus operandi* da produção hegemônica.

Mergulhando nos mares de uma perspectiva contra-hegemônica e que conjuga diferentes intersecções, intelectuais como Steve Biko (1990); Ngoenha (2014) e bell hooks (1984, 1995, 2013) apontam para os riscos epistemicidas expostos num modo de construir o conhecimento baseado na eliminação de outros grupos e apagamento de eixos de opressão. Essa postura fora nomeada como epistemicídio por teóricos como Boaventura de Sousa Santos (2007) e Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (2009). Nela, um grupo seletivo é eleito e legitimado a falar, normalmente cientistas do norte do globo. A esse aspecto os autores/as denominam colonialidade do saber e que, nas palavras de Kilomba (2010), são os meios de manutenção de controle e das hierarquias coloniais.

Do ponto de vista simbólico, os antigos colonizadores permanecem agindo nas mentalidades colonizadas e ditando padrões. Constitui-se um saber embasado em uma relação de sujeito (cientista) *versus* objeto (quem é pesquisado), nunca sujeito *versus* sujeito. Nesse percurso tradicional de produção científica, rompe-se com os saberes locais, com a dialogicidade. O ósujeito cientistaô pulveriza-se, esmaece-se e se apaga no texto que produz. Sua subjetividade não aparece e quanto mais implícito estiver marcado o argumento, mais próximo de ser reconhecido como legítimo. O intelectualendossa através da presença do

⁵⁷ Não há um consenso quanto a uma denominação comum desse movimento-epistêmico. Não podemos afirmar que haja interesse de dar uma nomeação específica a este tipo de perspectiva. Nesse sentido, é mais importante a partir desses vários nomes perceber o quanto se trata de uma seara diversa e polimorfa.

suposto sujeito universal masculino e no idioma ódialetoô conquistado, um respaldo que lhe gera o avanço nas casas do jogo científico, tornando sua linguagem pouco inteligível e de acesso apenas a seu seletto grupo de pertença.

Esses guetos idiomáticos reforçam sistemas de opressão machista, racista, heteronormativo, classista e sexista em que apenas a um seletto grupo é dado a capacidade de compreender e dialogar com o que se produz. Nesse aspecto, a aposta realizada por bell hooks (2013) rompe com:

o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade. O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias ã que buscam devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta. (bell hooks, 2013, p. 45)

Ainda de acordo com hooks (2013, p. 46), deveríamos ónos livrar da negação coletiva da academia e reconhecer que a educação que quase todos nós havíamos recebido e estávamos transmitindo não era e nunca é politicamente neutraô.

Podemos perceber vários ópontos de viragemô nas perspectivas negras e que não são surpresa pelos dissidentes de epistemologias hegemônicas:

- ✓ A não-neutralidade, multiplicidade de fala e produção engajada é desde sempre discutida por intelectuais das epistemologias feministas negras (KILOMBA, 2010; hooks, 2013).
- ✓ A diversidade cultural à qual remete bell hooks é justamente esse espaço em que o diálogo com a multiplicidade de falas e posicionamentos é proposto e mesmo desejado. Inspirada no pensamento do intelectual Paulo Freire, com quem estabelece um potente diálogo, juntos, apostarão em uma forma de produção acadêmica.
- ✓ Engajamento com a diferença, situada a partir de várias agências: que questiona a si e as demais membras da academia, não só do modo dominante de produção, feita em sua maioria pelos homens, mas da própria produção feminista hegemônica.

Os aspectos mencionados provocam um modo de construção de conhecimento compromissado com a desalienação dos mecanismos que sustentaram por muito tempo uma produção científica cega, não-engajada, desprovida de um manejo asséptico que negava as relações indissolúveis entre opções teóricas e histórias de vida. Quero dizer com isso, que as

intelectuais negras vão compor e forjar uma perspectiva que rompe com cegueiras e engessamentos não discutidos por aqueles que fazem parte das produções hegemônicas, o que inclui o modo dominante de produção científica e o próprio feminismo hegemônico.

Algumas questões diferenciavam-nas. Por exemplo, os marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade são alguns dos eixos de opressão que podem estar envolvidos não apenas na dinâmica de vida dessas mulheres negras, mas como interesse de estudo e pesquisas também. As mulheres e intelectuais negras percebiam, historicamente, por todos os legados coloniais, que recaiam e recai ainda sobre elas, o peso do acúmulo de opressões.

Elementos semelhantes dessa perspectiva encontram ressonância na trajetória traçada por bell hooks⁵⁸ (2013), na qual não se pode abandonar a denúncia dos arcabouços, tanto aqueles construídos pelo feminismo quanto aqueles que subsidiam as práticas científicas dominantes. Através de algumas de suas obras, a autora questiona o quanto, nos meios acadêmicos, sua produção foi e segue sendo diagnosticada como não científica. Em *ÓEnsinando a transgredir*, ela reflete que seu modo de escrita mais direto e claro, com traquejos verdadeiramente coloquiais e de alcance para comunidades não-academicizadas, alicerça-se a partir de regras, incluindo a posição política de assumir uma escrita e prática de ensino e pesquisa como ato político desglamourizado que possa ampliar o seu alcance a todos os setores da sociedade e não apenas ao núcleo restrito da academia e de seus pares.

bell hooks, além de tecer uma evidente crítica aos modos como a academia tem composto suas regras, propõe-nos um alargamento desses pares, de modo a alcançar setores que não costumam dialogar com os trabalhos científicos. Tais interações são por ela denominadas como práticas pedagógicas anticolonialistas, críticas e de inscrição feminista negra. Na sua acepção, manter uma escrita ócristalina, óneutra, de alcance limitado era o mesmo que se esforçar em manter sólidos os sistemas de opressão e se distanciar de seu propósito máximo: o de uma prática intelectual insurgente que busca ódevolver vida a uma academia moribunda e corrupta (hooks, 2013, p. 45).

O texto de hooks contribuiu de forma significativa para que eu percebesse algumas das peculiaridades dos fundamentos epistemológicos negro. Questiona desde o princípio de sua escrita, quando ainda era estudante de graduação, em *ÓAin t I Woman*⁵⁹ (1981), o desmonte de um esquema para o des-fundamento hegemônico e ontológico das ciências humanas e

⁵⁸ Glória Atkins é seu nome de nascida. Entretanto, elegeu o nome da bisavó materna Bell Blair Hooks para identificar seu nome como ativista, escritora e intelectual. Grafa-se em minúsculo a pedido da autora, focando primeiro na substância de seu nome. Mudou de nome como estratégia para revelar o quanto os afetos são decisivos numa escrita, além de questionar os ditames acadêmicos tradicionais.

⁵⁹ *ÓE não sou uma mulher*.

sociais, realizando uma crítica sob a qual a escrita-erudição, pouco acessível às demais esferas sociais, é um meio de manter as classes sociais em suas respectivas posições de privilégio e impossibilita o acesso das origens populares nos círculos e discussões intelectuais.

hooks (2013) realiza uma crítica contundente à erudição desapropriada de qualquer conexão com o mundo real e social, mas alerta não abrir mão dos caminhos da intelectualidade e do feminismo. Ao contrário, sugere uma linguagem epistemológica em que se possa colocar em causa as questões que emergem das classes populares, lugar de origem de muitas mulheres negras e que se possa atingir transformando por dentro essas camadas sociais. Defende, ainda, que a universidade deveria ser um direito de todos/as que a queiram acessar e não um mero espaço para manter engessadas as hierarquias de classe, raça, gênero e sexualidades tão fortemente engendrados. Em suas palavras:

os trabalhos de mulheres de cor e de grupos marginalizados de mulheres brancas (lésbicas e radicais sexuais, por exemplo), especialmente quando escritos num estilo que os torna acessíveis a um público leitor amplo, são frequentemente deslegitimizados nos círculos acadêmicos, mesmo que esses trabalhos possibilitem e promovam a prática feminista (hooks, 2013, p. 89).

Teoria e prática feminista e acadêmica, inscrições pessoais e coletivas emergem para essa autora como descritores fundamentais para discutir e embasar uma epistemologia negra. A escrita dela, por sua vez, representa uma estratégia de combate e provocação aos modos dominantes da produção acadêmica.

Desde o princípio de uma incursão através das epistemólogas negras, percebia uma forma de engajamento e ato político através de suas práticas e escritas. Suas perspectivas des-familiarizam-se e des-fundamentam-se com os moldes hegemônicos de fazer ciência. Há, portanto, uma arquitetura conceitual a partir das próprias demandas e frentes de luta. A perspectiva de bell hooks (2013) corresponde ao modo pelo qual as mulheres negras constroem suas perspectivas de mundo, com suas lentes racializadas, classializadas e sexualizadas questionando o *modus operandi*. Partem de uma vivência viva e engajada para uma teorização pautada em princípios compartilhados com feminismos de outras bases e hegemônicos em que o pessoal é político.

As experiências das intelectuais negras e seus modos de escrever sobre a vida e sobre si mesmas conectam-se a diferentes vetores. A diáspora, a fronteira e os entre-lugares aos quais estão expostas desenham um arcabouço contra-hegemônico, singular e pioneiro. Nesse plano teórico, nenhuma postura política, ética, intelectual e/ou ideológica é neutra.

Fomos nos adequando, a partir de uma perspectiva de uma tríplice aliança social baseada em hierarquização, colonização e racialização das práticas e discursos. Para essas

epistemologias, estar atenta a esses três eixos e problematizá-los faz parte de seu arcabouço epistemológico. (PELÚCIO,2012).

O solo conceitual sobre o qual se assentaria nossas ideias deveria refletir uma série de aspectos e composições reveladas no campo, com os seus posteriores *insights* e formas de significação. Se nossas interlocutoras eram todas engajadas em dinâmicas sociais, políticas e pessoais, nunca separavam esses espaços em suas vidas, nossa busca epistemológica amparou-se numa perspectiva que pudesse contemplar as junções de todos esses elementos complexificadores de suas experiências.

Como já sinalizamos, nossa pesquisa levou-nos a uma incursão sobre a narrativa de mulheres africanas e mulheres afrobrasileiras em suas respectivas geografias e modos peculiares de militância e subjetivação. A compatibilidade da busca deveria se orientar por um arcabouço coerente com a prática das interlocutoras da própria pesquisa, compromissada com a visibilidade de algumas ideias e engajamento de alguns ideais.

3.2.1 Os diferentes lugares epistêmicos

A partir de certa linhagem epistêmica e dos relatos de campo, é possível demarcar e denunciar os lugares históricos nos quais estiveram marcados corpos e subjetividades de feministas africanas e feministas negras brasileiras. As narrativas das mulheres que compuseram esses estudos, como as teóricas aqui apresentadas, veiculam um compromisso em provocar uma turbulência e instaurar nos modos hegemônicos de produção científica e nas formas de circular e se posicionar na sociedade, a marcação de um lugar de fronteira, um entre-lugar com diferentes eixos de subordinação, diferenciação e heterogeneidade.

Claudia Costa e Eliana Ávila (2005), numa revisão sob os eixos analíticos propostos por Glória Anzaldúa - a consciência mestiça e o feminismo da fronteira -, realizam a partir de certos arcabouços alguns deslocamentos importantes sobre o modo de existir e situar-se com as diferenças culturais, raciais, de classe, gênero, sexualidade, entre outras. Trabalha-se nas linhas de força entre as fronteiras borradas, ou seja, daquele lugar simbolicamente marcado pelas margens, desenhado pelas experiências distintas que constitui mulheres negras através de categorias de identidade porosas, cada vez mais, complexas.

Assim a autora recupera o terreno da diferença e recodifica os múltiplos nomes da mulher

Comecei a pensar: ósim, sou chicana, mas isso não define quem eu sou. Sim, sou mulher, mas isso também não me define. Sim, sou lésbica, mas isso não

define tudo o que eu sou. Sim venho da classe proletária, mas não sou mais da classe proletária. Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou a negra. Comecei a pensar em termos de uma consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? O que é que isso faz com nossos conceitos de nacionalismo, de raça, de etnia, e mesmo gênero? Eu estava tentando articular e criar uma teoria de existência nas fronteiras [...] eu precisava, por conta própria, achar algum outro termo que pudesse descrever um nacionalismo mais poroso, aberto a outras categorias de identidade (ANZALDÚA, 1987, p. 691)

É possível perceber no argumento Anzaldiano que ela caminha frente a uma subjetividade nômade e intersticial, mediante uma teoria do sujeito que empreenda/apreenda a categoria ómulheresô em sua pluralidade e polimorfia, atravessada por múltiplos eixos, de opressão ou não. A experiência da mulher conecta-se a diferentes estruturas de opressão que incidem sobre si, como exemplo dado por Anzaldúa. Ela migra pelos entre-lugares, mas não só. Ela medita sobre a colonialidade do poder e sobre as incidências dessa sobre a subjetividade. Senão vejamos a resposta que ela em uma entrevista sobre suas construções subjetiva a cerca da mestiça:

Como mestiça, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. Sou um amassamento, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (ANZALDÚA, 2000,s/p).

A nova mestiça⁶⁰, como às vezes nomeia-se o sujeito de Anzaldúa, opera dentro de uma referência epistemológica argumentando a favor de uma reflexão a partir das inúmeras demandas constitutivas da vida das mulheres negras. A crítica encabeçada por ela dirige-se, dentre outros aspectos, sobre a produção de saberes e a conjectura da formação de uma comunidade de pares binários, nascida na Europa e entre Europeus, com a finalidade de traçar uma linguagem comum hegemônica (tudo o que a nova mestiça constata), em que não se

⁶⁰ Uma das capacidades engendradas pelo pensamento Anzaldiano reside na reinvenção de definições com forte caráter racista como é o caso do termo ómestição. Nesse caso, ela o reinventa e o retoma a partir de outros significantes.

abarca experiências outras e diversas. Ambiguidade e indecibilidade constituem os elos abalizados pela lógica híbrida, múltipla e não-assimilacionista de suas ideias.

Nessa tradição, coaduna e questiona não apenas os binarismos da ciência, mas todos os modelos de um mundo polarizado entre posições opostas e cristalinas, do centro (quem faz ciência) e periferia (aqueles que são objetos da ciência), tradição e modernidade, deslocar-se e descentrar nesse processo, como ela evoca, de interstício da tradução, ou seja, do processo contínuo de cruzar mundos e identidades (chicana, lésbica, pobre, acadêmica, escritora, militante). Essa prática, na opinião dela, permiti-nos questionar as certezas epistemológicas encontrando, através da tradução multicultural, o que se poderá ter acesso a diferentes modos de vida e humanidade das mulheres (ANZALDÚA, 1987).

Do lado britânico, a intelectual negra Avtar Brah (2006), vai endossar uma perspectiva semelhante e que caminha na direção do intercâmbio entre variadas posições analíticas. As ideias que ela evoca nesse momento estão em um texto clássico: *Diferença, diversidade e diferenciação*. Nele, ela apresenta diferentes noções sobre a categoria negro e diferente. Negro ou negra é problematizado, não a partir de uma matriz geográfica, mas como um termo que acentua a posição dos sujeitos políticos de uma mesma comunidade de destino: diáspora africana global. Negro, nas palavras de Brah, é cor política e se constitui mediante variados posicionamentos.

Dessa afirmação do negro como cor política, alguns eixos de análise são desenvolvidos e nos ajuda a compreender a questão da opressão sofrida pela mulher negra. Ainda que o contexto por ela debatido seja Grã-Bretanha, é possível aproximar a realidade de outras geografias. É cabível realizar e desenvolver algumas aproximações da experiência das mulheres negras, não como um todo, porque a essencialização desse ser político geraria um problema grave ao sustento da diversidade à qual Brah se refere por algumas razões. Primeiro, a diferença, ocupa o epicentro das discussões e a sua necessária conexão entre as variáveis raciais, sexuais, de classe e gênero. Segundo, diante da constatação elementar da autora quanto ao reconhecimento de que as experiências das mulheres brancas e não-brancas são diferentes. Isso posto, evidencia-se que a categoria *mulher* não é universal. De tal modo, o feminismo branco hegemônico e o negro refletiram sobre essas diferenças de modo bastante específicos.

No feminismo branco, a luta esteve baseada em torno do questionamento ao suposto sujeito universal masculino. Já o feminismo negro, não se centrou apenas em torno do suposto sujeito universal masculino, mas também, do feminino. Para feministas brancas, essa compreensão das diferenças, nem sempre foi óbvia. As prioridades e estratégias políticas de

cada um desses campos no feminismo configuraram-se contingenciais em suas contestações. Foi preciso às feministas negras, encabeçar a discussão de que não existia um bloco monolítico que desse conta da diversidade de experiências das mulheres negras (LEWIS; SILVA; NUNES, 2016).

Um outro aspecto referente à diferença e trabalhado por Brah (2006), é sua constituição como categoria analítica, divididos em quatro subsistemas que nos ajudam a pensar a questão. Primeiro, a diferença como experiência. Retira-se do sujeito o risco de toda e qualquer universalização, segundo, como relação social, propondo uma análise às micro e macro estruturas de poder, um olho no telescópio e outro no microscópio⁶¹ quando se desejar compreender a complexidade da natureza dessas mulheres. Em terceiro, a diferença como subjetividade, fruto de agência - campos de força - e descentramentos. E, quarto e último elencado por Brah, a diferença como identidade. Defende um argumento da existência enquanto múltipla e multifacetada, alicerçada em estratégia de poder, coletivas, não-fixas e fluidas. Desses quatro elementos constitutivos da diferença, Brah (2006) incorpora, portanto, um campo conceitual.

Mediante essa multiplicidade de experiências, era preciso ir em busca de um dispositivo analítico que desse conta dessa polivalência. Insurge, diante da confluência entre demandas distintas, uma opção teórica igualmente distinta. Refiro-me ao dispositivo da interseccionalidade como um aporte capaz de garantir às mulheres negras um continente teórico e discursivo.

3.3 Paisagem 3: O estatuto da interseccionalidade

Nos extensos campos compostos por epistemologias negras e advindos de diferentes campos disciplinares, é possível acessar como já vimos, através de diferentes frentes conceituais, densidades e aparatos específicos as demandas das mulheres negras e o modo, como elas, sobretudo, foram construindo suas matrizes teóricas⁶² que corresponde as suas experiências e demandas. Deste cenário, podemos destacar o aparato da interseccionalidade, como importante vetor que operou de modo fundamental para compreendermos e correspondermos às dinâmicas complexas e polimorfos da experiência de mulheres negras.

⁶¹ Sobre a necessidade de observar os fenômenos de maneira micro e macro social. Esta metáfora foi defendida em vários contextos por Eduardo Galeano (2012).

⁶² Não que não houvesse teóricas e teóricos brancos pensando a questão, contudo, foi de interesse das mulheres não só observar como preencher a lacuna que havia quando se tratava de pensar o engendramento que dava vida ao pensamento das mulheres negras (MOREIRA, 2016; RIBEIRO, 2016).

Essa construção conceitual foi encabeçada por algumas intelectuais negras. Dentre elas, podemos citar Kimberlé Crenshaw (1989) como a pioneira desses estudos. Trata-se de uma reputada intelectual negra, professora de Direito, pesquisadora, e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, teoria legal afro-americana e feminismo negro. No campo das interseccionalidades, situa-se como a teórica que contribuiu e ajudou a estruturar essa perspectiva de trabalho. Traçou estratégias e influenciou de maneira contundente o debate em torno das demandas das mulheres negras.

Crenshaw (2002a; 2002b) desenvolveu um constructo teórico a partir de sua experiência pessoal e posteriormente, acadêmica. Usa como exemplo de elucidação da teoria uma dada situação, bastante emblemática para ela e que pode ajudar os/as leitores/as a pensar o momento inaugural em que a interseccionalidade foi embrionada. Ainda no seu período de graduação, ela e mais dois amigos negros foram convidados a visitar um grêmio estudantil envolvidos em polêmicas racistas, mas que ensejavam uma resolução do dado problema entre os estudantes e, para isso, os coordenadores do grêmio convidaram-nos a uma visita na sede do mesmo. Crenshaw acompanhou seus dois amigos nessa visita e ao chegarem no endereço combinado, foram barrados na porta, o que lhes remeteu de imediato a uma atitude racista. Entre um desentendimento com o responsável pela liberação das pessoas para dentro da casa, qual foi a maior surpresa? O impedimento deles e dela de entrarem pela porta da frente se dava pela presença de Crenshaw, pois era vetado às mulheres entrar pela portaprincipal.

Desse modo, e como segunda surpresa daquele fatídico dia, os amigos de Kimberlé aceitaram a tal regra e seguiram em sua companhia até às portas dos fundos. A situação emblemática deixou marcas nela e embrionou, naquele momento, uma consideração importante: a compreensão de que havia, na vida das mulheres negras, inclusive entre as universitárias que gozariam de alguns privilégios sociais, um cruzamento entre as discriminações de raça e gênero. Ora, na sua experiência e naquele exemplo por ela comentado, caso conseguisse escapar das opressões e preconceitos raciais pela cor da pele como no caso de seus dois amigos negros, não conseguiria superar a barreira sendo mulher negra. Depois do episódio na porta do grêmio, Kimberlé se engajou na compreensão desses obstáculos e das múltiplas exclusões na vida de mulheres negras. Mas não só. Muniu-se em capturar ó como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso de uma mulher negra (CRENSHAW, 2002 a, p. 8).

Crenshaw investiu numa teoria pautada nas variáveis múltiplas e silenciadas, na maioria das vezes, que bloqueavam o sucesso e o deslocamento das péssimas condições de vida pelas quais estavam marcadas boa parte das mulheres negras. Percebia, ainda, o racismo

e o patriarcado, como barreiras sociais que impediam o acesso justo e igualitário às políticas de igualdade racial e de gênero, já que elas eram universalistas, ou seja, beneficiavam a todos, o que mantinham as mulheres negras em condições sempre desvantajosas. Vejamos, na sequência, como a autora construiu seu argumento, desconstruindo, inicialmente, a noção do suposto sujeito universal advinda dos esforços realizados pelos Direitos Humanos e incorporado tanto pelos movimentos sociais da época quanto pelas políticas de governo norte-americanas:

A prática dos Direitos Humanos no campo do gênero, por exemplo, desenvolveu-se afirmando que ós direitos das mulheres são direitos humanosô. Isso reflete o fato de que, tradicionalmente, o entendimento era que quando as mulheres vivenciavam situações de violação dos direitos humanos, semelhantes às vivenciadas por homens elas podiam ser protegidas. No entanto, quando experimentavam situações de violação dos direitos humanos diferentes das vivenciadas pelos homens, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam o que fazerô (CRENSHAW, 2002a, p.9).

O mais interessante nesse processo de observação das discriminações plurais e de não-observância das diferenças desenvolvido por Crenshaw, não era apenas por se tratar de uma circunstância pessoal de suas observações, mas que essa realidade de múltiplas opressões atingia boa parte das mulheres negras. Questionando as convenções dos Direitos Humanos, inscrevia um campo conceitual que evoluiu de uma observação pessoal para uma teorização das interseccionalidades. Suas análises amadureceram à medida que ela teceu um movimento de observar os obstáculos materiais, simbólicos e sociais aos quais estão expostas as mulheres negras, desde uma micro, até a macropolítica das relações de poder e saber. Desvantagens em nível estrutural efetivavam uma série de obstáculos que se institucionalizavam no acesso das mulheres negras a progressos de vida que, numa sociedade de economia capitalista e patriarcal, caracterizam-se pela ocupação laboral, faixas salariais, estudo, moradia, transporte, etc. de condições subalternizadas.

A autora se utiliza de um caso emblemático de uma seleção de emprego para cargos como secretárias para a empresa General Motors. Nesse exemplo, comprova-se, através dos esquemas do processo seletivo, os diferentes mecanismos estruturais que impediam mulheres negras de acessar essas referidas vagas, que estavam longe de ter prestígio social, mas que poderiam oferecer em algum nível, direitos formais de trabalho.

O termo óboa aparênciaô, apesar de não ser utilizado e/ou não ser diretamente mencionado na chamada para a função, barrava material e simbolicamente, o acesso das mulheres negras, já que elas não faziam parte do padrão estético de beleza. As candidatas

negras, por exemplo, queixavam-se de discriminação tanto de raça quanto de gênero, indicando que, embora houvesse cargos disponíveis na referida empresa destinados a homens e mulheres, as negras não se encaixavam: Um, no perfil para a linha de montagem, em que apenas homens eram contratados. Dois, para trabalho interno como no cargo de secretária em que apenas mulheres brancas, de óboa aparência, pleiteavam tais vagas. As mulheres negras que denunciaram a empresa por racismo e machismo perderam a causa, visto que para a justiça não foi possível comprovar concretamente os fatos denunciados. Um episódio como esse, acena para o cotidiano da vida das mulheres negras em sociedades racistas, machistas, patriarcais e capitalistas.

Como centro de sua tese de doutorado em 1989, Crenshaw cunhou o termo *interseccional* como estatuto teórico-político – não podemos nos esquecer que ela, dentre inúmeras intelectuais, é ativista – para junto a outras intelectuais negras e ativistas conceberem que não se poderia privilegiar uma opressão em detrimento de outras, nem mesmo valorar qual opressão incide ou é mais forte. Seu conceito principia sobre as bases de que a interseccionalidade é:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002a, p. 177)

Salientar que dois ou mais eixos de opressão fazem parte de um pensamento negro interseccional é ocupar um cerne que está muito além daquilo que um pensamento paradigmático padrão é capaz de desenvolver. O argumento da interseccionalidade encontra ressonância e elementos de complexificação no pensamento desenvolvido por Audre Lorde (1981, 1983). Com ela, conjuga-se outras categorias de articulação no desenho dessa dinâmica interseccional. Por exemplo, o fato de ser mulher negra e lésbica fez com que ela colocasse no epicentro da teoria esses três eixos de opressão sem excluir, contudo, outras categorias como, etnias, território, geração, etc. O que define a interseccionalidade é o cruzamento de opressões e não a hierarquia deles. Ainda em Crenshaw (2002 b, p.177), a pauta da interseccionalidade converge para uma problematização que visa a capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de opressão, oferecendo ênfase ao quanto os sistemas racistas, patriarcais, de classe, e tantos outros com foco nas discriminações criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

O esboço da produção intelectual de mulheres negras é construído na interface de vetores pessoais e coletivos, sociais, políticos e ético. Nesse aspecto, tanto Lord quanto Crenshaw expressam que a interação e multiplicidade de opressões não se encerram facilmente à medida que são elencadas e percebidas. A teórica negra Patrícia Hill Collins (2000, 2016) traz à tona aspectos da teoria que reiteram os trabalhos desenvolvidos por Crenshaw e Audre Lorde. Para ela, é impossível óseparar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtorasô (COLLINS, 2016, p. 101). O pensamento de Collins é muito esclarecedor e centra-se na força que a teoria feminina negra opera: para ela, há uma emergência da óliteratura multidisciplinarô e nela, intelectuais negras forjam parâmetros de atuação e teorização específicos.

Na concepção de Collins mulheres negras, não apenas tem suas opressões cruzadas, como isso implica em um posicionamento crítico e reflexivo posicionado dialógica e dialeticamente. Ora, salienta Collins, o trânsito histórico por diferentes eixos de opressão conferiu às mulheres negras uma capacidade igualmente polivalente na compreensão dos processos sociais. Ela cita que, apesar das imagens estereotipadas e negativas dirigidas as mulheres negras, elas, em sua maioria, adquiriram uma posição de leitura/observação do mundo de 360 graus.

O fato de cruzarem regiões geográficas distintas entre a casa e o trabalho, o fato de serem mães, donas de casa e estarem nas igrejas concedeu-lhes uma perspectiva de mundo e ponto de vista bastante amplo e complexo. Não é interesse de Collins óheroicizarô essa condição das mulheres negras. Contudo, ela sinaliza que essas múltiplas opressões vêm acompanhadas e, é igualmente importante destacar, de múltiplas ocupações, e que mulheres negras podem utilizar como estratégia de subversão e autoproteção o silêncio, perante determinados grupos dominantes. A autodefinição e autoavaliação constante de suas experiências, colocam-nas num lugar que pode ser lido pelo pensamento dominante como à margem, *outsider within*, ou as óforasteiras de dentroô, mas é justo por essa posição e trânsito que mulheres negras questionam, valorizam e defendem uma forma peculiar de perceber a realidade e seus pontos de vista, circulando desde a periferia até o centro de uma sociedade e vice-versa.

Além disso, como destaca a autora, a *outsider within* desenvolve ainda uma capacidade de olhar de dentro para fora e de fora para dentro. Não esquecendo ainda, que o patriarcado forjou um modelo de feminilidade padrão no qual os corpos das mulheres negras escapam e questionam. Por esse motivo, suas falas são frequentemente vistas como nãoódoceis

e indisciplinadas. Frequentemente, seus corpos e vozes são descritos e definidos como hostis e raivosos.

Isso decorre de uma contra conduta utilizada por essas mulheres ainda quem sempre consciente. Uma outra explicação, desenvolvida por Audre Lorde (1981) em *Usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*, é que há alguns mecanismos de defesa em pessoas brancas acionados quando escutam mulheres negras, daí como recurso de defesa do inconsciente, uma culpa introjetada e mal-elaborada é projetada naqueles que acionaram tal sentimento. Nessa questão, é importante destacar que o seu centro guarda uma intensa disputa de linguagem e discursos que engendram uma articulação de pensar, perceber e denunciar as múltiplas opressões, e o modo como socialmente podem ser interpretadas pelos/as brancos/as.

Para Brahe Phoenix (2004, p. 75) *ó dentro dessas estruturas de relação social não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas*. O seja, são mulheres camponesas, imigrantes, classe trabalhadora, acadêmicas, entre outras possibilidades de existência. Para cada um desses marcadores, haverá especificações de suas condições sociais que permitirão, ou não, ter acessos mais ou menos viabilizados aos espaços

e disputas de poder.

Reconhece-se ainda, a importância da intersectorialidade para impulsionar novas formas de pensar a complexidade e multiplicidade das relações de saber e poder na conjugação desses diferentes eixos de subordinação. Por outro lado, Brah (2006) amplia esse espectro de discussão e propõe uma reflexão a partir da ferramenta analítica das *ó categorias de articulação*. Para além de raça, gênero e classe ela engendra pensar a identidade como alguns dos sinais contingentes para a experiência das mulheres negras.

À maneira de Brah, o mais importante na mobilização dessas categorias é não localizá-las como fixas. O desafio coloca-se no esforço contínuo de não essencializar uma ou outra forma de opressão, mas poder, em lugar disso, formular estratégias de enfrentamento, *ó todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e se articulam* (Brah, 2006, p. 48).

A seguir, veremos como as noções de complexidade trabalhadas por Edgar Morin (1996, 2002) subsidiaram uma perspectiva que me concedeu conexões e aberturas relevantes para a compreensão de uma epistemologia negra marcada pelo pensamento interseccional de aporte complexo.

3.4 Paisagem 4: A interseccionalidade como caminho do pensamento complexo

Subsidiaram-me de início e me inspiraram na observação dessa paisagem, as epistemologias da complexidade, propostas de Edgar Morin (1996, 2002). Para o autor, a complexidade configurou uma importante ferramenta de trabalho, pois possibilita pensar os fenômenos sob a ótica dos paradigmas controversos, contraditórios e não-neutros. Um operador analítico a dialogar não com as certezas, mas com as possibilidades de articular pensamentos e eixos aparentemente ódisjuntivos e não comunicantesô (MORIN, 1996. p.7).

Segundo esse mesmo autor, ao assinalarmos que uma questão é complexa, assumimos, dessa forma, uma postura científica de não absolutismos e certezas. Designa-se, portanto, como complexo, não apenas o conjunto de objetos de interesse das ciências humanas e sociais, mas todos os aspectos que envolvem a construção do conhecimento científico. Atribuir o termo complexo aos nossos modos de observar e analisar os fenômenos implica um posicionamento, segundo o próprio Morin (1996), de que

se existe um pensamento complexo, este não será um pensamento capaz de abrir todas as portas (como essas chaves que abrem caixas-forte ou automóveis), mas um pensamento onde estará sempre presente a dificuldade. No fundo, gostaríamos de evitar a complexidade, de ter ideias simples, leis simples, fórmulas simples, para compreender e explicar o que ocorre ao nosso redor e em nós. Mas, como essas fórmulas simples e essas leis simples são cada vez mais insuficientes, estamos confrontados com o desafio da complexidade. (MORIN, 1996, p. 274)

Encaramos o desafio de encontrar meios teórico-analíticos para subsidiar a produção de narrativas para mulheres ativistas e/ou feministas nas cidades de Maputo e Recife, tendo como foco privilegiado de observação os modos como elas operam e constituem suas lutas cotidianas e de militância, mas não só. Realizamos uma busca que conciliasse teoricamente os dois campos. O fato de eu mesma não ser uma pesquisadora negra e/ou africana erigia frequentemente um campo de forças que apontava para essas diferenças e para as quais eu não poderia/deveria fechar os olhos.

Do mesmo modo, se o meu interesse em questões de cunho étnico-racial e feminista assumia variadas nuances, entre as interlocutoras e eu, acontecia o mesmo. O exercício de observar as sutis contrações figurava, por vezes, numa ansiedade de minha parte, mas revelava partes originais e potentes do estudo. Cito como exemplo a minha presença e circulação em alguns espaços de militância em Recife que no princípio operava uma resistência em compreender a importância desse apontamento por parte das entrevistadas. Porém, logo depois, investi numa análise mais aprofundada da materialidade dos corpos, não apenas o meu, mas de todo o corpo do estudo, e no quanto esse aspecto revelava uma matriz geradora das epistemologiasnegras.

Como construir um solo teórico que alcançasse as experiências distintas encontradas nos dois campos e entre os dois campos e eu? Como já disse, teria de dialogar com as diferenças fenotípicas e raciais frequentemente observadas. No campo Maputo, era vista como a pesquisadora não-africana, e em Recife, como a pesquisadora não-negra. Isso configurava uma marcação importante não apenas em nível físico, mas também subjetivo, e na formação das relações.

Meditar sobre essas ações-questões, contrair suas diferenças e ambiguidades, colocou-me perante potentes situações. Conforme sinaliza Bachelard (1937, p. 14), o tempo das hipóteses desconexas e móveis passou, como passou o tempo das experiências isoladas. Nesse sentido, Morin (1996, p. 274) dá continuidade às intenções bachelardianas e alerta: o mundo está realmente isolado no universo e tudo está em relação. Tanto as contribuições de Bachelard (1937), quanto as atualizações feitas por Morin (2002, 1996), evidenciam algumas das preocupações do presente capítulo: oferecer uma leitura articulada e problematizada com os diversos vetores e agenciamentos que a produção de conhecimentos opera num processo de escrita, com uma atenção plena aos interesses visíveis e ocultos presentes nas inscrições de um texto.

Assim sendo, reconhecemos as especificidades dos nossos campos de trabalho e negamos a possibilidade de alcançar a totalidade de sua compreensão. Esse posicionamento se pauta numa estratégia de conhecimento enviesada,

para extrair uma informação a partir de alguns indícios esparsos, alguns fragmentos provenientes do ruído. É a aptidão para representar uma possibilidade, um acontecimento, uma oportunidade, um risco. A estratégia do conhecimento trabalha, por um lado, a partir das redundâncias (repetições, regularidades, princípios de ordem), por outro lado, a partir do ruído e do aleatório, para reduzir a incerteza sem deixar de conceber a complexidade (MORIN, 2002, p.22).

Um campo construído a partir e através da contra-hegemonia e do contra poder, de uma perspectiva, por vezes nomeada de outras inapropriadas. Ou seja, de um conhecimento construído por feministas negras, latino-americanas e africanas, sobre seus modos singulares e subjetivos de edificar o saber, balizado em pilares éticos, estéticos e políticos. Como expressa o fragmento a seguir:

otras inapropiadas/inapropiables, desubicadas de las cartografías occidentales y modernas de la política, de la identidad, del lenguaje, del deseo; desbordando las categorías claras y distintas, las promesas de pureza y separación; proponiendo nuevas geometrías posibles para considerar relaciones atravesadas y constituidas por *diferentes* diferencias. Otras inapropiadas/inapropiables que nos urgen a hacer *feminismos desde y atravesados por las fronteras* (hooks, et al, 2004, p.09).

A escolha dessa perspectiva, alinha-se com as complexidades, multiplicidades e os pertencimentos intercambiáveis encontrados nesse trabalho. Conformando um painel caleidoscópico, contemplando diferentes diferenças em sua composição que se fazem e se refazem num plano contínuo.

Nosso investimento em intelectuais/interlocutoras mestiças, negras, lésbicas, periféricas, latino-amefricanas alinhavavam, em certa medida, suas experiências de vida em que se conjuga várias formas de opressão. Se, de um lado, as narrativas que ouvimos denunciavam as assimetrias sociais e de poder (hooks, 2004), de outro, a eleição de uma episteme negra apontava inúmeros eixos de subordinação a que estas, as inapropriadas⁶³, estão expostas. Isso caminha para uma complexa intersecção entre as diferentes variáveis de opressão que constitui boa parte da experiência de mulheres colocadas às margens, nas fronteiras do globoterrestre.

Desse modo, seria impossível não sinalizar o quanto a ciência ocidental foi erigida sob estruturas racistas e patriarcais. Coube às mulheres negras, acadêmicas ou não, através de suas lutas políticas na construção de mecanismos sutis ou não, forjar outros núcleos de pensamento e orientação no mundo fora dos quadrados brancos e heterossexuais. Suas balizas constroem símbolos e significados a partir de si mesmas e transgridem à medida que questionam os cânones vigentes.

Em sua forma de pensar os sistemas e na feitura de suas próprias balizas, mencionam ancestrais, escrevem em primeira pessoa e não se constroem de eleger vivências de âmbito particular. A epistemologia negra agrega-se a fatores sutis e subjetivos. Mudam de nome, quando a apropriação deste subverter esquemas, e normas, sejam elas linguísticas, ou científicas. Experimenta-se e re-experimenta-se na prática e na teoria. As fronteiras do dentro e fora, do objetivo e subjetivo, observável e não-observável serão também confrontadas e assumidas na forma de uma permeabilidade instável. Até mesmo nomes de batismo podem ser transgredidos e subvertidos se for para cumprimento de uma função de desmantelamento de um óstatusquo⁶⁴.

⁶³ Esse termo faz alusão à produção ótras inapropiablesô com autoria de hooks et al (2004). Neste, demarca-se o lugar de fala de quem a propõe, qual seja: das ómulheres de fronteirasô colocadas à margem da matriz de dominação. A obra salienta a diversidade de experiências das mulheres e investe-se nos diferentes pontos de vista possíveis para análise de um fenômeno, interseccionalizando-o como vetor que facilita a sua compreensão.

⁶⁴ São muitos os exemplos na epistemologia negra aqui utilizada que incorporam diferentes formas de expressão e estilo na hora de escrever. Sojourner Truth, bell hooks (em minúsculo mesmo) e Prathiba Paarmar são apenas algumas amostras. As duas primeiras modificaram seus nomes de assinatura como meio de inscrever afetiva e politicamente suas principais ideias. Sojourner Thuth utilizou em espaços públicos o codinome óa

Os passos trilhados nessa caminhada, seja a partir das militantes desse estudo, seja a partir da eleição de intelectuais negras, óvem de longeô (Werneck, 2010). E, conforme reflexão da autora, é preciso ósensibilizar para a origemô, historicizar e resgatar todo o passado quilombista de luta e resistência. Essa forma peculiar de ser e fazer-se das militantes terminou por traçar linhas em nosso trabalho que pretendeu corresponder aos seus modos de vida. Vida como acontecimento e obra de arte, numa compreensão Deleuziana (1992); uma escrita embasada nas fronteiras da desterritorialização, diferença emultiplicidade.

Nessa tônica e apresentando uma proposta de sequência enfatizo a gestação e fundamento do feminismo negro no campo brasileiro.

3.5 Paisagem 5: O feminismo negro no palco da história: direcionamentos basilares do contextobrasileiro

No contexto brasileiro, a *herstória*⁶⁵ do movimento feminista negro tem um marco a partir do final da década de 1970 e maturou no decorrer da década de 1980. O feminismo negro, em terras e conjecturas brasileiras, recebe influências do berço⁶⁶ norteamericano e britânico e, em território brasileiro, desenha seus próprios termos direcionado para as próprias especificidades, engendrando uma força com vertentes singulares e inéditas (MOREIRA, 2007, 2012).

O esboço das estratégias e experiências políticas foram diferentes do feminismo branco liberal e edificou-se distintamente. Os lugares geográficos, políticos e sociais das mulheres negras conduziram suas perspectivas, de acordo com os meandros desses espaços. Não existe, porém, um feminismo negro no singular e de pautas unificadas, sendo a ideia de mulheres como bloco monolítico duramente criticada por feministas negras. É possível, portanto, pontuar algumas similitudes nessas críticas. Por exemplo, a contestação das matrizes de dominação patriarcais e das epistemologias hegemônicas, bem como dospapeis

peregrina da verdadeô. bell hooks, foi batizada por seus pais como Gloria Atkins e em sua voz de escritora homenageia a bisavó materna e pede que seja citada em letras minúsculas por achar que a substância de seus textos deve pesar mais que seu nome. Essa escolha, contudo, não deixa de questionar, evidentemente, os padrões cultos das normas gramaticais. A última, Prathiba Parmar, conformava em seus escritos várias vozes e discursos, transitava entre a escrita acadêmica convencional, ao mesmo tempo que dialogava com os textos de seu interesse. Dialogou com um pseudônimo de June Jordan, com o qual ordenava e reordenava a ordem dos regimes de verdade instituídos. As fotografias foram ainda um instrumento de combate e discussão teórica-política por ela empreendidos.

⁶⁵ Expressão pela qual têm optado algumas feministas negras. Significa óa história delaô, questionando o androcentrismo, já que ôhisô é pronome masculino (COLETIVA DO RIO COMBAHEE: DECLARAÇÃO NEGRA FEMINISTA, 1977).

⁶⁶ Na intenção de fazer uma genealogia, traçamos, a partir de algumas intelectuais negras brasileiras, um marco do pensamento feminista negro no Brasil. Obviamente, essas referências não são engessadas e representam apenas um ponto de partida para pensar a questão (MOREIRA, 2007; BRITTO, 2012).

secundários que se atribuíam às mulheres negras tanto no feminismo branco quanto no movimento negro (MOREIRA, 2007).

Ainda por volta da década de 1980, a organização de mulheres negras integrava algumas representações no feminismo branco e no movimento negro unificado (MNU), embora ainda não se nomeassem como feministas negras. Foi no decorrer dessa década e do subsequente processo de maturação e crítica, que surgiu um posterior reconhecimento e adequação do termo.

Para Núbia Regina Moreira:

O movimento de mulheres negras, ou a organização das mulheres negras brasileiras [...] é fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista e é também o espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes das demandas étnico-racial e de gênero. É na condição de militantes do interior do movimento negro que algumas mulheres começaram a questionar o papel secundário reservado a elas nos rumos da administração e das deliberações das atividades que compunham o movimento. (MOREIRA, 2007b, p.3)

No interior dessas disputas políticas e da dificuldade de inserir pautas próprias ou ocupar cargos de direção, Bairos (1995) salienta que se estabeleceu uma insatisfação surda. Surge, então, por parte das mulheres e dos homens, uma sensação de ameaça. No espaço em que eles se sentiam livres de concorrências e a salvo de obstáculos, as mulheres passaram a pontuar gênero como categoria fundamental a elas, com a escrita dos próprios códigos e a negação ao trefismo. As mulheres negras caminhavam para uma linha de força e potência no enfrentamento interseccionalizado de suas questões: raça, classe e gênero como categorias fundamentais não só relativas à experiência de vida delas. Para além disso, tais categorias apresentavam um desenho do cenário brasileiro e de suas práticas sociais desde as mais simples às mais complexas dinâmicas.

Com enfoques no pensamento ã teorização - e militância, as atrizes sociais dotaram-se de contingências e traçaram suas estratégias de visibilidade, resistência e autonomias.

Caldwell (2000) vai trabalhar na linha histórica de que as pesquisas no Brasil sobre mulheres quase nunca referenciaram a questão raça até a década de 1970. Ela vai apontar ainda que a articulação entre gênero e raça não foi presente no movimento feminista tradicional, dentro ou fora da academia. Tece também uma crítica à lentidão das feministas brasileiras quando compara a evolução dessa discussão por parte das feministas norte-americanas.

A autora indica, no ano de 1975, um evento de extrema importância para o reconhecimento das diferenças das experiências entre mulheres erigidas pela raça. No

Congresso de Mulheres Brasileiras, que tomou lugar em julho daquele ano, foi apresentada uma declaração negra feminista brasileira. Tal instrumento operou como importante referência do reconhecimento formal da diversidade das experiências vividas por mulheres brancas e negras. O Manifesto apontou para o papel da dominação racial nas vidas das mulheres negras, chamando atenção, em especial, para os legados deixados pelo sistema colonial, em que a violência sexual incidiu fortemente sobre as mulheres negras e engendrou a ideia da mulata, um produto brasileiro utilizado para exportação (CALDWELL, 2000).

O Movimento de Mulheres Negras (MMN), uma das primeiras organizações oficializadas de mulheres negras no Brasil, surgiu em 1978 e centrava suas lutas nas especificidades decorrentes da mulher negra: o lugar das hierarquias sociais de raça, gênero e classe como importantes vetores para se compreender as redes de relações políticas, econômicas e afetivas da vida dessas mulheres (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Para Núbia Moreira Lima (2007), os desdobramentos dessas lutas e as relações com o movimento feminista branco tem dois importantes marcos teóricos. O primeiro, no ano de 1979. Quatro anos depois do Congresso Nacional, aconteceu o Encontro Nacional de Mulheres e outro Manifesto das Mulheres Negras continuava a demarcar as diferenças e diversidades raciais

O manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto à dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto à dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual. (CALDWELL, 2000 apud MOREIRA LIMA, 2007, p. 97).

O segundo foi em meados da década de 1980, no III Encontro Latino-americano ocorrido em Bertiooga, 1985. A aproximação objetivava fortalecer e estabelecer alianças com o movimento de mulheres não-negras e feministas brancas. Nele, um fato curioso e bastante emblemático ocorreu e mostrou de forma material e subjetiva, a desvantajosa situação de vida das mulheres. Segundo levantamento feito por Núbia Moreira Lima (2007), nesse encontro, havia 850 mulheres participantes e, do montante, 116 declararam-se pretas ou pardas. Um ônibus lotado de mulheres negras seguiu do Rio de Janeiro rumo a Bertiooga sem ter pago a inscrição e reivindicando o direito a participarem do evento, o que gerou uma saia justa aos/as organizadores/as e permitiu uma discussão calorosa e inicial do quanto as pautas das mulheres negras não eram contempladas em eventos como aquele. De maneira direta, mulheres negras

reelaboram constantemente a pergunta norteadora desse campo: de que mulheres estão falando, quando falam mulheres?.

Houve ainda, no ano de 1988, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, na cidade de Valença, Rio de Janeiro. Nele, 450 militantes de 17 estados brasileiros estiveram presentes. Foi sendo desenhada, sobretudo no final da década de 1980, uma identidade do feminismo negro no Brasil. Um pouco mais amadurecidas, essas militantes mesmo na formação de suas alianças com o feminismo branco e movimento negro, começavam a escutar e modelar a própria voz. Uma voz que havia sido obscurecida inclusive pelos lugares onde era estratégico construir alianças.

Para Núbia Regina Moreira,

Esse encontro aponta para a construção da visibilidade e da representação da organização das mulheres negras frente à sociedade, ao movimento negro e ao feminismo; sendo esses dois últimos considerados como os espaços de aprendizagem política da maioria das militantes. Contudo, do ponto de vista da organização das Mulheres negras, o entendimento e a inter-relação de raça, classe e gênero tem sido objeto de um debate cheio de obstáculos. (MOREIRA LIMA, 2007b, p. 4)

A luta do movimento feminista e a participação das mulheres negras se deu em decorrência da capacidade de articulação dessas intelectuais agenciarem uma agenda em dois movimentos: movimento negro unificado (MNU) e feminista. A presença das mulheres negras foi assim construída: mediante a pauta da conjugação das linhas de opressão que constituía a vida delas. Na década de 1970, em especial, e princípio da de 1980, ascendeu-se um campo do feminismo negro brasileiro, o qual pode-se intitular óafrolatino-amefricanoô, inspirado para ações políticas feministas descolonizadoras e conectado com as mulheres da diáspora e de outros continentes com experiências da colonização.

Essa formulação de um feminismo baseado na interseccionalidade e afrodiásporico ou afro-latinoamericano principia de estratégias políticas para enegrecer o feminismo e os discursos na diáspora. Lélia Gonzalez foi pioneira não apenas por pensar a situação da mulher negra, mas por também questionar, com uma potência questionadora, o *status quo* da sociedade brasileira. Como acadêmica, ela contestou o uso da linguagem formal como estratégia simbólica de manter afastadas dos centros acadêmicos, as pessoas simples. Projetou, portanto, uma maneira de escrever e falar que pudesse atingir camadas menos escolarizadas da sociedade brasileira. Sua crítica desmantela e questiona a escrita colonizada e colonizadora com a qual a academia brasileira estava habituada.

Lélia desenvolveu um trabalho centrado na problematização de um legado colonial, que tipifica a mulher negra em três estereótipos: a boa mãe, antiga mucama exímia cuidadora de si e dos outros, a mulata, projeção do inconsciente do branco, o desejo reprimido por um corpo e vida sexual exuberantes, e a empregada doméstica, reedição do mito da boa mãe e cuidadora numa estrutura capitalista. A ordem das coisas ou, ódiscurso dominanteô conforme nomeia Lélia Gonzalez, quer manter-se a operar de modo inalterado, usufruindo de seus privilégios históricos e imutáveis, colocando a subjetividade da mulher negra como a opulência de um corpo que cuida dos outros e da casa, que faz sexo sem pudores⁶⁷, mas sempre a desqualificando sua capacidade mental e de abstração.

As formas de constituição social que as contemplou, aniquilou suas subjetividades e exigiu, por parte delas, sobretudo um enfrentamento desde o período colonial até os dias atuais (PACHECO,2013).

Sueli Carneiro apresenta-se no cenário brasileiro de forma bastante contundente reafirmando e tecendo o mesmo campo de lutas encabeçado por Lélia González e Luiza Bairros. Na perspectiva de Sueli Carneiro:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração das políticas demográficas; na caracterização da agressão contra a mulher introduzindo o conceito de violência racial como um aspecto determinante das formas de violência sofridas pela metade da população feminina do país que não é branca; na incorporação das enfermidades étnico-raciais ou as de maior incidência sobre a população negra, fundamentais para a formulação de políticas públicas na área da saúde; ou introduzir na crítica aos processos de seleção do mercado de trabalho, o critério da boa aparência como mecanismo que mantém as desigualdades e os privilégios entre mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2009,p.5)

Com esta proposta, a autora adensa e complexifica a forma de interpretar as vivências cotidianas de mulheres negras da diáspora. Para a autora, enegrecer o movimento feminista reverbera-se numa ação utópica e de esperança extremamente necessária para que o mundo encontre algum dia a liberdade de verdade. Nas suas palavras:

A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser isoladamente negro, sem mulher sem ser isoladamente mulher, ser mulher negra sem ser isoladamente mulher negra. Obter a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades além de sua

⁶⁷ Essas imagens congeladas ou de controle da mulher negra (COLLINS, 2000), e os estereótipos que tipificam a mulher negra brasileira como a mulata, a boa mãe e a empregada doméstica (GONZALEZ, 1983) serão melhor trabalhados na parte analítica deste trabalho.

condição de raça e gênero. Este é o sentido final da luta (CARNEIRO, 2009, p.5).

Não abrindo mão do contexto histórico em que pese a experiência da mulher negra como a dupla antítese da masculinidade e da branquitude, a sub-representação, numa sociedade patriarcal e racista, é antítese: o Outro do Outro (KILOMBA, 2010).

No esteio dessa discussão, Sueli Carneiro (2009) segue em linha de raciocínio semelhante e argumenta:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: exige-se boa aparência. Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde (CARNEIRO, 2009, p.2)

De que mulher estamos falando? Esta é uma pergunta que sempre volta aos discursos de gênero no feminismo negro. A interrogação feita por Sueli expressa um sentimento coletivo que interpela de forma retórica e irônica as teorias de gênero advindas do feminismo branco hegemônico. Para Mercedes Jabardo (2012), essa provocação das mulheres negras segue um curso de reclamação e desconstrução permanente e atual, que possibilitou ao grupo não só questionar como pensar nos próprios termos.

É possível perceber que a luta das mulheres negras no Brasil passa pelo resgate histórico de toda a violência colonial e confronto com suas posteriores heranças. O mito da democracia racial até hoje presta desserviço a essa população, exigindo de suas intervenções uma incansável contextualização histórica para tentar reparar os danos que essa construção trouxe às mulheres negras. O racismo, sexismo e heterossexismo, entre outras opressões, coloca-as sempre numa posição de desvantagem. Nas palavras de Núbia Moreira Lima (2016), há uma estrutura cognitiva brasileira que trabalha para dessubjetivar e aniquilar

simbolicamente as ações de mulheres negras. Nessa estrutura, há uma cristalização atualizada dos estereótipos negativos, já endossados por Gonzalez (1984), sobre a tipificação da mulher negra: a da boa mãe, a mulata gostosa visibilizada no carnaval e a empregada doméstica.

Pode-se perceber as designações de um feminismo negro brasileiro afinado entre suas principais propulsoras. Admitindo-se ainda, vários redimensionamentos dessa base, Sonia Beatriz Santos (2008) identifica pelo menos cinco deslocamentos possíveis do feminismo negro:

- Afrolatinoamericano;
- Afroamericano;
- Afro-Caribenhos;
- Mulheres negras britânicas. As derivações surgem mediante as especificidades e vida dessas mulheres;
- Africanos.

É deste último desmembramento, o dos feminismos africanos, que me dedico adiante. Mas, antes, apostamos na importância da compreensão de um conceito muito caro ao contexto africano e que está diretamente relacionado ao feminismo africano: a discussão de teorias e das relações de gênero.

Como o meu percurso em Moçambique se deu entre passagens pela universidade e vivências de campo junto a feministas africanas, traço a seguir, um caminho semelhante. Primeiro, dando visibilidade e discutindo as teorias de gênero no contexto afro-moçambicano. Segundo, partindo para as epistemologias de base feminista e africana que, juntas, subsidiarão minhas posteriores análises das narrativas de militância de *Lá*.

3.6 Paisagem 6: Gênero em Moçambique: entre teorias e experiências

Na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, cursei duas disciplinas fundamentais para a discussão que segue: *Ó Pensamento Político Africano* e *Ó Gênero e Poder Público*. A segunda disciplina, em especial, ministrada pela professora Isabel Casimiro, suscitava debates teóricos e políticos para a questão de gênero, mas também contava com a participação de diferentes ativistas, sobretudo, de feministas africanas. A disciplina em si objetivava cartografar o hibridismo entre gênero, poder público e feminismos em Moçambique.

Baseada nos fluxos facilitados por essa disciplina, conheci e mais tarde entrevistei algumas dessas feministas. Bem como, e não menos importante, para a minha compreensão de gênero em Moçambique, essa disciplina propiciou as relações mais estreitas que estabeleci

com mulheres e homens moçambicanos, sobretudo esses últimos. As relações estabelecidas, a etiqueta de como funciona a sala de aula e o que faz dos homens os chefes de turma fizeram com que eu sentisse na própria na pele exemplos de algumas dinâmicas hierarquizadas, horizontais e patriarcais de gênero, que revelavam não apenas o desenho das relações confinadas à sala de aula, mas das próprias dinâmicas de gênero imbuídas naquelas relações. Resquícios dos impactos duplos ou triplos deixados de herança pelo governo colonial-fascista português. Conforme os trabalhos de Isabel Casimiro (1986, 2001, 2004, 2014), as opressões desse tempo se expressam por diversas heranças: do patriarcado, do colonialismo e do machismo.

Para seguir alimentando o debate em torno de gênero que acompanhei em Moçambique, proponho, como um dos principais panos de fundo dessa perspectiva, os conhecimentos e vivências que adquiri através da disciplina *Gênero e Poder Público*, conforme já disse antes. Na descrição do programa entregue no primeiro dia de aula, constava entre seus principais objetivos atentar ao:

Gênero como categoria analítica foi e continua a ser o resultado duma interrogação feminista no sentido de melhor esclarecer o mal-estar das mulheres no mundo. Trata-se duma procura que caminhou e que continua a caminhar no sentido de interrogações, visibilizando e denunciando as experiências de discriminações das mulheres, e ao mesmo tempo provocando uma revisão radical dos pressupostos universalistas e naturalistas que caracterizam a academia. Pretende-se que esta disciplina seja um espaço de reflexão sobre as lógicas subjacentes às desigualdades de gênero e poder, através da discussão crítica destes conceitos na sua dimensão analítica, na sua relação com as políticas de desenvolvimento, as políticas públicas e de igualdade de gênero em Moçambique (PROGRAMA DA DISCIPLINA GÊNERO E PODER PÚBLICO, 2014).

A disciplina visava traçar um panorama global e local das relações de gênero em Moçambique, mas superou essa problematização. Faço a seguir uma caracterização dos principais pontos da discussão de gênero na especificidade moçambicana sempre entrelaçada com uma linha muito tênue entre gênero e feminismos.

A disciplina se dedicava, num primeiro momento, a fazer uma revisão teórica e clássica das teorias de gênero, passando por autoras como Simone de Beauvoir (1980) em *O Segundo Sexo* e das problematizações decorrentes da obra como *Ó não se nasce mulher, torna-se*, assim como as teorizações da historiadora Joan Scott (1989, p.86), em que: 1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Desse entendimento podíamos compreender que gênero não está necessariamente no corpo,

mas no modo como ele é percebido a partir de significações culturais, sociais e de relações de poder entre homens e mulheres.

A parte mais interessante, a meu ver, foi aquela em que se estudou textos de intelectuais locais e do continente africano. Tivemos a oportunidade de discutir tais textos junto com intelectuais, feministas, e ativistas diversas. Boa parte delas eram autoras do material estudado, o que nos permitia problematizar, dialogar e discordar dos textos junto a elas. Sobre essa possibilidade, uma colega brasileira pensava: ógente, isso é como estudar com as pessoas que escreveram os livros, você pode questionar direto com as autoras, isso é muito forteô (Caderno de Campo, 19.08.2014).

Não vou me dedicar, portanto, a uma reflexão dos textos mais globais do programa da disciplina, mas me deterei a esboçar os fundamentos que sustentam o olhar mais específico e local do gênero: aqueles em que autoras e ativistas compareceram em sala de aula para problematizar a realidade de gênero em Moçambique.

De modo muito semelhante às feministas negras, teóricas africanas, em sua maioria, feministas, teciam uma dura crítica ao conceito de mulher construída por Simone de Beauvoir (1980), de igual modo à crítica tecida pelas feministas negras do Brasil. A mulher a quem a autora se referia em nada refletia e se aproximava da realidade das mulheres africanas. Construímos portanto, ao longo da disciplina, um caminho teórico que dialogasse e reconhece a face *Ava Sati Va Lomu*⁶⁸.

Do global ao local: gênero no contexto e nos termos *Ava Sati Va Lomu*

A disciplina promete. Além de Isabel, há uma professora assistente, a doutora Carlota Mondlane Tembe. Doutor/doutora não é título, também não é pronome de tratamento aqui em Moz (apelido carinhoso e como os alunos se referem ao país). Mas é antes de tudo, uma forma respeitosa de chamar as professoras. Indica também os esforços do país e o alto valor atribuído a educação formal. A diferença entre óser alunoô e óser professoraô é muito grande por aqui. Essa verticalidade das relações se estenderia a outras relações? Essa distinção tão marcante entre quem ensina e quem aprende, quem manda e é mandado, se estende a outras relações? Será que esta lógica se aplica às relações de gênero também? Na nossa sala há um secretário de turma. Ele recolhe os textos, faz chamadas, ele manda... Além dele, há uma vice-secretária (ela obedece?). Isabel, por outro lado, desbaratina essa lógica... Não obriga ninguém a chamá-la de doutora mas ela é exceção da regra: usa roupas mais leves e menos formais (Diário de Campo, 26.08.2014).

⁶⁸ São as mulheres Moçambicanas em *Changana*. É também título de uma canção cantada por uma artista popular, a Mingas. Escrita em 1915, conta a história de luta e resistência dessas mulheres da terra.

As passagens acima são excertos de meu diário de campo e revelam alguns aspectos interessantes e iniciais da minha relação com a discussão de gênero e minhas impressões das relações de gênero em sala de aula. Primeiro, observo as hierarquias no tratamento docente *versus* discente e das vicissitudes que essa relação poderia gerar. Não raro, vi olhos se dirigindo com estranhamento a mim quando me referia às/o professoras por óVocê. Estava quebrando uma regra básica, advertia-me uma colega de sala. Mas desconfiava também que os olhos que me reprimiam poderiam reprimir outra série de convenções sociais que quebravam alguns contratos sociais historicamente aceitos. Não por acaso, não podia deixar de perceber que junto à minha quebra de etiqueta, havia por parte das mulheres, um silêncio ensurdecedor na participação dialógica com a disciplina.

Um fenômeno se repetia, me inquietava a cada aula na disciplina de Isabel: apesar de frequentemente perceber posturas machistas em várias situações nos momentos de aula, como por exemplo, os homens riem quando alguma de nós [as brasileiras] ousávamos falar e argumentar sobre os textos. Era deles, ao que me parece, o direito de fazer extensas elucubrações sobre gênero. óAbsurdo! Não é bem assim como falasô dizia um deles quando certo dia chamamos a atenção de que era importante equilibrar o tempo de fala e de escuta. E que eles quase sempre tinham o que opinar e problematizar. Quanto a nós, mulheres, restava-nos ouvir (Diário de Campo, 02.09.2014).

Não devo evidentemente generalizar e dizer que esse cenário em sala de aula reproduzia as relações de gênero e poder na sociedade como um todo. Mas era impossível não perceber, e em certa medida causou-me incômodo o silêncio das mulheres em sala de aula. Que comunicação esse silêncio poderia estar demonstrando? Quando falavam, em raras situações, estavam quase sempre utilizando um tom de voz inaudível, e com frequência, disputavam com os ruídos dos homens que, não raro, interrompiam antes de concluídas as falas, e buscavam argumentos para desvalorizar/desmerecer os posicionamentos das mulheres em sala de aula.

Sempre que podíamos, eu e as outras colegas brasileiras que cursavam a mesma disciplina, fazíamos observações do tipo, óPrecisamos equilibrar o tempo de fala com o tempo de escuta, incitávamos à reflexão. Mas foi bastante frequente o número de vezes, que saímos frustradas da sala de aula por conta dos embates com os estudantes e da fragilidade dos nossos argumentos, segundo a leitura deles. Para essa disciplina de gênero, eu digo que além dos textos que caracterizavam essa conceituação, as relações em sala de aula com os homens foi um aspecto tão significativo quanto a leitura e debate dos textos. Nessa disciplina, era necessário a reunião em pequenos grupos para organizarmos seminários. A nossa entrada em dois grupos diferentes não foi fácil e tivemos que solicitar aos chefes do grupo uma

permissão. As/os alunas/os selecionavam sempre um chefe de turma, mas nas situações de seminários, havia também a eleição de um chefe dos seminários. Curiosamente, sempre presidido pelos homens.

óChefes, como assim? Não entendo bem essa dinâmica. Procuro apenas um grupo para me inserirô, eu disse. Um dos colegas me explicava que era necessário solicitar ao chefe do grupo a minha entrada. Não nos surpreendeu o fato de que os grupos (dos dois que procuramos) eram chefiados por homens. Era o chefe que dava as coordenadas do seminário: dias de entrega do resumo do texto, dias de encontro coletivo, divisão de tarefas, etc. Um deles se justificativa sobre essa dinâmica: óa culpa não é dos homens. Mas da sociedade que inventou essasregrasô.

Uma colega brasileira insatisfeita e quase transtornada ócom a sociedade que inventou essas regrasô sugeriu uma organização mais horizontal e menos patriarcal para os seminários. Nossos colegas, principalmente o secretário (ou chefe) do grupo, não se sentiram muito atraídos pela proposta. E por mais que parecesse um costume local ter sempre os homens como chefes de turma e depois, homens como chefes dos seminários, eu desconfiava que toda essa dinâmica poderia nos indicar atualidades das relações de gênero. óPaz na Terra e Guerra em Casaô (CASIMIRO, 2014) versa sobre as dinâmicas entre lutas por independência encabeçadas por homens e mulheres em Moçambique que conferiu às mulheres um estatuto de maior equidade óna letra da leiô, mas não no cotidiano delas. Constatando-se, então, uma hierarquia nas relações fortemente influenciadas pelo patriarcado (CASIMIRO, 2001, 2004, 2014; ANDRADE; CASIMIRO, 2008).

Se, por um lado, a mulher saiu de casa e foi à luta no período das independências dos países africanos, a óguerra dos sexosô em casa é uma luta ainda mais longa e perdura até os dias de hoje. A mulher avançou e disputou lugares na agenda política. No entanto, em casa permaneceu ocupando o mesmo lugar de sempre: o de mãe e cuidadora (CASIMIRO, 1986, 2001, 2014).

Uma vez confrontadas por essas relações de poder - Homens versus Mulheres -, e que por outro lado, conforme sinalizou Foucault (2005), o poder ónão se tem, se exerceô, fomos negociando (minhas companheiras brasileiras e eu) como era possível trazer mais equidade àquelas relações. Percebíamos de antemão nossa dupla desvantagem: a primeira, porque éramos todas estrangeiras (mulungus) e estávamos todas nos adaptando aos costumes do lugar. E segundo, porque éramos mulheres e, portanto, o protagonismo de nossas ações deveria estar reservado aos espaçosdomésticos.

Apesar dos conflitos em busca de equidade de gêneros, conseguimos a permissão do chefe de seminário para participarmos do grupo e darmos prosseguimento à disciplina.

Atravessamos a cidade no sentido centro (onde residimos) até o subúrbio, onde nos reunimos com nossos grupos para seminário da disciplina de Gênero e Poder Público. O local era numa igreja que um dos colegas conseguiu lá na Matola, o terminal de *Chapas* é o T3. Tudo foi comunicado a nós com muita antecedência e organização. Devemos chegar lá com os textos lidos e grifados as partes mais importantes [...] surpreendeu que apesar do machismo, que nos impôs ordens sobre a condução dos seminários, os rapazes foram muito gentis conosco. Quando chegamos no terminal já havia um deles a nossa espera. Chegamos à igreja e já estavam todos lá, as duas jovens ainda não haviam chegado. Dois grupos, dois seminários. Nos dividimos, e discutimos parte por parte dos textos. Conseguimos, gozando de uma orientação de Isabel que todas e todos falaríamos no dia do seminário. Sorteamos as ordens das falas [...] Depois de algumas horas trabalhando paramos e fomos à uma espécie de feira popular providenciar o almoço. Compramos pães e muitas *Bjias* (uma massa de feijão frito e crocante), além de refrigerantes, bananas e balas de açúcar. Depois, um deles me ensinou a dançar um ritmo local, o Zumba. O clima transcorreu amistoso e tranquilo. Desde que não quiséssemos questionar as normas e regras do grupo, o dia seguiu de forma muito pacífica até mais do que poderia imaginar. Além de mim, e outras três colegas brasileiras, mais duas mulheres compuseram os grupos. Talvez pelo pouco protagonismo, chegaram bem atrasadas ao encontro. (Diário de Campo, 04.09.2014).

Essa relação, ambígua e amistosa, com os colegas de sala de aula foi uma tônica que perdurou todo o trajeto da disciplina. As desigualdades observadas em sala de aula, mobilizava-nos a prosseguirmos fazendo resistências como era possível. Passamos a realizar pequenas reuniões com as jovens mulheres, provocando-as a falarem mais e a disputarem mais a voz com eles em sala de aula. *“Não vais fazer guerra dos sexos aqui, vais?”*, perguntava uma colega moçambicana em uma dessas reuniões antes das aulas começarem.

O conflito passou a ser um elemento bastante construtivo. E a presença de Isabel contribuía com o processo de desconstrução pelo qual passamos.

A sensação que me dá é que apesar de Isabel e Carlota serem professoras e nós, mulheres, sermos a maioria, são eles que dão o show e assumem o protagonismo nas aulas. Falam muito mais. Conversam paralelamente. E riem... riem bastante de assuntos que a nosso ver são bem sérios. Hoje, Ximena falava das *Matunas* (prática de alongamento dos grandes lábios) e *sexo seco* (homens que não gostam da vagina úmida e obrigam suas companheiras a utilizarem pó da planta, *Ntombo Wakubvalira* que provoca ressecamentos), mas há ainda outras possibilidades. Pode ser também, um recurso utilizado pelas mulheres com vistas a recriação da virgindade simbólica. Não sofrendo uma sanção pela prática do sexo antes do casamento. (OSÓRIO; MACUÁCUA, 2013). Ficamos todas inquietas com o nível de sofrimento a que essas mulheres estão expostas. Os homens riam. Ouvi do colega mais ao fundo da sala: *“Ei... [apontado para a colega do meu lado], você que veio do Norte, alongou?”* (riu da pergunta que fez). Ele estava se referindo às *Matunas* ã processo de super alongamento dos grandes

lábios vaginais, que são práticas que visam um maior controle dos músculos vaginais e maior prazer no ato sexual (Diário de Campo, 20.09.2014).

Tanto as *Matunas* quanto o *sexo seco* são facetas atuais da discussão das identidades de gênero em Moçambique e que suas práticas recaem, sobretudo, para as meninas e mulheres. Essas práticas não são as únicas conhecidas de iniciação sexual, mas são um exemplo do que acontece no contexto atual. Recentemente, pesquisa comprovou a presença desses e outros ritos no contexto atual. Não houve uma eliminação dos mesmos, mas, sim, ajustamentos, rupturas e confrontos (OSÓRIO; MACUÁCUA, 2013).

Apesar da Constituição atual do país impedir que algumas dessas práticas ocorram, elas ainda fazem parte do cotidiano das comunidades como forma de integração, identidade, coesão cultural, dentre outros. Como instância de socialização e formatação das identidades de gênero, esses rituais prescrevem normas e modos de ser fixos para homens e mulheres.

Tais ritos, que mudam conforme a região do país, ocorrem a partir de uma aprendizagem ritual conferida de forma legítima, através dos mais velhos e via parentesco, visando, sobretudo, a passagem do período da infância para a vida adulta, com suas ordens hierárquicas socialmente determinadas e aceitas. O processo de preparar homens e mulheres para a vida adulta foca, principalmente, no bom desempenho dos papéis sexuais e de comportamentos: às mulheres, devem ser excelentes mães, monogâmicas e boas de cama. Aos homens, cabe dar sinais de coragem, e força para o trabalho.

Esse contexto coloca meninas, mulheres e viúvas numa situação de maior vulnerabilidade, pois tais ritos nem sempre acontecem de forma segura. Moçambique apresenta um quadro preocupante de feminização da *Sida*, com taxas que chegam a 15% para mulheres grávidas, entre 15 e 25 anos de idade. Possui, ainda, combinado a esse número, a maior taxa de fecundidade do mundo, embora tenha caído de 7,1 filhos para 5,7 por mulher em idade fértil, os índices são elevados como se vê (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2007).

Essas discussões: feminização da *Sida*, heterossexualidade compulsória para mulheres, entre outras, eram alimentadas pela presença das intelectuais e ativistas em sala de aula. A cada encontro, o debate adensava nossas perspectivas:

Encontrei Isabel hoje no corredor a caminho da sala de aula. Estava acompanhada de uma senhora alta, magra, e de vestes bem elegantes. Olhou pra mim e veio em minha direção junto da senhora ôô *Dio, essa é a Ximena! a aula dõhoje é por conta delaôô*, disse-me Isabel, no qual a senhora respondeu: *ôEspero não errar muitoô*. Nos cumprimentamos rapidamente e seguimos para a sala com a pontualidade habitual de Isabel. O barulho inicial de 80 pessoas numa sala pequena, logo sucedeu ao silêncio e concentração.

Me sentei mais ao centro da sala e Isabel logo engatou a aula e apresentou a convidada (Diário de Campo Maputo, 20.09.2014).

O segundo eixo disciplina, depois dos seminários, forçava um trânsito extra-muros, como já disse, e trazia à sala de aula diferentes intelectuais para contribuir com o assunto. Na segunda etapa, por exemplo, Ximena Andrada foi uma das convidadas para discutir Gênero e Direitos Humanos no contexto moçambicano. Ela é uma mulher branca, de meia idade, de profissão geógrafa, é chilena exilada pela ditadura da América Latina. Chegou à Moçambique na década de 1970 e fundou uma das mais importantes ONGs pelos direitos das mulheres, a *óWoman Law Austral África - WLSAó* (Mulher e Lei em África Austral). O tempo de exílio em Moçambique, e seu posterior casamento com um moçambicano, fizeram com que ela permanecesse nesse país até os dias de hoje.

A discussão trazida por Ximena problematizava um panorama dos Direitos Humanos no mundo a um posterior amadurecimento para os Direitos Humanos das mulheres num contexto africano e referente aos ritos de iniciação sexual. A crítica de Ximena era de que todas as discussões sobre direitos humanos, na verdade, eram de direitos voltados, única e exclusivamente, para as demandas dos homens brancos e alfabetizados.

A evolução das leis, desde 1789 com a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem, até 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, serviram de base para endossar os privilégios que os homens já possuíam. Mulheres e crianças ficavam fora dessa discussão, especialmente mulheres do chamado *óTerceiro Mundoó* e com demandas bastante específicas (ANDRADE; CASIMIRO, 2008).

Havia um deleite dos homens com essas informações. Ximena pedia silêncio a eles. Nós, mulheres, ainda estávamos em estado de choque. Não apenas os textos localizam a problemática de gênero em Moçambique. A forma como eles lidam conosco e como riem parecem sinalizar dados atualizados das relações desiguais de gênero. Uma incapacidade crônica, pelo visto, de se sensibilizar com a violação das mulheres. Entre nós mulheres é o contrário. Nossos olhares compartilham uma dor e uma recusa semelhante: não queremos repetir esses trágicos destinos. Quem já assistiu *Flor do Deserto*? Pergunta Ximena. Apenas eu levantei a mão... (Diário de Campo Maputo, 20.09.2014).

Aula bastante provocadora. Os dados trazidos por Ximena eram aterradores e os índices por ela apresentados eram um reflexo de gênero no cenário moçambicano. O texto que ela propôs para a discussão fora escrito junto com Isabel Casimiro: *óIdentidade do feminismo crítico em Moçambique: Situando a nossa experiência como mulheres, acadêmicas e activistasó* (ANDRADE; CASIMIRO, 2008).

Nesse artigo, as autoras fazem um minucioso levantamento dos estudos de gênero em Moçambique e da formação de um campo epistemológico local e situado inaugurado no país na década de 1980.

Segundo as autoras:

Em Moçambique os estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens desenvolvem-se em meados da década de oitenta, afirmando-se na década de noventa [...] com o objetivo de conhecer a vida da mulher em Moçambique, através dos diversos períodos históricos e interligando-a com a vida da mulher em África e no mundo. Pretendia-se analisar o fazer, estar e sentir de mulheres e homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão de trabalho entre mulheres e homens, no acesso, controlo e partilha de recursos e poder. Era também importante pesquisar o papel da mulher na resistência anti-colonial, nos movimentos nacionalistas, a sua contribuição para a luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO e no período posterior à independência (ANDRADE; CASIMIRO, 2008, p. 1).

É possível perceber um panorama do que significa as relações de gênero num contexto moçambicano. Há uma preocupação constante, por parte dessas intelectuais, de articular a discussão de gênero aos períodos históricos e políticos cruciais à formação do povo moçambicano. Os períodos pré-coloniais, de escravatura, luta de libertação pós-independência e mais recente, neo-colonialismo, globalização e imperialismos, são recortes e condições inerentes para uma compreensão mais adequada das dinâmicas de gênero.

De acordo com o documento de um grupo de trabalho com jovens feministas de Moçambique, Deus et al (2011), a participação e processo de emancipação e disputas por equidade de gênero se deu em função, sobretudo, da participação das moçambicanas em três períodos históricos, em especial. São os períodos pré-colonial, de lutas por libertação e pós-independência, os quais explico-os, rapidamente:

- ✓ Período *pré-colonial*, ou *Tempos Colônia* (final do século 19 até 1975) ã antecedido pelas lutas por libertação. Mulheres travavam lutas contra o colonialismo.
- ✓ Período de *lutas por libertação* ã datado de 1964. Mulheres camponesas alistaram-se junto à FRELIMO para receber treino militar e protegerem suas comunidades. Em 1966, o comitê central passou a admitir mulheres.
- ✓ Período *pós-independência* ã em 1975, Moçambique tornou-se independente de Portugal. Dentre as prioridades do novo governo popular havia um

compromisso com a emancipação da mulher como uma das principais políticas sociais frente ao protagonismo delas na independência do país.

No contexto moçambicano, compreender gênero não é apenas uma dedicação a compreender a óconstrução social dos sexos, ou mesmo óuma forma de significar as relações de poder, como nas palavras de Scott (1989). É, antes de tudo, um compromisso em compreender a imbricação entre gênero, passado histórico e político de guerras e lutas por independência naquele país. As subsequentes e atuais discussões de equidade, paridade de gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos, só foram possíveis porque as mulheres assumiram atitudes vitais e de protagonismo no período de libertação do governo colonial português.

Tem uma diferença muito grande entre nós, brasileiras, e os moçambicanas. Entre elas, pelo menos, sabem que tiveram guerra e sofrem os efeitos desta ainda hoje. Nós sequer temos a lembrança do passado. Em sala de aula, não faltam menção aos tenebrosos efeitos deste tempo ao povo moçambicano com um saldo de 5 milhões de pessoas deslocadas, quase um terço da população, e 1 milhão de refugiados em países vizinhos. Já ouvi esses dados muitas vezes. Quem são os maiores prejudicados? Sempre e sempre mulheres e crianças repete Isabel. Mas a participação das mulheres na luta armada parece que chacoalhou as relações de gênero por aqui. Porque a partir dessa participação as mulheres exigiram direitos que haviam sido sequestrados e sequestrados pelo governo colonial português (Diário de Campo, 14.10.2014).

Gênero é um conceito que não está desvinculado, em hipótese alguma, desse recente passado de luta e libertação e do protagonismo das mulheres nesse processo. A produção do conhecimento em gênero por parte das teóricas em Moçambique (CASIMIRO, 1986; CASIMIRO, 2001; CASIMIRO, 2004 ; ANDRADE; CASIMIRO, 2008) torna esse campo de estudos complexo e em constante transformação, reflexão e crítica.

Há uma questão em debate em relação a este conceito se gênero é ou não uma categoria pertinente ao contexto moçambicano. Sobre esse assunto, Casimiro e Andrade (2008) discutem que é preciso estar atenta para não óimportar conceitos do Ocidente, que não se adequem às realidades locais de Moçambique. As pesquisas de Isabel Casimiro (1989, 2001) apostam numa perspectiva autêntica, produzida e teorizada de *óÁfrica para África*. Mesmo tecendo-se diálogos com correntes e intelectuais do Ocidente, o esforço dessas teóricas é pensar gênero nos próprios termos de/atraves/para si mesmas.

Na compreensão de Casimiro (2001, p. 15) óa participação da mulher na luta armada delibertação nacional obrigou a um repensar sobre o papel na sociedade, sobre as relações

sociais com os homens e sobre o tipo de sociedade a edificar. Embora sejam muitas as desvantagens da mulher moçambicana, com taxas de fecundidade que chegam à marca de 6,2 filhos, primeiro lugar no ranking mundial. O protagonismo da luta rendeu, por exemplo, alguns ganhos importantes. Moçambique tinha no ano de 2001, a maior taxa de percentagem de mulheres no parlamento, 30 %, e foi um dos poucos a incluir a dimensão de gênero no programa de governo (CASIMIRO, 2001; ANDRADE ; CASIMIRO, 2008).

Apesar de estar diante desses ganhos, desconfio, e pergunto a Isabel se ela realmente concorda que a pauta de gênero avançou, e se esses dados trabalhados por ela, tanto em sua monografia em 1986 quanto em sua dissertação em 2001, atualizaram-se de alguma maneira.

Isabel me responde que não apenas por estes trabalhos, mas por outros também. A luta e o avanço são verdadeiros e não apenas retóricos. Ela acha que é mais que retórica e que há alguma honestidade sim, até porque o nível de participação parlamentar das mulheres em África decresceu, ao contrário de Moz. Sem falar noutras pautas conquistadas pelas mulheres: criminalização da violência de gênero e descriminalização do aborto, são questões mais recentes, mas, que na opinião dela, são respostas a uma reivindicação anterior e coloca a mulher moçambicana na vanguarda pela defesa de igualdade de direitos (Diário de Campo, 21.08.2014)

A agenda de gênero, nas concepções de Casimiro, deve estar atenta aos percursos sociais, políticos e econômicos de Moçambique, não só de olho no patriarcado. Investidas de uma autoria e especificidades multidimensionais de gênero não estão alheias ao desenvolvimento dessa categoria analítica em escala global e na compreensão dada pelo Ocidente.

Havia um esforço de conectar pontos de reflexão entre escalas globais e locais. Por exemplo, a abertura maior à discussão de gênero em Moçambique se deu a partir da década de 1990 e este *boom* coincide tanto com o fortalecimento de Núcleos de Pesquisa e Estudo da Mulher na Universidade Eduardo Mondlane, no Centro de Estados Africanos, quanto na participação de diversas atrizes sociais moçambicanas na IV Conferência das Nações Unidas em Beijing, 1995.

óEm jeito de conclusão⁶⁹...

A disciplina acabou. Tivemos uma discussão ampla de gênero com feministas/intelectuais africanas. O que mais me chama atenção talvez seja essa fronteira borrada de Moz. O fato do país fazer fronteiras com muitos países africanos, parece que também confere uma interessante posição em sala de aula: não há separações evidentes entre militância/gênero/feminismo/maternidade/islamismo/catolicismo... Conhecer

⁶⁹ Expressão bastante utilizada em sala de aula.

um pouco melhor sobre esse modo de engendramento de um saber/fazer foi muito proveitoso. Não é que evitem o conflito ou sintam-se intimidadas como pensei no começo da disciplina, mas é que o confronto com os pares (homens, igreja e família) parece não ser estratégico. A resistência, se dá, por outras vias. Senti que no começo queríamos forçar um confronto em sala de aula com os rapazes da turma. Mas agora ao final acho que compreendo melhor as políticas de alianças com os diferentes sistemas de opressão que as mulheres precisaram fazer por aqui. Acho que daqui fica uma lição: menos confronto, mais aliança. Nada de óguerra dos sexosô como me dizia uma colega de sala. Pelo que entendi a luta é contra o sistema, e não contra as pessoas (Diário de Campo, 04. 11.2014).

A disciplina e o tempo de convivência com os colegas em sala de aula, com as mulheres, mas principalmente os embates com os homens, permitiu revisar e identificar não só os debates do ponto de vista epistemológicos, mas todos os embates relacionais que as dinâmicas de gênero em sala me permitiram.

Foi, sobretudo, na descoberta das políticas de alianças, com o Estado, família e igreja, que percebi que uma interessante rede de óresistênciãô se configurava entre as mulheres, intelectuais ou não. Se de um lado, os debates prevalecidos em sala de aula demonstravam aspectos plurais e dinâmicos na lida com as questões de gênero, passei daquela pergunta inicial que fiz a Isabel, sobre se havia ou não avanços na discussão e pauta de gênero, para as produções feministas no contextoafricano.

Tracei um percurso semelhante: propus para mim, uma compreensão teórico-vivencial dos dilemas, produções e especificidades do feminismo em Moçambique. Foi essa parte que me aproximou de importantes ONGs do país, assim como de uma revisão teórica em torno desse debate.

É o feminismo de África? Sempre foram feministas as africanas sem o saberem? Esses questionamentos partem da constatação de que a resistência e luta por igualdade sempre foi uma realidade das mulheres africanas (GOMES; FIGUEIREDO, 2016). A problematização dessa e outras perguntas ficam por conta da discussão que procedo.

3.7 Paisagem 7: As Epistemologias Feministas no contexto Africano - é o Feminismo da África?

Insistimos que a alegação de que o feminismo foi importado do Ocidente para a África é um profundo insulto. Nós reivindicamos e afirmamos a longa e rica tradição de resistência das mulheres africanas ao patriarcado em África (CARTA DE PRINCÍPIOS FEMINISTAS PARA AS FEMINISTAS AFRICANAS, 2006, p.13).

O feminismo é ou não da África? Essa pergunta circulava com frequência nos espaços defeminismo da cidade. Sempre em um consenso, mas um

silêncio no geral pairava quando as feministas de maior idade davam sua opinião. Sim é. Argumentava uma das *aberewa* [mulher mais velha]. Ó! Oras sempre tivemos práticas de resistência e luta pela vida das mulheres. Não, não é. Ó! Esse conceito tal como pensado é importado. Não é invenção nossa. Precisamos nos apropriar da nossa luta nos termos que são nossos. Essa palavra [feminismo] assusta. E se assusta não interessa a nós (Diário de Campo, 13 de Novembro, 2014).

Longe de encontrar um conceito ou universalização do que é feminismo africano, parto de uma referência acadêmica e das militantes feministas, local e situada⁷⁰, que alimentam suas fontes a partir de uma perspectiva multicentrada, de diferentes intelectuais africanas de nacionalidades diversas: moçambicanas, nigerianas, senegalesas, sul-africanas, ganesas, etc⁷¹. Aposto na ideia de que são muitas as diferenças entre o feminismo negro e o feminismo africano, mas alguns pontos se interconectam. O primeiro deles é a importância de desenvolver um conhecimento e prática a partir dos próprios termos, parciais e não-universais, utilizando-se quase sempre de versões da história do feminismo que escapam às narrativas hegemônicas. Para os dois feminismos, o questionamento do *status quo* se presentifica pelo questionamento de discursos incorporados ao feminismo hegemônico que pensará categorias, como sistema patriarcal, público e privado, de maneira dicotômica e universal (BAKARE-YUSUF, 2003).

Uma discussão muito comum no tempo de convívio que tive com as feministas africanas era sobre a origem desse termo e de como o mesmo fora apropriado pelo feminismo Ocidental e Nortista. A discussão: óé, ou não é o feminismo, africano?ô, foi apropriada e superada por intelectuais africanas como estratégia de disputar narrativas e modos de atuação. As feministas africanas no ano 2006, em Gana, reuniram-se no Fórum Feminista Africano e firmaram como centrais os seguintes pontos:

Há uma proeminência histórica das mulheres africanas nas estruturas sociais. Esse poder tradicional figura às mulheres um protagonismo e uma resistência desde antes desecunhar o termo feminismo. Desse modo, o agregado familiar nem sempre é

⁷⁰ Quando retornei do estágio comecei a fazer um mapeamento bibliográfico do feminismo africano. Apresento uma síntese desse material.

⁷¹ No dia 13 de setembro de 2014, em conversa informal com uma feminista e um ativista moçambicano discutiam, os dois, bravamente, a presença de costumes locais como a prática do *Lobolo* ser ou não necessária na atualidade. Eu acompanhava silenciosamente o animado debate entre os dois. A feminista afirmando que era preciso abolir esses costumes, o moçambicano, inferindo que essa ordem continua vindo de fora das Convenções da ONU, por exemplo. De fato, não foi possível chegar a um consenso embora tenha me juntado à opinião da feminista presente de que não se podia esquecer que o patriarcado era presente nas sociedades africanas antes do século XVI, que era anterior à presença portuguesa. De todo modo, referir-se à África como óblocoô sempre se revelava um problema e nessas conversas, talvez pela minha presença estrangeira, sempre era dito que a África, sendo um continente, guarda diferentes orientações e cosmovisões de mundo. Me parece duplamente adequado, afirmar que se trata de Áfricas, dentro de muitos Moçambiques.

fonte de opressão, e configura, em muitos casos, como veículo principal de resistências às opressões.

É um insulto conceder ao Ocidente a origem, políticas e as práticas decorrentes do feminismo. As interpretações dominantes do mundo se revelam em um colonialismo discursivo Ocidental;

Ao nomearem-se **Feministas Africanas**, politizam e protagonizam a luta pelos direitos das mulheres e esse pode ser um ponto de conexão feminista mundial.

O centro do debate se volta às estruturas, relações e sistemas sociais patriarcais que formam parte das estruturas que oprimem a vida das africanas, não apenas decorrentes do governo colonial, mas das alianças deste com algumas lideranças patriarcais locais;

As pautas atuais como feministas africanas estão marcadas pelo contexto político e ideológico diversos de lutas desde os períodos da escravidão e pré-colonialidade das lutas por libertação, ao pós-independência até a das neo-coloniais e imperialistas. Pensar num contexto africano é pensar em uma imensa diversidade de povos, culturas,

idiomas, etnias e modos de vida (CASIMIRO, 2014). O esforço realizado pelas feministas africanas não é, de modo algum, o de tornar-se um grupo homogêneo, ou mesmo, unificar as pautas e os posicionamentos. Antes, reconhecer os aspectos híbridos da política do continente e seu legado histórico de experiências de colonialidade, de resistências anti-coloniais e do engajamento nas libertações nacionais, como um aspecto importante de uma história compartilhada e que inspira o feminismo africano⁷².

Feministas africanas, a partir dessas histórias compartilhadas, defendem dentre outros aspectos, uma luta que reivindica:

O fim do sistema patriarcal. Sobre esse aspecto, Bakare-Yusuf (2003, p. 2) salienta: *Muitas teóricas têm usado o termo opatriarcado em contextos africanos para se referir à organização da vida social e estruturas institucionais nas quais os homens tem o máximo de controle sobre a maioria dos aspectos das vidas e ações das mulheres.*

Imperiais

Solidariedade de entreajuda de mulheres do próprio continente e de outras partes do globo. Embora se reconheça as suas especificidades, a opressão e subordinação

⁷² Interessante perceber o quanto os legados coloniais também fazem parte das discussões de um Feminismo Negro à brasileira.

múltiplas a defesa pelos direitos das mulheres são aspectos que podem dar óligaô aos feminismos. Em especial, os feminismos negro, islâmico e da diáspora africana.

O *background* do feminismo africano se caracteriza por uma série de complexidades e heterogeneidades que terminam por expressar em seu *locus*, um continente com inúmeras formas de expressão, além da necessidade de autonegociar-se e dotar-se de uma agenda própria. Consideram que seus eixos de opressão e passado histórico marcado pelo colonialismo e posterior expulsão dos governos coloniais são bases de suas discussões: ódesafiar as bases profundamente etnocêntricas dos feminismos ocidentais. Questionando a sua suposta neutralidade, seu caráter universalizador e seu poder de representação e de criação de identidadesô (LANDALUZE; ESPEL, 2015, p.35).

Tanto os trabalhos de Oyewumi Oyèronké (2003) como de Landaluze e Espel (2015) vão trabalhar uma linha de argumento amparada pelo esforço de construir e construir-se feminista africana em óseus próprios termosô, a partir de suas próprias regras, sendo a heterogeneidade como ponto de partida dos feminismos africanos e constituindo-se de espaços plurais de diálogo e interação.

Como se pode ver, os feminismos africanos além de ódizerem a si mesmosô, conectam-se estreitamente com feminismos de outras origens, e em especial, o Negro, pois este se adaptou a sua realidade de opressões, mas não abandonou suas origens ancestrais afro. As alianças, poderíamos dizer, confere uma perspectiva especial a essa posição. Os conhecimentos feministas africanos são diferentemente situados e não se relacionam apenas com outros grupos feministas por dentro e fora do continente, mas em relação aos homens e ao Estado. É um feminismo que se configura, sobretudo, pela negociação e aliança. Isso talvez seja um dos pontos de distanciamento com o feminismo negro, que nasce do confronto com as estruturas que oprimem as mulheres.

A seguir, trago a passagem do meu diário de campo. É um recorte de muitas situações semelhantes pelas quais passei no período em que observei as feministas africanas em Moçambique e das suas percepções do que significa ser feminista em África:

Passei o dia todo no Fórum Mulher (Organização Feminista), estive lá acompanhando as atividades para as ações relativas aos 16 dias de Ativismo Globalô. Conheci essa campanha apenas quando cheguei em Maputo, e trata de uma mobilização Internacional de combate à violência contra mulheres e meninas. De 25 de Novembro até 10 de Dezembro, ativistas do mundo todo estarão envolvidas com ações que visam pôr em visibilidade a questão da violência e das desigualdades de gênero. Tem sido interessante acompanhar o trabalho do Fórum, nunca me peguei precisando pensar em quantas pessoas estariam no salão de recepção e quantos almoços seriam necessários distribuir... Entre um orçamento corrido e muitas demandas em caráter de urgência vejo a Nadimeligar para um amigo do Fórum solicitando uma

ajuda junto aos órgãos do governo para liberação de uma Marcha. Ao terminar a ligação, pergunto-lhe como procede entre as feministas esse diálogo com os homens, de um modo geral, e o Governo. Não seriam eles os eixos principais sujeitos responsáveis pelo patriarcado tão combatido por elas? Em tom de pressa ela responde, ósim, tens razão. Mas o que atacamos é sempre o sistema patriarcal nunca o ósujeto patriarcalô. E nesse caso, o [nome da pessoa] até que está sendo útilô.

Para o feminismo africano, tal como expresso nas narrativas acima, há um posicionamento das feministas em assumirem uma posição de ómenor confronto e maior negociaçãoô mesmo entre aqueles grupos representantes por excelência do sistema patriarcal. À exemplo dessa prerrogativa fundamental, é possível também perceber o mesmo movimento de políticas de aliança e mobilização entre feministas africanas acadêmicas e as não-acadêmicas⁷³.

Se a pergunta que celebra e fundamenta a epistemologia do feminismo negro é: óAcaso não sou uma mulher?ô, da Sojourner Truth (JABARDO, 2012). O que ampara o feminismo africano é a centralidade da questão: O que é uma mulher africana? Pergunta de difícil entendimento e consenso, dadas a complexidade e singularidade dessas narrativas e posições elegerei algumas categorias, que a partir de suas teóricas, serão capazes de oferecer-nos um *ethos* epistêmico que, de antemão, não responde a pergunta, mas se coloca como paradoxo com intensidades, dinâmicas e repertórios diferenciados em termos de raça e racismo, cultura, família e Estado (BAKARE-YUSUF, 2003).

Conforme pressupostos da Bakare-Yusuf (2003):

A fim de evitar definir óa mulher africanaô em termos de uma identidade unitária e fechada, um intervalo de elementos precisa ser especificado nos termos de cada cultura. E só depois de passar por essas etapas iniciais de advertência que podemos começar um diálogo intercultural significativo entre as mulheres Africanas e, em seguida, eventualmente, estender isso para grupos culturais, a fim de criar intercâmbios produtivos e libertadores dentro de uma comunidade global. (BAKARE-YUSUF, 2003, p.15)

Nesse caminho, a África é entendida como pluralidade e torna-se relevante destacar os conceitos de patriarcado e matriarcado e de algumas categorias analíticas fundamentais, tais como: *womanism*, *stwanism*. É desse mapa conceitual que retiro algumas idiossincrasias de uma agência política responsável por problematizar algumas dessas posições. Para Ifi Amadiume (1997, p. 146), feminista e socióloga nigeriana, o maior poder atribuído às mulheres africanas, em muito é óderivado da importância sagrada e quase divina concedida à

⁷³ De modo semelhante, ao Feminismo Negro, é creditado grande capacidade de articulação, mobilização e negociação, já que coube às mulheres negras aliar-se, no princípio, tanto aos movimentos antiabolicionistas como aos movimentos feministas.

maternidade. Apesar da centralidade conferida por Ifi Amadiume, uma das mais proeminentes estudiosas do tema, a Mulher Africana não é uma identidade unitária, monolítica ou homogênea.

Para Catherine Acholonu (1995), em seu livro, *Motherism: The Afrocentric Alternative to Feminism*, o que é uma mulher africana poderia ser respondido quando se confere centralidade à experiência da maternidade, não de um ponto de vista de um binarismo: maternidade (espaço privado) *versus* espaço público, todavia como um exercício do poder e de visibilidade e respeito frente à comunidade.

3.8 Paisagem 8: O estatuto da interseccionalidade poderia servir aos feminismos negro e africano?

Ao contrário de um certo consenso que encontrei no período em que revisava o feminismo negro quem que a interseccionalidade é um importante veículo de compreensão do acúmulo de opressões a que mulheres negras estão expostas é dá subsídios valiosos à posição analítica da epistemologia feminista negra (hooks, 1984, 2004, 2005; COLLINS, 2000; CRENSHAW, 2001), o mesmo não acontecia com o feminismo africano.

O feminismo africano sustenta a relevância da análise interseccional (LANDALUZE; ESPEL, 2015. p. 46) e vai além: supera as categorias de raça, classe e gênero, afirmando que uma imagem mais completa e complexa da mulher africana não pode deixar de fora outras opressões que se entrecruzam, como por exemplo, a observância da diversidade sexual e étnica e do legado patriarcal. Essas e outras questões se deram a partir do protagonismo e da participação da mulher nas lutas por independência (YUSUF, 2003).

Acadêmicas africanas das questões relativas a gênero e feminismo (CASIMIRO, 2014) discorrem que além uma reflexão sobre os próprios eixos de opressão, alia-se uma crítica que rejeita ou não se reconhece nos termos ou nomenclaturas que não fazem sentido às mulheres africanas. Marchiori (2016), nessa linha de raciocínio, faz uma dura crítica à importação dos termos, seja de gênero ou feminismo. A problematização desenvolvida versa sobre o que ela nomeia de feminismo chiclete, doce, mas só por alguns segundos, importado do ocidente, e que não serve às políticas identitárias de uma consciência feminista africana.

Depois de muitos anos sentindo e recebendo influências de feministas ocidentais, discorre sobre seu percurso, que foi de um encontro entre as teóricas ocidentais clássicas de gênero, à busca por uma produção local em que ela pudesse se reconhecer nos discursos e nas múltiplas opressões e contradições que marcavam a sua vida como mulher do Zimbábue e africana.

A minha ambivalência sobre o feminismo centrava-se em torno da minha identificação com uma política que não parecia ter sido definida comigo em mente, uma política que, no máximo, me confundia e, no mínimo, me deixava zangada. Era esta uma identidade externamente orientada que estava a ser forçada a assumir, perguntei a mim mesma? Era esta apenas uma outraforma de neocolonialismo? (MARCHIORI, 2016, p. 2).

Há o reconhecimento que esses marcadores, múltiplos e que se interseccionam, fazem parte de uma caminhada contemporânea dos feminismos africanos (MCFADDEN, 2016). Como há uma longa discussão de que a mulher africana não é categoria monolítica, outras perspectivas nem sempre compartilham de uma mesma posição e admite-se, portanto, que o estatuto interseccional embora é um conceito pouco divulgado nas dinâmicas de um feminismo africano (GOMES; FIGUEIREDO, 2016).

3.9 Interlúdio III

óMarcha de protesto e de repúdio ao assassinato do Professor Gilles Cistac. Organizações da sociedade civil convidam todos/as cidadãos e cidadãs a participarem numa manifestação pública de repúdio e de indignação pelo assassinato do Professor Gilles Cistac.

Dia: Sábado, dia 7 de Março.

Hora de concentração: a partir das 7 horas.

Local: Av. Eduardo Mondlane, local do assassinato.

Percurso: Até à Faculdade de Direito.

Venham todos e todas mostrar que não é este o país que queremos e que não nos calarão (recebi esta mensagem de Isabel Casimiro via e-mail, no dia 06.03.2015).

4 FLUXO 3: DISPOSITIVOS DE ANÁLISE - TECENDO O FIO DAS NARRATIVAS EMILITÂNCIAS

Como um bordado feito à mão, a artesanaria que procedo se aproxima da etapa final. Me empenho e sigo, traçando rotas e posições a respeito de perspectivas trabalhadas nos capítulos anteriores. Mediante a prática do ofício do pesquisar como um *continuum* do trabalho intelectual, pretendo compreender o modo como feministas negras e feministas africanas se subjetivam. Para isso, focalizo na análise das narrativas compostas através de entrevistas e cadernos de campo. Construo um olhar conjunto sobre as narrativas e aposto que os modos de subjetivar-se se relacionam: com as pautas dos feminismos em cada contexto, com os acontecimentos sócio político, cultural e econômico em que cada uma delas está inserida forjando modos de existência e de constituição subjetivas heterotópicas, nômades, mutantes, instáveis e flexíveis. Resistindo ali, onde o poder se manifesta e aniquila vidas negras.

À medida que me aproximo dessas narrativas, proponho uma análise de natureza performativa, aberta e flexível, que visa focar o conjunto de encontros e histórias testemunhadas ao longo dos últimos anos. Ao explicitar essa posição, sigo as orientações de Sandra Harding (1998), segundo quem, na pesquisa feminista, devemos nos colocar num plano crítico e analítico, realizando um esforço de engendrar, não universalizando o modo processual e dialógico, pelo qual percorri e co-criei narrativas analíticas, amparada pelas teorias e epistemologia de cada contexto pesquisado. Considero esse elemento compositor fundamental para o artesanato intelectual do qual me propus (MILLS, 2010)

Geertz (1989, 2008) adverte-nos, por exemplo, sobre a importância de nos preocuparmos no processo de como lidamos com os dados do campo: de como interpretamos e representamos o Outro e acultura.

A capacidade de uma pintura de fazer sentido (ou de poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais, ou estátuas) que varia de um povo para outro, bem assim, como de um indivíduo para outro, é, como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência (Geertz, 2008, p. 165).

Admitindo essa possibilidade de conferir sentidos às narrativas dos feminismos *Lá e Cá*, meu olhar investiu-se de uma perspectiva local e situada, consciente de estar representando uma síntese limitada, compacta, e pontual desse trajeto de pesquisa. Me proponho percorrer um caminho engajada com uma capacidade parcial de traduzir o que vi e ouvi, reconhecendo desde cedo os limites dessa intenção, sobretudo por se tratar de comunidades diferentes e diferenciadas em termos de poder (HARAWAY, 1995).

Nesse sentido, o exercício de análise em que agora me empenho, visa tensionar os modos de militância das feministas negras e feministas africanas em suas práticas de subjetivação, tecendo, portanto, significados e tramas amparadas à luz das epistemologias correspondentes aos dois campos: negro interseccional e africano, e algumas vezes argumentando a favor da interseccionalidade como um vetor que pode subsidiar os dois feminismos, mesmo reconhecendo que este termo não é tão popular ao feminismo africano, como ao feminismo negro (GOMES; FIGUEIREDO, 2016).

Nesse exercício, realizo um esforço de recuperar sentidos, falas e passagens do caderno de campo, dos encontros que desenvolvi *com* feministas negras e africanas e do meu tecer/analisar significados *sobre* como é ser feminista nesses dois contextos. bell hooks (2013), ressalta um desejo (e nele me encaixo) de produzir e construir uma noção teórica e prática sem distanciamentos entre produto e produtor, entre o objeto estudado e estudioso/a.

Assim afirma, enfaticamente, bell hooks (2013)

Fazer essa teoria é o nosso maior desafio. Em sua produção jaz a esperança da nossa libertação; em sua produção jaz a possibilidade de darmos nome a toda a nossa dor ã de fazer toda a nossa dor ir embora. Se criarmos teorias feministas e movimentos feministas que falem com essa dor, não teremos dificuldade para construir uma luta feminista de resistência com base nas massas. Não haverá brecha entre teoria feminista e prática feminista (hooks, 2013, p. 104).

Uma epistemologia engajada na problematização do fenômeno complexo que significa ser mulher, negra e/ou africana e ativista, no esforço de não essencializar campos, colocando de um lado aspectos da teoria, e de outro, a prática/ativismo que se cruzam nessas experiências diferentes percepções e perspectivas.

Essa observação do *ó* como olhar *ô* e o *ó* que olhar *ô* era pontuada por diversas mulheres do estudo tanto em Recife quanto em Moçambique. Tenho como hipótese, dentre muitas possibilidades, o compromisso epistêmico e feminista de erigir lentes interseccionalizadas capazes de ver a complexidade do fenômeno, ora nomeado como epistemologias outras, alternativas, contra-hegemônicas e ou minoritárias, do ponto de vista político e epistemológico, não numérico.

Reafirmando as palavras de bell hooks (2013), a luta feminista negra é de resistência e voltada para as massas. Essa observação *ó* voltada para as massas *ô* retoma não apenas o berço de onde boa parte dessas intelectuais e ativistas vieram como também afirma que questões das massas são também de interesse dessa teorização. Esse pressuposto questiona o termo

minoritário. Não são minoritárias as mulheres que teorizam sobre epistemologias negras e africanas, da mesma forma que não são minoria as feministas negras e africanas.

Pelo contrário, dizia-me Nadime, em Moçambique,

Querem que amarguemos mentiras como a *Nkakana* (folha de um vegetal típico que amarga) e querem que acreditemos que somos uma minoria... Minoria onde? Por que nós, mulheres africanas, somos a maioria numérica no continente. Nunca fomos minoria. A teoria tem que ter cuidado de não nos chamarmos de minoria, por que não o somos. Somos a maioria da força de trabalho no continente, mas se tu juntas com outras mulheres negras, somos a maioria da força de trabalho no mundo, em postos desqualificados em sua grande maioria, é verdade, mas nunca aceitaremos que somos minoria. Ah... tá certo... minoria na política? Aceito. Minoria como médicas, advogadas, juízas? Aceito. E sabes... no Brasil é assim também... Quando estive lá via que minhas companheiras na universidade não eram sua maioria negra. Negras trabalhavam na limpeza, sabes? Não tive quase nenhuma colega negra em São Paulo. Mas, vens cá? Não são vós, lá no Brasil, a maioria feminina e de coloração negra? (Caderno de Campo, 14.09.2014).

Podemos perceber nesse trecho de Nadime que há uma conexão epistêmica entre os feminismos. Ainda que mais adiante percebamos que em cada lado, feminismos negros e feminismos africanos, se constituem por diferentes vetores, há questões que se interseccionam e se conjugam. Ambos surgiram com mais força, na década de 1980 e tanto o feminismo negro no Brasil quanto o feminismo africano tiveram bases num pensamento pós-colonial. Ora, são predominantemente esses dois feminismos que defenderão a ideia de que o gênero não pode ser o único determinante da identidade das mulheres e que nem mesmo a categoria mulher, como acreditava um feminismo hegemônico, pode ser universal.

Como resultado dessa problematização, priorizo focar sob alguns fluxos analíticos. O primeiro observa os dois contextos políticos de militância: suas pautas, agendas políticas e estratégias de enfrentamento e mobilização analisando-se os cenários políticos e econômicos como ópera de toque. Vidas negras importam? A pergunta faz parte das discussões dessas ativistas.

O **segundo** eixo corresponde um aprimoramento do primeiro e desenvolve reflexões sobre as múltiplas inscrições de si nos feminismos *Lá e Cá* e seus respectivos processos de subjetivação. O primeiro e o segundo eixo estão diretamente conectados e entrelaçados, pois invisto na possibilidade de que os elementos a que essas mulheres elegeram como fonte de luta, expressos inclusive em suas pautas e agendas, evidencia muito de suas práticas e processos de subjetivação.

Essa trama, repleta de surpresas, retratava-me diferentes composições, intensidades e repertórios capazes de orientar as narrações dissonantes e plurais repletas de fissuras que, não

revelavam fragilidades. Pelo contrário, foi o que percebi de mais potente, criativo e singular entre as ativistas. Ainda que nas cidades de Recife e Maputo tenha me encontrado com feministas negras e feministas africanas, respectivamente, as diferenças interseccionais de classe, idade, território rural ou urbano, sexualidade e tempo de militância inscreviam-nas em lugares, posicionamentos e subjetividades diversas, e até mesmo divergentes, em termos de narrativa, posicionamentos, defesa e modos de atuação na militância.

Não pretendo, contudo, realizar comparações entre os dois campos, mas intenciono dialogar com os feminismos que encontrei de forma simultânea e não separada e, em certa medida, aposto que cada um deles aciona a emergência de uma energia política, nova e ancestral ao mesmo tempo. Da mesma maneira, ambos promovem entre si pontes e aproximações: seja pela natureza das lutas e dos ativismos se reconhecerem. Isso porque encontrei interlocuções entre as feministas com as quais estive em contato na cidade de Maputo: todas elas já haviam desenvolvido trabalhos com feministas negras e não-negras no Brasil, seja para estudar, estagiar e/ou trocar ideias. E, no caso especial de Isabel Casimiro, desde 2012, quando foram firmados os primeiros editais CAPES-AULP, vem sendo realizada uma troca potente entre os feminismos de *lá e de cá*. Do lado recifense, há um forte investimento nas trocas a níveis transnacionais e de uma filiação afroamericana, em que as mulheres da América Latina e continente africano se irmanam pelo reconhecimento e pertencimento às linhas de luta e práticas de resistência.

Ainda que suas inscrições tenham se revelado, em certos aspectos radicalmente dissonantes, em muitos outros, pude perceber o quanto os enfrentamentos nessas duas realidades se pautam em questões semelhantes. Um exemplo disso, é o quanto as feministas nos dois contextos investem na problematização daquilo expressado por Izaar Quilombo⁷⁴. Uma feminista negra de Recife, remetendo ao histórico passado de resistência aos períodos de escravidão: óser feminista negra é um jeito atual de ser quilombo e continuar resistindo enquanto as injustiças fazem parte da realidade.

As narrativas de um feminismo negro e africano se assemelham e se diferenciam de um lado, e se impõem insurgentes e subversivas, de outro, visto que ousam desorganizar, nos dois contextos, uma estrutura de discursos oficiais e oferecem a contra-narrativa como lugar de fala. Nas palavras de uma intelectual e feminista africana, Patrícia Mcfadden (2000), coube às feministas e ativistas de todo o gênero, operar dissidências com uma narrativa outra

⁷⁴ A escolha de seu nome e sobrenome se deu em função de um pensamento frequentemente discutido por ela de que o feminismo negro é um ó novo quilombismo. Ou seja, ela reconhece que através das práticas dos feminismos negros há uma continuação dos inúmeros quilombos que existiram nesse país, e que se atualizam, através de todos os coletivos que continuam pautando a liberdade e bem-viver.

baseada em conhecimentos teóricos e políticos feitos, principalmente, pelas ómulheres-do-mundo-ex-colonizadoô e com suas dinâmicas diferentes e diferenciadas em termos de raça e racismo, gênero e classe, rurais e urbanas, camponesas e cosmopolitas. A diferença é uma questão central não só aos feminismos africanos, mas que se afina a feminismos latino-americanos e negro também (MCFADDEN, 2000; GOMES; FIGUEIREDO, 2016).

Considero e aposto, portanto, que a interseccionalidade é uma importante categoria não apenas ao feminismo negro, uma vez querevela

o que não se vê quando categorias como gênero e raça são conceituadas de maneira separada. Como perspectiva analítica, a interseccionalidade permite uma conceituação dos problemas sociais, capturando as consequências estruturais e dinâmicas das intersecções complexas entre dois ou mais eixos de subordinação, que se entrecruzam e se potencializam (LÓPEZ, 2013, p. 44).

Vejo que pode ocorrer um perigo de, no encontro das múltiplas opressões, cair no erro das universalizações e generalizações que condensam e cristalizam narrativas e modos de ser-no-mundo singulares, mesmo que se compartilhe de elementos semelhantes. Ao contrário, espero adentrar nessa seara dos feminismos de modo a mostrar os níveis complexos de funcionamento, desenvolvimento e subjetivação que a militância trouxe às feministas participantes da pesquisa.

4.1 Ainda sobre escolhas que fiz e como devo proceder nesse percurso

Há sempre no processo de escrita um esforço de dar visibilidades e, por outro lado, de encobrimento. As narrativas que seleciono para essa etapa do trabalho priorizam em sua maioria pautas que combinam dois ou mais elementos de opressão estruturantes: raça e gênero, raça e sexualidade, raça e contextos de pertencimento. Nesse sentido, procuro dar visibilidade não apenas aos aspectos que eu identificava como potentes no texto, mas também aquelas expectativas deixadas pelas próprias feministas. Dessa forma, sinalizo algumas advertências. Dizia-me Nazra em Moçambique: óah... take care! Take care, digo isso pra mim, mas digo isso a ti. Estás a me solicitar... cuidado a todas nós, é isso mesmo? [pesquisadora]. Estou a alertar. Cuidar... Cuidar..... Nytuananos é que são (alianças) bem vindas...ô (Caderno de campo, 11.11.2014).

Já em Recife, ouvia pela natureza das relações, óaqui serás uma aliada política, mas só depois de um tempo...ô

Tanto em Moçambique quanto em Recife havia óorientaçõesô quanto ao modo como deveria me deslocar e agir, uma espécie de etiqueta da casa. Sempre havia uma preocupação,

por parte das feministas, de como eu me posicionaria frente às histórias que ouvia. O que escolheria dizer e/ou anunciar futuramente? Seria uma *Nytuananos* (aquela que se alia) ou não passaria de um *Mulungo*, ou seja, a estrangeira (que lembra antigos colonos)?

Nos momentos em que tentava negociar versões possíveis da militância feminista africana, era-me bastante recomendada que eu assistisse um vídeo do Youtube, que mais tarde virou título de um livro *ÓO perigo de uma história única* (ADICHIE, 2015). Nessa história, a escritora e feminista africana conta um número grande de histórias em que as/os africanas/os são retratadas/os como selvagens, não científicos e que se comunicam em dialetos locais e usam roupas coloridas. Essas ideias folclorizadas de África eram, de fato, situações que se repetiam nas rodas quanto eu dizia que estava à procura de histórias sobre feministas africanas.

O mais interessante é que exceto na figura de Isabel, uma acadêmica feminista africana, muitas dessas feministas não-acadêmicas me recomendavam a leitura de uma literatura africana e/ou moçambicana, sobretudo, aquela de autoria de Paulina Chiziane. Sendo assim, tratei logo de comprar e ler os mais comentados entre elas: *ÓBaladas de amor ao vento*, *ÓCanto de Perdiz* e *ÓNiketche ñ uma história de poligamia*. Este último em especial, conta narrativas de superação de mulheres traídas e vulnerabilizadas pelo sistema patriarcal. Revela ainda a face de mulheres fortes e capazes de mudar seus destinos, apesar das dificuldades e estereótipos que as atravessam: *ócala-te, mulher! Desde quando tens categoria para falar com um doutor? Nunca te autorizei a falar com homem nenhum. Estás a comportar-te como uma prostituta* (CHIZIANE, 2004, p.60).

Algumas pistas me eram oferecidas a partir dessas sugestões de leitura. Sabia que a recomendação de Paulina não era por acaso, já que, muito mais famoso e lido, era o Mia Couto, todavia não era a literatura dele, necessariamente, que me ajudaria na composição de narrativas do feminismo africano. Mas a de Paulina, sim. A presença forte e ambígua das personagens, marcadas por ritos e tradições do passado que estavam ainda tão presentes na vida cotidiana daquelas feministas e de suas lutas. O que torna esse caldo de narrativas complexo era justamente as possibilidades dadas pela literatura e pelas outras histórias que ouvia. As mulheres africanas eram, à semelhança do que discorre Morin (1996, 2002) complexas⁷⁵ e dinâmicas, e os estereótipos podiam congelá-las.

Paulina Chiziane (2004) comenta sobre a mulher moçambicana:

Começo a admirar esta mulher. A forma prática como ela resolve os problemas da vida. Sua sinceridade. A frontalidade. Ela não teme as bocas

⁷⁵ Para o autor, complexo é aquilo que impossível submeter-se a um definição.

do mundo. É senhora de si e faz tudo o que lhe apetece. Resiste. Luta. Decide. Escolhe. E conquista da vida o seu pedaço de pão. Ela sabe escolher a terra fértil onde germinará a flor, perfumada e sem espinhos. Escolhe as mãos delicadas que irão colher: as que agradam e as que cuidam (CHIZIANE, 2004, p. 252).

Esse trecho foi lido para mim por uma feminista moçambicana que recusou meu convite para entrevista algumas vezes, mas num encontro informal me trouxe e me mostrou o livro, cheio de grifos feitos de lápis e páginas já amassadas de tanto que foram relidas. Depois desse encontro, comecei a me dar conta de que a literatura era um caminho de acesso, uma ponte possível entre as narrativas das afrofemistas⁷⁶ e eu.

Apesar da Paulina não ser uma acadêmica e nem mesmo se nomear feminista, pois acredita que qualquer rótulo engessaria sua capacidade de narrar e construir seus personagens, é curioso notar como o ónão rotularô permeava o imaginário de muitas entre as feministas africanas/ou moçambicanas que encontrei. Foi a partir dessas literaturas⁷⁷ que pude ir me aproximando delas.

Desde óO perigo de uma história únicaô (2015) até o protagonismo heroico e dissidente impresso na história das mulheres de Paulina, a preocupação da não rotulação não era apenas das afrofemis. Em Recife, algo de natureza semelhante também acontecia. Nesse sentido, autoras como Werneck et al (2012), Audré Lord (1984) fazem uma salutar recomendação às acadêmicas não-negras que pesquisam temas relativos à negritude (lugar onde me encaixo), em que mulheres negras (e estendo aqui africanas), não necessitam de ninguém que fale por elas. Conforme Lord (1984, p. 13), ófeministas negras falam como mulheres porque somos mulheres e não necessitamos que nada fale em nossonomeô.

Tanto o livro organizado por Werneck et al (2012): óMulheres negras na primeira pessoaô, quanto os escritos de Lord (1984) em: óLa hermana, la extranjeraô, as mulheres negras, sempre falaram na primeira pessoa e se definiram em seus próprios termos. Não necessitam, portanto, de óatravessadorasô nem de intermediárias. No estilo a que me proponho vi nos encontros de campo uma potência para a interlocução e provocação com essas feministas. Parece-me que havia uma recomendação, uma regra de reciprocidade, pela qual entendi que as relações que estabeleci, deveriam ser de agenciamentos de composição entre heterogêneos. Uma rede de forças ao qual o fenômeno em questão se encontra conectado.

⁷⁶ Em uma outra conversa na fila para o cinema, uma jovem feminista africana se denominava afrofem. A condição primeiro de mulher africana, depois feminista, estudante, mãe, filha, etc...

⁷⁷ Foi unânime entre as feministas africanas, a recomendação que eu lesse as obras da Paulina Chiziane.

De acordo com os textos aqui trabalhados e das narrativas que ouvi, não ódarei voz a ninguém, nem assumirei uma posição maternalista. Invisto na possibilidade de construir alianças, e analisar, a partir dessas trocas, a diversidade de narrativas *sobre* a militância nos contextos em que pesquisei. Invisto, também, em acender às inúmeras diferenças e diversidades que identifiquei nas trajetórias, propostas e elaborações feitas por feministas negras e feministas africanas. Surpreendeu-me, além da conta, como já disse, o quanto foi possível associar, conectar e promover deslocamentos entre as narrativas feministas de *Lá e de Cá*⁷⁸.

As feministas *Lá e Cá*, pelo menos nos excertos que aqui elegerei, abordaram temas semelhantes e diferentes, bem como se dedicam, cada qual em seu contexto, à emancipação de mulheres negras e africanas dos legados coloniais, neo-liberais e capitalistas.

Em Moçambique, isso ficava claro todas as vezes em que se levantava a questão da urgente e necessária autonomia econômica para mulheres, da substituição e/ou eliminação de práticas que ferem os direitos humanos das raparigas ou das mulheres, à exemplo do que ainda acontece em relação aos ritos de iniciação e/ou purificação sexual ainda vigentes no país e que inclui, dentre outros aspectos, riscos à saúde física e emocional das envolvidas. Um outro aspecto que sobressaiu bastante nos repertórios e narrativas de Maputo foi o compromisso e conexão com pautas locais (*lobolos*, ritos de iniciação e purificação sexual, assédios, tráfico sexual, fístulas obstétricas e aborto). Assim como, com pautas globais para o movimento de feministas, por exemplo, a justiça climática, sem a qual não seria possível a justiça de gênero, e a Marcha Mundial das Mulheres, que tem sua atual coordenação internacional em Maputo.

Já em Recife, o cenário se voltava a inúmeras ações, dentre as quais destacaram-se as pautas anti-racistas, antilesbóficas, contra o genocídio da juventude negra e a histerectomia de mulheres negras e pobres, a violência contra a mulher negra e a mortalidade materna.

4.2 Pontes entre Lá e Cá ã Recife e Maputo

Destaco quão numerosas podem ser as demandas para as feministas negras em Recife. O quanto um critério como o de ómorar na favela pode demarcar posições subjetivas diferentes nas demandas desse fazer-se feminista. Uma jovem feminista negra no Recife manifestava pontos intrigantes na relação dela como movimento de feministas negras e

⁷⁸ Como sei que me referirei com certa frequência na combinação dessas narrativas feministas em Maputo e em Recife, optei em algumas vezes por utilizar esse termo *Lá* (quando me refiro às feministas de Maputo) e *Cá* (feministas negras de Recife). Essa expressão era largamente utilizada pela feminista africana Isabel Casimiro, que sempre estava realizando esforços para compreender os limites e conexões para os feminismos nos dois trópicos.

apontava-me que ómorar na favela me faz uma feminista negra e da favela, não posso desconsiderar onde moro. É diferente de quem vive em bairros com outras configurações sociais ou de quem teve sua origem na periferia mas saiu de lá faz tempo (entrevista com Carla Geovana, Recife).

A pesquisa de doutorado realizada por Bonnetti (2007) tem como tema principal a história de mulheres ativistas populares e suas relações, nem sempre amigáveis, com o campo político feminista de Recife. Os dados indicavam uma forte disputa política entre diversos ativismos (feministas ou ativistas que nem sempre se reconheciam como tal, mas contribuíam com espaços e agendas feministas da cidade do Recife) marcado, de um lado, por ativistas que gozavam de maior destaque e prestígio social, muitas vezes, com espaço de fala e participação maior do que aquelas que estavam com trabalhos e atuação nas comunidades locais, e que precisavam, para garantir um lugar de fala e participação, colocar a Arapiraca⁷⁹ na mesa. A pesquisa indicava ainda, um limiar muito sutil de conflitos internos entre as militantes. Que circunscrevia diversos feminismos, compartilhando de espaços em comum, mas com especificidades de raça, classe e contexto de pertencimento entre elas.

Parece que a vivência de Carla Geovana é bastante semelhante àquilo que a pesquisa de Bonetti (2007) indicou anos atrás. Sua existência é permeada por diferenças que se interseccionam: é negra, feminista, jovem, periférica e estudante de pós-graduação em universidade pública. Essa pluralidade que a constitui, imprime aspectos importantes de seu *dever* feminista negra de bases populares: múltipla e heterogênea, mas com pouca visibilidade em certos espaços da militância. Apesar de se encontrar e se identificar com outras feministas negras, possui especificidades em sua luta e faz questão de marcá-las. Ser moradora da favela implica, para ela, pontos importantes e contundentes de muito conflito, quando pensa em sua agenda feminista negra.

Em diálogo sobre esse assunto:

[Pesquisadora] O que te preocupa como feminista negra, acha que ser jovem e da periferia muda algo?

Ah... tanta coisa... comunicar na favela nossas lutas? Porque lá, obviamente, sempre se fez feminismo e negro sem dar esse nome. Porque aqui na reunião e na universidade conseguimos comunicar e sensibilizar um público para questão racial, de gênero e de classe em combinação. Mas, e lá na favela, onde vivo, como é que faço isso? Como é que faço quando chego no PSF (posto de saúde da família) e vejo a enfermeira decidindo sobre o corpo de uma jovem negra de 13 anos em busca de uma pílula do dia seguinte. Primeiro, a jovem leva um esporro porque transa. Segundo, porque não deve usar a ódia Dô como contracepção. É bem foda isso. Onde fica o direito ao

⁷⁹ Arapiraca era o símbolo do pênis. Algo como precisar se impor.

corpo e à sexualidade e o direito de decidir? Imagine essa menina grávida? É foda... chega lá no hospital pra parir e quando a verem grávida vão dizer: ótão nova e buchuda já! É o primeiro? Daí a gente já sabe né? Vai levar outro esporro de outra médica e/ou enfermeira. E na hora do parto menos anestesia... porque tava lendo de uma pesquisa que mulheres negras na hora do parto recebem menos anestesia. A pesquisa dizia que era por que dentro da malha do racismo institucional a mulher negra óaguenta dorô. Mas na minha opinião é pra continuar chicoteando de outro jeito, sabe? Como que dizendo: óah é... transou... sentiu prazer... então veja o que merece agora... é foda isso né... como é que a gente comunica na favela esse racismo? A própria enfermeira de lá decidindo se dá a pílula ou não. A enfermeira do hospital decidindo por menos analgésico. Vê que lógica... Todo mundo manda... não posso chegar na favela falando palavras como óempoderamentoô, ósororidadeô, por que essa lógica não se aplica lá. Mesmo que eu saiba que é isso que salva o dia-a-dia da gente. Porque estou lá, mas a vida toda vi mulheres cuidando dos filhos umas das outras, que nome se dá a isso? A vida toda vi essas mulheres microempreenderem negócios, que nome se dá a isso? Mas se tu chega com papo de óempoderarô, ósororizarô aí funciona não. Por isso é tão importante dizer do lugar de onde se vem porque isso tem uma lógica muito forte. O jeito de socializar, de viver, de amar, de resolver os problemas é tudo de outro jeito. Penso que é preciso democratizar... vê quanta universitária interessada na marcha... mas ela não é a marcha universitária das mulheres negras... é a marcha nacional das mulheres negras. Isso pow... como a gente comunica no morro? Isso eu me preocupo (entrevista com Carla Geovana, Recife).

A fala de Carla é emblemática já que apresenta, entre outras importantes questões, a pauta de um feminismo negro e jovem, preocupado e engajado em desconstruir certos posicionamentos ideológicos e sociais no escopo do feminismo branco hegemônico. Porém não se limita a este, pois realiza a crítica no seio do próprio feminismo negro no qual se insere e nem sempre se sente reconhecida e legitimada.

Sua preocupação gira em torno:

da contracepção;

dos direitos sexuais e direitos reprodutivos;

gestação e esterilização compulsória de mulheres pobres;

a ausência de vaga na creche, e a busca por uma comunicação mais democrática que seja inteligível às mulheres do lugar onde ela mora.

Embora esteja inserida num meio acadêmico, no qual possui toda a instrumentalização de termos e conceitos advindos da academia e do feminismo negro, e que, segundo ela, tem sua aplicabilidade e função positiva em outros espaços sociais e de poder, o lugar onde mora óa cruzeta é outraô (entrevista com Carla Geovana, Recife). A maneira pela qual Carla Geovana enxerga seu feminismo demanda pensar as interseções que conjuga em seu viver e que se expressam em suas observações no dia-a-dia. Atenta, ela observa que precisa encontrar

uma estratégia de conscientizar para o feminismo, sem o ópedantismo acadêmico que joga umas palavras bonitas, e lá em cima, do morro para o morro como é que fica?ô (sic).

A fala de Carla, em Recife, ressoa e em certa medida encontra-se reconhecida em algumas falas e posicionamentos das feministas em Maputo. A constituição discursiva e narrativa destas como sujeitos feministas recorre a uma problematização que impossibilita homogeneizar e categorizar suas militâncias. Seus modos de ser, pensar e atuar diferiam e divergiam em diferentes momentos e, exatamente por isso, é possível indicar o caminho da militância como uma pista que apresenta um modo de vida, uma *arte de existência*, tal como descrito por Foucault (1984, 2011). Não feita, não perfeita e não concluída, mas instigada a construir coletivamente um enfrentamento que através da militância é possível questionar o *status quo* das sociedades em que se inserem.

Retomando a fala de Carla Geovana, além dela, há uma vasta gama de intelectuais negras e ativistas que se esforçam em respeitar e honrar as próprias realidades sociais e culturais, seguindo um caminho empreendido por hooks (2013) de que não deveria haver brecha entre teoria e prática feminista. A dissertação de Ana Paula Correia (2015) é um outro trabalho que espelha uma compreensão mais dinâmica das especificidades das pautas do feminismo de Carla Geovana. O objetivo desse trabalho foi compreender as diferentes visões do feminismo, principalmente, o feminismo negro praticado por mulheres que moravam e atuavam em periferias da Zona Leste de São Paulo.

A exemplo do que nos coloca Carla Geovana, as entrevistadas do trabalho realizado por Ana Paula colocam a questão da segregação socioespacial como de fundamental para entender os modos de ser feminista negra no contexto da periferia. Indica ainda que a articulação da categoria analítica da segregação sociogeográfica deve estar agregada e não desconectada do jugo opressivo do racismo, das desigualdades econômicas, do machismo e do patriarcado. Esse combo forja marcadores sociais importantes para a constituição de si para as feministas negras, porém nem sempre consegue articular outras formas de opressão como o destacado por Carla Geovana. Os dados dessa pesquisa permitem também constatar que as mulheres negras se apresentam como as vítimas mais vulnerabilizadas em um contexto de periferia marcado por diferentes tipos de violência: de gênero, classe, raça, etc.

Encontro, no centro da experiência de Carla e de outras feministas negras, narrativas que desafiam e desconstroem a categoria ómulherô nas sociedades em que estão inseridas, marcadas, fortemente, pelo desamparo estatal, racismo e violência. São mulheres que levantam a bandeira do enfrentamento nos jogos políticos da vida e imprimem socialmente, através de suas lutas e de seus dizeres verdadeiros, uma forma de resistir e agenciar um

presente e um futuros melhores. Confrontam, cotidianamente, o *status quo* das sociedades em que vivem. Suas bandeiras de luta contestam o machismo, sexismo, racismo e violação dos direitos humanos. A partir de seus corpos negros, de suas lutas, organizações sociais e políticas ensinam modos de existência mais libertários e dignos. Assumem, na própria existência, um princípio do saber de si mesmo, conhecer-se e transformar-se em outro (FOUCAULT,2004).

Esse não é um discurso estéril, mas uma aposta que cada uma delas faz ao assumir a militância como aspecto central em suas vidas e que está dotado de vida, força e fé. Esse fazer não pode ser simplificado e reduzido à objetificação dos discursos e das práticas militantes. É um fazer-se, antes de tudo, complexo e dinâmico.

À medida que adentrava no labirinto das narrativas, testemunhei muitas possibilidades e rotas retraçadas por essas mulheres, repletas de avanços e recuos. Foi possível identificar as principais e o modo como cada uma foi se construindo. Interessante perceber como Flor de Lis (entrevistada em Recife) ressignifica esse lugar da militância: óPra dizer como é que é ser militante negra... acho que é preciso sempre iniciar como eu te disse... que a gente não nasce... né... militante... a gente torna-se militante...ô. Flor de Lis revisa e revisita a seu modo, uma crítica feita pelo feminismo negro da essencialidade dessa máxima de Simone Beauvoir (1980). No entanto, acredito que Flor falava num sentido de construção e desconstrução permanente que seu ativismo lhe colocava. Nessa entrevista, ela revela que o processo de construção feminista passou, sobretudo, pela descoberta de que era negra e posteriormente na transição capilar: de tratamento com químicas que o alisavam à textura natural. Assim dizLis:

E quando eu fiz dezesseis anos e meio... é um marco na minha vida porque minha mãe me disse óvocê pensa que só porque vai ficar adulta vai fazer o que quiser?ô eu ((risos)) raspei a minha cabeça... a primeira revolução na minha vida sem saber que eu estava sendo revolucionária no sentido mais identitário... eu não tinha essa consciência mas eu sabia de uma coisa... eu não queria mais aquele cabelo. E aí... eh... ficou o cabelo como chamam de Joãozinho... que é sempre cabelo baixo que minha mãe dizia que eu parecia um homem... que não sei o quê... mas eu podia parecer o que quisesse mas a minha felicidade estava estampada na cara porque ninguém mais iria pegar no meu cabelo... ninguém mais ia me agredir. E aí eu fui andando... então quando eu chego no movimento negro... alguém... não era nem o Movimento Negro Unificado... eram pessoas que estavam fazendo estudos... eu... começo a ver os cabelos... aí minha amiga disse ódeixa eu enrolar os teus cabelos?ôaí eu disse óé... vamos...né.ô.

Tomo os cenários político e econômico como destaques importantes ao modo de perceber-se feminista nos contextos recifense e africano. No período de observação dos

campos era impossível pensar uma prática feminista desconectada do que acontecia no mundo da política e da economia.

4.3 Os cenários políticos e econômicos como pedra detoque

Solange Rocha, uma feminista brasileira que trabalha como consultora em Moçambique com o movimento de feministas, em passagem por Recife afirma: óQuando penso que demos passos à frente, vejo, que voltamos um século. É a treva mesmo. O período em que se realizou a observação de campo em Recife e em Maputo houve mudanças no campo econômico e social. Assistiu-se à cenários e conjunturas político-institucionais, nos dois países, de muitos retrocessos. Essas confluências, em ambos os lados, obrigou as feministas negras e africanas à composição de diferentes forças, especialmente, nos últimos dois anos. As ondas de avanços e recuos sociais exigiu estratégias de enfrentamento diferenciadas, bem como a suspensão de pautas importantes que pareciam dar passos à frente.

Entre conversas e entrevistas-narrativas com algumas das feministas negras e feministas afromoçambicanas, a reflexão sobre avanços, retrocessos e instabilidades esteve presente em inúmeras ocasiões. Em ambas as realidades, está em perigo uma série de conquistas obtidas no campo social. Tanto em Recife quanto em Moçambique foi necessária uma redefinição de pautas mediante os contextos políticos e democráticos.

A seguir, veremos alguns relatos e diálogos que ilustram essas questões mencionadas.

No Brasil, nós mulheres negras existimos porque resistimos. Nós não assistimos aos avanços de pautas conservadoras como a redução da maioridade penal, por exemplo, porque estamos no embate não estamos sentadas vendo a vida passar. A quem serve essa lei da redução? Ela vai continuar encarcerando e criminalizando jovens negros. A saída não é reduzir, mas pensar em políticas que reposicione o lugar desses jovens na sociedade. Que dê caminhos e alternativas outras a eles (entrevista com Ana Lúcia, Recife)

Ficamos ali, na praça do Carmo rememorando, em Recife, a minha passagem por Maputo e os dias difíceis que ativistas tem vivido. Solange (de férias no Brasil) me atualizava sobre os momentos em que as ativistas moçambicanas vinham passando. A relação Estado *versus* ativismo não tem vibrado na mesma sintonia. Me dizia ela, que a ativista Eva, uma espanhola coordenadora geral da Marcha Mundial das Mulheres, com sede-escritório em Maputo, havia sido extraditada, arbitrariamente, para seu país de origem, Espanha. Tudo isso depois de uma ação em que Eva participou, junto a outras ativistas, em uma escola secundarista de Maputo. Esse ato reunia um número de feministas e mulheres contra uma atitude do Estado Moçambicano, fortemente influenciado pelos fundamentalismos Islâmicos que visava obrigar as raparigas (modo como se chama as adolescentes em Maputo) a utilizarem maxissaias (termo que se refere ao uso de saiaslongas,

na altura do calcanhar). Essa estratégia, Estado e religião, objetivava evitar que professores e homens assediassem e violassem as raparigas nas escolas e nas ruas, sendo uma ação que as protegeria dos violadores. Como enfrentamento dessa situação, muitas feministas em Maputo, vestiram saias e se dirigiram a uma escola secundarista munidas de apitos, cartazes, e megafones contra a normativa do Estado. Eva, uma das ativistas que estava na ação, foi apreendida e conduzida imediatamente ao aeroporto onde foi extraditada. Além dela outras feministas diziam que a polícia vinha realizando ameaças e perseguições (caderno de campo, 13.04.2016).

Ali, no pátio de São Pedro em Recife, ficamos estarrecidas, não só pelos ventos que Solange trazia de Maputo, mas pelo cenário, igualmente aterrador que vivíamos aqui no Brasil, com risco eminente de termos uma presidenta deposta, fruto de um golpe parlamentar, midiático e jurídico. O ato feminista de hoje, buscava alertar a população brasileira para os riscos que uma brecha como essa poderia trazer à democracia. O risco do que significava um congresso brasileiro articulado em destituir Dilma do cargo e com ela, toda uma intenção de governo popular. Interessante como a notícia de Solange se conecta com a nossa: o que dizer de uma estrangeira deposta e de ativistas Moçambicanas perseguidas por encabeçar o direito de vestir-se como bem desejar (caderno de campo, 13.04. 2016).

Hoje recebi uma triste notícia, que abalou, pelo visto, todos os meus colegas de luta em Moçambique. Recebi agora a pouco, um e-mail de Isabel arrasada dizendo que um colega seu, professor na mesma universidade onde ela dá aulas (UEM), o Gilles Cistac, foi brutalmente assassinado em movimentada avenida de Maputo, mesma avenida onde vivi no período em que estive por lá. Segundo Isabel, esta foi uma dura retaliação aos movimentos por fortalecimento da democracia no país, pois, Gilles andava a pensar por vias constitucionais como a Renamo, partido que faz oposição a Frelimo ã atual governo ã poderiam governar zonas autônomas onde obtiveram maior votação. Pelo visto, esse foi o motivo da sua morte. Organizações da sociedade civil em Maputo, preparavam uma marcha em repúdio e indignação ao acontecimento marcada para 07 de março (Caderno de campo, 03.04.2015).

Enquanto escrevo esse capítulo, rememoro o quanto foram crescentes os retrocessos nos cenários políticos e econômicos dos dois países, e no quanto isso interfere no campo de lutas dessas feministas em seus contextos. É impossível descolar os acontecimentos políticos da militância de feministas negras em Recife e feministas em Maputo, pois são eventos que determinam, definem e redefinem as estratégias de e para a militância *Lá e Cá*.

Conforme o andamento desses acontecimentos, as estratégias de luta e enfrentamento vão variando. Parece que entramos num túnel do tempo e, como dizia Solange, retornamos à idade das trevas. No jogo do enfrentamento político pela vida a democracia perde vigor e intensidade. Na compreensão de Boaventura de Souza Santos (2007), é por dentro da própria estrutura democrática que as arbitrariedades são legitimadas. No Brasil e em Maputo, as ameaças e riscos ao Estado democrático são grandes. Feministas negras e feministas africanas

denunciam incansavelmente os perigos de uma política que se apresenta a cada dia mais neoliberal, neocolonial, lgbtfóbica e antidemocrática.

Esse espelho, pelo qual vemos os acontecimentos, tem colocado em risco, principalmente, a vida das mulheres. Segundo as feministas, vidas negras, numa escala global, são as vidas mais ameaçadas e prejudicadas no caso de uma derrocada da frágil democracia e dos direitos humanos. Em acréscimo a isso, observa-se expressões de fundamentalismos por meio de dogmas religiosos, islâmicos e cristãos em Moçambique e, prioritariamente, cristãos no Brasil, como vetores ameaçadores às liberdades individuais e desses coletivos.

Trago a seguir excertos dessa retomada fundamentalista, e do quanto isso tem preocupado e demandado novas estratégias entre as feministas *Lá e Cá*.

[Pesquisadora] Isabel, o que está acontecendo, os fundamentalismos andam soltos por essas terras?

Não era assim... isto aqui já foi mais livre pah...Essa história dessa expansão do islamismo em África... nem sempre fora assim... essas vestimentas... não entendo... você agora encontra nas ruas muitas mulheres com Xador (aquela roupa preta) e o Niqab (aquele lenço que cobre boca e nariz (Diário de campo, 15.11.2014).

Em nome dos dogmas religiosos, os retrocessos aos direitos de mulheres e jovens moçambicanas têm se legitimado. Mas isso não é só uma realidade em Moçambique e/ou no Brasil. Em discurso feito por Fungai Marchiori (2016), jovem feminista africana do Zimbábue, ela comenta:

Além disso, o pentecostalismo radical continua a se expandir no meio das falhas do Estado de garantir a proteção social para os cidadãos, agravando assim os modos profundamente patriarcais de relação. No ano passado, um pastor do Zimbábue cortejado com profunda controvérsia quando mulheres da sua igreja supostamente, surgiu através de sua igreja para receber preservativos ungidos pela oração; o milagre é dito ter começado quando uma mulher que tinha sido separada do marido há dois anos trouxe-lhe preservativos com o pastor para orar sobre como forma de convencê-lo (seu marido) que eles devem praticar sexo seguro até que eles conheçam o seu HIV status. A ideia subjacente dentro do conceito de ópreservativos-milagreô é que o poder de negociar o sexo seguro - ou recusar sexo - na verdade não são inerentes a própria mulher, mas sim, dentro do poder de um pastor (como interceptor de Deus) transferências para o objeto de negociação. Em um estudo com 22 mulheres do Zimbábue cristãos que tinham sido abusadas por seus parceiros íntimos masculinos em 2015, 16 (quase 75% da recorte) [...] A crença no poder da oração para acabar com a violência, a percepção dos maus espíritos como os verdadeiros autores da violência e a ideia de que tal sofrimento era um teste necessário da fé foram algumas razões apresentadas pelas mulheres que não relataram o abuso à justiça (Marchiori, 2016,s/p).

Em Recife, algo semelhante se processa como expressa no fragmento a seguir,

Cunha na câmara é o que há de pior. Quero ver como uma pauta de aborto avança com um sujeito como aquele na presidência. Não é por acaso, que ultimamente, estamos ameaçadas pelo estatuto do nascituro. Nós estamos a ponto de perder as ressalvas permitidas por lei. Se antes as mulheres negras já são as mais penalizadas, imagine agora, Cunha e sua corja sacramentam seu ódio às mulheres, principalmente, as negras (Diário de campo 02.03.2015).

Tanto em Recife quanto em Maputo a posição de resistência às malhas fundamentalistas, racistas, patriarcais e neocolonialistas vão se acentuando, e os tempos tornando cada vez mais difíceis um exercício de militância, e por isso mesmo, cada vez mais necessário o embate. Um ativismo resiliente e persistente aos escrutínios do poder, prolifera-se em resistências e alternativas contra-hegemônicas: pautando gênero em que a questão racial era prioridade, pautando raça, quando gênero era o foco. Os dados da pesquisa indicam que diferentes significados dispostavam essa militância. Lélia Gonzalez (1983) reitera em suas reflexões algo semelhante:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução de modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. (Lélia Gonzalez 1984, p.225)

Os depoimentos citados ilustram um quadro dos avanços dos fundamentalismos religiosos e da exigência das agendas feministas construírem suas resistências conformando-se ao enfrentamento dessas questões e das imagens de controle (COLLINS, 2000). Feministas negras, estão conscientes e chamam atenção para o fator de que essa linha de retrocessos recai, sobretudo, sobre corpos e materialidades, das suas especificidades como mulheres negras. Uma militante negra, em evento realizado pela Associação Nacional das Mulheres Negras (ANMN) e SOS Corpo⁸⁰, salientava para a importância de desarticular esses estereótipos, bem como do necessário comprometimento da militância de mulheres negras na desconstrução epistemológica de tais imagens. Esse processo de desconstrução reflete não apenas em relação aos estereótipos da mulher negra, mas também de como jovens e homens estão construídos subjetivamente nesta sociedade.

⁸⁰ Este evento foi organizado pelo SOS corpo em homenagem a Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história. Nele, vimos um documentário, um livro autobiográfico e uma mostra itinerante sobre a obra e vida de Lélia. Havia muitas intelectuais, feministas e militantes negras, com destaque para a participação especial da socióloga e ex-ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros. Vera Baroni e a organização de mulheres negras Uiala Mukaji, também foi uma das homenageadas do dia.

De um modo simples, mas de alcance viral e planetário em defesa de vidas negras, movimento pensado por ativistas negras, as americanas Alicia Garza, Patrici Cullors e Opal Tometi, passou a usar a internet para denunciar os altos índices de mortes violentas de jovens negros norte-americanos. O movimento visava alertar a população americana o quanto vidas negras são desconsideradas. Porém, a iniciativa delas ecoou e sensibilizou ativistas do mundo inteiro, talvez porque esse tipo de denúncia faz parte de uma realidade comum a ativistas do mundo todo. A hashtag, #blacklivesmatter (as vidas negras importam, em tradução livre)⁸¹, foi compartilhada por milhares de ativistas negras/os de todo mundo, incluindo feministas negras e africanas. Todas elas denunciavam em suas redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) o genocídio provocado aos jovens negros por policiais.

No Brasil, são inúmeras as ONGs, coletivos, grupos das redes sociais e observatórios que estão atentos à problemática do genocídio de jovens negros. Dentre esses podemos citar: O portal GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, Blogueiras Negras, entre outros.

4.4 Vidas negras importam? Para quem importam?

A morte violenta de jovens negros repercutia, sobretudo, para as feministas negras de Recife, em um aspecto que demandava preocupação e combate e sucessivas narrações sobre o assunto. Foram muitos os relatos em que essa questão obteve destaque. A morte da juventude representa a combinação assassina do Estado, que torna essas vidas, as mais pobres e as mais frágeis de uma sociedade racista, que visa operar ólucidamente, uma limpeza étnico-racial, tipo eugênica e genocida, sabe?ô (entrevista com Roberta Êwe, Recife).

A morte prematura e violenta de filhos e companheiros negros é uma questão que faz parte do cotidiano de lutas, histórias e memórias de quase todas as feministas que encontrei em Recife. Sobre essa questão, de quem o Estado deixa viver e quem o Estado faz morrer, reflete Foucault (1999, p.304): óCom efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrerô

Sobre essa questão a fala de uma feminista negra repercute bem a questão:

É duro... não sabemos mais... por quanto teremos nossos filhos vivos e aquelas que tem companheiros negros... por que nem todas os tem... também não saberão por quanto tempo viverão. A carne negra é a carne mais barata do mercado, parafraseando aquela música famosa que a Elza canta (Diário de campo, 18.10.2014).

⁸¹ A *hashtag* (uma espécie de chamada política nas redes sociais) foi uma das mais publicadas e comentadas no ano 2015, provocando a discussão e o alcance mundial da morte de jovens negros nas mãos do Estado policial.

Ainda em Foucault (1999, p. 306), o racismo, é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. O racismo tem, conforme o autor, uma importância vital, qual seja: assegura ao Estado que ele exerça a função de matar, uma gestão de vida e de morte sobre as pessoas. Mas o que é a uma vida? Indaga Butler (2009, p. 16) e responde: a capacidade epistemológica para apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida segundo umas normas que a caracterizam, precisamente, como vida, ou mais bem como parte da vida. Butler vai na linha de que nem todas as vidas humanas são choradas quando perdidas, assassinadas. São as vidas precárias, que não são dignas de duelar-se. As feministas negras em Recife parecem duelar pelas vidas precárias, de si próprias, mas também de jovens e homens negros. Vidas, aquelas, abandonadas pelo Estado de Direito e que faz morrer (FOUCAULT, 1999), forjando uma militância que não baixa a guarda, em momento nenhum.

Segundo o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens (CPIADJ), instalada em maio de 2015 que já ouviu mais de 200 pessoas em cerca de 21 audiências públicas, o homicídio continua sendo a principal causa de morte entre jovens negros pobres e moradores da periferia (77%). O relatório demonstra os seguintes dados estatísticos: a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. Por ano, somam cerca de 23 mil jovens do sexo masculino mortos violentamente.

No relatório, há inúmeras narrativas do que se passa na vida das mães que perderam seus filhos violentamente. Segue um trecho, no qual as mães das vítimas dão seus testemunhos. É estarrecedor pensar que um menino de 10 anos de idade, fora alvejado pela polícia, às 17h30, porque confundiram o telefone celular do garoto com uma arma.

O relato da mãe:

Os policiais chegaram atirando, às cinco e meia da tarde. Não houve troca de tiros. Eduardo tinha um celular branco na mão e os policiais primeiramente afirmaram que o confundiram com uma arma. Em uma outra versão, a arma teria caído e disparado, acertando Eduardo. Vendo a cena da morte do filho, sua mãe correu para fora de casa e avistou uma fileira com cerca de 20 policiais, incluindo policiais do Batalhão de Operações Especiais, do Rio de Janeiro (BOPE). Diante da sua dor, ainda escutou de um deles: "Assim como eu matei seu filho, eu posso muito bem te matar, porque eu matei um filho de bandido". (RELATÓRIO FINAL CPI ASSASSINATO DE JOVENS, 2015, p.09).

Ainda segundo o relatório, a morte de Eduardo trouxe, além da perda e do luto, a mudança de endereço de seus pais, que após o episódio passaram a receber ameaças da polícia, obrigando-os a se mudarem do local onde viviam e tinham casa própria.

No período de realização das audiências públicas, eu estava em trabalho de campo e pude acompanhar algumas. Foi extremamente mobilizador para as feministas negras de Recife. Elas não só participaram da audiência, como fizeram uma ampla divulgação do evento de modo a sensibilizar a população para a importância dessa pauta. Yzalú, uma jovem feminista negra, mãe de um menino de 6 anos, disse em entrevista, precisamos comover toda a população brasileira para as mortes trágicas de nossas crianças negras. Que país é esse que dorme tranquilo sabendo que uma aberração como essa acontece no clarão do dia?ô. No período anterior às audiências, foram feitas também reuniões preparatórias e de estudo de dados estatísticos que apontavam para essa grave realidade.

Além dessa mobilização, feministas negras recifenses estiveram envolvidas com a audiência pública dos direitos das trabalhadoras domésticas realizado em Recife no dia 24 de abril de 2014. As feministas estavam atentas para a importância de suas presenças nesses espaços como momento de luta, fala e reivindicação.

Essa audiência é muito importante para nós. Quem aqui não teve mãe, avó ou bisavó empregada doméstica que levante a mão? Eu, que sou mais velha, inclusive, tive que trabalhar como babá para prover o sustento de minha casa, comecei foi com treze anos. Essa questão é importantíssima pra nós mulheres negras. Essa audiência sai em defesa dos abusos sistemáticos e seculares que empregadas domésticas recebem até hoje. Herança escravocrata, porque se todos os trabalhadores têm direitos, por que só as domésticas precisam exigir pagamento de FGTS? Pagamento de hora extra? Décimo terceiro? Essa luta é uma luta de todas nós, mulheres negras. Veja o óburuquô da mídia? As patroas inquietas, indignadas, por que não conseguem pagar um salário mínimo. Não consegue? Problema é seu. Faça o serviço então. Só pra encerrar, e a mídia golpista querendo fazer a população entender que isso é ruim para as domésticas por que vai aumentar os desempregados. Tenha dó! A escravidão segue se atualizando de muitos jeitos. Esse é um deles querem que a gente não exija nossos direitos de cidadã e trabalhadora e que fiquemos caladas, pra não perder emprego... essa questão é de todas nós mulheres negras. Não podemos paixaraguarda ... (Diário de Campo, 24.04.2014).

As imagens de controle (*controlling images*) da mulher negra foram desenvolvidas por algumas intelectuais negras. Patrícia Hill Collins (2000), por exemplo, refere-se ao fomento histórico e subjetivo dado às mulheres negras como sendo o Outro objetificado, desumanizado. Já em Lélia Gonzalez (1984), encontramos posicionamentos semelhantes quando ela tensiona e engendra no pensamento sociológico brasileiro a categoria de um trio de estereótipos conferidos a mulher negra brasileira: ou é vista como a mulata, a boa mãe ou a doméstica. Embora Gonzalez tenha trabalhado com essas noções na década de 1980, pode-se ver essas questões atualizadas entre as narrativas das feministas negras recifenses.

No contexto moçambicano, embora houvesse uma solidariedade, a realidade do genocídio da juventude negra, das imagens de controle e das trabalhadoras domésticas não era alvo da agenda política como o foi entre as feministas negras de Recife, apesar de ter observado em algumas situações que raparigas menores de idade faziam o trabalho como babás. Estas vinham, majoritariamente, de regiões mais empobrecidas do interior de Maputo ou de outras províncias, com a promessa de estudos e melhores condições de vida, o que na maioria das vezes não acontecia.

Como podemos ver, desde a observação de campo às entrevistas, a discussão do trabalho doméstico e infantil não foi fonte do que vi problematizado nos tempos em que estive em Moçambique. Em contrapartida, em inúmeras vezes, as feministas negras estiveram atentas à questão do trabalho doméstico. Não raro, todas feministas negras de Recife tiveram suas mães e avós como trabalhadoras domésticas ou em muitas situações, elas próprias, por um período de tempo, estiveram inseridas nesse trabalho, e sempre rememoravam. nesses espaços, a precariedade do trabalho, a ausência de leis trabalhistas e as incipientes relações patroa *versus* empregada.

[Pesquisadora] Quando fostes ao Brasil o que te chamou atenção do feminismo por lá?

Companheira... todas nós... temos questões sérias a enfrentar...mas esta história dos jovens negros assassinados de vocês, eh pá..., isto não está bem... é preciso muito consciência de luta pra garantir que jovens pobres e que são negros em maioria, não morram na mão das polícias... isto está mal, sim? Não entendo por que o governo não assume essa questão como urgente... viver é um direito, ô Dio... (Diário de campo, 10.11.2014).

[Pesquisadora] E pra vocês o torna a luta urgente? Qual questão é urgente?

Aham... também não andamos nada bem. Um passo que damos à frente, outro passo que damos atrás... Lembras-te daquilo que disse a Ximena na aula de feminismo lá com a doutora Isabel? Temos a mais alta taxa de fecundidade do mundo. As mulheres com idade reprodutiva podem chegar a seis filhos e isso é muito sério. Por que os acessos sociais, as condições de vida, de uma mulher jovem com seis filhos são muito mais limitados [...] São muitos filhos por mulher e sem nenhuma, ou quase nenhuma assistência de pré-natal, parto e pós-parto. Daí que além dos índices elevados de filhos há o problema da fístula obstétrica, é um problema que decorre desse alto número de gestações e partos e... que ... somente nós, mulheres e não sei até quando, vamos passar por isto (entrevista com Ama Ata Aidoo, Moçambique).

Tenho uma impressão recorrente de que os financiadores internacionais que mantem o Fórum, por exemplo, terminam também por definir qual pauta é mais importante, ou qual delas é a mais significativa. E Isabel me ajuda a entender melhor a questão do entrelaçamento das agendas internacionais com a agenda política local. Hoje participei de uma reunião no fórum e entre o assunto do dia o sem justiça climática não há justiça de gênero

discutíamos que as mulheres são as mais atingidas pela questão dos desmatamentos, das monoculturas, e no caso Moçambique, do Prosavana que prevê a plantação de monoculturas numa área de mais de 11.000.000 de hectares pelo Norte do país. A reunião discutia os impactos para as mulheres que um empreendimento ambiental como este pode trazer. Além dessas questões, era preciso definir quem iria à França, ano que vem, para a reunião da COP21. Trata-se de uma conferência da ONU, que visará reunir países em torno de novos acordos internacionais sobre o clima (Diário de campo, 21.09.2014).

Entre as ativistas que tive contato e entrevistei, havia um compartilhamento de conhecimentos das pautas e demandas que mobilizavam as feministas negras no Brasil e do conhecimento de outros movimentos, por exemplo dos trabalhadores rurais Sem-terra⁸². Contudo, o contrário nem sempre se aplicava.

Como revelou uma feminista africana,⁸³ que teve experiência de estágio em São Paulo durante oito meses: óquando estive no Brasil, perguntavam-me sobre Candomblé. E eu respondia: não há candomblé... não tem candomblé, mas tem casamentos forçados, lobolos, Matunas, Fístulas obstétricas... faziam-me cara ódê...ô [estranhamento]. Carecia sempre uma explicação a darô.

Os interesses e enfrentamentos do feminismo moçambicano estão fortemente entrelaçados entre as agendas nacionais (locais) e as agendas internacionais, encabeçadas por organismos como a ONU, que previa uma agenda para 2015 marcada pelo emblema ósem justiça climática não justiça de gêneroô. Assim, parece que os financiadores internacionais que viabilizam grande parte das ONGs feministas em Maputo terminam por conduzir e negociar as agendas entre as questões microssociais (aquelas ocorridas no país) com as questões macrossociais (de alianças e agendas mundiais).

Essa conexão de agendas combina, de um lado, estratégias de enfrentamento aos casamentos forçados⁸⁴ que vulnerabilizam raparigas moçambicanas, retirando-as e

⁸² Visto e citado muitas vezes, como referência internacional entre ativistas moçambicanos/as.

⁸³ Essa palestra se refere ao I ciclo de debates Brasil-Moçambique, realizado no dia 21 de novembro de 2014 e versava sobre as possíveis conexões transatlânticas dos ativismos feministas de Moçambique e do Brasil.

⁸⁴ Não quero, com esse dado, afirmar que no Brasil há uma inexistência de casamentos com menores de 14 anos de idade. Ao contrário, segundo o Censo 2010, pelo menos 88 mil meninos e meninas com idades de 10 a 14 anos estavam casados em todo o país. Na faixa etária de 15 a 17 anos, são 567 mil. (IBGE, 2010). Apesar de dinâmicas diferenciadas, o casamento infantil no Brasil foge às regras ritualísticas daquelas encontradas em algumas partes da África, com acordos entre familiares antes mesmo do nascimento das meninas. No caso do Brasil, esses casamentos são resultado, dentre outras questões, da pobreza e falta de acesso a políticas de proteção. (CENSO, 2010). Segundo a ONG *Save the Children*, o Brasil representa-se como o pior *ranking* da América do Sul para ser menina. No ranking de 144 países, o Brasil ocupa a 104ª (Ver detalhes em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/10/12/brasil-e-o-pior-pais-para-meninas-na-america-do-sul-mostra-estudo.htm>>). O que quero dizer com esses dados anteriores é que no Brasil há um enorme número de casamentos infantis, entretanto, do tempo em que fiz observação participante e entrevistas com as feministas negras em Recife, em nenhum desses momentos, foi citada essa pauta como urgente suas agendas, ainda que tenha emalguns

impedindo-as de estudar. Expõem-nas, ainda, em nome de contratos culturais e prevalência de ritos de iniciação sexual, em determinadas regiões do país, a uma vida de acesso limitado aos direitos sexuais e reprodutivos, ao acesso a políticas de contracepção e de proteção HIV/Sida. Os acessos negados a essas políticas de igualdade de gênero terminam por colocar, sobretudo as raparigas, diante de um maior risco e exposição a assédios sexuais.

Entre as feministas jovens que ouvi, Risi Asini Alibi era uma das mais contundentes a falar. Às vezes a vi reclamando, e noutras vezes, declamando poesias feministas. Suas poesias focavam nas relações de poder assimétricas entre raparigas e professores, inclusive, se repetiam em seus testemunhos-poesias, o fato de que era comum professores do sexo masculino exigirem a troca de sexo com alunas como a garantia para que elas não *chubassem*⁸⁵.

Além dessas dificuldades expostas, havia outras falas de jovens feministas que revelavam que o casamento precoce, a pobreza, a divisão sexual do trabalho doméstico, que cabe na maioria das vezes a elas,⁸⁶ e a violência familiar representavam um panorama do que as coagia ao abandono da escola, ainda em fases iniciais de escolarização. Num outro momento, Risi Asini Alibi mencionou que são muitos os obstáculos a *chubarem* as raparigas muito cedo na escola e na esperança de uma vida melhor,

as nossas barreiras à escola são enormes... basta pensar na regra absurda de que as saias devem ter cumprimento no joelho (ou perto dele); no intervalo de uma ano, nós, as raparigas, podemos deixar de ir a escola por não podermos comprar novos fardamentos... sim, às vezes falta metical (moeda Moçambicana) até para deslocamento à escola, quanto mais para comprar novas saias todos os anos. E na escola fica ali com um fiscal, medindo as saias das raparigas (Diário de Campo, 02.09.14)

Cabe destacar que Moçambique é signatário de diferentes acordos internacionais que visam ao enfrentamento das questões relativas à pauta comentada Risi Asini. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é um exemplo disso. Nela, é reconhecida a presença de casamentos forçados e herdados e, por tratar-se de uma violação aos Direitos Humanos das crianças, os países assinantes do acordo se comprometem com o enfrentamento (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990). Ama Ata Aidoo, sobre essa questão, disse:

momentos visto alguns comentários essa questão não representava de forma central ou secundária o debate feminista. Em contrapartida, Moçambique encabeça fortemente essa pauta de casamentos forçados e está presente em quase todos os momentos do feminismo lá.

⁸⁵ Vem do verbo *chubar*, e quer dizer o mesmo que reprovár.

⁸⁶ Uma outra jovem feminista com vinte e poucos anos, me disse que muitas vezes não há água encanada nas casas, e que, antes de ir à escola quando era *miúda* (criança) era tarefa dela deixar todos os reservatórios de água da casa cheios. E isso levava muitas horas o que lhe obrigava a despertar ainda de madrugada. Uma ressalva interessante é que ela me disse ter um irmão gêmeo, e a este não cabia nenhum tipo de obrigação com os trabalhos domésticos. Quando criança, ele podia brincar à vontade, me disse (DC, 02.09.14).

Sabes a questão é complicada demais... há um interesse do país em participar e assinar os acordos...assinamos acordos favoráveis a rapariga e à mulher importantes... mas... não sei... se...[silêncio] ... é assinar... por assinar... senão assina não recebe os financiadores... vês? ou se... não sei... quando penso que nossa Lei da Família de 2009 criminaliza a violência doméstica e está ali no papel... mas e as mentes? Porque precisa as mentes mudarem não é?... é muito forte... [silêncio] o patriarcado... aqui... no mundo também... por que veja... temos leis boas que se fossem cumpridas viveríamos em paz... minha mãe esteve nas lutas armadas pela independência do país... mas quer dizer que somente depois dali é que as mulheres passaram a brigar por igualdade... por que lá... elas diziam a eles: nada de cozinha! E nem de cuidar dos vossos alimentos e fardamento! Queremos outras funções... mas... de facto... as mudanças seja do acontece no mundo, seja do que acontece aqui... são muito lentas... (entrevista com Ama Ata Aidoo, em Moçambique)

Além de casamentos forçados, há ainda outras questões de muito combate e enfretamento. Uma feminista africana dizia ser de completo desconhecimento das feministas no Brasil as pautas sobre as fístulas obstétricas e o *lobolo*.

O *lobolo* é um dos ritos mais importantes das tradições moçambicanas e trata de uma compensação simbólica e/ou material pelo casamento da menina ou mulher, oferecido normalmente à família da noiva.

Sobre o assunto, podemos ver adiante,

[Pesquisadora]: Que achas do lobolo? Dos ritos de iniciação sexual? São costumes feitos em nome da cultura, da manutenção de uma tradição, não é?

Ah... Dio... Há tantas formas de cumprir um rito ou um ritual sem ter que machucar e ferir, ou endividar raparigas. Existe já... compensações e já se faz muito isso, eu mesma não fui lobolada. Tu sabes por que o lobolo sim? [Não... muito... mas podes me dizer]. A mulher é a força de trabalho numa sociedade como a nossa. É ela que tá na *machamba*, que cuida dos pequenos animais, que limpa, cozinha, arruma a casa... daí se ela sai de casa, o que acontece?... fica um buraco... Precisa então de um pagamento? Porque ela vale dinheiro mesmo... imagina quando ela vai embora? E agora, quem limpa, arruma, planta e colhe? Tem uma história que diz, ah... mas é um agradecimento pela família da noiva por terem cuidado tão bem da filha... ao fio e ao cabo...É o pagamento... uma indenização pela perda na economia daquela família... (Diário de campo,12.10.14)

O *lobolo* é visto de diferentes maneiras. Como referido acima, para uma feminista que vem de um trabalho de desconstrução e conscientização, trata-se de um costume e de uma norma que não beneficia as mulheres e, ela própria diz que quando se casou não foi lobolada. Mas há muitas opiniões diferentes e o assunto já foi fruto de muitos estudos e documentários no país. ÓEle é um deverô, revela uma moçambicana lobolada e interlocutora do documentário realizado na Província de Maputo, no ano de 2014, sob o título: *ÓLobolo: o preço da noivaô*.

O *lobolo* aparece nos discursos de algumas feministas como um trabalho de consciência que está longe de se resolver. O dever e a tradição aparecem no rito como uma obrigação. Segundo relatos do documentário: óMulher que não foi lobolada não tem valorô. Outro depoimento diz que essa é óa maneira correta para iniciar uma relação conjugalô.

Como já advertia Osório e Macuácu (2013), as facetas tanto do *lobolo*, quanto dos ritos de iniciação no contexto atual são híbridas e ambivalentes. Os mecanismos de apropriação e desapropriação culturais dos ritos ocorrem por diferentes vias. Percebe-se mudanças nesses mecanismos, seja a aceitação, como a maioria dos relatos presentes no documentário, ou uma adaptação, que se revela na compensação simbólica, ou mesmo a completa rejeição como compartilhada pela maioria das feministas.

Questionar o *lobolo* e tantos outros ritos de iniciação sexual configura importante pauta nas agendas políticas do feminismo afromoçambicano. A presença desses costumes, alimenta, segundo elas, as atualidades da família patriarcal. Este rito de passagem, principalmente na vida da rapariga e da mulher moçambicana, limita a capacidade de negociação nessas relações, e no caso da ruptura do casamento, a mulher, não tem direito algum, nem aos bens do casal nem aos filhos.

Na separação tudo fica com o marido, oras, ele não pagou? O patriarcado vai criar estruturas que limita a vida e liberdade das mulheres. Para eles, tudoô (Muhipiti Alima).

Acompanhei Isabel, hoje, em uma de suas atividades como feminista e consultora. Ela orientou durante quase toda manhã um grupo de cinco jovens que participarão da Conferência Nacional da Rapariga, com o tema do empoderamento das raparigas e inspirando mudanças para eliminar o ciclo da violência. Nesse encontro, uma jovem feminista moçambicana relatou que esteve na província de Inhambane a convite de Ximena para falar sobre aborto seguro. Descobriu-se que algumas mulheres da província tiveram suas vaginas ócoladasô, óseladasô. Essa prática pode ocorrer antes do casamento para garantir o sangramento no primeiro ato sexual, mas também, pode acontecer as meninas assim que nascem e só nas vésperas dos casamentos é que ocorre o descolamento (Caderno de campo, 17.11.2014)

Essa discussão do *lobolo* e dos ritos de iniciação é recorrente entre as feministas de Moçambique. Questionar as estruturas do patriarcado é uma das pautas de suas agendas políticas. O *lobolo* figura entre um dos rituais mais importantes das tradições moçambicanas e é visto como um dever no imaginário social da população. A pesquisa realizada em âmbito nacional por Osório e Macuacua (2013) demonstra que a prática dos ritos de iniciação ainda se faz presente em muitos grupos e províncias, mesmo que a legislação moçambicana proíba. Acartilhasobreessesritosnopaís, de autoriade Conceição Osório (2014, p.30) salienta: óa

lei pode não estar a ser cumprida porque comunidades, lideranças e famílias continuam interessadas na permanência desta prática culturalô.

Nesse processo, entre leis e costumes, há um enorme hiato como se pode ver nos resultados da pesquisa de Osório e Macuacua (2013) e no resumo impresso no formato de Cartilha. Moçambique avançou no estatuto das leis, criminalizou a violência doméstica, mas ainda perduram práticas e ósinais de uma violência autêntica aos Direitos Humanos e da quebra de acordos internacionais assinados, mas não cumpridosô. (Entrevista com Muhipi Alima, Moçambique).

Feministas jovens e feministas matronas em Moçambique lutam arduamente para que entre em voga, na letra da lei e nas mentes, as atuais convenções que garantem e preservam a vida e a integridade de meninas e mulheres moçambicanas. O que entra em ação, na agenda dessas feministas, é antes de tudo, a luta pelo cumprimento dos acordos internacionais em relação aos Direitos Humanos e civis para mulheres, e do cumprimento do Código Civil moçambicano que até a década de 1990 contava com uma legislação que garantia a defesa da legítima honra. À semelhança da constituição brasileira, permitia aos homens assassinar suas companheiras/esposas em nome da honra⁸⁷.

Uma vez que tenhamos investido sobre as pautas que foram recorrentes aos dois feminismos, o caminho percorrido não pretende esgotar ou generalizar as narrativas, mas realiza um esforço de pontuar algumas de suas particularidades.

De uma maneira mais geral, dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também místicas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ela se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições (GUATTARI, 1992, p.21).

A tarefa de identificar e demarcar as agendas não foi fácil. E uma das questões que melhor me orientou durante o trajeto de pesquisa de campo foi observar essas narrativas (pautas e agendas políticas) como reveladoras em potencial de subjetivação feminista. Parti de um pressuposto, endossado pelas epistemologias feministas negras e africanos, bem como da impressão, que as narrativas de militância veiculam um vetor de categoria subjetiva na vida

⁸⁷ Dentre as narrativas do feminismo moçambicano não foquei, para essa análise, na questão dos paradoxos em relação à heterossexualidade compulsória *versus* homossexualidades, que até bem recentemente era enquadrada como crime pela Constituição. O discurso público da maioria das feministas reconhece a diversidade de identidades e orientação sexual. A homossexualidade foi um assunto frequentemente mencionado, sobretudo, comigo e em conversas com as feministas mais jovens, que se sentiam mais seguras por acharem que nós, brasileiras, temos maior abertura. Curiosamente, nas entrevistas com as mais jovens essa questão não emerge. Por outro lado, nas conversas informais, era assunto recorrente.

dessas mulheres de vidas fortemente atravessadas e marcadas pelo modo de ser feminista. Mas o que daria corpo a essa ação coletiva das feministas?

Tomando como referência Deleuze e Guattari (1997, p. 33), parto da ideia de uma economia coletiva, de agenciamentos coletivos de subjetividade, que, em algumas circunstâncias, em alguns contextos sociais, podem se individuar. Para os autores, o processo de subjetivar-se ocorre mediante um engendramento de campos de forças oriundos de diferentes fluxos.

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização não ou seja, toda a produção de sentido, de eficácia semiótica não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Estes processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos... Enfim sistemas que não são imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31).

Nesses termos, aproximo da concepção desenvolvida por Benevides (1996) e persigo a noção de uma subjetividade feminista, negra e africana, inscrita no domínio da ruptura, da afirmação de potência e do escape. Singularizar, nesse sentido, é inventar, criar outros modos de existência que não terminem por engessar as experiências, priorizando-se um devir criativo e diferencial, que operou a partir de uma heterogênese polifônica e múltipla das narrativas aqui expostas.

É possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de processos de singularização uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzem uma subjetividade singular. Uma singularização existencial. (BENEVIDES, 1996, p.9)

É pertinente lembrarmos que nos processos de subjetivação política das feministas negras e africanas, a inscrição na singularidade se revelou como um aspecto compartilhado e não contraditório, já que lidam nas próprias vidas e nas formas de enfrentamento aos sistemas patriarcais e capitalistas com as injustiças que recaem sobre as mulheres.

Associam-se, cada uma em seu contexto, a partir da conjunção de eixos de opressão que, embora sejam específicos, conectam-se pela percepção de que não há vida de um só tema (LORD, 1984). Esse era um aspecto que reincidia nas narrativas de luta e singularidade de cada uma delas e apresenta a lucidez com o qual lidam em seus cotidianos.

Como nos tornamos o que somos? É uma pergunta feita por Rose (2011) que parece pertinente a este momento. Sua análise procede pensar as subjetividades como uma capacidade aberta e latente. Trago alguns excertos a seguir, que em forma de síntese e conclusão, continuam a investir como em rizomas nessa singularização subjetiva, aberta e movediça das feministas.

Como o ativismo foi crescendo e transformando essas existências feministas, negras e africanas? Não foco aqui tanto no aparelhamento das pautas, mas nas configurações subjetivas que as feministas negras e africanas elaboram em seus modos de existir.

4.5 Os lugares da heterotopia: Feminismos e invenções da subjetividade

As heterotopias se revelam como território de desvios, espaços absolutamente outros, por onde novas fissuras surgem. São espaços potenciais que marcam novas configurações sociais, políticas e subjetivas. Os espaços subjetivos heterotópicos, são aqueles por excelência, em que a resistência se manifesta. Refere-se à possibilidade de reinvenção que possuem sempre um sistema de abertura e de fechamento que as isola em relação ao espaço circundante (FOUCAULT, 2013, p.26). Desde as epistemologias feministas (negra e africana) até os modos de existir dessas militantes, contesta-se um assujeitamento político, econômico, histórico, geográfico e afetivo, rejeita-se a colonialidade do poder.

A resistência se configurou como *locus* privilegiado das narrativas e desses modos de ser militante, dada por um engendramento, não só entre aquelas que comungavam pontos de vista em comum, mas também marcada por uma perspectiva ancorada, dentre outros elementos, nas diferenças acumuladas nesse exercício que vai para além da militância. São mulheres que defendem pautas de ativistas e ações coletivas que resistem e conjugam as dores e os paradoxos que marcaram historicamente as vidas dessas mulheres na diáspora (LÓPEZ, 2013. p. 43).

Ei! Eu penso que você [pesquisadora] quer eu chegue onde é ser feminista, mulher e negra. Numa sociedade machista, racista e classista, vixe Maria viado! Precisa dizer mais nada? A gente tá numa contramão da p** e no subdegrau desde sempre (entrevista com Joana Alvez, Recife).

Como não pulverizar a luta? Somos 52 milhões de idades, de penteados, diferentes identidades, profissões, diferentes moradias, salários. Somos diferentes, como não considerar essa diferença? É desigualdade. Ainda vive-se condições diferentes entre nós. E de nós em relação às outras (entrevista com Luiza Mahin, Recife).

Pensar o ambiente, de diferentes maneiras na pauta feminista, anti-racista, anti-lesbofóbica, anti-violência (Entrevista com Lúcia Silva, Recife).

As falas de Ana Lúcia, Luiza Mahin e Lúcia Silva, feministas negras, endossam aspectos trabalhados no capítulo epistemológico. Suas falas revelam um cotidiano de lutas e demandas variadas que se assemelham por interseccionar em suas existências, um número variável de opressões (COLLINS, 2000; COLLINS, 2016). As feministas negras percebem essa conexão de opressões e lutam atuando no enfrentamento aos sistemas que insistem em imobilizá-las nesses contextos. Sendo assim, o feminismo, configura-se como um espaço potente em que resistência e agência são possíveis. Essas expressões de várias vozes visam trazer à centralidade da mulher negra como sujeito epistêmico. Ela ali, bem ao centro iluminando-o (entrevista com Lúcia Silva, Recife).

A fala de Lúcia Silva parece falar de um desejo de militância em que deveriam estar posicionadas as mulheres negras. Apesar de, na sequência de sua fala, reconhecer que o lugar concedido às mulheres negras é o não-lugar, ósomos o outro do outroô, diz Lúcia Silva. Ou seja, sua narrativa inicial imprime um desejo de que a mulher negra esteja no centro. No entanto, as condições materiais e subjetivas nas quais as mulheres negras foram colocadas as posicionam à margem de um lugar social. Essa antítese óo outro do outroô foi pensado por muitas intelectuais negras. Para Kilomba (2010), a mulher negra é antítese: o Outro do Outro.

Por serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro e nunca si mesma (ë). Mulheres óbrancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o outroô do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o outro ódo outroô (KILOMBA, 2010,p.120).

Para Sueli Carneiro (2005) em seu trabalho de doutoramento, essa construção do Outro como não-ser reflete uma posição complexa e ambivalente e se realiza por diferentes vias, numa investida nomeada por ela, de dispositivos epistemicidas e desqualificadores à subjetividade da mulher negra. Mulheres negras não são reconhecidas como sujeitas produtoras de conhecimentos científicos, artísticos e intelectuais, em virtude das estruturas cognitivas, do conhecimento e das desigualdades sociorraciais às quais estão expostas sua alteridade.

Resgato a partir de alguns fragmentos de entrevista com feministas negras e feministas moçambicanas, os lugares possíveis desse feminismo

Não é! Olha as raparigas, depois as mamas. Tãhãve né? Não é feminismo, precisa de muitos feminismos porque são muitas as nossas questões... (entrevista com Nazra Shange, Moçambique).

Dentro do feminismo as negras tiveram que pautar, as pobres também, as lésbicas, as periféricas, as nordestinas, as trans, as populares. O próprio movimento entendeu que não dava pra pautar uma categoria apenas sem considerar outros elementos e outros sujeitos. São pautas muito diferentes. Isso gerou entre nós uma disputa de pauta o tempo inteiro e forçou a afirmação de uma luta. Não somos todos feministas! Mas é um conflito constante de visibilizarmos o que foi invisibilizado nesse processo histórico. Travamos uma briga muito grande. (entrevista com Flor de Lis, Recife).

Pode-se perceber o quanto estas situações mostram a multiplicidade de mulheres, narrativas, dispersões, dissensos e consensos de práticas, os modos de ser, pensar e viver como resistência. Dizer que há uma pluralidade de referências quanto ao ser feminista pode parecer óbvio. Contudo, apresentam aquilo que sempre lhes foi negado no esboço das sociedades racistas e patriarcais, das epistemologias clássicas da ciência e do feminismo branco hegemônico. A pauta das mulheres negras abarca diferentes classes sociais, econômicas e culturais que vão moldando, dando corpo, às suas lutas.

Foucault (1994) em *ÓAnti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista*, faz uma interessante colocação de que em sua opinião não é necessário ser triste para ser militante, argumentando a favor que uma vida de militância não tem que ser apenas triste e/ou difícil, mesmo que a coisa que se combate seja abominável. Ele ainda diz que deve haver nessas existências militantes, uma força revolucionária implacável. E aí eu me pergunto: será que o que mobiliza os feminismos negros e moçambicanos é apenas o verbo lutar? Será que o foco é sempre um combate aos fascismos que deixa viver e faz morrer? Ou será que há outros vetores, tão importantes quanto este, que também se destacam entre as feministas?

Não posso me esquecer da alegria e do sentimento de esperança quando estive em Brasília com as mulheres negras na 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras. Não se pode esquecer que o que alimenta a luta são esses momentos nos quais uma força leva milhares de mulheres negras brasileiras reivindicando, em uma só voz, o fim de uma sociedade racista e violenta e que o direito ao bem-viver é um dever do Estado.

De outro lado, feministas moçambicanas, diziam-me, com a firmeza de um longo traçado em busca de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que foi em nome, sobretudo da luta feminista encabeçada no país, que em 2014, Moçambique despenalizou o aborto. Sem alarde ou controvérsia, o Parlamento de Moçambique aprovou em julho daquele ano, uma legislação inovadora para legalizar o aborto e salvar as mulheres da brutalidade das operações clandestinas. Isso coloca Moçambique entre o punhado de países progressistas em África que

garantem o direito das mulheres de controlarem os seus corpos, sem terem de suportar uma gravidez indesejada. Os outros são Cabo Verde, África do Sul e Tunísia. (SAYANGES MERCEDES, s/p, 2014).

Tanto em entrevistas quanto no período de convivência no campo, pode-se perceber que lutar é, sem dúvida alguma, um exercício que as subjetiva. Mas não só. Pude ainda testemunhar e estar na presença de outros significados de militância e encontrar nas marchas em Recife e Maputo, e na aprovação de leis a favor do aborto seguro, em Maputo, espaços de resistência, encontros e muita celebração pelos avanços que se alcançou, ainda que lentos.

Em Recife, por exemplo, o sagrado sempre presente na abertura de reuniões e marchas, assim como um jeito de festejar militando também sempre estiveram presentes. Os bingos, feijoadas, ensaios fotográficos eram um exemplo disso. Já em Maputo, uma fogueira feminista sinalizava entre elas, mais jovens e matronas, o desejo de aquecer e transmutar. Simbolicamente, o fogo aceso na abertura da reunião, tinha por objetivo levar às alturas os desejos feministas. Embora tenha aparecido em menor medida essa questão do sagrado e da ligação dos ativismos com as fontes supremas, havia sempre, de algum modo, uma prática de desejo de reconexão com forças superiores. Não a do Deus patriarcal, branco e masculino, mas de uma chama acesa que se reconectava à própria divindade, como dizia umadelas.

Retomarei uma passagem, que considero bastante emblemática. Foi um momento em que, após finalizado o trabalho de campo, reuni-me na Bahia com ativistas do mundo todo. Curiosamente, estavam naquele espaço duas das feministas moçambicanas que entrevistei e quase todas as feministas recifenses com quem tive maior contato. Esse espaço visava diferentes aspectos da militância, além da promoção dos ativismos transnacionais, convocando uma rede dinâmica e também um momento de discussão das principais estratégias de atuação e alianças. Era também um momento de fortalecimentos das práticas de autocuidado tendo como eixos fundamentais: a construção e o fortalecimento da comunidade e a construção de fortes relações desolidariedade.

Nos dias anteriores ao Fórum, durante o pré-fórum, com feministas negras da diáspora e feministas representantes de todo o continente africano, o amor e autocuidado foram priorizados como estratégia de continuação na luta. A proposta de construir um diálogo de conexões globais foi reacendido nesse espaço, e estávamos propondo conexões. Nomes como Apenyo Mildred, Aissalou Asse, D bi Young, Rudo Chigudu, Monique Dauphin, Miriam Miranda e Jurema Werneck compuseram um painel: óConstruindo juntas feminismos negros globais.

De maneira semelhante à contação de histórias, D bi Young propõe-nos o amor como gesto a nos guiar nesse caminho de conexões, mas destaca que este não é um amor romântico, heterossexual, voltado ao prazer e cuidado alheios, e sim um amor que nos permita sentir a integridade do que somos. E fez à plateia, eu estava lá, a seguinte provocação-reflexão que, traduzo a seguir: óquem de nós tem o segredo do amor? Quem tem a língua do sagrado no meu coração? Apesar do medo perigoso que é amar, ela nos sugere essa subversão. E dispara: óo amor é uma cura, uma arvore antiga. Encantada. São ramos com braços estendidos do amanhã. Podemos ser firmes no amor. Isso é comunidade (Diário de campo, fórum feminismos negros, 06.07.2016)

Rudo Chigudu, feminista do Zimbábue, dizia em um painel: óTalvez a saída seja o amor. Evidente que este amor é uma estratégia política de enfrentamento. Se estamos dispersas pelo mundo, o amor é a cola de que precisamos. Esse processo não está encerrado, é dialógico e contínuo. Podemos, através do amor, revolucionar a forma como nos tratamos, e isso tem gerado fortes resistências do lado do opressor que nos acusa de óincitação a lesbianidade e este configura grave problema. Na América Latina, especificamente no Equador, tem crescido o número de clínicas de internação compulsória para reversão da homossexualidade, denunciou uma companheira (Diário de campo, fórum feminismos negros, 06.07.2016).

Não apenas do Fórum, espaço privilegiado de narrativas feministas que o discurso do amor e do cuidado como estratégia e resistência apareceu. Em Recife, no dia 21 de março de 2014, quando estava nas primeiras aproximações de campo, destaquei essa aparição. Sob a regência da mulher negra mais velha presente na reunião, realizamos uma espécie de oração em língua africana, talvez em Iorubá. Bem ao centro de onde estávamos posicionadas, construiu-se uma mandala com elementos característicos de tradição africana, tecidos e objetos. Após esse ritual de abertura, seguimos para um anexo do SOS Corpo, onde aconteceu a coletiva. (Diário de campo, Recife, 21.03.14)

Os rituais de oração, cura e proteção se repetiram no cenário recifense inúmeras vezes. A ancestralidade, o sagrado e a fé surgem como marcadores importantes da militância em Recife. Parece que dos inúmeros elementos que subjetivam esse ethos de militância, a fé, o sagrado e o amor, são potentes em subjetivação e devires de uma estética de existência, como obra de arte.

Retomo minha experiência no fórum AWID mais uma vez, e destaco mais elementos dessa composição subjetiva feminista, fortemente marcada pela sacralização da vida aparece no meu diário de campo. E peço licença para narrá-lo:

A cerimônia de fechamento de hoje comunicou mais do que eu sou capaz de discernir. Lenços azuis foram distribuídos entre nós, mulheres, e uma mãe de santo, Jaciara, pedia que em coro, disséssemos óabaricá, abaricá, abaricão, e Yemanjá viria como aquela que cuidaria de nós, naquele espaço ouvia-se o som do mar. Um choro contido deu nó na minha garganta e na de muitas outras mulheres ao meu papel, o lenço azul servia de amparo às lágrimas.

Uma outra mulher parecendo de origem africana abriu uma roda e com dois chocalhos nos limpava de qualquer maldição. Aparentava estar sob influência de algum espírito. Mais lágrimas escorriam pelas nossas faces. Suspiramos. Suspiramos. Silenciamos um pouco e os chocalhos permaneciam ecoando em nossos corpos.

Em sequência, a mãe Jaciara nos pede que sussurremos na palma de nossas mãos o nome de duas mulheres importantes que nos trouxeram até aquele caminho do feminismo negro. Outra emoção forte. Depois do sussurro na palma da mão era preciso soprar esses nomes em direção ao mar (a travessia do Atlântico?). *Odoyá ñ Oyá*, mulher forte, Yemanjá, cuidaria delas para nós. Sojourner Truth e Vera Baroni, foram os nomes que sussurrei na palma de minha mãe e as dirigi ao mar.

Em lágrimas estávamos muitas de nós, quando o som arrebatador de tambores abriu uma nova etapa daquela ritual ñ a festa. E em festa e dança nos despedimos desse ciclo de aprendizagens e sacralizando cada nova passagem do que foi visto. Dançamos até não poder mais. Além dos tambores uma DJ africana animava a festa. As mulheres pareciam mais à vontade por estarmos apenas entre mulheres, e danças muito sensuais e provocativas aconteciam no centro da grande roda onde dançávamos. (Diário de campo, fórum feminismos negros, 06.07.2016).

Do verbo lutar é possível perceber ainda a conjugação de uma subjetivação feminista marcada por outros vetores, tais como: festejar as dores e delícias da militância e continuar marchando. Tomando a alegria, a dança e música como lugares privilegiados de sobrevivência aos mecanismos aniquiladores da sociedade em que estão inseridas.

4.6 Interlúdio IV: Temer ou não temer, eis a questão!

Na atual conjuntura política brasileira, o verbo e um sobrenome ã Temer, podem ser conjugados com a mesma palavra. E o vice, Michel Temer, vem a público, arquitetando o desmonte da saúde, educação e previdência social. A PEC-241 aprovada na Câmara dos Deputados versa sobre o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. A proposta do Estado Mínimo é mola-mestra do atual governo. Em contrapartida, a esperança e a resistência caminham juntos, e estudantes secundaristas iniciam ocupações em suas escolas contra a PEC e a reforma no ensino médio (Diário de campo, 31.10.16).

Temer ou não temer, eis a questão! Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), já são mais de mil escolas ocupadas. Além deles/as, professores/as de universidades públicas e institutos federais deflagraram greves, em resposta à PEC da morte que depende agora da aprovação do Senado (Diário de campo, 20.12.2016).

5 FLUXO 4: FUTUROS FEMINISTAS, APOSTAS E CONVITES

Esse trabalho objetivou compreender e analisar as narrativas de militância com feministas africanas no contexto moçambicano, e com feministas negras, no contexto recifense, em seus respectivos processos de subjetivação política. Especificamente, (i) Observei nos dois contextos as especificidades e aproximações com o feminismo; (ii) identifiquei as pautas, agendas políticas e estratégias de atuação; (iii) Identifiquei as especificidades, consonância e assimetrias nos diferentes contextos; (iv) Perscrutei a maneira pela qual as feministas se constituem, seus modos de intersecção e subjetivação política.

A partir desses dois campos de trabalho, lancei-me no desafio de refletir e problematizar de maneira conjunta duas matrizes epistemológicas distintas e dois campos de feminismos distintos: o negro e o africano. Procurei demonstrar através de um trabalho com observação participante e entrevistas narrativas, a forma como as sensibilidades de um feminismo negro e de um feminismo africano se manifestavam em suas simetrias e assimetrias.

Nesse trabalho, foi possível indicar especificidades e ambivalências de cada ativismo. Os achados da pesquisa demonstram que tanto as apostas epistemológicas aqui empreendidas, quanto as narrativas sobre a militância com feministas negras e feministas africanas, apontam para uma escrita de si ativista, heterotópica, que atua no enfrentamento dos jogos políticos da vida e que incide sobre as vidas das mulheres que compuseram esse estudo e de seus focos de atuação.

A inscrição interseccional surgiu por parte das teóricas e ativistas negras como um caminho que indicou uma possibilidade de escuta e reflexão às ótrombadas, que apontam as múltiplas opressões de classe, raça, gênero e sexualidade a que estão expostas essas mulheres. Apesar de encontrar similitudes de luta nas agendas entre as feministas negras da diáspora em Recife, e nas das feministas africanas em Moçambique, para as últimas, há o foco numa discussão de gênero e feminismo que advogue epistemicamente a favor de uma posição que coadune com as especificidades da mulher africana. O feminismo africano possui eixos de opressão que se diferenciam do feminismo negro, tais como, uma agenda que incorpora dentre outros elementos, questões relacionadas a *lobolo*, ritos de iniciação e purificação sexual, casamentos forçados e herdados, feminização da Sida e as fístulas obstétricas.

O feminismo africano pergunta-se: o que é a mulher africana? Ou, quem é a mulher africana contemporânea? No sentido de desconstruir as noções disseminadas pelo ocidente que pulveriza o continente e coloca, a todas, numa mesmo panorama e posição. Discutem

ainda até que ponto as teorias feministas advindas do ocidente poderiam servir à reflexão das dinâmicas locais.

À luz dessas considerações, resgato duas categorias analíticas fundamentais dos feminismos negro e afromoçambicano que ajudaram a refletir este trabalho: óacaso não sou mulher?ô e óquem é *Ava Sati va Lomu?ô* (mulher moçambicana). Tanto a primeira quanto a segunda pergunta serviram de base e problematização aos fundamentos epistemológicos do feminismo negro e do feminismo afromoçambicano, bem como da reflexão de que a vida das mulheres negras e moçambicanas nem sempre são reconhecidas em sua humanidade.

Ambas as perguntas são fruto das reflexões e problematizações encabeçados pelos feminismos nesses dois países. A primeira critica as produções hegemônicas e universalistas tanto da ciência quanto do feminismo branco que limitam suas posições e não consideram a diversidade de possibilidades tanto de fazer ciência quanto de ser feminista. E nesse sentido, posso afirmar, apesar de haverem dissensos, os feminismos negros e os feminismos africanos conectam, cada um à sua maneira, classe, raça, gênero, sexualidade, território e patriarcado.

Ambos criticam os epistemícidios. Entre as feministas negras, da invisibilidade das múltiplas opressões. Do feminismo africano, da importação dos regimes de verdade ocidentais tidos como verdadeiros e únicos, que não valorizam os saberes e as produções locais. Propõem o dismantèlement de um patriarcado racista, heteronormativo e capitalista.

De certo modo, as narrativas aqui analisadas dão visibilidade à diversidade de mulheres e ativistas desses dois feminismos. Tão distantes e tão distintos, mas que se aproximam no que se refere à luta pela justiça de gênero, racial, sexual, social e econômica.

Pude observar ainda, que as redes feministas transatlânticas e transnacionais aconteceram sem que eu me desse conta. Apesar das imensas distâncias geográficas e das linhas de opressão distintas, há um esforço de aproximação. Sim, as diferenças são grandes, mas os dados do trabalho apostam que há uma alteridade que envolve as feministas nos dois países. De exemplo, disse uma feminista negra que no cenário brasileiro, o genocídio da juventude negra é uma pauta e preocupação que alimenta o trabalho feminista. Do outro lado do Atlântico, embora não ocorra o assassinato em série de jovens africanos, temas como casamentos precoces, herdados, e forçados, além da prática dos ritos tradicionais, em alguns contextos, faziam parte das prioridades nas agendas feministas africanas.

De certo modo, as práticas coletivas das feministas negras e feministas Moçambicanas travam em seus cotidianos de luta, a batalha pelas vidas que menos importam, como diria Butler (2009) em sua pergunta ontológica que pode ser aproximada das questões

feministas aqui testemunhadas. Quais vidas são dueladas, pergunta-nos a autora? E ainda: por quais vidas a qualificamos enquanto tal e nos enlutamos, choramos e sofremos por sua perda?

Apesar da expressão do racismo ser diferente, as feministas desses países são respostas em enfrentamento bem semelhantes, firmes e contundentes, contrariam e questionam o *status quo* da sociedade patriarcal e defendem que ótodas as vidas são dignas de duelo. De um lado do Atlântico, feministas africanas denunciam as violações sexuais de meninas e mulheres em regiões em que o Estado cede espaço aos fundamentalismos religiosos. Sendo suas lutas fortemente marcadas pelos enfrentamentos a essas questões e aos demais contextos de vulnerabilidade social, política e econômica à qual estão expostas.

Entre um tumultuado momento político que atravessou essa pesquisa e os ativismos aqui empreendidos, o sentimento que encerra esse texto é de medo e esperança (BOAVENTURA, 2016). Medo, porque as feministas nesses dois cenários já indicavam os riscos que as políticas de austeridade e retrocessos podem trazer às mulheres negras e moçambicanas. Esperança, porque sabendo-se que os passos vêm de longe (WERNECK, 2010), o que alimenta a militância é o investimento no futuro incerto e impreciso e de uma luta que aposta que dias melhores virão.

A luta dessas mulheres e o modo como conduzem suas existências de militância, garantem às sociedades em que estão inseridas que a semente da esperança continuará a ser plantada e germinada. Independentemente dos recuos a que tiveram de assistir e remodelar nos últimos tempos, há ainda um longo percurso a se trilhar, e entre medos e esperanças, os futuros feministas negro e africano apontam na direção e defesa cada vez mais atuante e intransigente em defesa das vidas que a sociedade insiste em fazer morrer. São feminismos que forjarão não apenas um novo marco civilizatório, mas um futuro em que todas as vidas merecerão duelo e serão anti-fascistas...

Resgato, ainda em tempo, que no início desse trabalho, quando apresentei uma narrativa das motivações que me levaram à construção da capa, ou do objeto propositivo como assim foi nomeado, gestaram em mim, ideias que não foram utilizadas apenas na composição da capa. Tomei de empréstimo em Gadamer (1985), em *ÓA atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*, as ideias que atravessaram todo o texto. No meu entendimento, o autor provoca-nos a pensar que quando construímos algo, seja uma arte, uma tese, uma pesquisa, um conto ou poesia devemos assimilá-la como um espaço de gestação potencial. Um jogo, em que é preciso deixar aberturas para que sejam preenchidas pelos demais: plurisignificando e tecendo hibridismos, fugindo e repousando. Dessa forma, e aqui revelo como um compromisso ético e político desse trabalho, ofereço esse objeto-tese como um suporte em

Rizoma: aberto, múltiplo, modificável e conectável. Desejo que passe a ser um instrumento de mediação para provocar diálogos. Coloco-o no entre-lugar. Na fronteira da discussão e da dissidência, onde cada uma das feministas negras e feministas moçambicanas me permitiram dialogar e se fazem aqui presentes.

Nessa energia espero que esta pesquisa não se encerre, e que o doutorado seja o começo e não o fim. Disponível sempre a novas reflexões e diálogos, que em vez fechar se mantenha na abertura de novas conexões e transgressões de fronteiras, sejam elas epistemológicas, teóricas, metodológicas e/ou artísticas.

A afirmação de uma vida não-fascista, como aquela defendida pelas mulheres desse estudo, exige uma posição como a manifestada por feministas negras e feministas africanas, defensoras dos direitos das mulheres de todo mundo ali estavam: é necessário firmeza, mas também uma dose de *Abaricá* (coragem) e amor.

Então como disse no princípio do texto, e reafirmo agora algumas palavras já ditas: óVenham! Sentem-se todas. Sobre essa manta descansam nossas ancestraisô. E, a exemplo das narrativas da militância e da recomendação urgente e necessária, dada por uma mãe-de-santo na abertura de um encontro que reunia feministas negras e africanas do mundo todo:

Abaricá, abaricá, abaricá!

REFERÊNCIAS

ADICHIE Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANZALDÚA, Glória. **Borderlands/ La fronteira**: The new Mestiza. San Francisco: Aunt Loot Books, 1987.

_____. Los Movimientos de rebeldia y las culturas que traicionam In hooks, b et al, **Otras inapropiables** ñ feminismos desde las fronteras. Madri: traficante de sonhos, 2004. p.71-80.

_____. **Interviews**. Ed. Analouise Keating. New York, Routeledge, 2000.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência** ñ Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDRADE, Ximena; CASIMIRO, Isabel. **A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, acadêmicas e activistas**. Centro de estudos africanos: Maputo, 2008. p. 1-16.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de janeiro: Contraponto, 1937.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista de estudos feministas**. v. 3, n.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p.458-463.

BAKARE-YUSUF, B. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina africana. **Feminista Africana**. Tradução de Aline Matos Rocha e Ernival Ramos. Issue 2, 2003.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. V. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de janeiro: nova fronteira, 1980.

BENEVIDES, Regina. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Social) ñ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1994.

_____. Dispositivos em ação: o grupo. In: BENEVIDES, R. Cadernos de subjetividade. São Paulo, PUC-SP ñ Núcleo de estudos e pesquisas da subjetividade ñ Num. Esp. 1996.

BENISTE, JOSÉ. **Dicionário Yorubá-Português**. Niterói: Bertrand Brasil, 2011.

BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

BIKO, Steve. **Eu escrevo o que eu quero**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BONDI, Liz. **Localizar as políticas de identidade**. In: Debate Feminista. Ed. Especial Cidadania e Feminismo, México / São Paulo, 1999, p. 245 a 265.

BONNETI, Alinne. **óNão basta ser mulher , tem de ter coragemô**: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo feminista no Recife ã PE. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais ã área Estudos de Gênero). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

_____; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do sul: EDUNISC,2006.

BOSSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. queiroz, [1979], 2008.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade e Diferenciação. **Cadernos Pagu**. n.26, p.329-376, janeiro-junho, 2006.

BRAH,Avtar;PHOENIX,Ann.Ain tIaWoman?RevisintingIntersectionality.**Journalof international womenõs studies**, v. 5, n. 3, may, p. 75-86,2004.

BRIGADÃO, Isaac M; NASCIMENTO, Vanda L. V; CORDEIRO, Mariana P. (Org). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p.273-294.

BROCMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrativa: Problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, n.16, p. 525-535, 2003.

BUTLER, Judith. **Marcos de Guerra**. Las vidas lloradas. Madrid: Espasa Libros, 2009.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer al feminismo**. La situación de la mujer negra em América latina desde uns perspectiva de género. Feminismos dissidentes em América Latina y el Caribe Movimento, Agencia Cubana de Rap, v.7, 2001, p.47-50.

_____. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em educação junto à área de filosofia da educação) ã Universidade de São Paulo. São Paulo, SãoPaulo.

CARDOSO, Claudia, P. **Outras Falas**: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em estudos de gênero, mulher e feminismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia.

CARTA PARA O LANÇAMENTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/11/07/marcha-mulheres-negras-brasileiras/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CARTA DE PRINCÍPIOS FEMINISTAS PARA AS FEMINISTAS AFRICANAS. 2006. Disponível em <<http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?entidad=Textos&id=2508&opcion=documento>>.Acesso: 08 set. 2016

CASIMIRO, Isabel. **Transformações nas relações homem/mulher em Moçambique 1960 - 74**. 1986. Monografia (Licenciatura em História) ã Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. 1986.

_____. **Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. 1999. (Dissertação de mestrado em Sociologia) ã Faculdade de Economia, Coimbra.

_____. **Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora**, 2001, Centro de estudos africanos, departamento de estudos da mulher, p.1- 15. Mimeo.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Recife: UFPE, 2014.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____. **Baladas de amor ao vento**. 6ª edição. Maputo: Ndjira, 2014.

CLANDININ, D.; CONNELLY, F. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Trad: Grupo de pesquisa narrativa e educação de professores ILLEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p.

CLAUDIA, Ana; VILLELA, Jorge. O que se diz o que se escreve. Etnografia e o trabalho de campo no Sertão de Pernambuco. **Revista de Antropologia USP**, v. 48, n. 1, p.37-74, 2005.

COLETIVA DO RIO COMBAHEE. **Uma declaração negra feminista**. 1977. Disponível em: <<https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/combahee-river-collective-leitura.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento negro. **Revista Sociedade e Estado**. vol.31, n. 1, janeiro- abril, p. 99-127, 2016.

_____. **Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Londres: Routledge, 2000.

CONCEIÇÃO, Osório. **Cartilha os ritos de iniciação**. Moçambique: WLSA, 2014. p.3-46. Mimeo.

CORDEIRO, Rosineide. **Para além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) ã Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARDONA, Milagros, G; CORDEIRO, Rosineide M.; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, Mary J. P.; BRIGAGÃO, Isaac M; NASCIMENTO, Vanda L. V; CORDEIRO, Mariana P. (orgs). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edlstein de pesquisas sociais, 2014, p.123-148.

CORREIA, Ana P. **Mulheres da periferia em Movimento**: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) ã Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mulheres-da-periferia-em-movimento-um-estudo-sobre-outras-trajetorias-do-feminismo-ana-paula-de-santana-correia-dissertacao3a7c3a3o.pdf>> Acesso em 16 abr 2015.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, p. 89-120.

COSTA, Claudia; ÁVILA, Eliane. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o feminismo da ódiferença. **Revista de estudos feministas**, v.13,3, set/dezembro, 2005, p. 691-703.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) ã Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 20 Maio 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, n.1, p. 171-189, 2002 a.

_____. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 2001. Consultado em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf2001>. Acesso em 17 Abril de 2016.

_____, (2002 b). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique the anti discrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. University the Chicago, v 4, n.1, pp. 139- 168, (Obra original publicado em 1989).

CUNHA, T. As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor Leste*. **Revista crítica de ciências sociais**. n. 96. p. 67-86, 2012.

DAVIS, Ângela, Y. **Blues legacies and black feminism**. Nova york: vintage books, 1999. _____ **Mujeres, <<raza>> y classe**. Madrid: Akal, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: 34, 1992. 232p.

_____. GUATTARI, F. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol.1. São Paulo: 34, 1995.

_____. _____ - Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. São Paulo: 34, 2004.

_____. _____. Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas. Vol. 5. São Paulo: 34, 1997.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p.31-60.

DEUS, Nzira Sofia et al., **Documento grupo de trabalho jovens feministas de Moçambique**. 2011. Consultado em: <http://docplayer.com.br/9763426-Movimento-feminista-em-mocambique-grupo-de-trabalho-de-mocambique.html> Acesso 21 de Novembro, 2014.

DIAS, Mônica. A pesquisa tem ómirongaô: notas etnográficas sobre o fazer etnográfico. In: BONNETI, A; FLEISCHER, S. (Org). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.54-68.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas..** São Paulo: Perspectiva, 1977. Tradução de Gilson Cesar Cardozo de Souza.

FERREIRA, Verônica; SILVA, Carmem. Entrevista com Vera Baroni - Quem transforma a sociedade é o povo organizado. **Cadernos de crítica feminista**. Ano VI, Nº VQ/Dezembro, 2012. Consultado em : http://soscorpo.org/wp-content/uploads/CCF_Ano6N5_2012_Entrev_VERAbaroni.pdf Acesso 25 de Janeiro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque.

_____. A escrita desi. In: _____. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004. p.144-286.

_____. **Microfísica do Poder**. 21º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005. Organização e Tradução de Roberto Machado

_____. **O corpo Utópico**, as heterotopias. São Paulo: n-1 edições, 2013.

_____. **A ordem dos discursos**. 15ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **A coragem da verdade**. O governo de si e dos outros II. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Em defesa da sociedade..** São Paulo, Martins Fontes, 1999. p.286-345.

_____. **Ditos e escritos**, vol III (1976-1979). Paris: Galimard, 1994.

FOLHA DE SÃO PAULO. Megaprojeto da vale é alvo de protestos em Moçambique. 2014. Coluna Mundo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1266520-megaprojeto-da-vale-e-alvo-de-protestos-em-mocambique.shtml>. Acesso em: 19 ago 2015.

FRIESE, Susanne. **Qualitative data analysis with ATLAS.ti** 2 ed. London: Sage publications ltd, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1934

GADAMER, H.G. **A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. Porto alegre: L&PM, 2012.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 13-41.

_____. Descoberta na tradução. In: _____. **O saber local** - Novos ensaios em antropologia interpretativa. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008 a, p.57-84.

_____. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: _____. **O saber local** - Novos ensaios em antropologia interpretativa. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b. p.142-181.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Costa. Consultoria, supervisão e revisão desta edição Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 80-96.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos vivos e os tambores dos mortos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.46, n. 2, p. 445-476, 2003.

GOMES, Nilma. **Diversidade étnico racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. 2009. Disponível em <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>> Acesso: 09 set. 2015.

GOMES, Patrícia; FIGUEIREDO, Ângela. **Para Além dos feminismos**. Uma experiência comparada entre Guiné- Bissau e Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 24 (3), 398, Setembro/Dezembro , 2016.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Em *Ísis internacional & Mudar ñ Mujeres por um desarrollo alternativo*. Mujeres. Crisis Y movimiento. América Latina y el Caribe (pp. 133-141). Santiago de Chile: Isis internacional, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Jornal Mulherio**. v.1, n.3, São Paulo: Mulherio. Set/out, 1981.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 2, 1984, p.223-244.

GROSSI, Miriam. Na busca do Outro encontra-se a si mesma. In: _____. (Org.). **Trabalho de Campo e Subjetividade**. Florianópolis: PPGA/UFSC, 1992.

Gomes, TOLLER. 2005. Crítica pós-colonial em questão. Relatório. (Pós-Doutorado) ñ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/critica-pos-colonial-em-questao-de-heloisa-toller-gomes/>> Acesso: 15 out 2015.

GUBIUM, Jaber ; HOLSTEIN, James. **Analysing narrative reality**. Los Angeles: Sage publications, 2009.

GUATTARI, Felix. **Caosmose** ñ um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed, 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: vozes, 2004.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**. n. 1, 93, 1998, p. 7-28.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista estudos feministas**. n. 1, jan-jul, 1993, p. 7-31.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and woman. The reinvention of nature**. Nova York: Routledge, 1991, p. 309.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. 5, 1995, p. 7-41.

hooks, bell. **Ain't i woman?: black women and feminism**. London: Pluto press, 1981.

_____. **Talking back: thinking feminist - thinking black**. London: Scheba, 1989.

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 283p. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla.

_____. **Feminist theory From margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

_____. **Intelectuais negras**. Estudos feministas, Florianópolis, v. 3, n.2, p. 464-478, 2005.

_____. **Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista**. In: hooks, bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, chela; ANZALDÚA, Glória; et al, **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madri: traficante del sueños, 2004, 182p.

_____. Políticas feministas: de onde partimos. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/politicas-feministas-de-onde-partimos-e28093-bell-hooks.pdf> acesso em 20 setembro de 2016.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

IBGE. **Censo 2012**. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas de Populacao/Estimativas_2012/metodologia_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2012/metodologia_2012.pdf). Acesso em: 30 abr 2016.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=popula%C3%A7%C3%A3o&digital=false&fraseexata> . Acesso em 10 jan 2015.

INE. **Instituto Nacional de Estatística em Moçambique**, 2007. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/809-populacao-de-maputo-cresceu-cerca-de-50.html>. Acesso em: 14 março 2015.

_____. 2010. Disponível em: <http://www.macaub.com.mo/pt/2012/09/03/ine-de-mocambique-lancou-anuario-estatistico-de-2010-para-ipad/> Acesso em: 10 Agosto 2016.

JABARDO, Mercedes. Construyendo puentes: em diálogo desde / com el feminismo negro In: _____(org). **Feminismos negros - Uma antologia**. 2012, p.27-55.

_____. **Feminismos negros** ã uma antologia. 2012. 321p.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. **Entrevista narrativa**. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007. p.90-113.

KARAKOLA, Eskarela. Prefácio. In: hooks, bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela;

KILOMBA, Grada. **Platations of memories**. Episodes evereday of racisms. 2nd Edition. Alemanha: Unrust verlarg, 2010. 147 p.

_____. 2016. Descolonizando o Conhecimento: uma palestra-performance. Consultado em: <http://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/#gs.AEoy23IA> Acesso em 3.03.2016.

KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida. (**Relatório final de pesquisa**: CNPq 404865/2012- 7). Brasília: CNPq, 2015.

_____. **Notícias da Vida**. São Paulo: Letra e Voz, 2016a.

_____. Os encontros que compõem o ofício de pesquisar. **Revista Athenea Digital**. 6 (2): 3017-324. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/v16-n2-kind-cordeiro/1835-pdf-pt> Acesso em: 11 jul 2016b.

LATOUR, B; WOOLGAR, S. **Laboratory life**. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

LANDALUZE; I, Z; ESPEL; L, I. Los feminismos africanos. Las mujeres africanas óem sus próprios términos. **Revista de Relaciones Internacionales**, n. 27, Octubre 2014 ã Enero p. 35-54, 2015.

LAVILLE, C; Dione, J. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto alegre: Artemed, Belo Horizonte: UFMG, 1999. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Sentinneri

LAGROU, Elsje. Uma experiência visceral. In: GROSSI, M. (org). **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGA/UFSC, p. 19-41, 1992.

LEUJENE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEWIS, Liana; SILVA, Diogivânia; NUNES, Alyne. **Feminismo negro: a constatação da hegemonia branca**. São Paulo: CRV, 2016.

LIMA, Chaves. M. L. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LIMA DUARTE, Constância; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, M. R. **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Editora Idea, 2016.

LISBOA, Milena. S. **Os loucos de rua e a rede de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização**. 2013. Tese. (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LOFORTE, Ana Maria. **Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso**. Outras Vozes: Maputo, 2009.

LÓPEZ, Cecilia, L. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana**. n. 14, p. 40-65, Agosto, 2013.

LORD, Audre. Eye to eye: black woman, hatred, and anger. In: Lord A (org). **Sister outsider. Essays and speeches**. Nova York, 1983. p. 145 -175.

_____. **La hermana, la extranjera. Artículos Y conferencias**. Lifs, 1984. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/audre-lorde-la-hermana-la-extranjera1.pdf>> Acesso em: 12 mar 2016.

_____. **Os usos da raiva**. Mulheres respondendo ao racismo. 1981. Apresentação na conferência da associação nacional de estudos de mulheres, em storrs, connecticut. Disponível em: <<https://radfeminismo.noblogs.org/post/2015/02/21/audre-lorde-os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/>> Acesso: 12 jul 2015.

MARCHIORI, Fungai. **Feminismo chiclete e a descolonização e descapitalização das mentes**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Diogilvania/Downloads/FEMINISMO%20CHICLETE%20FUNGAI%20DEC%202016%2013086%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Diogilvania/Downloads/FEMINISMO%20CHICLETE%20FUNGAI%20DEC%202016%2013086%20(3).pdf)>. Acesso em: 23 dez 2016.

MALINOVSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MCFADDEN, Patricia. **Radically Speaking: The Significance of the Women's Movement for Southern Africa**, *Women's World: African Women's Voices*, em Disponível em: <http://www.wworld.org/programs/regions/africa/patricia_mcfadden3.htm>. Disponível em: 19 ago 2016

_____. **Becoming Contemporary African Feminists: her-stories, legacies and the new imperatives**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/13028.pdf>> Acesso em: 23 dez 2016

MENEZES, Maria Paula. **Mulheres insubmissas? Mudanças e conflitos no Norte de Moçambique**. Revista Ex Aequo. n. 17, 2008, p. 71-87.

MEDRADO, Benedito et al. Diário como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary J. P.; BRIGAGÃO, Isaac M; NASCIMENTO, Vanda L. V; CORDEIRO, Mariana P. (orgs). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edlstein de pesquisas sociais, 2014, p.273-294.

MILLS, Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MORAES FILHO, Ivan. **Kanimambo: Um ano em Moçambique**. Recife: CEPE, 2007, 310p.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2007. 121p.

_____. 2007b. **Representação e identidade no feminismo negro brasileiro**. Sujeitos do Feminismo: Políticas e Teorias. Disponível em:
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/N/Nubia_Regina_Moreira_06.pdf>
Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. **Café Filosófico: Feminismo negro**. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=TQa0La1YIFw>>. Acesso em: 12 jul 2016.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHINITMAN, D (Org). **Novos paradigmas cultura e subjetividade**. Porto Alegre: artes médicas, 1996.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSCHETA, Murilo. S. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

MURUNGA, Godwid. **African woman in the academy and beyond: review essay**. African Editors: Nkiru Nzegwu; Book Editor: Mary Dillard, 2002.

NGOENHA, Severino. **Das independências às liberdades** ã filosofia africana. Portugal: Paulinas, p. 2014.

OYÊWÙMÍ, OYÈRONKÉ. **African Women and feminism: Reflecting on the Politics of Sisterhood**. Trenton, Nueva Jersey, 2003.

OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, Ernesto. **Os ritos de iniciação sexual no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos ã construindo identidades de gênero**. Maputo: Editora Maria José Artur, 2013.

PATAI, Daphne. Problemas éticos de narrativas pessoais, ou, quem vai ficar com o último pedaço do bolo? In: _____ **História Oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, [1987] 2010 p.63-86.

PACHECO, ANA C L. **Mulher negra**: Afetividade e solidão. Bahia: edufba, 2013.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana (Org). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto alegre: Sulina, 2015. p. 172-200.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista contemporânea**. Vol 2, n. 2, julho-dez 2012, p. 395-418.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Rio de janeiro: Relume Dumará, 1995. 180p.

PINHO, Osmundo. E não sou uma mulher? ã Sojourner Truth. 2014. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.Z9Cq_d8> Acesso em: 15 jan 2015.

PINTO, Celi R. 2003. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **A entrevista de história oral e suas representações literárias - Ensaio de história Oral**. São Paulo: Letra e voz, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUZA SANTOS, Boaventura ; MENEZES, Paula (orgs). **As epistemologias do Sul**. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2009.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2013. 341 p.

REIGOTA, Marcos. Da Etnografia às narrativas ficcionais. In: REIGOTA, Marcos (org). **Ecologistas**. Santa Cruz: EDUNISC. 1999, p. 67-74.

REIS, MARIA F. **Úrsula**. Rio de Janeiro: gráfica Olímpica editora LTDA, 1975. (original publicado em 1859).

RELATORIO FINAL - CPI ASSASSINATO DE JOVENS. Relator Senador Lindbergh farias. 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>> Acesso: 20 de agosto 2016.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986 ã 2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, 368p.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista internacional de direitos humanos**. Consultado em: <http://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/> edição 24, dez/2016, acesso: 24 de dezembro de 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 536 p.

RIESSMAN, Catarine K. **Narrative methods for the human sciences**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2008. 264 p.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

RODRIGUES, Cristiano; PRADO, Marco A. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com estado brasileiro. **Revista Psicologia & Sociedade**. v.22, n.3, 2010, p. 445-456.

SANTOS, Débora C. 2015. **Eu vi a cara da morte e ela estava viva: narrativas de mulheres protestantes sindicalistas rurais do Sertão Central de Pernambuco sobre a morte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) ã Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.

SANTOS, Sonia B. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**. Niterói, v. 8, n.1, p. 11-26, 2º semestre, 2008.

SARDELICH, Fernanda. 2016. **Juventude, sexualidade e relações afetivo-sexuais: Uma análise interseccional de jovens rurais e urbanos/as**. Tese (Doutorado em Psicologia) ã Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In:

SAYANGES, Mercedes. Leis progressistas sobre o aborto mostram compromisso de Moçambique com os direitos reprodutivos das mulheres. 2014. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/leis-progressistas-sobre-o-aborto-mostram-compromisso-de-mocambique-com-os-direitos-reprodutivos-das-mulheres/>> Acesso em: 06 jan 2017.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHUCMAN , Lia Vainer; COSTA, Eliane; CARDOSO, Lourenço. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul.ñout. 2012, p. 15-29 15.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Texto da aula de Isabel. 1989.

SILVA, Menescal. Dilma cometeu crime de responsabilidade? Argumentos contra e a favor. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/crime-de-responsabilidade-dilma-argumentos/>> Acesso em: 20 dez 2016.

SILVA, Hélio R. A situação etnográfica: andar e ver. **Revista horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 78, Outubro, 2007. p.3-46.

_____. **A incerteza entre o medo e a esperança.** 2016. Disponível em:
<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-incerteza-entre-o-medo-e-a-esperanca/6/36871>> Acesso em: 20 jan 2017.

SOUZA SANTOS, Boaventura; Menezes, Maria P. **As epistemologias do Sul.** Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2009.

_____. **La incertidumbre: entre el miedo y la esperanza. América Latina lademocracia em la encruzijada.** Disponível em:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20161226111424/America_Latina_Encrucijada.pdf>
Acesso em: 02 jan 2017.

SPINK, Mary J. P.; MENEGON, Vera M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary J. P. (Org). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 53-92.

_____. **A produção de informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: centro Edelstein de pesquisa social, 2014.

SPINK, Peter. **Processos organizativos e ação pública:** as possibilidades emancipatórias do lugar. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (orgs.). **Diálogos em Psicologia Social.** Porto Alegre: Evangraf. 2007, p. 315-328.

_____. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectivapós-construcionista. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.15, n.2, p.18-42, 2003.

_____. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, ed. Especial, p. 70-77, 2008.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG

_____, Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzaléz. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

STRATHERN, Marilyn. Artefatos da História: os eventos e a interpretação de imagens. In: _____ **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify. 2014, p.211-230.

TRUTH, Sojourner. 1850. Disponível em:
<<http://digital.library.upenn.edu/women/truth/1850/1850.html>> Acesso em: 05 maio 2014.

URIARTE, Urpi. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Revista Ponto Urbe**, v.11, 2012, p. 1-12.

UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES ã UNAC. povos de moçambique, brasil e Japão discutem em Maputo formas de resistência, detenção e reflexão do Prosavana. 2014. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/56-povos-de-mocambique-brasil-e-japao-discutem-em-maputo-formas-de-resistencia-detencao-e-reflexao-do-prosavana>> Acesso em: 19 Ago 2015.

VIÉGAS, M N; TSALLIS, A C. O encontro do pesquisador com seu campo de pesquisa: e janelas a versões. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, São João Del Rey, v.6, n.2, p. 298-304, agosto/dezembro, 2011.

VIEIRA, Ana Cristina. Tendências da Aids no Brasil, África do Sul e Moçambique, e as ações de prevenção e diagnóstico ao HIV/Aids. **Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq para o Edital 18/2012**. Recife, 2012

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1 (1), 2010. p. 8-17.

_____. Mulheres negras na primeira pessoa. In: WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone. **Mulheres negras na primeira**. Porto Alegre: Redes editora, 2012, p.9-13.

WITTIZORECK, E; ET AL. Pesquisar exige interrogar-se: a narrativa como estratégia de pesquisa e de formação do(a) pesquisador(a). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 02, p. 09-33, maio/agosto, 2006.

ZANELLA, Andréia. **Perguntar, registrar, escrever**: Inquietações metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2013.

APÊNDICE A ã Roteiro de entrevista

Fases da Entrevista	Regras para a entrevista
Preparação	Exploração do Campo Formulação de questões exmanentes (relativo às questões de pesquisa ou de interesse do pesquisador/a).
Iniciação	Formulação de tópico inicial para narração Emprego de auxílios visuais
Narração Central	Não interromper. Somente encorajamento não verbal ou paralinguístico para continuar a Narração Aguardar sinais de finalização (as ócodasô)
Fase de Perguntas	Somente óQue aconteceu então?ô Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes. Não discutir sobre contradições. Não fazer perguntas do tipo ópor queô?
Fala Conclusiva	Parar de gravar. São permitidas perguntas do tipo óporqueô? Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

ANEXO A ã Termo de consentimento livre e esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos (a) senhor(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **FEMINISTAS NEGRAS: TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRÁTICAS DE LIBERDADE** sob responsabilidade da pesquisadora Diogivânia Maria da Silva, residente na Rua João Francisco Lisboa, nº 120, Bloco 3, Apartamento 303, Várzea - Recife/PE, CEP: 50741-900, Fone: 81/9910 3930, e-mail: diogivania@hotmail.com, estando sob a orientação da Professora. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, e-mail: rocordeirope@gmail.com

Este Termo de Consentimento pode conter alguns tópicos que o(a) senhor(a) não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa a quem está lhe entrevistando, para que (o)a senhor(a) esteja bem esclarecido(a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, (o)a senhor(a) não será penalizado(a) de forma alguma. Também garantimos que o(a) senhor(a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa: Esta pesquisa tem por objetivo geral: Investigar os modos de subjetivação e práticas de liberdade de mulheres negras, a partir de suas trajetórias biográficas e de militância feminista no Estado de Pernambuco. Utilizaremos a entrevista de história de vida com foco nas narrativas de sua vida sobre infância, juventude e fase atual. Sobre tudo referente ao seu exercício de ativista no feminismo negro em Pernambuco.

Para a realização desta investigação será utilizada como método de pesquisa as trajetórias biográficas. Esta partirá de um conjunto de questões permeadas da vida na infância, juventude e fase atual, no qual a senhora falará livremente e sem censura sobre aquelas memórias, recordações e lembranças da infância e da juventude. Só realizaremos a

entrevista após a explicação do objetivo da pesquisa e com a devida autorização das participantes que serão informadas que a mesma será gravada em áudio. Após a conclusão da pesquisa, o material gravado, em formato de CD em mp3, permanecerá em sigilo ético guardados por cinco anos em computador da pesquisadora principal, no qual garantirá o total anonimato das participantes, não restando nada que venha a comprometê-las agora ou futuramente.

Quanto aos **riscos e desconfortos**, pode haver o risco de constrangimento diante da situação de entrevista e da coleta de dados. Contudo, a qualquer sinal de incômodo, nossa estratégia será revista a fim de não causar transtornos às pessoas entrevistadas, garantindo-lhes o direito de desistir de sua participação na pesquisa, sem qualquer ônus a qualquer tempo. Caso você venha a sentir algo dentro desses padrões, comunicar imediatamente a pesquisadora para que sejam tomadas as devidas providências. Como estratégia para minimizar os riscos decorrentes da pesquisa, no que se refere ao procedimento de entrevista, os mesmos serão realizados de forma individualizada em ambiente reservado. Também combinaremos com (as) participantes da pesquisa para agendar este procedimento de acordo com sua disponibilidade, visando não interferir em sua rotina.

Os **benefícios** esperados com o resultado desta pesquisa são: ampliar o debate acerca dos estudos sobre feminismos negros na academia, bem como expandir essa discussão para a realidade de outras áreas, para além da Psicologia (área em que esse trabalho está inserido) como a sociologia, a antropologia, a medicina, etc.

O(A) senhor(a) terá os seguintes **direitos**: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si; a garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações; a garantia de que caso haja algum dano a sua pessoa (ou o dependente), os prejuízos serão assumidos pela pesquisadora inclusive acompanhamento médico e hospitalar. Caso haja gastos adicionais serão absorvidos pela pesquisadora.

No caso de **dúvidas e esclarecimentos** relacionados aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE no endereço: Avenida da Engenharia s/n ã 1º Andar, sala 4 ã Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600 Tel.: (81) 2126.8588 E-mail: cepccs@ufpe.br.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações das entrevistas e fotografias coletadas) ficarão armazenados em arquivo através do CD ROM, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço (acima informado), pelo período de (mínimos cinco anos). O(A) senhor(a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

(Assinatura da pesquisadora)

ANEXO B ã Termo de consentimento de participação voluntária

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **feministas negras: trajetórias biográficas, processos de subjetivação e práticas de liberdade** como voluntária. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Nome que gostaria de ser nomeada na pesquisa: _____

A rogo de: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do(a) voluntário(a) em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXO C ã Parecer Comitê de Ética

aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/visao/pesquisador/genPesquisa/genPesquisaAgrupador.jtf

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FEMINISTAS NEGRAS: TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRÁTICAS DE LIBERDADE
 Pesquisador Responsável: Diogivania maria da silva
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE: 41938915.0.0000.5208
 Submetido em: 19/02/2015
 Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Receção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_459214

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1				
Projeto Original (PO) - Versão 1				
Documentos do Projeto				
Folha de Rosto - Submissão 1				
Informações Básicas do Projeto - Subm				
Outros - Submissão 1				
Projeto Detalhado / Brochura Investiga				
TCLE / Termos de Assentamento / Justif				
Apreciação 1 - Universidade Federal de Pe				
Projeto Completo				

LISTA DE APECIAÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
------------	-------------------------	--------	-----------	-------------	----------	----------------------------	-------

Email - Diogivania maria X pt_0080-6234-reusp-4 X PLATBR - Comunicado de Início de Projeto X significado de nkuvu - P X

https://outlook.live.com/owa/?path=/mail/search/rp

Email do Outlook

plataforma Brasil

Novo | Responder | Excluir | Arquivar | Lixo eletrônico | Limpar | Desfazer

Resultados de pesquisa

Em pastas

- Todas as pastas
- Caixa de Entrada
- Itens Enviados
- Itens Excluídos
- projeto narrativas de mulher

De

- Groupon info@news.groupon
- Diogivania maria diogivania@hotmail
- Isabel Maria Casim isabelmaria.casimirc
- Equipe Plataforma plataforma@sa
- Rosineide Cordeiro rocordeirope@gmail

Para

PLATBR - Comunicado de Início de Projeto

EB Equipe Plataforma Brasil <plataformabrasil@saude.gov.br>
 sábado, 02/01, 03:45
 Você

Sr. (a) Pesquisador (a),

O projeto FEMINISTAS NEGRAS: TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRÁTICAS DE LIBERDADE com número CAAE 41938915.0.0000.5208, tem data de início prevista para 02/02/2015. Esta mensagem é meramente informativa e baseada na data da primeira etapa descrita no cronograma aprovado. Por favor, ignore-a se não fizer sentido para a corrente situação do projeto de pesquisa.

Atenciosamente,

Plataforma Brasil

www.saude.gov.br/plataformabrasil
plataformabrasil@saude.gov.br

Esta é uma mensagem automática. Favor não responder este e-mail.

1 de 6

jornal moçambique.pdf SOL 1 de Agosto (1).pdf SOL 1 de Agosto.pdf Exibir todos

POR 16:34
PTB2 21/12/2016